

sustentabilidade

investimento

$$a^2 + b^2 = c^2$$

$$E = Mc^2$$

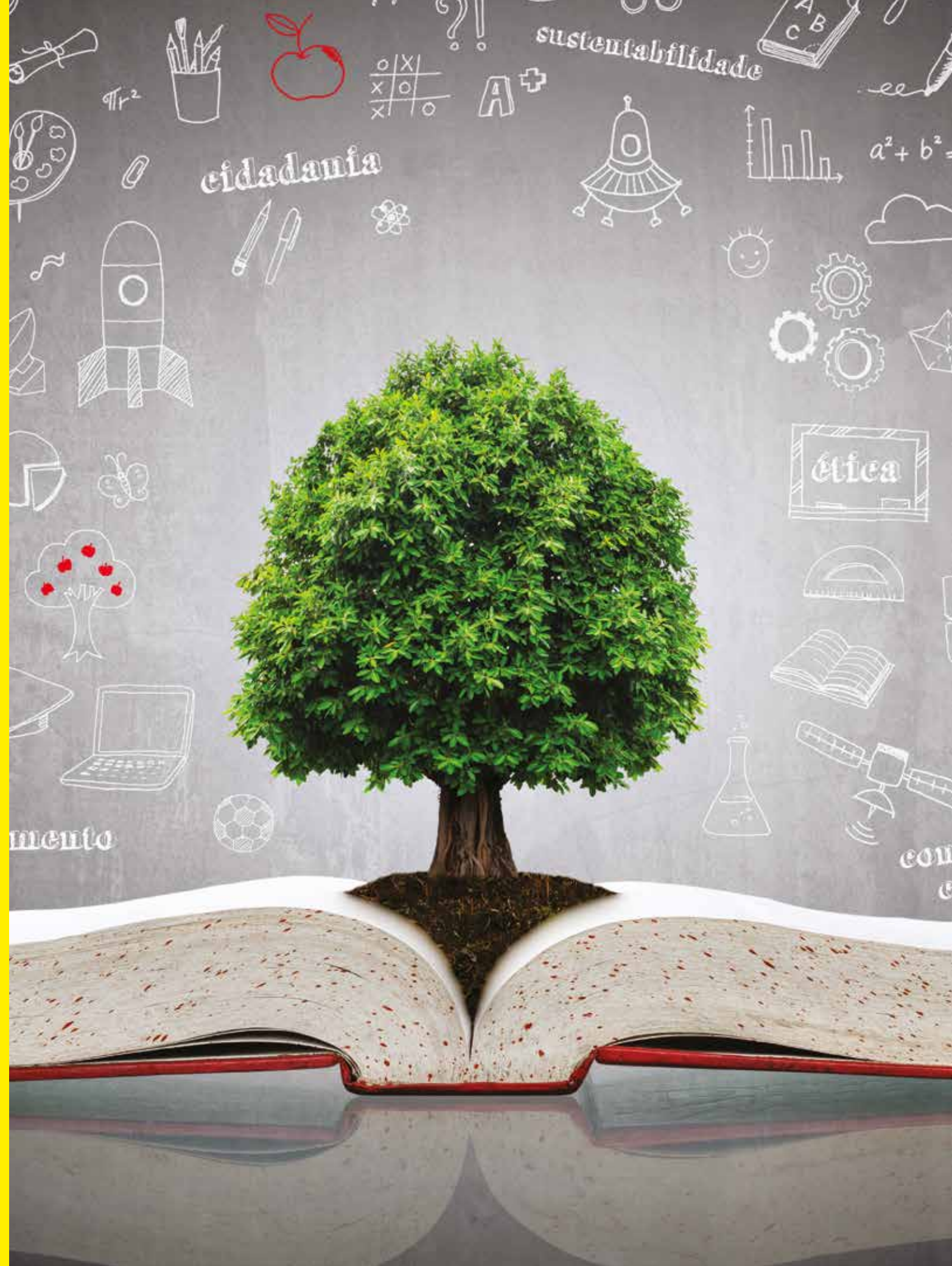
ética



ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA (ENEF) Em busca de um Brasil melhor

ORGANIZAÇÃO
Claudia Forte, PhD

consumo
consciente



© AEF-Brasil

Organização: Claudia M. J. Forte

2ª edição, março de 2021

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9610 de 19 de fevereiro de 1998. É proibida a reprodução total ou parcial por quaisquer meios, sem autorização prévia, por escrito, da editora.

Apesar de todo esmero e atenção, erros de digitação e/ou de impressão não estão descartados. Ao longo de toda a obra a presença de QR Code remeterá o leitor ao endereço virtual onde está amparada a referência citada e este link poderá apresentar instabilidade. Em caso de dúvida ou sugestão, entre em contato pelo e-mail claudiamjforte@gmail.com / comunicacao@aefbrasil.org.br.

Equipe de apoio AEF-Brasil:

Joziene Alves

Mariana Lo Prete

Raquel Lemos

Produção editorial: Rose Riemma

Revisão: Frank de Oliveira e Fernanda Nascimento

Projeto gráfico e diagramação: dorotêia design / Adriana Campos, Pedro Victor e Vitor Marinho (livro digital)

Fotos: Chinnapong (capa e pg 1), Ranta Images (pg 9) e acervo AEF-Brasil (demais imagens).

E-book gratuito no portal meubolsoemdia.com.br.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Estratégia nacional de educação financeira (ENEF)
[livro eletrônico] : em busca de um Brasil
melhor / Claudia M. J. Forte. -- 2. ed. --
São Paulo : Riemma Editora, 2021.
PDF

Vários autores
ISBN 978-65-89661-00-9

1. Economia 2. Educação financeira 3. Estratégia
de aprendizado 4. Professores - Formação profissional

21-56096

CDD-332.6

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação financeira : Economia 332.6

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129



riemma::editora

www.riemmaeditora.com.br | contato@riemmaeditora.com.br

ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA (ENEF)

Em busca de um Brasil melhor

ORGANIZAÇÃO

Claudia Forte, PhD



Agradecimentos

Nos 10 anos de trajetória da ENEF, só foi possível alcançar êxito nos programas executados porque eles foram estratégias pensadas por muitas pessoas, as quais não poderiam deixar de ser lembradas nesta obra. Registro aqui, em nome da AEF-Brasil, meus agradecimentos especiais:

a Luiz Edson Feltrin, por ter sido um dos grandes impulsionadores da educação financeira;

a José Alexandre Vasco, da CVM, na pessoa de quem homenageio os demais membros titulares e alternos do CONEF, GAP, CP e CAF, pelo zelo e dedicação ao tema;

a Elvira Cruvinel, do BCB, por seu olhar sempre inovador e cuidadoso; aos ministérios envolvidos nos diversos projetos, em nome de Caroline Paranyba do Ministério da Cidadania;

a todos os membros titulares e alternos do Conselho Deliberativo da AEF-Brasil, composto da B3, Anbima, CNSEg e FEBRABAN, representados por Murilo Portugal, pelo constante incentivo e esforço para alçar as ações da AEF-Brasil a patamares incríveis;

aos consultores que estiveram envolvidos nos diferentes projetos, à Andy de Santis em nome de todos;

a todos os parceiros da iniciativa que atuaram como patrocinadores dos projetos;

aos secretários de Educação municipal ou estadual, por compreenderem a importância da inclusão do tema nos projetos pedagógicos;

e, é claro, a todos os professores da rede pública que abraçaram a causa e, com suas aulas e ensinamentos, levaram a possibilidade da mobilidade social e da concretização de sonhos aos nossos estudantes.

Em especial, agradeço imensamente a todos os colaboradores que passaram pela AEF-Brasil, por sua dedicação, comprometimento e paixão pelo tema, cujos nomes declino a seguir:

Na Superintendência: Claudia Forte (2015/2021) e Silvia Antonia de Moraes (2012/2015).

Área de Projetos: Joziene Alves de Souza (2016/2021); Mariana Navas Lo Prete (2019/2021), Cláudia Moreno Donegá Alves (2014/ 2019), Fernanda Sanches Alves (2016/2018); Letícia Rigotti Li Puma (2016/ 2018); Alzira de Oliveira Reis e Silva (2012/2016), Yael Sandberg Rosenberg (2013/2016) e Lilian Almeida Silva (2012/2014).

Na Comunicação: Ana Paula Dini (2017/2020) e Débora Castro Cordeiro Farias de Santana (2014/2016).

Na Captação e Mobilização de Recursos: Thiago Luiz Godoy do Nascimento (2014/2019) e Alexandre Pires da Silveira (2014/2014).

No Administrativo-Financeiro: Raquel Almeida Lemos de Souza (2012/2021).

Estagiários: Igor Daniel Alves de Oliveira, João Pedro Palácios de Andrade e Margarida Letícia Souza de Lucena.

Conselho Administrativo

FEBRABAN: Murilo Portugal Filho e Isaac Sidney (Presidentes) e Fábio Cássio Costa Moraes (alterno).

ANBIMA: Ana Cláudia Aparecida da Silva Leoni e Fabíola Benotti Camargo de Sousa Sá.

B3: Christianne Bariquelli e Marina de Carvalho Naime.

FENASEG: Solange Beatriz Palheiro Mendes e Pedro Henrique Fernandes Pinheiro.

Conselho Fiscal

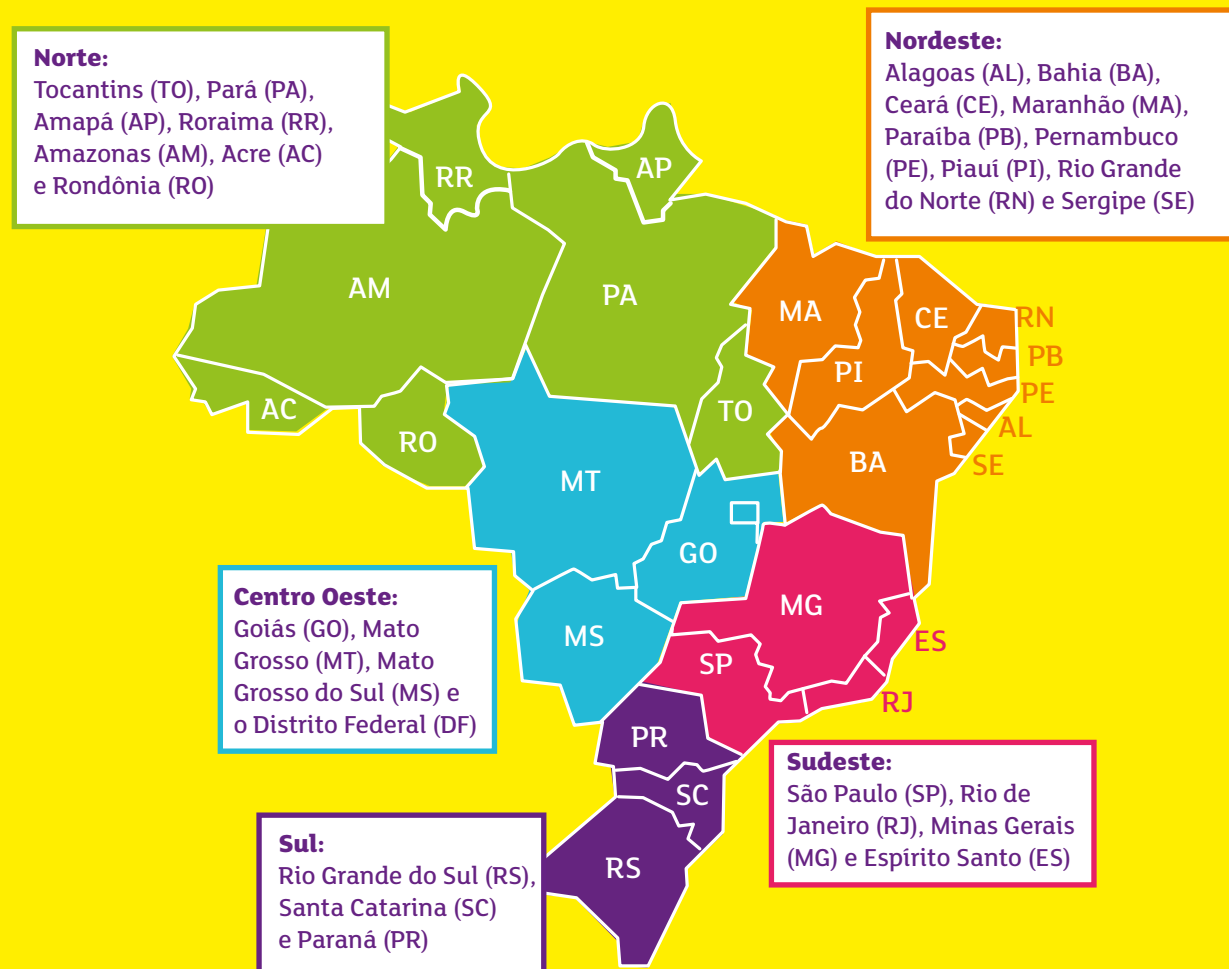
ANBIMA: Thiago Baptista da Silva.

B3: Alessandra Kardouss.

Representação externa: Ricardo Morishita Wada.

O Brasil é o maior país da América Latina, ocupando a 5ª posição mundial em termos da sua extensão territorial. Sua dimensão continental, com mais de 8 milhões de km², é o lar de quase 213 milhões de brasileiros, o que equivale à 6ª posição mundial entre os países mais populosos. O país se divide em 5.570 municípios, 26 estados mais o distrito federal, onde está a capital do país, Brasília. Além disso, abriga seis biomas bastante heterogêneos e ricos em espécies de fauna e flora, sendo o bioma Amazônia, a maior floresta tropical do mundo, com cobertura de aproximadamente 40% do território nacional. Considerado um país em transição para o desenvolvimento, sua economia é relativamente complexa e atualmente a 12ª entre as maiores do mundo, de acordo com o Produto Interno Bruto. Ele é o terceiro maior exportador de alimentos e o maior exportador líquido de produtos agropecuários do planeta, respectivamente, sendo as commodities 67% das exportações. Entre elas, as principais são soja, petróleo e minério de ferro, celulose, proteína animal, café, entre outras. Com enormes desafios à frente, o país tenta diminuir a incidência da pobreza e da criminalidade, bem como reverter a posição de elevada concentração de renda e distribuição de riquezas, uma das piores do mundo. Ainda, constitui um celeiro de oportunidades para investimentos em infraestrutura, principalmente voltados para levar o acesso a alguns dos itens mais importantes para o bem-estar da população, como o saneamento básico, a educação e a saúde. Ao longo do livro serão utilizadas muitas siglas que representam os estados, e para facilitar a visualização e identificação das regiões em que os projetos foram desenvolvidos, abaixo está o mapa do Brasil e suas respectivas regiões.

Cláudia Forte e Bruno F. Frascaroli



Esse livro é dedicado a cada brasileira e a cada brasileiro que de alguma forma compreende a educação financeira como necessária e urgente!

“O investimento em
conhecimento paga
o melhor rendimento.”
Benjamin Franklin



Sumário

Apresentação_12

Isaac Sidney, Presidente da FEBRABAN

Capítulo 1 – Educação financeira: por que precisamos dela?_16

Adriana Toledo *toledo.adriana@uol.com.br*

Capítulo 2 – O papel da AEF-Brasil na Estratégia Nacional de Educação Financeira_30

Claudia M. J. Forte *claudiamjforte@gmail.com*

Capítulo 3 – A participação do setor privado e a importância das alianças multissetoriais para o desenvolvimento da ENEF_60

Thiago Godoy Nascimento *thiagognasc@gmail.com*

Capítulo 4 – A educação financeira, a BNCC e o currículo: contextos e desafios das escolas públicas brasileiras_78

Alessandra Camargo Godoi *camargo.alessandra@gmail.com*

Sandra Zita Silva Tiné *sztime@gmail.com*

Capítulo 5 – A experiência do polo de educação financeira do estado da Paraíba_116

Bruno F. Frascaroli *frascaroli.b@gmail.com*

Capítulo 6 – Trajetória da educação financeira nas escolas do estado de Tocantins: do programa piloto à consolidação do polo de formação de professores na Universidade Federal do Tocantins_146

Juliana Aguiar de Melo *aguiarmelo@mail.uft.edu.br*

Gisele Barbosa de Paiva *gisele.paiva@uft.edu.br*

Alessandra Camargo Godoi *camargo.alessandra@gmail.com*

Waldecy Rodrigues *waldecy@uft.edu.br*

Capítulo 7 – A experiência da formação de professores em educação financeira no Estado do Rio Grande do Sul_174

Élsio José Corá *cora@uffs.edu.br*

Larissa Trindade *larissa.trindade@uffs.edu.br*

Capítulo 8 – A educação financeira nas escolas: a experiência da formação de professores no polo do estado de Minas Gerais_192

André Luiz Medeiros *andremedeiros@unifei.edu.br*

José Gilberto da Silva *gilbertosilva@unifei.edu.br*

Moisés Diniz Vassallo *vassallo@unifei.edu.br*

Fabienne Mara Ferreira Matos *fabienmara@unifei.edu.br*

Leandro Lopes Trindade *leandrotrin@unifei.edu.br*


Capítulo 9 – Educação financeira e psicologia econômica: uma breve discussão e algumas recomendações_222

Vera Rita de Mello Ferreira *verarita@verticepsi.com.br*

Claudia M. J. Forte *claudiamjforte@gmail.com*

Capítulo 10 – Mapa das fontes de pesquisa da educação financeira no Brasil_250

Claudia M. J. Forte *claudiamjforte@gmail.com*



Dez anos da Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF

Você já ouviu falar sobre educação financeira? Sabe o que quer dizer? Por que precisamos dela? Se não sabe, comece a ler este livro agora mesmo. Você transformará sua percepção sobre quão importante é cuidar das suas finanças, seja no plano pessoal, seja no empresarial.

Se já sabe, a leitura será também fundamental para que compreenda ainda mais profundamente esse universo.

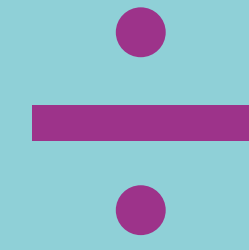
Nesta obra, você vai encontrar o sentido do termo em si, a razão pela qual devemos nos preocupar com o assunto e o que tem sido feito nos últimos dez anos para promover os temas catalogados como parte desse novo ramo do conhecimento, de extrema importância para os indivíduos e para a nação.

Tive o privilégio de acompanhar esse processo desde o início, como procurador-geral do Banco Central e depois como diretor de Relações Institucionais e Cidadania, lidando diretamente com ações para incentivar seu desenvolvimento. Em 2016, presidi o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF).

A educação financeira é um instrumento fundamental para as pessoas, para a sociedade, para o setor bancário e, principalmente, para a economia brasileira do século 21. Já há consenso de que ter cidadãos com maior consciência, orientação, informação e engajamento em torno de sua vida financeira gera efeitos positivos para todos os setores econômicos.

Só há ganhos. Ninguém perde quando o consumidor tem a vida financeira mais saudável, autônoma e sustentável.

E esse é um desafio não só no Brasil. Nos últimos anos, vêm sendo tomadas, em todo o mundo, diversas iniciativas nessa direção.



Em 2020, com a pandemia do Covid-19, passamos por grandes desafios, com impactos no planejamento das famílias, nos negócios e nas empresas. E os bancos nunca tiveram uma atuação tão proativa como nesta crise. E no contexto de pós-pandemia e de retomada econômica, as ações de orientação e educação financeira tomam-se ainda mais importantes. O momento atual deve ser entendido como uma oportunidade para acelerarmos esse processo.

Fatores históricos, culturais, econômicos e até psicológicos explicam por que muitos cidadãos têm dificuldades para lidar com o dinheiro. Nesse sentido, a FEBRABAN e os bancos têm desenvolvido uma série de ações para promover a educação financeira e o uso responsável do crédito.

Além das iniciativas individuais dos bancos, a FEBRABAN tem uma história de ações de educação financeira, sempre buscando gerar conhecimento que possa produzir, no longo prazo, transformações positivas no comportamento das pessoas, melhorando sua relação com o dinheiro e sua qualidade de vida. A cidadania financeira é parte inseparável de nosso compromisso com um sistema financeiro mais saudável, ético e eficiente.

Este livro é uma obra coletiva e foi concebido com dois objetivos: compartilhar as boas práticas de educação financeira, de modo a disseminá-las por todo o país, e deixar o registro histórico dos dez anos da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) no Brasil, para os quais a Associação Brasileira de Educação Financeira (AEF-Brasil) contribuiu de maneira fundamental.

A AEF-Brasil foi criada em 2012, sob a forma de organização social sem fins lucrativos, por representantes do mercado financeiro, sob a presidência da FEBRABAN, com o objetivo de desenvolver ações voltadas para promover a educação financeira e destacar sua relevância.

E, com satisfação, posso dizer que acho que conseguimos!

Nesse período em que atuou como executora oficial da ENEF no Brasil, a AEF-Brasil desenvolveu vários projetos para os públicos da comunidade escolar e para adultos em vulnerabilidade econômica, envolvendo parceiros de diversos setores, sobretudo os bancos, e alcançando os 26 estados e o Distrito Federal na disseminação dos programas. Muitas dessas iniciativas estão contadas no livro.

Ao longo de dez capítulos, a narrativa de fatos que passam a fazer parte da história do país é contada por profissionais que protagonizaram os desafios para a construção dessa nova agenda, essencial para o desenvolvimento da economia e para a formação dos cidadãos.

Os dezessete autores que assinam os capítulos desta obra compõem, junto com vários outros profissionais, uma rede de bravos educadores que lutam por um Brasil melhor. Minha homenagem e admiração a cada um deles.

O compartilhamento a que esta obra se propõe irá irrigar a semente plantada há dez anos com a instituição da Estratégia Nacional de Educação Financeira e ampliará a visão de todos os agentes, públicos e privados, corresponsáveis pela formação da cidadania financeira como vetor para o crescimento do país.

A FEBRABAN, principal entidade representativa do setor bancário brasileiro, que tem por missão contribuir para o desenvolvimento econômico, social e sustentável do país, por meio da melhoria contínua do sistema financeiro e de suas relações com a sociedade, orgulha-se de patrocinar esta obra e eu de apresentá-la a você.

Desejo-lhe uma ótima leitura!

Isaac Sidney

Presidente da Federação Brasileira de Bancos - FEBRABAN e da AEF-Brasil

Capítulo 1

Educação financeira: por que precisamos dela?¹

Adriana Toledo²

Desde há muito tempo, mais ou menos a partir do século XVI, com a consolidação do capitalismo no mundo, o homem busca maneiras de garantir sua sobrevivência por meio da acumulação de bens e de dinheiro.

O capitalismo é o sistema em que predomina a propriedade privada e a busca constante pelo lucro e pela acumulação de capital. Apesar de ser conceituado como um modelo de sistema econômico, seus efeitos estendem-se aos campos políticos, sociais, culturais, éticos e muitos outros, abrangendo quase a totalidade do espaço geográfico.

Com a globalização nos últimos 50 anos, o sistema capitalista passou a ser predominante no mundo e afeta todos os seres terrestres de alguma maneira. Nessa busca pela riqueza, muitos fatores determinam a tomada de decisões na órbita financeira, e a ignorância nesse tema não é mais uma opção.

A educação financeira é disciplina relevante para garantir ao cidadão o exercício dos seus direitos e deveres no mundo financeiro, possibilitando a tomada de decisões acertadas.

A capacidade de uma pessoa de fazer as escolhas certas, exercendo seus direitos e cumprindo os deveres que lhe são impostos, chamamos de cidadania financeira. É um conceito que decorre do termo cidadão.

1. As informações deste capítulo foram reunidas pela autora a partir de consulta aos sites: www.vidaedinheiro.gov.br; www.bcb.gov.br/cidadaniafinanceira; www.meufuturoseguro.gov.br; www.investidor.gov.br; www.previc.gov.br; e www.aefbrasil.org.br.

2. Mestre em Direito e Economia. Chefe do Departamento de Administração e Finanças da Susep. Membro titular do Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF). Foi membro titular da Comissão Permanente da Educação Financeira do Brasil (CONEF) de janeiro de 2016 a junho de 2018.

Segundo o *Dicionário Aurélio*, cidadão é aquele indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado, ou no desempenho de seus deveres para com este. De acordo com a Constituição Federal, ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: ter direitos civis.

Por sua vez, cidadania é o conjunto de direitos e deveres exercidos por um indivíduo que vive em sociedade, no que se refere ao seu poder e grau de intervenção no usufruto de seus espaços e na sua capacidade de intervir nele e de transformá-lo. Essa expressão vem do latim *civitas*, que quer dizer cidade.

Assim, para que as pessoas estejam no domínio pleno da sua condição de cidadão, precisam exercer seus direitos também no campo das finanças. E para que isso se torne possível é necessário aprender e compreender conceitos básicos a respeito desse universo. Por isso, a importância da educação financeira no mundo, como se pode ver no texto citado a seguir:



A S&P Global Financial Literacy Survey, a mais abrangente pesquisa global sobre educação financeira, divulgada em 2016, apurou que dois em cada três adultos no mundo são analfabetos financeiros. Com base em entrevista com 150 mil adultos em mais de 140 países, a pesquisa investigou o conhecimento da população mundial sobre quatro conceitos financeiros básicos: diversificação de risco, inflação, habilidade numérica e juros compostos.

Infelizmente, com o alto grau de analfabetismo no planeta, o desafio de educar os cidadãos nesse campo das finanças não é exatamente uma prioridade dos governantes. E, longe de se mostrar uma tarefa fácil, tem sido motivo de preocupação de muitos economistas e agentes de regulação, pois há evidências de que as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico são gravemente afetadas em razão dos efeitos causados pelas más escolhas financeiras da sociedade.

A partir da crise econômica de 2008, o tema despertou interesse de muitos especialistas e não para de crescer o número de investigações e pesquisas que demonstram a relação de causa e efeito entre a ausência de padrões financeiros corretos e as grandes crises.

As conclusões dessas pesquisas são que as habilidades de administração de dinheiro se mostram mais importantes do que nunca para navegar nas realidades econômicas do mercado moderno. Influenciam significativamente no sucesso da busca pela riqueza e impactam nos resultados das políticas públicas em diversos setores, pois ajudam a sociedade a entender melhor a economia como um todo, aumentam a propensão para poupança após aposentadoria, reduzem o nível de endividamento etc.

Não é por acaso que a educação financeira está presente em pelo menos 8 dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) que fazem parte do Protocolo Internacional da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), relacionado à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, cujo compromisso de implementação foi assumido em 2015 pelo Brasil e por mais 193 países. A figura abaixo mostra os ODSs:



Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ligados à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

A Agenda 2030 representa uma ferramenta orientadora para planejamento de ações e políticas públicas perenes, capazes de levar o mundo ao efetivo alcance do desenvolvimento sustentável. Em busca do equilíbrio entre a prosperidade humana e a proteção do planeta, seus principais alvos são: acabar com a pobreza e a fome, lutar contra as desigualdades e combater mudanças climáticas.

Nesse sentido, a educação financeira das populações tem papel muito relevante na construção e na consolidação das políticas e ações desenvolvidas, pois, ao moldar o comportamento e as escolhas de consumo

pelos indivíduos, cria um ambiente que favorece o equilíbrio em todos os aspectos, característica essencial para a sustentabilidade dos impactos perseguidos em cada um dos ODSs.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO MUNDO: O PAPEL DA OCDE

A educação financeira tornou-se um importante complemento à conduta do mercado, à regulação prudencial (regulação financeira que estabelece requisitos para as instituições financeiras, com foco no gerenciamento de riscos e nos requerimentos mínimos de capital para fazer face aos riscos decorrentes de suas atividades) e à melhoria dos comportamentos financeiros individuais, sendo hoje uma prioridade política de longo prazo em muitos países.

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)³ e sua Rede Internacional de Educação Financeira (INFE)⁴ tem como missão a realização de pesquisas e o desenvolvimento de ferramentas visando apoiar os países – membros e aderentes a desenhar e implementar estratégias nacionais de educação financeira.



Nesse passo, foram desenvolvidos, em 2012, Os Princípios de Alto Nível sobre Estratégias Nacionais de Educação Financeira (*The High-level Principles on National Strategies for Financial Education*) pela Rede Internacional de

3. A OCDE é uma organização internacional composta atualmente de 35 países, com sede em Paris, na França, e tem por objetivo promover políticas que visem ao desenvolvimento econômico e ao bem-estar social de pessoas por todo o mundo. O Brasil não faz parte do grupo, mas é um parceiro-chave, com quem a OCDE mantém cooperação desde o início dos anos 1990. Nessa posição, tem a possibilidade de participar dos diferentes órgãos da entidade, aderir aos seus instrumentos legais, se integrar aos informes estatísticos e revisões por pares de setores específicos do órgão, e tem sido convidado a participar de todas as suas reuniões ministeriais desde 1999. O Brasil contribui para o trabalho dos comitês e participa em pé de igualdade com os países-membros em diversos órgãos e projetos importantes da entidade.

4. No âmbito da Rede Internacional de Educação Financeira OCDE/INFE, o Brasil é representado pelo BCB e pela CVM como membros plenos. Além disso, participam como membros regulares a Susep, a Previc, a Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), a Secretaria da Previdência do Ministério da Economia e o Ministério da Educação.

Educação Financeira da OCDE (OCDE/INFE), com representantes de mais de 100 economias, incluindo todos os membros do G20 e organizações internacionais relevantes. A versão final desses princípios foi aprovada pelo Comitê dos Mercados Financeiros e pelo Comitê de Seguros e Pensões Privadas em abril de 2012, e endossada pelos líderes do G20 na Cúpula de Los Cabos.

Em um número crescente de países, as implicações a longo prazo dos baixos níveis de educação financeira entre a maioria da população estão levando os governos a agir de forma cada vez mais ativa para uma mudança desse cenário. Em 2021, a OCDE/INFE conta com a adesão de mais de 240 instituições públicas – incluindo bancos centrais, reguladores e supervisores financeiros – em mais de 110 países.

Em 2013, a fim de monitorar o progresso dos governos das principais economias do mundo na implementação de estratégias nacionais para melhorar a educação financeira, foi publicado pela OCDE, em conjunto com a presidência do encontro do G20 realizado na Rússia, o documento *Advancing National Strategies for Financial Education*.



A publicação, com contribuições de 21 países-membros do G20 e de países convidados⁵, destaca as principais características das experiências dos países e, em especial, a lógica para o desenvolvimento de estratégias nacionais, o *status* em cada país, principais objetivos e seus elementos fundadores.

Também aponta para as diferentes estruturas governamentais estabelecidas para projetar e implementar estratégias nacionais, assim como para o papel dos *stakeholders* e suas principais direções e desafios de implementação. Por fim, propõe possíveis áreas para novas ações políticas.

Outra relevante publicação nesse tema são os relatórios de testes periódicos do Programa de Avaliação Internacional de Estudantes (PISA) da OCDE sobre o desempenho dos alunos. Cerca de 600 mil estudantes concluíram a avaliação em 2018, representando algo em torno de 32 milhões de jovens de 15 anos nas escolas dos 79 países e economias participantes. No Brasil, 10.691 estudantes,



5. Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, República Popular da China, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, Coreia, México, Holanda, Federação Russa, Arábia Saudita, Cingapura, África do Sul, Espanha, Turquia, Reino Unido e Estados Unidos, além da União Europeia.

em 638 escolas, completaram a avaliação, representando 2.036.861 estudantes de 15 anos (65% da população total de 15 anos).

Os dados levantados no exame do PISA 2018, divulgados em 2020, apontaram que⁶:

- a) O *status* socioeconômico foi um forte preditor de desempenho em leitura, matemática e ciências no Brasil. Alunos favorecidos superaram os desfavorecidos na leitura em 97 pontos (média da OCDE: 89 pontos). No PISA 2009, a diferença de desempenho na leitura relacionada ao *status* socioeconômico era de 84 pontos no Brasil (média da OCDE: 87 pontos).
- b) No Brasil, cerca de um em cada dez estudantes desfavorecidos de alto desempenho não espera concluir o ensino superior, enquanto entre os alunos mais favorecidos de alto desempenho, a proporção é de um em 25.
- c) Em média, nos países/economias da OCDE, 94% dos estudantes relataram que obtêm essas informações financeiras dos pais; 77% relataram que a internet é uma fonte desses dados; aproximadamente metade de todos os estudantes afirmou obter informações sobre questões financeiras de amigos (51%), da televisão ou do rádio (50%) ou de professores (50%); e aproximadamente um quarto deles relatou que obtêm essas informações de revistas (25%).
- d) Os estudantes mais familiarizados com as finanças ou os termos relacionados à economia também tinham maior conhecimento financeiro, medido pela avaliação de alfabetização financeira do PISA 2018. Cada termo adicional, dos 18 propostos, que um aluno relatou ter aprendido na escola nos 12 meses anteriores e cuja definição o aluno ainda conhecia estava associado a um aumento em sua pontuação de alfabetização financeira, em média nos países/economias da OCDE. Depois de considerar o sexo, o aluno e o perfil socioeconômico da escola, assim como o histórico de imigrantes, cada termo adicional foi associado a uma melhoria de três pontos na pontuação de alfabetização financeira.
- e) Em média, nos países e economias da OCDE, 15% dos estudantes tiveram desempenho abaixo do nível 2 em alfabetização financeira. Esses alunos exibiam apenas habilidades básicas de alfabetização financeira, como identificar termos e produtos financeiros comuns e interpretar informações relacionadas a conceitos financeiros básicos. Eles podem ter sido capazes

de reconhecer a diferença entre necessidades e desejos e tomar decisões simples sobre gastos diários, mas ainda não foram capazes de aplicar seus conhecimentos para tomar decisões financeiras em contextos que não eram imediatamente relevantes para eles, como reconhecer o valor de um orçamento simples ou realizar uma mera avaliação do valor pelo dinheiro. Mais de um em cada três estudantes no Brasil, Bulgária, Geórgia, Indonésia e Peru se apresentou abaixo do nível 2; e mesmo em países e regiões de alto desempenho econômico, como as províncias canadenses (Colúmbia Britânica, Manitoba, New Brunswick, Terra Nova e Labrador, Nova Escócia, Ontário e Ilha do Príncipe Eduardo), a Estônia, a Finlândia e a Polônia, entre 5% e 10% dos alunos obtiveram pontuação abaixo do nível 2.

No Brasil, cerca de um em cada dez estudantes desfavorecidos de alto desempenho não espera concluir o ensino superior, enquanto entre os alunos mais favorecidos de alto desempenho, a proporção é de 1 em 25

Essas conclusões dão conta de que o investimento, cada vez mais cedo, para a promoção da educação financeira das populações, em todos os níveis socioeconômicos, é uma necessidade. Os países que investem nesse tipo de educação têm potencial de alcançar melhores resultados na implantação das políticas públicas voltadas para a estabilidade econômica e financeira.

O desafio não é simples, e se agrava em países como o Brasil, que tem significativo grau de analfabetismo da população e alto percentual de evasão escolar. Na última edição do PISA 2018, o resultado mostrou que o país apresenta baixa proficiência em leitura, matemática e ciências, se comparado com outros 78 países que participaram da avaliação. A publicação revelou ainda que 68,1% dos estudantes brasileiros com 15 anos de idade não possuem nível básico de matemática, o mínimo exigido para o exercício pleno da cidadania. Os índices estão estagnados desde 2009. Temos um longo caminho a trilhar!

MARCO REGULATÓRIO DA ENEF

Desde 2010, a partir da publicação do Decreto nº 7.397, estabeleceu-se no Brasil a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), cujo intuito foi, por meio da união de agentes de diversos setores, convergir esforços para promover e disseminar a educação financeira no país.

A estratégia reúne em torno do mesmo propósito atores dos mercados bancário, de valores mobiliários, de seguros, de previdência, assim como da área de educação e de defesa do consumidor.



6. Dados traduzidos pelo autor do texto.

A origem de tudo se deu no âmbito do Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguro, de Previdência e Capitalização (Coremec), instituído pelo Decreto nº 5.685, de 2006 – atual Decreto nº 10.465, de 2020⁷ – com o objetivo de promover a coordenação e o aprimoramento da atuação das entidades da administração federal que regulam e fiscalizam as atividades relacionadas à captação pública para formação da poupança. Compõem esse comitê o Banco Central do Brasil (BCB), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

A proposta para a adoção da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) foi resultado de 18 meses de trabalho de um grupo, instalado no âmbito do Coremec e coordenado por um representante da CVM. A ENEF foi instituída oficialmente em 2010, com os objetivos de promover e fomentar a cultura de educação financeira no país, ampliar a compreensão do cidadão, para que seja capaz de fazer escolhas conscientes quanto à administração de seus recursos, e contribuir para a eficiência e a solidez dos mercados financeiro, de capitais, de seguros, de previdência e de capitalização.

A ENEF foi elaborada em momento histórico em que o governo e a sociedade organizada adotavam medidas para atenuar os efeitos locais de grave crise financeira internacional. Mas o assunto já vinha sendo tema de debates em razão, principalmente, do crescimento do mercado bancário e do avanço da inclusão financeira, e ganhou relevância a partir da crise de 2008, quando estourou a bolha imobiliária nos Estados Unidos e os agentes perceberam que não era possível garantir a saúde financeira de um país sem a correspondente capacidade da população na tomada de decisões. Ou seja, ficou claro que a estabilidade financeira do mercado depende também da atitude dos consumidores.

Uma sociedade bem-educada financeiramente pavimenta a trajetória sustentada de desenvolvimento socioeconômico, auxilia na redução das desigualdades e promove a cidadania.

O Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), órgão de governança da ENEF, um ano após sua criação, consolidou, por meio da Deliberação nº 2, de

7. Após a extinção dos colegiados pelo Decreto nº 9.759, em 2019, no âmbito da administração pública federal, o Coremec foi recriado por meio do Decreto nº 10.465, de 18 de agosto de 2020, com as mesmas atribuições.

5 de maio de 2011, o Plano Diretor da Estratégia, contendo os programas e ações planejadas para seu desenvolvimento.

Na mesma data, por meio da Deliberação nº 3, o CONEF divulgou o nome das entidades escolhidas para representar a sociedade civil na constituição do referido comitê e iniciar a parceria para educar a população brasileira, que passou a ter a seguinte composição:

GOVERNO (INSTITUIÇÕES PÚBLICAS)



INSTITUIÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL



A figura acima mostra a presença de mais dois membros da sociedade civil: CONSED e SEBRAE, que aderiram ao CONEF no final de 2017, conforme deliberado na 29.^a reunião do referido comitê.

A Estratégia Nacional de Educação Financeira no Brasil, como na grande maioria dos países, teve sua governança protagonizada, preponderantemente, pelos órgãos reguladores do mercado financeiro, mas sua composição sofreu mutação ao longo desses dez anos.

Com a edição do Decreto nº 9.759, em abril de 2019, que estabeleceu regras e passou a limitar a existência de colegiados na administração pública federal, foi extinto o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) e seus subcomitês, permanecendo válida, no entanto, a Estratégia Nacional de Educação Financeira como política pública, na forma prevista no Decreto nº 7.397, de 2010.

A partir da publicação do Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020, criou-se a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira e foi instituído o Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF), unindo Banco Central do Brasil (BCB), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Superintendência Nacional de



Previdência Complementar (PREVIC), Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Secretaria de Previdência (SPREV) e Ministério da Educação (MEC) para compor a governança da nova ENEF.

Segundo previsto no decreto, o fórum tem como atribuições:

- a) Implementar e estabelecer os princípios da ENEF.
- b) Divulgar as ações de educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal propostas por seus membros, por outros órgãos e entidades públicas ou por instituições privadas.
- c) Compartilhar as informações sobre as ações de educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal produzidas pelos órgãos e entidades representados, para identificar as oportunidades de articulação.
- d) Promover a interlocução entre os órgãos ou as entidades públicas e as instituições privadas para estimular e, sempre que possível, integrar as ações de educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal.

Na nova concepção da ENEF, com a menção expressa dos ramos setoriais que compõem a estratégia nacional, ganham força as temáticas especializadas, como seguro, previdência, que formam a disciplina Educação Financeira de um modo geral.

GOVERNANÇA DA ENEF DE 2010 A 2020

Nesses dez anos da Estratégia Nacional de Educação Financeira no país, destaca-se o *modus operandi* da governança escolhida, envolvendo uma organização da sociedade civil de interesse público – a Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF-Brasil) – na execução direta das ações transversais.

Com essa composição híbrida, contemplando agentes de Estado e entes da sociedade civil na construção e aplicação da referida política, foi celebrado o Acordo de Cooperação Técnica entre o CONEF e a AEF-Brasil, visando ao desenvolvimento dos programas transversais por meio da captação de recursos com o setor privado e à parceria com uma série de empresas e organizações brasileiras e multinacionais.

O referido instrumento teve por objetivo estabelecer as regras de cooperação para planejamento, desenvolvimento e avaliação de iniciativas de educação

financeira, securitária e previdenciária por parte da AEF-Brasil, de acordo com as orientações traçadas pelo comitê. A execução do acordo foi detalhada por meio de planos de trabalho apresentados bianualmente pela AEF-Brasil e aprovados pelo CONEF.

A governança da ENEF contava ainda com três importantes subcomitês para apoio aos trabalhos do CONEF: a Comissão Permanente, o Grupo de Apoio Pedagógico e a Secretaria Executiva.

A Comissão Permanente, composta de um representante titular e de um suplente de cada entidade integrante do CONEF, servia como instância de suporte técnico à Estratégia Nacional de Educação Financeira. O Grupo de Apoio Pedagógico (GAP), por sua vez, atuava no assessoramento quanto aos aspectos pedagógicos relacionados à educação financeira e previdenciária. A composição do GAP, além de representantes dos órgãos reguladores, contava com significativa participação de técnicos da área de educação, profissionais que pautavam a elaboração do material e de conteúdos diversos antes de serem publicados. A Secretaria Executiva, exercida durante todo o período pelo Banco Central do Brasil, prestava o apoio administrativo e fornecia os meios necessários para o alcance dos objetivos do CONEF, de um modo geral.

A atual composição do fórum, conferindo sinergia entre os diversos órgãos públicos responsáveis pela regulação das matérias do sistema econômico financeiro do país, visa assegurar a eficiência e a relevância de programas de educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal para os diferentes atores da sociedade, afastando a duplicidade de esforços. Além disso, a partir da visão da educação fiscal, há perspectiva de integrar a necessária compreensão por parte da população das relações entre finanças públicas e privadas, com impactos positivos de curto, médio e longo prazos para os cidadãos e para a sociedade como um todo.

Não há previsão de serem criados subcolegiados permanentes no âmbito do FBEF. Em consonância com as orientações contidas no Art. 6º, VI, do Decreto nº 9.759, de 2019, excepcionalmente, quando houver matéria específica a ser analisada, poderão ser criados grupos de trabalho em caráter temporário e com entregas bem estabelecidas, para essa finalidade.

A governança da ENEF contava ainda com três importantes subcomitês para apoio aos trabalhos do CONEF: a Comissão Permanente, o Grupo de Apoio Pedagógico e a Secretaria Executiva

A EXECUÇÃO DA ENEF NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS

Até aqui, a execução da estratégia se deu pelo desenvolvimento de ações transversais, coordenadas pelo CONEF, mas também por meio das ações setoriais, desenvolvidas isoladamente por cada um dos membros que o compunham.

As ações transversais são aquelas implementadas pelos esforços conjuntos dos membros que compuseram a governança da ENEF no período. Fazem parte desse eixo o Programa Educação Financeira nas Escolas, o Programa Educação Financeira para Adultos em Vulnerabilidade, o Selo ENEF e a realização da Semana ENEF.

As ações setoriais, por outro lado, são aquelas desenvolvidas separadamente por cada um dos membros, sempre alinhadas às diretrizes propostas pela ENEF e regidas pelos objetivos e papéis desempenhados por cada instituição que compõe a estratégia e contribui para ela.

São exemplos desse conjunto: o Programa de Educação Previdenciária (PEP), desenvolvido pelo INSS com a finalidade de ampliar a cobertura previdenciária por meio da inclusão e permanência dos trabalhadores brasileiros nos regimes de previdência, o [Guia de Orientação e Defesa do Consumidor da Superintendência de Seguros Privados \(SUSEP\)](#), lançado em 2016 em comemoração aos 50 anos da autarquia, e o [site Meu Bolso em Dia](#), voltado à educação financeira das pessoas e famílias, da FEBRABAN (Federação Brasileira de Bancos).

Com o objetivo de auxiliar no desenvolvimento e execução da estratégia, foi lançado, em agosto de 2008, o [site da ENEF \(www.vidaedinheiro.gov.br\)](#), com a finalidade inicial de cadastrar ações de educação financeira, gratuitas e de conteúdo não comercial existentes no Brasil, permitindo a formação de um inventário nacional.

Entre 2010 e 2011, foi aplicado, em parceria com o Banco Mundial, o projeto piloto Educação Financeira nas Escolas para Ensino Médio, em 891 escolas públicas de seis estados do país. Posteriormente, a AEF-Brasil atuou na disseminação dos materiais elaborados nesse piloto e impactou cerca de 3 mil escolas.

Em 2017, como fruto do esforço e dedicação do CONEF, com relevante atuação do Grupo de Apoio Pedagógico, a educação financeira foi incluída na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento oficial, previsto em lei, que

define os conhecimentos essenciais que todos os alunos da Educação Básica têm o direito de aprender. A BNCC deve ser obrigatoriamente observada na elaboração e na implementação de currículos das redes públicas e privadas, urbanas e rurais.

A homologação da BNCC foi possível graças ao apoio de entidades ligadas ao setor, entre elas a AEF-Brasil. Na prática, isso significa que a temática da educação financeira passou a fazer parte de uma relação de assuntos incorporados às propostas pedagógicas de estados e municípios. De forma direta, os conteúdos e habilidades do tema passaram a ser trabalhados em matemática, nas turmas de 5º, 6º, 7º e 9º anos do Ensino Fundamental, com outras possibilidades de trabalho interdisciplinar com as demais áreas de conhecimento. O trabalho com educação financeira, que antes ocorria por adesão voluntária dos estados e municípios, tornou-se oficial para todos, conforme consta na BNCC, e está mais bem explorado no capítulo 4.

De lá para cá, muita coisa foi realizada no âmbito do acordo celebrado entre o CONEF e a AEF-Brasil. Os projetos e programas serão detalhados nos próximos capítulos.



Capítulo 2

O papel da AEF-Brasil na execução da Estratégia Nacional de Educação Financeira

Claudia M. J. Forte⁸

Por acreditar na importância da educação financeira para a solidez do sistema financeiro e para a qualidade de vida da sociedade brasileira, quatro instituições representativas do mercado financeiro instituíram a AEF-Brasil no ano de 2012, para elevar essa causa ao patamar das causas mais relevantes no Brasil. São elas: ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais), B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), CNSeg (Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização) e FEBRABAN (Federação Brasileira de Bancos). Possibilitar que a educação financeira chegue a todo brasileiro é dar oportunidades igualitárias de tomada de decisão financeira autônoma e saudável para sua vida, fortalecendo, portanto, a cidadania. Assim, a AEF-Brasil, ao desenvolver seus projetos, contribuiu e continua contribuindo para o desenvolvimento econômico e social e, especialmente, para o exercício da plena cidadania e da prática da democracia.

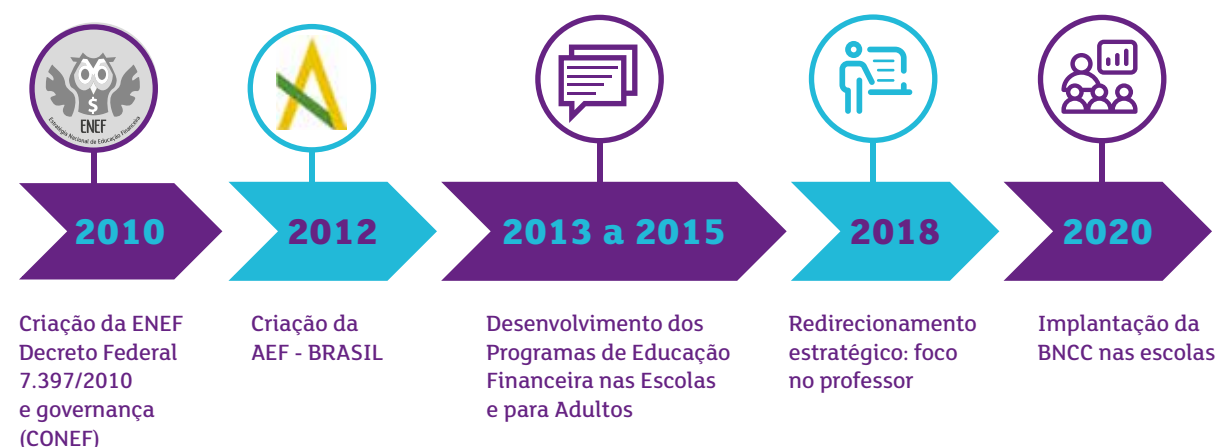
Essa configuração de constituição da AEF-Brasil proporcionou um modelo estável de atuação, pois abrigava em seu conselho as quatro instituições privadas de maior relevância no mercado financeiro, o que possibilitou maior abrangência na captação de recursos junto ao setor privado para execução dos projetos de caráter público e gratuitos, então deliberados pelo CONEF, e por meio da execução dos planos de ação anuais (bianuais a partir de 2016).

A base de atuação da AEF-Brasil para execução do convênio foi a parceria público-privada, por meio de apoio ou de patrocínio para a viabilização de projetos, bem como cooperação técnica institucional para a aplicação desses projetos no ambiente adequado.

Os princípios que basearam toda a ação da AEF-Brasil, quer seja no desenvolvimento do portfólio, bem como na fase de disseminação dos programas são:

8. Doutora em Integração da América Latina, professora, pesquisadora e consultora. Superintendente na AEF-Brasil desde dezembro de 2015.

- a) Rigor técnico: investimento em pesquisa, métodos e avaliação, de modo a se obter respostas técnicas para os resultados alcançados.
- b) Inovação: propõe-se a identificar novas formas de promover a educação financeira.
- c) Colaboração: atuação com diversos setores e perfis distintos de organização para alcance de seus resultados.
- d) Isenção e transparência: atuação de forma transparente e autônoma, tendo seus recursos e esforços canalizados unicamente para os interesses da promoção da educação financeira.



Na figura acima, é possível acompanhar a linha do tempo da AEF-Brasil, a partir do Decreto Federal de 2010, que coloca o Brasil entre as nações do mundo que possuem Estratégia Nacional de Educação Financeira. Para operar, desenvolver e disseminar a estratégia, foi tomada a decisão da criação da Associação de Educação Financeira do Brasil como Oscip (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), que passa a coordenar as ações de políticas públicas, bem como a execução de projetos voltados à educação financeira no país, tendo como público-alvo escolas públicas de Ensino Fundamental e de Ensino Médio, e adultos em vulnerabilidade social.

De 2013 a 2015, a AEF-Brasil desenvolveu os programas de educação financeira para os dois públicos-alvo, criando tecnologias sociais e material didático de apoio às iniciativas, como os livros didáticos para os professores e alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Em 2018, o professor passou a ser o centro das ações da AEF-Brasil, com a criação do Ecossistema de Educação Financeira e o desenvolvimento do portfólio de materiais para serem utilizados em sala de aula, que incluiu: nova plataforma Vida e Dinheiro, *game* Tã O\$ \$0, curso EAD Finanças sem Segredos, websérie *R\$100 Neuras* e cinco documentários nacionais *Sua*

Escola, Nossa Escola. Durante todo o percurso de desenvolvimento de ações e materiais, a associação continuou a articulação para que a educação financeira fizesse parte da BNCC e a vitória chegou em 2018, quando da homologação da Base e da inclusão da educação financeira como tema transversal.

Fazendo jus à missão para a qual foi criada e também em cumprimento ao convênio com o CONEF, foram desenvolvidos e executados pela AEF-Brasil quatro grandes projetos “guarda-chuva”, que serão detalhados a seguir.

PROJETO 1 – EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS PÚBLICAS

A educação financeira, com base no Documento de Orientações para Educação Financeira nas Escolas (Plano Diretor da ENEF, 2010), é importante, pois desenvolve nas crianças e jovens as competências e habilidades necessárias para lidar com as decisões financeiras que tomarão ao longo da vida.

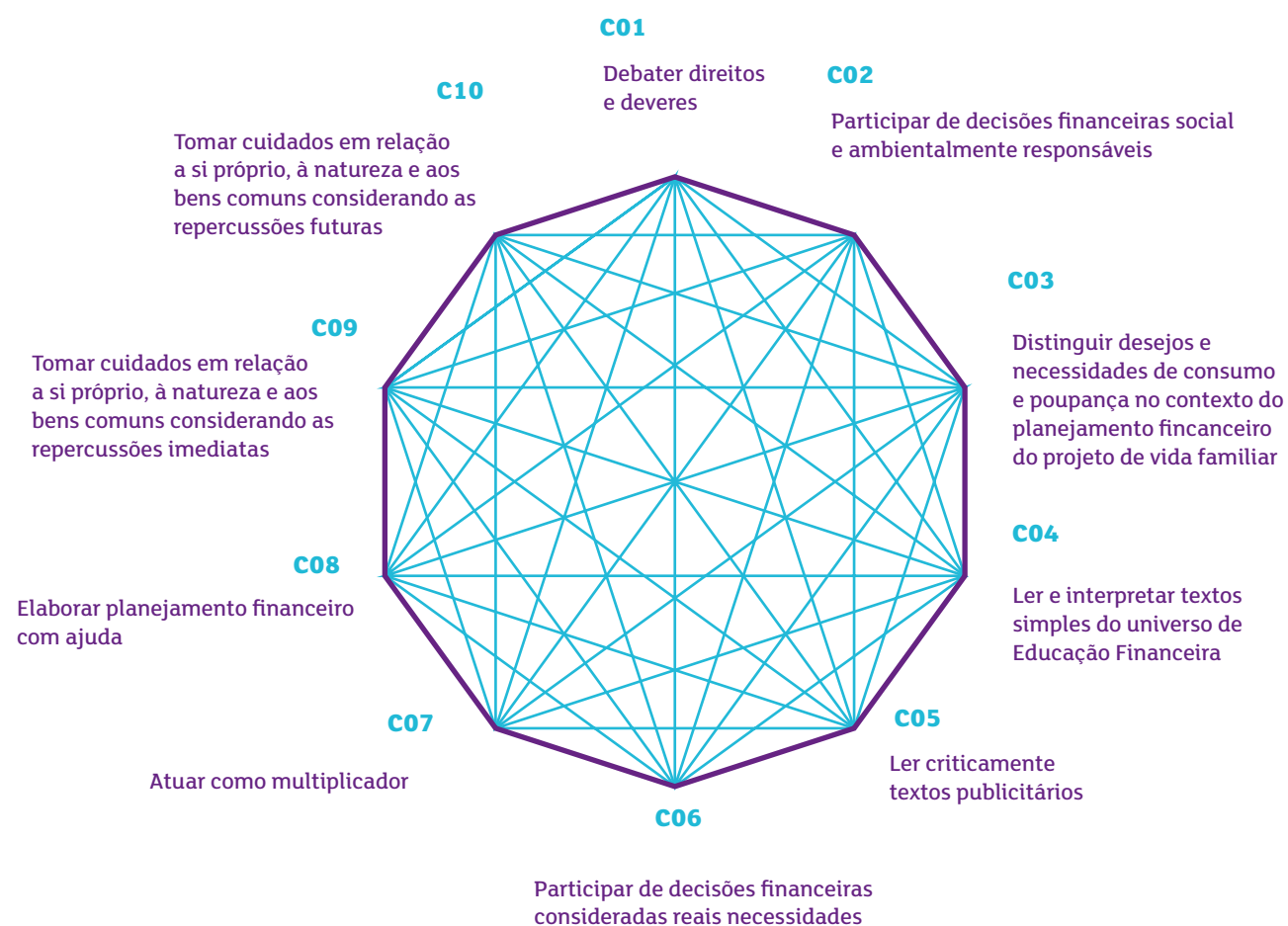
A educação financeira não se resume a um conjunto de saberes puramente matemáticos ou de instrumentos de cálculo. Está amparada em áreas complexas como a Psicologia Econômica e a Economia Comportamental e, por isso, acessar educação financeira é provocar mudanças de comportamento, por meio da leitura de realidade, do planejamento de vida, da prevenção e da realização individual e coletiva. Assim, como em todos os processos educacionais, quanto mais cedo iniciamos com as crianças, maiores as chances de termos um adulto mais consciente e autônomo com relação ao processo de tomada de decisões no âmbito financeiro.

A escola é um dos ambientes de aprendizado dos alunos, é ali que os estudantes aprendem não somente os conhecimentos cognitivos, mas também o que provoca o sentimento de pertencimento, o que lhes proporciona capacidade de administrar sua vida em sociedade, de fazer escolhas e de sonhar, assim como de descobrir formas de realização dos caminhos que traçarem. A educação financeira, aqui compreendida como tema transversal, dialoga com os diversos conteúdos e competências especificadas na BNCC, tanto para o Ensino Médio como para o Ensino Fundamental.

O Programa de Educação Financeira nas Escolas de Ensinos Fundamental e Médio, foi idealizado como modelo pedagógico e completado com uma coleção de livros para os 12 anos da educação básica, que oferecem ao aluno e ao professor atividades educativas que permitem a inserção do tema na vida escolar.

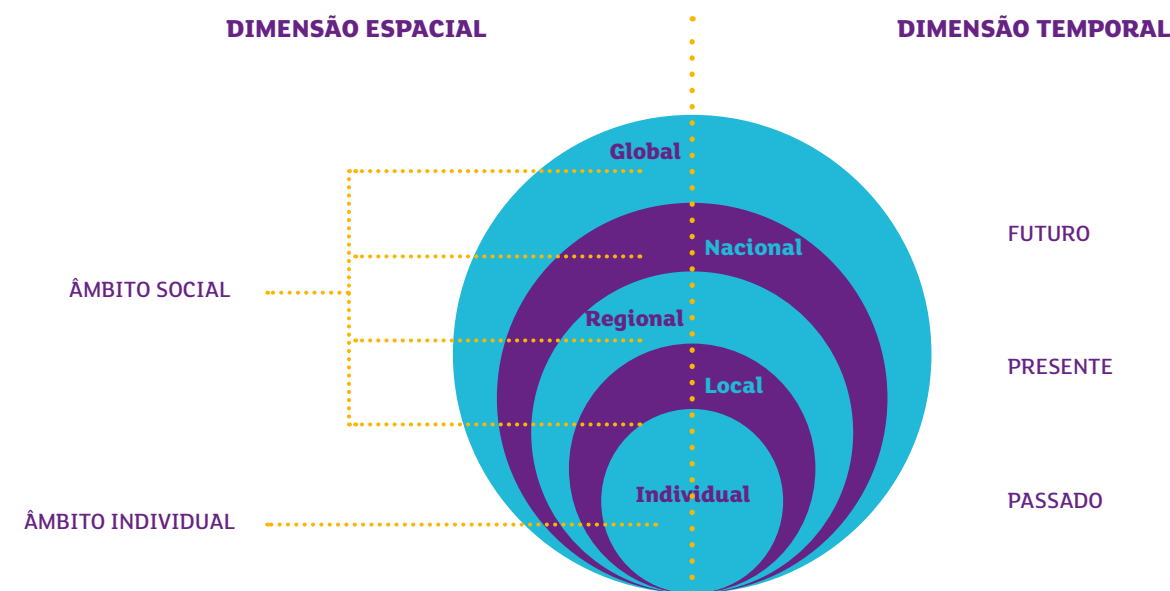
O modelo pedagógico e o conteúdo foram concebidos tendo como base o documento “Orientação para Educação Financeira nas Escolas” (2017), construído ao longo de um ano, com a participação do Ministério da Educação (MEC), da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e de diversas outras instituições educacionais e financeiras, sob a coordenação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Esse documento embasa e propõe a forma de alinhamento da educação financeira e de seus conteúdos formais ao currículo da Educação Básica, fundamentado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e seus instrumentos normativos. A proposta foi oferecer ao aluno informações e orientações que favoreçam a construção de um pensamento financeiro consistente e o desenvolvimento de comportamentos mais autônomos, conscientes e saudáveis. Na figura a seguir, podemos observar a descrição das competências:



Tanto o modelo pedagógico quanto a coleção desenvolvida colocam o aluno como protagonista de sua história e o auxiliam na construção de seu projeto de vida, dando a ele condições claras e bem orientadas de planejar, organizar e realizar o futuro que almeja, em conexão com o entorno familiar e social a que pertence, evidenciando a força transformadora da educação financeira em diferentes fases da vida, força essa provocadora da mobilidade social, da melhora do nível de poupança do país, da redução do endividamento, da redução do estresse emocional, dentre outras potências transformadoras.

A figura abaixo demonstra como a educação financeira é comprometida com o cotidiano, que acontece sempre em duas dimensões: tempo e espaço. Na dimensão espacial, os conceitos financeiros são tratados tomando-se como ponto de partida o impacto das ações individuais sobre o contexto social, ou seja, das partes com o todo e vice-versa. Essa dimensão compreende ainda os níveis individual, local, regional, nacional e global, que se encontram organizados de modo inclusivo. Na dimensão temporal, os conceitos são abordados com base na noção de que as decisões tomadas no presente podem afetar o futuro. Os espaços são atravessados por essa dimensão, que conecta passado, presente e futuro numa cadeia de inter-relacionamentos que permitirá perceber o presente não apenas como fruto de decisões tomadas no passado, mas como o tempo em que se tomam certas iniciativas cujas consequências e resultados – positivos e negativos – serão colhidos no futuro.



A) EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ENSINO MÉDIO



A tecnologia educacional foi testada nos anos de 2010 e 2011, como projeto piloto, envolvendo 891 escolas públicas de cinco estados brasileiros (TO, RJ, MG, SP e CE) e o Distrito Federal, contando com a participação de aproximadamente 27 mil estudantes e 1.800 professores. Seu resultado, obtido com base em um método de avaliação rigorosa do Banco Mundial, apontou maior capacidade do jovem de poupar, fazer lista de despesas mensais, negociar preços e meios de pagamento ao realizar compras, além de construir planos pessoais para alcançar seus objetivos. Nesse projeto piloto, no qual os pais dos alunos foram envolvidos, foi maior a participação de todos no diálogo sobre questões financeiras, como orçamento doméstico familiar, por exemplo.

Os livros do Ensino Médio foram elaborados com base em alguns princípios pedagógicos como diferenciais:

- a) A responsabilidade socioambiental e a postura ética como fator relevante e ligado ao comportamento do cidadão e ao conceito de cidadania;
- b) A postura do aluno como multiplicador do conhecimento nos meios em que vive, em especial sua família;
- c) A tomada de decisão autônoma e consciente, por considerar que há vários caminhos, cenários e realidades distintas para lidar com as questões financeiras cotidianas e de longo prazo.



O conjunto de livros para os professores e alunos do Ensino Médio foi desenvolvido com o apoio do Instituto Unibanco, em colaboração com o Grupo de Apoio Pedagógico, liderado pelo Ministério da Educação, com especial participação do CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação – e da UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação –, assim como de instituições públicas e privadas representativas do setor financeiro. O conteúdo e as situações didáticas que compõem os livros estão alinhados com as diversas áreas do conhecimento e da vida escolar dos jovens do Ensino Médio, o que permite que professores trabalhem conteúdos financeiros do cotidiano desses estudantes associados ao seu momento de vida, como trabalho, empreendedorismo, conquistas, desejos, proteção, investimento, família e universidade.

Dessa forma, de 2012 a 2015, a AEF-Brasil atuou especialmente na primeira onda de disseminação do Programa de Educação Financeira nas Escolas para Ensino Médio, atingindo quase 3 mil escolas, capacitando mais de 10 mil professores e nos 26 estados da União e no Distrito Federal. O foco na primeira onda de disseminação foi cumprir o acordo feito com o MEC, à época do Ministro Aloizio Mercadante, de testar os materiais em 3 mil escolas no país, por meio da entrega de livros para alunos e professores e da capacitação de pelo menos três professores por escola.

Na segunda onda de disseminação do programa – 2016 a 2019 –, foram consolidados quatro polos estaduais em parceria com as secretarias de Educação e universidades federais nos estados de Paraíba, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Tocantins. Os resultados dos polos serão apresentados em detalhes nos capítulos 4 a 8.

B) EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Levando em conta o avanço do projeto piloto com o ensino médio e dada a necessidade de fazer chegar a educação financeira também junto aos anos iniciais da educação básica, foi desenvolvido um projeto pedagógico estruturado para contribuir com os principais eixos do conhecimento da escola na atualidade, despertando o pensamento em educação financeira desde cedo, tendo como *locus* de ação a escola pública. Quanto à aprendizagem, além de contribuir para o pensamento das áreas do conhecimento em educação financeira, colabora para a melhoria do desempenho dos alunos em Língua Portuguesa e Matemática, pois seu conteúdo e sua proposta pedagógica foram definidos de modo transversal e interdisciplinar.



Tanto o modelo conceitual, que envolve todo o portfólio, quanto as atividades educativas propostas foram construídos e validados pelos representantes dos setores educacional e financeiro, incluindo o Ministério da Educação, a UNDIME e o CONSED, na instância do GAP – Grupo de Apoio Pedagógico.

A tecnologia foi desenvolvida com base na reprodução da ideia de ciclos e integrando os conteúdos formais (financeiros) aos conteúdos sociais (situações reais cotidianas da faixa etária dos alunos, envolvendo organização pessoal e financeira, assim como decisões de consumo e poupança).

Os objetivos propostos para o modelo conceitual do Ensino Fundamental foram:

- ✓ Formar para a cidadania
- ✓ Ensinar a consumir e a poupar de modo ético, consciente e responsável
- ✓ Oferecer conceitos e ferramentas para a tomada de decisão autônoma baseada em mudança de atitude
- ✓ Ensinar a curto, médio e longo prazos
- ✓ Desenvolver a cultura da prevenção

Para os livros do 1º ao 4º ano foram trabalhados os eixos temáticos: a) produção e consumo, b) organização, c) cuidados e d) planejamento, que se repetem ao longo dos quatro anos, mas com conteúdos sociais sendo abordados de forma diferente em cada ano.

Os livros do segundo ciclo do fundamental – do 5º ao 9º ano – tiveram os conceitos financeiros trabalhados por meio de narrativas imaginárias, utilizando uma abordagem lúdica que convida a uma participação mais ativa dos alunos.

Em 2015, o programa foi aplicado em dois municípios: Joinville (SC) e Manaus (AM). Participaram 400 professores, 14.886 alunos de 651 turmas de 201 escolas públicas, sendo 72 instituições de Joinville e 129 de Manaus.

Em 2016, foi divulgado o resultado da **Avaliação de Impacto**, conduzida pelo Banco Mundial. Também nesse ano, todos os livros e vídeos de formação para os professores foram disponibilizados gratuitamente no **site www.vidaedinheiro.gov.br**.

Dessa forma, desde 2016, a AEF-Brasil atuou na elaboração e disseminação do Programa de Educação Financeira nas Escolas para Ensino Fundamental, atingindo cerca de 1.340 escolas, capacitando cerca de 8.000 professores e multiplicadores em 12 estados e impactando mais de 207.510 alunos.



Em 2017, em parceria com a TV Escola, foi criado o Ecossistema de Educação Financeira, no qual se inseriu a nova plataforma Vida e Dinheiro, sob coordenação da CVM (no exercício da presidência do CONEF) e operação da AEF-Brasil. Nele, o professor foi colocado no foco das ações por se entender que ele é o principal vetor para consolidação dos conceitos de educação financeira e para a mudança de comportamento das novas gerações. A figura abaixo reproduz a essência do ecossistema: convergência de ações e olhares, com foco no professor como agente ativo da mudança.

ECOSSISTEMA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA



As evidentes mudanças no padrão de comportamento no que tange à utilização das tecnologias da informação também influenciaram a proposta para o biênio 2017-2018. A ampliação do meio virtual como ferramenta de trabalho, a propagação das redes sociais e a utilização de *games* pedagógicos apontaram para a necessidade de ações em ambientes virtuais de aprendizagem, buscando a sintonia com a cultura digital. Dessa forma, foi desenvolvido o portfólio composto dos itens descritos a seguir.



Websérie R\$100 Neuras

Websérie R\$100 Neuras

Em 13 episódios com cinco minutos de duração, a websérie trata de assuntos como equilíbrio financeiro, gestão inteligente do dinheiro, poupança e controle de gastos, tudo isso num país que se chama Perrenguistão, expressão muito usada pelos adolescentes brasileiros: ao se referirem a situações em que o dinheiro é curto, eles relatam “estar no perrengue”. Tudo na voz da *youtuber* Fernanda (ou Fê), personagem vivida pela atriz Raissa Venâncio, que relata suas dificuldades com a gestão das próprias despesas, sugerindo dicas para uma administração adequada do dinheiro. Voltada para jovens de 14 a 18 anos, a série é uma produção da Roquette Pinto Comunicação Educativa em parceria com AEF-Brasil.



Os episódios são exibidos pela TV Escola e também no YouTube Vida e Dinheiro.



Documentários Sua Escola, Nossa Escola

Série documental da TV Escola que já está na 6.^a temporada e, desde 2008, vem mostrando experiências exitosas com foco na melhoria dos processos de ensino e aprendizagem em escolas da rede pública. Matemática, Alfabetização em Língua Portuguesa e Iniciação Científica já foram temas de temporadas.

Com cinco episódios de 26 minutos, os documentários foram totalmente gravados nas escolas dos municípios Araguaína (TO), Palmas (TO), Macapá (AP), Joinville (SC) e Manaus (AM), e contêm entrevistas com professores, pais, alunos, diretores, coordenadores pedagógicos e outros personagens do cotidiano escolar.



Making of do documentário Sua Escola, Nossa Escola

Game Tá O\$SO

O *game* acontece em um ambiente de uma cidade e os personagens são todos representados de forma lúdica com missões para cumprir. Ou seja, o aluno adquire conhecimentos e habilidades por meio das mecânicas de aprendizado próprias da linguagem de *games* para evoluir no jogo. Enquanto controla a vida de seu personagem virtual, o jogador é desafiado a tomar decisões nas situações simuladas, sobre temas relacionados à educação financeira, empreendedorismo, sustentabilidade, consumo consciente, investimentos, qualidade de vida, desenvolvimentos pessoal e profissional.



Game Tá O\$SO

O desenvolvimento do *game* envolveu várias fases de pré-testes e testes, começando pela realização de um *workshop* em 2016, nas dependências da TV Escola, que contou com a participação de profissionais do mercado de *games*, professores e membros do CONEF e da AEF-Brasil, quando se identificou que jogos educativos e aplicativos em realidade virtual têm o

potencial de disseminar os conceitos teóricos de educação financeira por meio de uma linguagem lúdica e adaptada para as novas gerações.

O objetivo geral e mais importante do “Game de Educação Financeira” foi promover a adequação e a convergência de todo o material de conteúdo didático-pedagógico desenvolvido pela ENEF para a linguagem do público-alvo, jovens estudantes com idades de 7 a 18 anos, tornando assim o tema atrativo e promovendo mudanças comportamentais significativas.

A “gameificação” de conteúdo foi feita pela TV Escola, em conjunto com a equipe interna e consultores contratados, entre eles a especialista em educação financeira Cássia D’Aquino Filocre e os especialistas em *game* educacional da empresa Manifesto Games, tendo o conteúdo do jogo sido aprovado pelo Grupo de Apoio Pedagógico – GAP.

A testagem do *game* foi realizada em dois momentos no ano de 2018: com 14 jogadores profissionais, no Rio de Janeiro, e em duas escolas públicas estaduais de Belo Horizonte (MG) – E.E. Padre João Botelho (Ensino Fundamental II e Ensino Médio) e E.E. Professora Alaíde Lisboa (Ensino Médio) –, com 542 alunos e com a participação de seis professores, que aderiram de forma espontânea. A seguir, o depoimento de dois participantes:

A experiência que eu tive foi boa, pois mostrou que tem que levar a vida com cautela e não nos saciar com compras pra não termos uma vida financeira ruim e investir mais em nosso futuro. – Jéssica Dandara. 16 anos, Escola Estadual Alaíde Lisboa (Belo Horizonte, MG).

[...] eu acho que o jogo na aula de matemática é muito interessante, porque os alunos têm a forma lúdica de estar aprendendo alguns conteúdos e esses que estão fazendo o teste hoje de matemática financeira, ajuda na vida, né? A aprender como consumir, fazer consumo consciente... Eu estou participando de alguns grupos e eles estão gostando bastante: “ah, isso não interessa”, “isso tá muito caro”. – Silvia, professora de matemática na Escola Estadual Padre João Botelho (Belo Horizonte, MG).

Para a comunidade escolar, o legado deixado pela ENEF foi muito significativo e está expresso na figura a seguir:



PROJETO 2 – EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA ADULTOS EM VULNERABILIDADE ECONÔMICA

O estudo realizado pelo Instituto Data Popular, em 2008, por ocasião do desenvolvimento da Estratégia Nacional de Educação Financeira, apontou alguns números que chamaram a atenção: o aumento da participação do consumo nos gastos dos brasileiros passou de 74,59% para 82,41%, do biênio 1974-1975 para o de 2002-2003, enquanto seguia na direção oposta o total destinado a investimentos, de 16,50% para 4,76%. Quanto à organização financeira doméstica das famílias brasileiras, os números revelaram que 36% dos pesquisados declararam ter perfil de tipo “gastador”; 54% não conseguiram honrar suas dívidas pelo menos uma vez na vida; e apenas 31% poupam regularmente para a aposentadoria. Os fatos e os números revelam, por fim, que se faz necessário oferecer ao público adulto um conjunto amplo de orientações sobre atitudes e comportamentos adequados ao planejamento e ao uso dos recursos financeiros, com o objetivo de levá-lo a planejar de forma mais adequada à sua vida e seu futuro, proporcionando-lhe melhores condições para o alcance de suas metas e sonhos.



Uma sondagem recente, chamada **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC)**, realizada pela Confederação Nacional do Comércio (CNC), mostra que nos últimos dez anos houve um crescimento de 10,3% no índice de endividamento das famílias. Em julho de 2020, esse índice era de 67,4% e, em julho de 2010, de 57,7%.



Dados da Serasa Experian apontam que o número de **brasileiros inadimplentes** chegou a 63,8 milhões em janeiro de 2020, aumento de 2,6% com relação ao primeiro mês de 2019. O volume de pessoas com contas em atraso representa 40,8% da população adulta do país.

Diante desse cenário, falar sobre educação financeira com a população adulta é muito diferente da abordagem da população infanto-juvenil. Se por um lado crianças e jovens estão vinculados à escola e em um processo de formação cognitiva sobre sua visão de mundo, de sua parte os adultos em vulnerabilidade não estão institucionalizados e têm visões já construídas e em muitos casos, arraigadas. São desafios tanto o acesso a essa população quanto o desenvolvimento de tecnologias que não só resultem em conhecimento sobre educação financeira, mas fundamentalmente que influenciem em suas escolhas, por meio de atitudes e comportamentos financeiros saudáveis.

Com base nessas constatações e tendo a inovação como um princípio, a AEF-Brasil desenvolveu, de 2014 a 2017, o Programa de Educação Financeira de Adultos, objetivando a construção de tecnologias sociais/educacionais: para aposentados com renda até dois salários mínimos e para mulheres beneficiárias do Programa de transferência de renda **“Bolsa Família” - PBF**.



O princípio da inovação social proposta nesses projetos é fundamentado em pesquisas sobre os fatores psicológicos, sociais e culturais que influenciam nas decisões financeiras e no trabalho em conjunto com essas populações para entender também que fatores proporcionam novas atitudes e comportamentos⁹. Assim, resultam dados sobre o que influencia os diversos comportamentos financeiros, levando à construção de tecnologias sociais e educacionais.

⁹. A Economia Comportamental e a Psicologia Econômica embasam os materiais produzidos, e no Brasil a prof^a Dr^a Vera Rita de Mello Ferreira, é a maior autoridade nos temas.

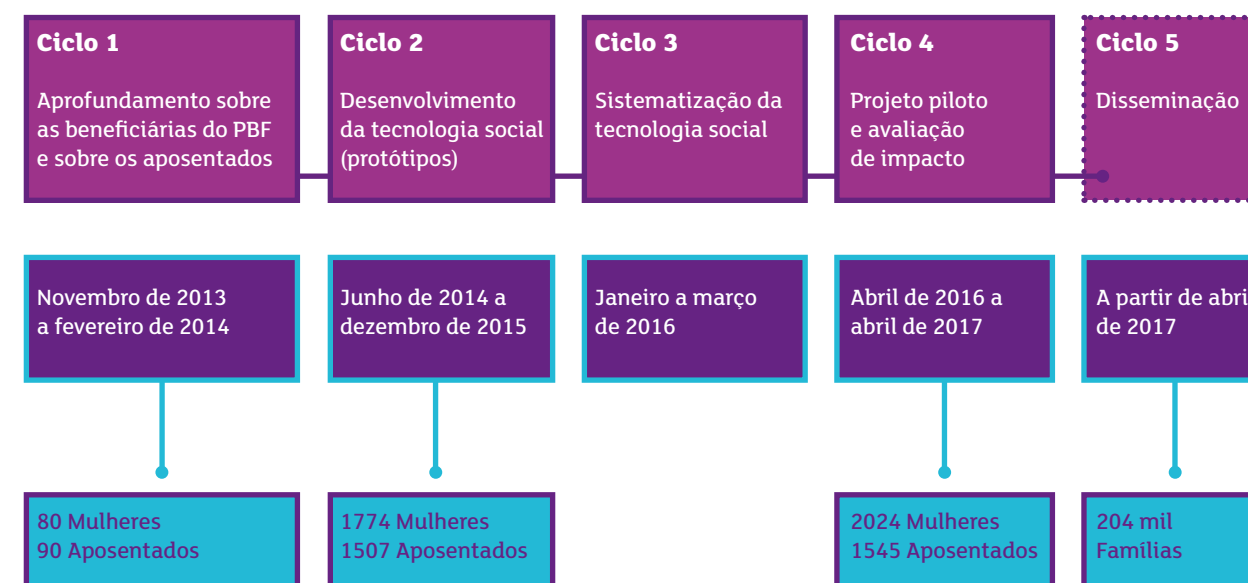
Os projetos estruturados permitiram entender de forma mais profunda o comportamento dos públicos e inseri-los no desenvolvimento das tecnologias, para que as ideias geradas se tornassem um grande banco de propostas de tecnologias de educação financeira. Esse projeto teve como meta impactar 2.700 mulheres e 2.700 aposentados com renda inferior a dois salários mínimos, em estados de três regiões brasileiras: Norte, Nordeste e Sudeste.

PRODUÇÃO DE TECNOLOGIAS SOCIAIS E EDUCACIONAIS

A atuação da AEF-Brasil está estrategicamente dedicada a desenvolver tecnologias educacionais e sociais, pois a educação financeira ainda é uma área pouco conhecida pela sociedade brasileira e, apesar da existência de uma diversidade de ações, faz-se necessária uma análise mais qualificada sobre os fatores que desencadeiam um comportamento financeiro saudável. Por conta dessa necessidade, a AEF-Brasil considerou relevante na etapa de construção de uma tecnologia social a interação com o público beneficiário, permitindo que a tecnologia esteja mais próxima da sua realidade, da sua linguagem e do seu contexto sociocultural. A figura a seguir mostra as fases que foram cumpridas para a finalização do projeto:

CICLOS DE DESENVOLVIMENTO DAS TECNOLOGIAS SOCIAIS PARA OS ADULTOS.

49 municípios + Brasília (DF) abrangidos no total



O projeto foi estruturado em cinco ciclos que permitiram a compreensão do contexto de mulheres beneficiárias do PBF e aposentadas, a definição e teste de protótipos de tecnologias sociais desenvolvidos com públicos-alvo, e a sistematização de tecnologias sociais, gerou o kit final. A aplicação das tecnologias sociais finais nas oficinas de educação financeira do CRAS (Centro de Assistência Social) e do CCI (Centro de Convivência do Idoso), junto com a avaliação de impacto para verificar se o programa gerou impacto positivo na vida dos beneficiários e aposentados. E, por fim, a disseminação das tecnologias sociais desenvolvidas para outros beneficiários e aposentados que estão distribuídos em todo o Brasil. Os detalhes de cada ciclo são discutidos abaixo:

Ciclo 1 – Aprofundamento sobre beneficiários do PBF e aposentados: imersão no contexto das mulheres beneficiárias e pesquisas em documentos do Programa Bolsa Família, para compreender o funcionamento do programa e os padrões de comportamento financeiro das beneficiárias. Foram quatro meses de pesquisa de campo (novembro de 2013 a fevereiro de 2014) e contou-se com a participação de 80 mulheres em 15 municípios das regiões Norte, Nordeste e Sudeste, áreas urbanas e rurais, além de comunidades ribeirinhas, resultando na identificação de quatro *personas* distintas, que inspiraram a produção de tecnologias sociais e destacadas mais adiante.

Imersão no contexto de aposentados com renda de até dois salários mínimos para entender o funcionamento do programa e os padrões de comportamento financeiro desse público-alvo. Foram quatro meses de pesquisa de campo (novembro de 2013 a fevereiro de 2014), com 90 participantes em 12 municípios das regiões Norte, Nordeste e Sudeste, áreas urbanas e rurais.

Ciclo 2 – Desenvolvimento de tecnologia social (protótipos): a partir dos achados do Ciclo 1, foram geradas ideias de como contribuir para a redução e a prevenção do superendividamento. Com base em critérios de viabilidade de aplicação e disseminação, foram escolhidas ideias que viraram protótipos, ou seja, amostras iniciais que podem vir a ser uma tecnologia social, trazendo demonstração de conteúdo, linguagem, formato. Durante esse ciclo, ocorreram três rodadas de prototipagem e em cada uma os protótipos foram refinados, excluídos ou incorporados, até que chegasse à versão final.

Ciclo 3 – Sistematização da tecnologia social: ao final das rodadas de testes, a tecnologia social resultante foi sistematizada e disponibilizada em formatos que facilitam a disseminação e a adoção por órgãos governamentais e entidades do

terceiro setor. Todos os materiais estavam disponíveis em um *site* que ofereceu, gratuita e publicamente, as tecnologias sociais e as formas de utilizá-las.

Ciclo 4 – Projeto piloto e avaliação de impacto: com o objetivo de reaplicar e incorporar a tecnologia social aos programas e políticas existentes, foi realizado um estudo piloto envolvendo 2.024 mulheres em 9 municípios e 1.545 aposentadas em 12 municípios. A tecnologia foi aplicada por agentes locais, seguidos por grupos de tratamento e de controle, que passaram pela primeira avaliação, a qual coletou dados sobre o nível de conhecimento de temas relacionados à educação financeira e sobre comportamentos financeiros específicos – endividamento. Após seis meses, nova avaliação foi realizada buscando diferenças entre os grupos de tratamento e de controle.

Ciclo 5 – Divulgação do programa: disponibilizar as tecnologias sociais para organizações de base que atendam ao público-alvo e constituir formadores para divulgação em territórios vulneráveis, promovendo a sustentabilidade do projeto.

As etapas de interação com o beneficiário final e o rigor técnico na construção da tecnologia permitiram à AEF-Brasil aproximar-se de resultados relevantes para que outras organizações possam ser parceiras na disseminação. Entre esses aspectos técnicos estão, por exemplo, o processo de desenvolvimento de um programa ou ação educativa como um experimento ou um teste com critérios rígidos de seleção, monitoramento, avaliação e sistematização da experiência, de forma a garantir a identificação de um modelo com mais baixo custo de aplicação e maior garantia de efeitos positivos.

Os projetos pilotos voltados para dois públicos específicos de adultos tiveram como propósito o desenvolvimento, o teste, a avaliação e a sistematização de tecnologias sociais de educação financeira que pudessem ser adotadas e reaplicadas a baixo custo por ministérios, organizações sociais, públicas e privadas pelo Brasil.

a) Público-alvo: mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família chegou a 14.283 milhões de famílias em todo o país no mês de julho de 2020, segundo dados do [Ministério do Desenvolvimento Social \(MDS\)](#). Do total, mais de 90% das pessoas inscritas no programa são mulheres. Embora ele seja voltado para a família, na maior parte dos casos o responsável legal é a mulher. Isso não ocorre somente no Brasil: ao redor do mundo, iniciativas de transferência de renda, microcrédito, entre outras, vêm destacando o papel da mulher na gestão orçamentária da família. Ocorre que essa população beneficiária



do PBF vive a fragilidade de sua inserção no mercado de trabalho, agravada pela baixa escolaridade, o que gera instabilidade no fluxo de rendimentos, reforçando, portanto, a importância da educação financeira para esse público.

Em uma das fases de execução do projeto, foram identificadas quatro *personas* entre o público-alvo: sonhadora (tem pouca responsabilidade pelo uso do dinheiro devido ao impulso de consumo, sendo o desafio incentivá-la a fazer escolhas financeiras mais maduras e conscientes e fornecer instrumentos para isso); visionária (gera riqueza e renda e gera riscos e investimentos, sendo o desafio apoiá-la na expansão e proteção do seu patrimônio e estimular seu papel multiplicador); a sobrevivente (tem otimização limitada de recursos, sendo o desafio potencializar o escasso talento de gestão de recursos para capacitá-la), e a guerreira (tem foco nas escolhas de curto prazo, sendo o desafio desenvolver uma visão de riscos e orientação para que ela possa planejar a médio e longo prazo).

Na análise do quadro cartesiano abaixo, levou-se em conta o reconhecimento ou não do sonho, e a inércia e o movimento diante de situações específicas.

IDENTIFICAÇÃO DAS PERSONAS RELATIVAS ÀS MULHERES ATENDIDAS PELO PBF



Assim, as tecnologias sociais e as formações para capacitação dos técnicos foram elaboradas de modo a estimular os perfis de beneficiários representados por essas *personas* a superarem os obstáculos e identificarem e utilizarem suas potencialidades a fim de gerar reflexões sobre seus comportamentos e mudanças de hábitos, promovendo cidadãos financeiramente educadas.



b) Público-alvo: aposentados com até dois salários mínimos em situação de vulnerabilidade

A tendência global é que a população de idosos aumente cada vez mais. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), o número global de pessoas idosas – com 60 ou mais anos de idade – está projetado para aumentar de 962 milhões em 2017 para 1,4 bilhão em 2030 e 2,1 bilhões em 2050, em todas as regiões do mundo, exceto a África. Entretanto, no Brasil, identifica-se que os aposentados têm contraído muitas dívidas, sobretudo pelo mau uso do crédito consignado. Esse grupo também encontra dificuldade em lidar com burocracias e com frequência é solicitado por familiares para que tome empréstimos pelo fato de ter uma renda fixa. Em muitos casos, toda essa situação leva ao superendividamento dos aposentados de baixa renda e esse é o principal ponto a ser combatido pela disseminação da educação financeira junto a esse público.



Para o público dos aposentados foram identificadas quatro *personas*, cada uma com desafios e potencialidades específicos sempre relacionados em um plano cartesiano, cuja ação se dá em direção ao maior ou menor limite na relação com o outro e se as ações são conduzidas pela reflexão ou impulso. São elas:

IDENTIFICAÇÃO DAS PERSONAS RELATIVAS AOS APOSENTADOS



Assim, as tecnologias sociais e as formações para capacitação foram elaboradas de modo a estimular essas *personas* a superar esses obstáculos e identificar e utilizar suas potencialidades a fim de gerar mudanças de comportamento e de hábitos, provocando o desenvolvimento de cidadãos financeiramente educados.

O Programa de adultos deixa como legado o impacto em 11% dos municípios brasileiros, todos os estados mais o Distrito Federal com quase 2 mil técnicos de CRAS e CREAS capacitados, e o total de 218 mil adultos impactados.

CONQUISTAS DA AEF-BRASIL COM O PROGRAMA DE ADULTOS



Após essa jornada, pode-se agregar às conquistas da AEF-Brasil o desenvolvimento de 43 tecnologias sociais para adultos em vulnerabilidade social, criadas, testadas e aprovadas junto a esses públicos ao longo de dois anos de trabalho. O reconhecimento da qualidade desses materiais fica evidente quando se sabe que são utilizados pelos Ministérios da Economia e da Cidadania em programas sociais de âmbito nacional, como o Programa Progredir, além do Projeto Renova, realizado em parceria com a Fundação Renova no território afetado pelo rompimento da barragem de Mariana, em 2015. Para além disso, essas tecnologias e metodologias estão disponibilizadas de forma gratuita para toda a sociedade civil, principalmente ao se levar em consideração a estimativa de 35 milhões de aposentados e 19 milhões de mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família no Brasil em 2020.

PROJETO 3 – SEMANA ENEF

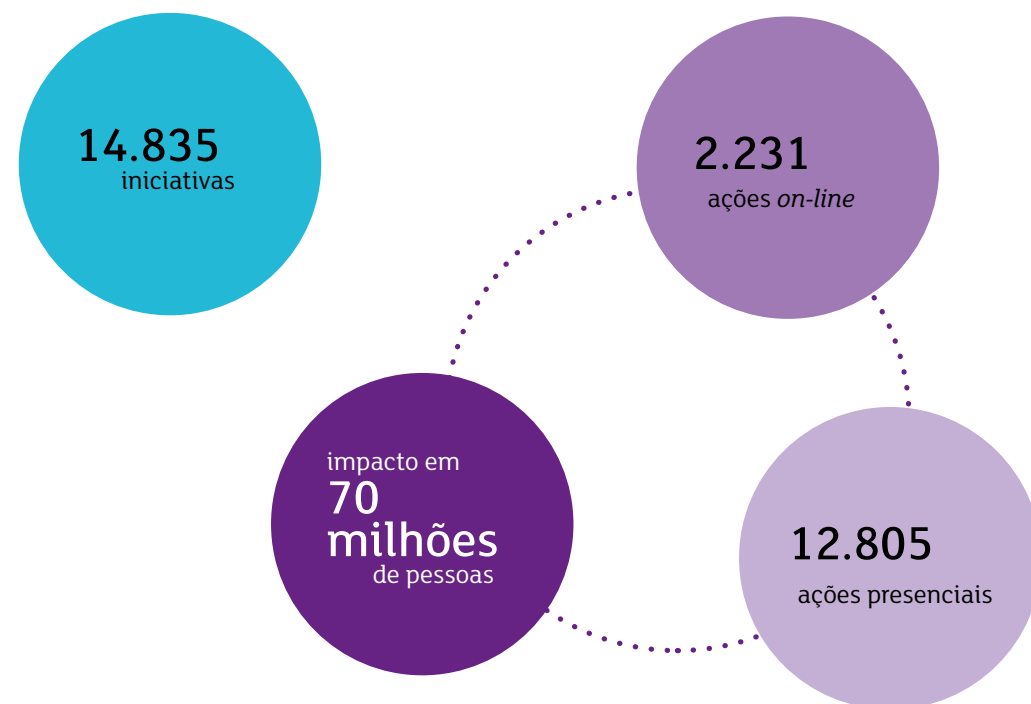
A AEF-Brasil participa ativamente da Semana Nacional de Educação desde sua primeira edição em 2014, tanto na realização de eventos e nas ações de divulgação em mídias externas (criação de arte para mídias sociais e assessoria de imprensa). A Semana ENEF é realizada anualmente no mês de maio e, além das ações presenciais, a AEF-Brasil também foi responsável pela captação do investimento para o desenvolvimento e manutenção do *site* oficial da Semana ENEF até o ano de 2019.

Os números comprovam a relevância e o crescimento da Semana ENEF. Na primeira edição, ocorrida em 2014, aconteceram mais de 170 eventos, presenciais e *on-line*, em 21 cidades de 17 estados brasileiros e no Distrito Federal. Em 2015, realizada no mesmo período da Global Money Week, contou com 505 eventos, presenciais ou *on-line*, impactando milhares de cidadãos.

Em 2016, foram 1.044 ações – presenciais e *on-line* – organizadas por 153 instituições e que impactaram cerca de 1,3 milhão de pessoas, em 458 municípios em todas as unidades federativas. Em 2017, contou com 1.826 ações – presenciais e *on-line* –, um aumento de 75% em relação ao ano anterior, com a participação de 1,9 milhão de pessoas, em 3.781 eventos.

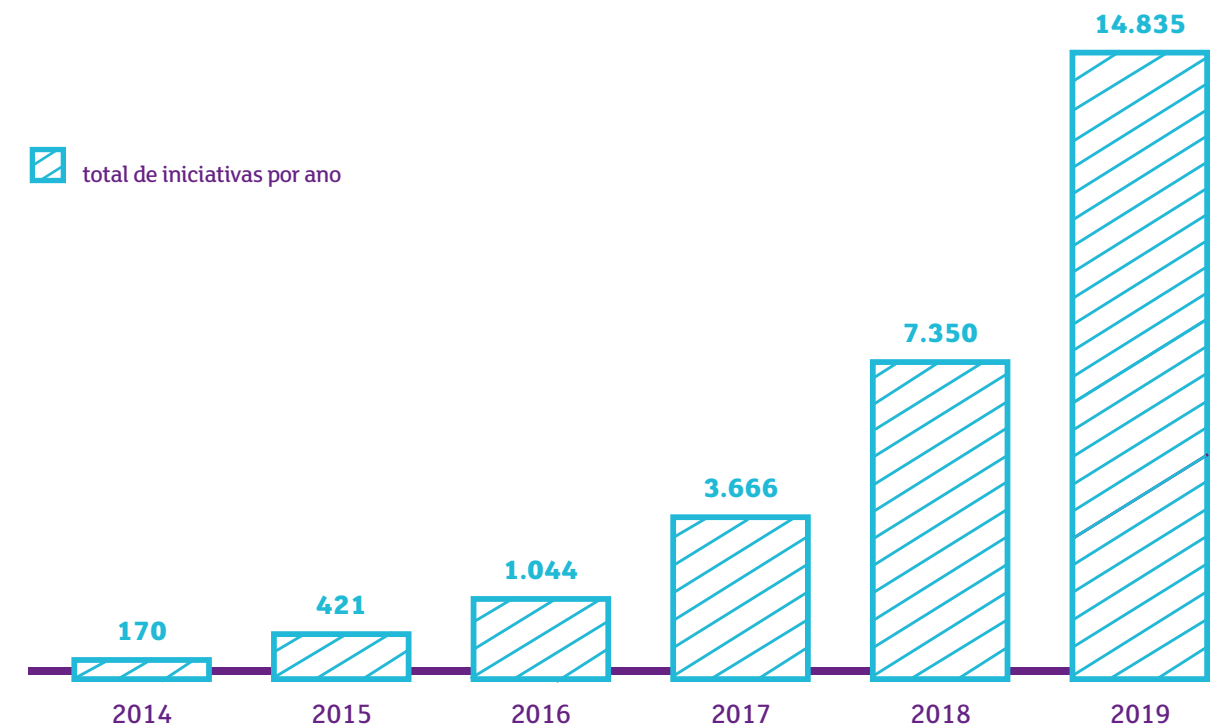
No ano de 2018, foram realizadas 7.350 ações, quase o dobro do ano anterior. As iniciativas envolveram 344 instituições e apoiadores que promovem temas relacionados a finanças pessoais, consumo consciente, previdência, seguros e relação equilibrada com o dinheiro. As ações alcançaram todos os 26 estados brasileiros e o Distrito Federal, com atividades presenciais e a distância, e impactaram 4 milhões de pessoas.

VI SEMANA ENEF - 2019



A VI Semana ENEF, que aconteceu em 2019, bateu recordes de número de eventos e público alcançado. Foram 14.835 iniciativas e um público total de 70 milhões de pessoas. Os eventos dividiram-se em 2.030 *on-line* e 12.805 presenciais. Grande parte dessas iniciativas – 2.231 – ocorreu em escolas, mostrando o crescimento da importância atribuída ao tema entre os mais jovens. O gráfico a seguir mostra a evolução do número de iniciativas apresentadas ao longo da realização da Semana ENEF desde 2014.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE INICIATIVAS DA SEMANA ENEF POR ANO



A Semana Nacional de Educação Financeira – Semana ENEF – é uma importante iniciativa para popularizar e disseminar a educação financeira no país, em distintos públicos e regiões e com diferentes atores, das iniciativas privada e pública. É, sem dúvida, o maior projeto do Brasil de educação financeira em número de participantes e abrangência de ações. Somente pelo fato de democratizar a informação, a Semana ENEF já cumpre um papel de relevância que, para a AEF-Brasil, é ainda de maior valor, pois a cada ano tornou-se uma oportunidade de projetar luz nas iniciativas realizadas, sobretudo nas escolas públicas.

PROJETO 4 – SELO ENEF E MAPEAMENTO NACIONAL DAS INICIATIVAS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

O Mapeamento Nacional das Iniciativas de Educação Financeira e o Selo ENEF são importantes eixos de conhecimento e reconhecimento para aqueles que estão comprometidos com a disseminação da educação financeira. Esses projetos estiveram alinhados aos objetivos gerais de todos os Planos de Ação da AEF-Brasil em cumprimento ao convênio com o CONEF, como por exemplo: fortalecimento da rede, divulgação da temática no país, incentivo àqueles que já realizam iniciativas, além de estímulo às novas ações/participantes.

No que se refere ao mapeamento, foram realizados dois estudos nos anos de 2013 e 2018, e os resultados mostram o cenário da temática no país com detalhes que servem como base para novas ações, ou complemento das já existentes, e são essenciais para a realização de análises comparativas e geração de indicadores. Já o Selo ENEF reconhece iniciativas que estão em conformidade com os objetivos da ENEF e lhes confere **visibilidade**:



OBJETIVOS DA ENEF



Atuar com **informação, orientação e formação.**



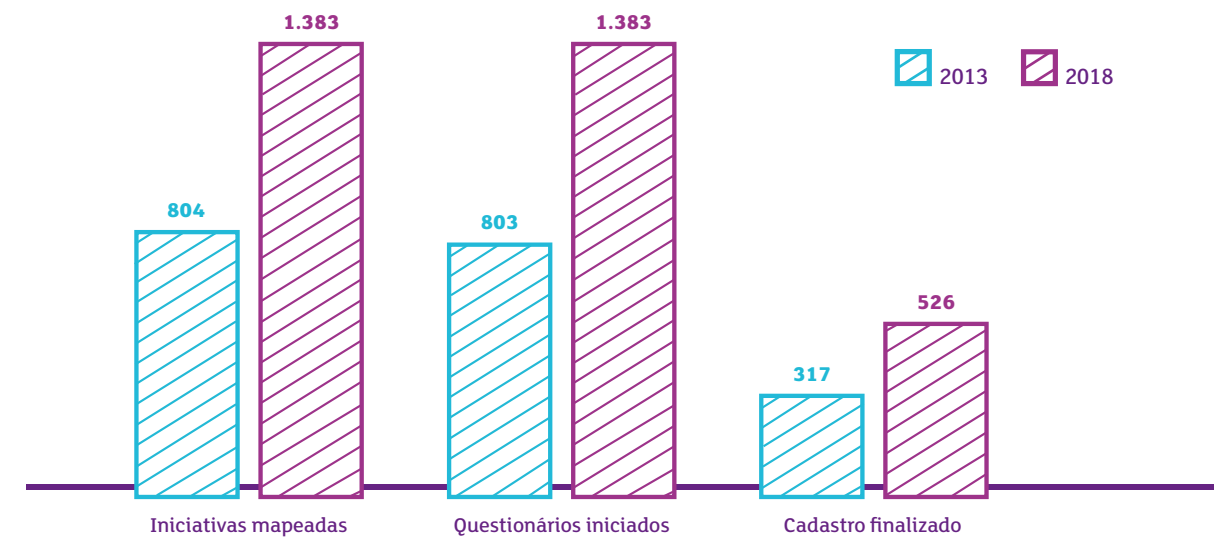
Gratuidade das ações e prevalência do **interesse público.**



Gestão **centralizada**, atividades **descentralizadas.**

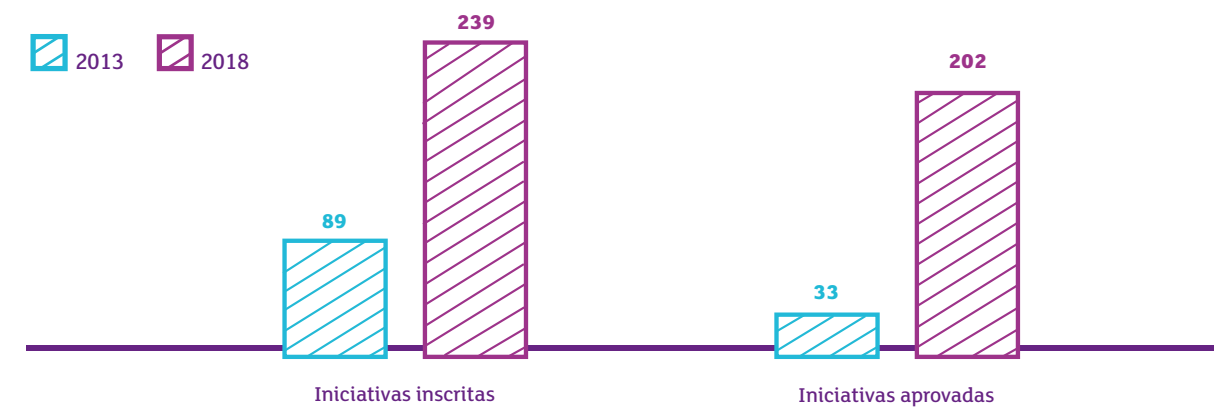
No segundo mapeamento, realizado em 2018, foram identificadas 1.383 iniciativas. Dessas, as 437 consideradas elegíveis para o Selo ENEF foram convidadas a participar do processo para concessão.

MAPEAMENTO DAS INICIATIVAS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA



- Em 2018, foram mapeadas 72% mais iniciativas que em 2013.
- Em 2018 foram iniciados mais de 72% de questionários que em 2013.
- Em 2018 foram completados mais de 66% de cadastros que em 2013.

MAPEAMENTO DAS INICIATIVAS INSCRITAS E APROVADAS SELO ENEF



- Número de iniciativas mapeadas e inscritas na 2.ª edição 2018, teve um aumento de 268% em relação a 2013.
- Número de iniciativas aprovadas na 2.ª edição 2018, teve um aumento de mais de 650% em relação a 2013.



**EXEMPLOS DE INICIATIVAS QUE RECEBERAM
O SELO ENEF NA EDIÇÃO DE 2018:**

Instituição Responsável	Iniciativa	Público-Alvo
Associação Comunidade Escola da Escola Estadual Beira R, de Porto Nacional (TO)	Cuidado ao comprar, você pode se enrolar!	Comunidade escolar
Associação de Apoio à Escola Estadual Brejão	Iniciativa da Escola Estadual Brejão: “economizando moedas”	Alunos da Escola Estadual Brejão
Associação do Conselho Escolar da Escola Estadual Vila União	Quem manda no meu dinheiro sou eu!	Comunidade escolar
Associação Junior Achievement do Brasil	Meu dinheiro, meu negócio	Alunos do Ensino Médio
Escola Municipal Professora Eladir Skibinski, de Joinville (SC)	Semana Nacional de Educação Financeira	Comunidade escolar da Escola Municipal Professora Eladir Skibinski, de Joinville (SC)
Instituto da Criança	Projeto Espaço Cidadão	Jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social, no Rio de Janeiro e em São Paulo
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – Campus Belford Roxo	Educação financeira para jovens e adultos	Jovens e adultos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro
ONG Bem Gasto	Projeto Bem Gasto	Jovens e adultos
Plan International Brasil	Projeto Geração: educação social e educação financeira fortalecendo projetos de vida	Meninos e, especialmente, meninas entre 11 e 14 anos de idade, de 26 escolas públicas, simultaneamente em seis cidades, sendo elas Teresina (PI), São Luís (MA), São José do Ribamar (MA), Paço do Lumiar (MA), Codó (MA) e Jaboatão dos Guararapes (PE).
Universidade Federal de Itajubá (MG)	Quanto vale o dinheiro para os jovens? Construção e consolidação do conhecimento de educação financeira entre alunos universitários	Alunos universitários
Universidade Federal da Paraíba	Educação financeira para toda a vida	De prestadores de serviços à sociedade tanto acadêmica quanto externa.
Universidade Federal do Pará	GEFAM e aplicação da educação financeira	Terceira idade e comunidades indígenas
Vera Rita Ferreira – Instituto de Psicologia Econômica e Ciências Comportamentais	Pílulas de psicologia econômica	Interessados em geral

NÚMEROS ALCANÇADOS PELAS AÇÕES DA AEF



Com adultos:

- Cerca de **218 mil** adultos impactados;
- Oficinas presenciais em **960 CRAS e CREAS**;
- **2.000** técnicos e assistentes sociais capacitados.



Na comunidade escolar:

- **7.500** escolas impactadas;
- **25 mil** professores e técnicos capacitados;
- **703 mil** estudantes atingidos;
- **30 mil** famílias impactadas.



No Brasil:

- Oficinas em **26** estados + DF;
- **11%** dos municípios brasileiros alcançados.

Neste capítulo, buscamos apresentar as principais conquistas da AEF-Brasil na sua trajetória em defesa da educação financeira no país. Como mostra a figura acima, a AEF-Brasil contribuiu para a inserção da educação financeira como tema transversal na nova Base Nacional Comum Curricular, além de ter desenvolvido portfólio digital para alunos e professores. Nessa jornada, também foram realizados dois projetos em parceria com o Banco Mundial e um projeto em conjunto com o Banco Interamericano de Desenvolvimento; foi criado um ecossistema de educação financeira, que abrange um jogo virtual, uma websérie, uma plataforma digital e uma série documental; e, por fim, foram instituídos seis Polos Estaduais de Educação Financeira, em parcerias com universidades federais e secretarias estaduais nos estados do Tocantins, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, V. R. M. - Confluência de Fatores em Educação Financeira, Políticas Públicas e Mudança de Comportamento – O “Quinteto Fantástico”. 2017 - FGV-SP

LUSARDI, Annamaria. Financial literacy: Do people know the ABCs of finance? Em Public Understanding of Science, 2015. Disponível em <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0963662514564516>.

MULLAINATHAN S. & SHAFIR E.: Escassez: uma nova forma de pensar a falta de recursos na vida das pessoas e nas organizações. Rio de Janeiro: Best Seller, 2016.

<https://www.fincap.org.uk/en/articles/what-is-financial-capability> - Money and Pension Services. (2020) UK Strategy for Financial Wellbeing.



Capítulo 3

A participação do setor privado e a importância das alianças multissetoriais para o desenvolvimento da ENEF

Thiago Godoy Nascimento¹⁰

A Estratégia Nacional de Educação Financeira, instituída em 2010 pelo Decreto Federal nº 7.397/2010 e renovada pelo Decreto Federal nº 10.393, foi construída como uma mobilização multissetorial com o objetivo de promover ações de educação financeira no Brasil.

Como estratégia multissetorial, um comitê de governança foi constituído, contando com a participação do setor público e do setor privado. A participação do setor privado para o desenvolvimento da ENEF se dá por meio de diversas ações, como a construção de projetos educacionais próprios, a participação na Semana Nacional de Educação Financeira e o apoio a projetos educacionais de organizações da sociedade civil. Mas também surge de maneira mais direta, em duas principais formas. A primeira delas se deu a partir de 2012 por meio da constituição da Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF-Brasil), OSCIP criada com o objetivo de desenvolver e dar escala a projetos de educação financeira construídos em alinhamento com as premissas da ENEF, a saber: a gratuidade aos seus beneficiários e a inexistência de qualquer recomendação de produto ou serviço. A segunda foi o patrocínio direto aos projetos desenvolvidos pela AEF-Brasil. De 2012 até 2020, uma série de estratégias e projetos foi implementada pela AEF-Brasil, cada um deles com a parceria e o aporte financeiro de grandes empresas, organismos internacionais e fundos investidores. O detalhamento dos projetos está no Capítulo 2 deste livro, que mostra a diversidade de públicos e de iniciativas construídas pela AEF-Brasil.

10. Thiago Godoy Nascimento é Mestre pela Fundação Getúlio Vargas. Atuou de 2014 a 2019 à frente da Mobilização de Recursos e parcerias da AEF-Brasil. Hoje é Head de Educação Financeira na XP Inc.

O PAPEL DAS ALIANÇAS MULTISSECTORIAIS

A mobilização de recursos para projetos sociais é uma prática que vem se desenvolvendo a cada ano em paralelo à profissionalização do terceiro setor, com entidades mais estruturadas, determinadas e focadas em seus objetivos concretos para garantir a sustentabilidade de projetos institucionais.

Ainda assim, há diversos obstáculos culturais a serem superados, desde uma aproximação mais intensa com o setor privado até um maior protagonismo da sociedade civil nesse processo. A cultura de doação no Brasil é incipiente. Segundo o World Giving Index, o estudo mundial que mede a cultura de doação de 126 países com mais de 1,3 milhão de pessoas, o Brasil está em 74º lugar entre os países que mais doam.



POSIÇÃO DO BRASIL NO RANKING MUNDIAL



Fonte: CAF/Idis

Tendo em vista o tamanho da população, o PIB e a disparidade de renda do Brasil é essencial que a cultura de doação seja ampliada. Para que isso aconteça, precisamos que as organizações da sociedade civil sejam regulamentadas de forma justa, consistente e aberta. Além disso, é necessário ampliar os incentivos fiscais para doação, promover a sociedade civil como uma voz independente na vida pública e respeitar o direito das organizações sem fins lucrativos, entre outras medidas.

Uma cultura de doação forte passa também pelo desenvolvimento e pelo fortalecimento de alianças multissetoriais. O envolvimento dos três setores da economia e o seu alinhamento para o bem comum ampliam o impacto dos projetos sociais na sociedade. Temas centrais como educação, saúde, pobreza e desigualdade devem ser tratados com a participação de toda a sociedade.

Um dos maiores desafios das organizações sem fins lucrativos brasileiras é o desenvolvimento e a diversificação dos recursos para garantir sua atuação junto à sociedade civil. Portanto, ampliar as fontes de financiamento e de recursos se tornou necessário para que as entidades, além de sobreviver, possam ser efetivas no cumprimento de sua missão organizacional junto com os diversos atores. As organizações sociais captam recursos de várias maneiras, desde doações diretas de pessoas físicas até parcerias com empresas, fundações ou mesmo organismos internacionais. Os modelos principais de captação de recursos no Brasil são:

- 1) Doações diretas de empresas
- 2) Doações de fundações e institutos empresariais – editais
 - a) Fundos dos direitos da criança e do adolescente
 - b) Projetos culturais e artísticos
 - c) Atividades audiovisuais
 - d) Doações destinadas às instituições de ensino e pesquisa
 - e) Incentivo ao esporte
 - f) Idosos
- 4) Doações diretas às entidades
- 5) Doações destinadas às instituições de ensino e pesquisa
- 6) Atividades de geração de renda
 - a) Venda de produtos e serviços
- 7) Fundos patrimoniais
- 8) Fundações e organismos internacionais
 - a) Editais
- 9) Captação com o governo
- 10) Captação com indivíduos
 - a) Telemarketing
 - b) Face-to-face
- 11) Captação de voluntariado
- 12) Campanhas
- 13) Eventos de captação



A AEF-Brasil desenvolveu ao longo de sua trajetória captações por meio de doações diretas de empresas, fundações e institutos. Apesar de ter realizado alguns eventos menores para captação de parcerias, o acesso direto a financiadores por meio da apresentação de propostas se provou mais eficiente. O estabelecimento de parcerias entre as organizações privadas participantes e patrocinadoras dos programas da ENEF foi principalmente por meio da Responsabilidade Social Corporativa (RSC). A premissa central da RSC é a de que as empresas devem assumir um papel mais amplo perante a sociedade, que não somente o de maximização de lucro e criação de riqueza. (BERTONCELLO; CHANG JÚNIOR, 2007).

Ao praticar a Responsabilidade Social Corporativa, também chamada de **Cidadania Corporativa**, as empresas podem estar cientes do tipo de impacto que estão causando em todos os aspectos da sociedade, incluindo o econômico, o social e o ambiental.

Na prática, a RSC estabelece como premissa que as empresas adotem medidas para garantir que haja efeitos sociais e ambientais positivos associados à maneira como o negócio opera. As empresas que se engajam em esforços ativos de RSC fazem um balanço da forma como atuam no mundo para incorporar o tratamento das questões culturais e sociais, com o objetivo de beneficiar ambas no processo. Os modelos de RSC não apenas podem aumentar os negócios e a receita, como promovem mudanças e progresso em todo o mundo, o que geralmente envolve ajudar pessoas com pouco ou nenhum recurso.

Nesse sentido, é importante diferenciar a RSC da filantropia, pois, quando implementada de forma adequada, a RSC deve se enraizar nos valores e na cultura da empresa e afetar positivamente a forma como a empresa faz negócios, tornando-se inerente à missão e à mensagem de uma organização e também ocupar um lugar de destaque no marketing e na publicidade.

A educação e a inclusão financeira levam ao aumento da capacidade financeira das populações (CYFI, 2016), sendo essa agenda já alinhada a objetivos desenhados globalmente como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) (ASSEMBLY, 2015), desenvolvidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), entendendo a necessidade urgente de promoção da melhoria do bem-estar dos indivíduos, buscando ressignificar os padrões de produção e consumo da sociedade contemporânea (ROBERT; PARRIS; LEISEROWITZ, 2005).

Conforme já mencionado no Capítulo 1 deste livro, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável divulgados pela ONU em setembro de 2015

explicitam em diversas de suas metas o alinhamento com as premissas da construção de uma rede de educação financeira, como pode ser verificado a seguir. Como grande norteador, destaca-se o Objetivo 17, que reforça a importância da formação de parcerias em prol das metas.

A agenda de organizações, governos e sociedade civil tem se mobilizado para conjuntamente envidar esforços para se atingir esses objetivos. São estratégicos a mobilização de esforços e o mapeamento de atores para contribuir com essa agenda.

A agenda de organizações, governos e sociedade civil tem se mobilizado para conjuntamente envidar esforços para se atingir esses objetivos

Principal norteador:

Meta 17.17 – Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias.

Metas relacionadas à educação e à inclusão financeira:

Meta 1.4 – Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros.

Meta 2.3 – Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, dos povos indígenas, dos agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, a outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola.

Meta 5.a – Empreender reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos bem como o acesso à propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais.

Meta 8.10 – Fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, financeiros e de seguros para todos.



Meta 9.3 – Aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo-se crédito acessível, e sua integração em cadeias de valor e mercados.

Meta 10.c – Até 2030, reduzir para menos de 3% os custos de transação de remessas dos migrantes e eliminar “corredores de remessas” com custos superiores a 5%.

Em linha com os objetivos listados acima, a AEF-Brasil criou no biênio 2017-2018 um grupo de mentoria composto de profissionais experientes dos parceiros e membros da ENEF, buscando a troca de conhecimentos nos seguintes eixos:

- a) Trazer conhecimentos do ambiente externo para a organização
- b) Ampliar a compreensão das tendências dos três setores da economia
- c) Propor soluções para problemas táticos e operacionais
- d) Oxigenar a organização com ideias e *insights* com base em diferentes pontos de vista
- e) Estimular e apoiar a exploração de novas ideias e projetos
- f) Contribuir para a consolidação da rede internacional de *networking* referente à educação financeira
- g) Contribuir com conteúdo atualizado e atraente

Tais articulações buscaram o envolvimento dos parceiros para além do patrocínio, trazendo também suas respectivas expertises para agregar conhecimentos e ampliar o sucesso dos projetos liderados pela AEF-Brasil.

O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A importância da educação financeira já vem sendo discutida há algum tempo pelos diversos participantes dos setores econômicos. O letramento financeiro, na nomenclatura mais utilizada internacionalmente (*financial literacy*), configura-se como habilidade essencial para o empoderamento do cidadão, de forma que ampliar a oferta e aprimorar o letramento financeiro das populações, segundo Gale e Levine (2010), são responsabilidades essenciais que os desenvolvedores de políticas públicas devem buscar.

Conforme esses autores, o letramento promoverá maior segurança tanto durante a fase de atuação profissional quanto posteriormente, na aposentadoria. A menor vulnerabilidade financeira proporcionada pelo maior

letramento nessa área traz ganhos econômicos e sociais não apenas para o indivíduo, mas para a sociedade como um todo (GALE; LEVINE, 2010).

O letramento financeiro tem assumido significativa relevância principalmente a partir de meados da primeira década deste século. A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) constituiu uma Rede Internacional de Educação Financeira (INFE), instituição que trabalha diretamente no apoio aos desenvolvedores de políticas públicas e seus representantes, para a implementação de suas estratégias nacionais de educação financeira. A INFE também promove apoio direto no desenvolvimento de metodologias inovadoras buscando ampliar o letramento financeiro dessas populações (OCDE, 2019).

O desenvolvimento dessa rede foi resultado direto das articulações que buscaram mitigar os impactos da crise econômica global de 2008, com o intuito de reforçar a proteção e a inclusão dos consumidores, assim como sua estabilidade financeira (OCDE, 2015).

A pesquisa “International Survey of Adult Financial Literacy Competencies”, promovida pela OCDE/INFE, mostrou que o contexto econômico atual exige que os cidadãos possuam conhecimentos, habilidades e comportamentos necessários para navegar com qualidade em um ambiente econômico cada vez mais complexo.

Os baixíssimos níveis de letramento mapeados pela OCDE (2015) reforçam a necessidade de implementação de tais programas em escala global, com a participação dos diversos setores da sociedade.

A Estratégia Nacional de Educação Financeira criada no Brasil está em linha com as orientações internacionais dos principais fóruns, como o G20, que entendem a constituição de uma estratégia nacional multissetorial como um vetor eficiente para garantir impactos de longo prazo.

Essa estratégia é considerada referência quanto à sua capacidade de reunir esforços conjuntos de diversos setores. A ENEF, construída com o propósito claro de ampliar a oferta de educação financeira no Brasil e contribuir com o “fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores” (ENEF, 2010), destaca-se no que tange ao envolvimento de alianças multissetoriais, principalmente dando protagonismo e força ao setor privado.

O desenvolvimento dessa rede foi resultado direto das articulações que buscaram mitigar os impactos da crise econômica global de 2008

DIRETRIZES DE MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS E PARCERIAS DA AEF-BRASIL

A AEF-Brasil estabeleceu premissas, princípios e diretrizes para nortear as ações de mobilização de recursos necessárias à consecução da missão e dos objetivos institucionais delineados em seu estatuto social.

Como mobilização de recursos, a AEF-Brasil entende o conjunto de ações realizadas pela organização para obtenção de apoio material, técnico, humano e financeiro necessários à execução de seus objetivos institucionais, assim como fontes e formas de financiamento dos programas e projetos desenvolvidos. Dessa maneira, todos os envolvidos nas ações de mobilização de recursos da AEF-Brasil devem observar os princípios da ética, integridade, legalidade, transparência e gratuidade das ações educacionais que são propostas.

As premissas das ações de mobilização de recursos da AEF-Brasil são a busca pela diversificação das fontes de financiamento e de recursos; a autonomia da AEF-Brasil no cumprimento de sua missão e objetivos institucionais e na tomada de decisões relacionadas ao conteúdo, programação ou contratação de profissionais ou empresas específicas; a mobilização de recursos como meio para a realização das ações e nunca como fim, sendo que o apoio recebido pode, dentro dos limites estabelecidos contratualmente com os parceiros, fazer referência ou inserção da marca dos apoiadores, sendo vedada a promoção e/ou recomendação de contratação ou aquisição de produtos ou serviços destes últimos.

As premissas das ações de mobilização de recursos da AEF-Brasil são a busca pela diversificação das fontes de financiamento e de recursos

A mobilização de recursos e de parcerias estabelecidas pela AEF-Brasil possui como objetivo principal a promoção da sustentabilidade financeira da organização, visando à consecução de seus objetivos sociais, por meio do fortalecimento da sua capacidade institucional e da coordenação e execução de programas ou projetos, próprios ou de terceiros. Após a constituição de tais parcerias, a organização buscou promover, por meio da área de mobilização de recursos e superintendência executiva, o fomento de relacionamentos duradouros e transparentes.

A depender da forma estabelecida e do instrumento celebrado com a AEF-Brasil, os indivíduos e organizações envolvidos podem ser tratados por patrocinadores, investidores, apoiadores, doadores, colaboradores ou outra nomenclatura condizente, sendo aceitos, por essa organização, recursos

destinados aos programas ou projetos da AEF-Brasil, sejam próprios ou de terceiros, provenientes de indivíduos ou organizações, desde que a mobilização de tais recursos não seja contrária à missão, aos objetivos institucionais e à natureza da AEF-Brasil e à lei. Todas as parcerias desenvolvidas e celebradas pela AEF-Brasil tiveram apoio e autorização do seu Conselho Administrativo, sendo que a organização publica anualmente em seu website ou em outras peças de comunicação institucional, após o encerramento do exercício fiscal, o relatório das atividades e as demonstrações financeiras.

A OSCIP presta contas de todos os recursos mobilizados por meio da celebração de termos de cooperação, parcerias, convênios, entre outros, na forma da legislação pertinente, observando as diretrizes por ele estabelecidas. No âmbito dos termos de cooperação, parcerias, convênios e/ou outros celebrados com o Poder Público, está sujeita ao acompanhamento e à fiscalização dos órgãos constituídos para essa finalidade.

O alinhamento das estratégias e das ações de mobilização de recursos com todos os envolvidos no processo de governança e gestão da AEF-Brasil e o estabelecimento dos parâmetros de como tais patrocinadores e doadores podem investir nos projetos da instituição são processos-chave para o início da mobilização de recursos.

Em um segundo momento, foi necessária a definição sobre a abordagem adequada de cada um dos projetos tendo em mente a identificação dos interesses e valores dos patrocinadores, assim como a condução à valorização da causa da educação financeira.

No que se refere à mobilização de recursos, a AEF-Brasil sempre teve como diretrizes principais buscar parcerias com organizações que reconheçam a ENEF como legítima ação brasileira para a disseminação do tema educação financeira, vendo seu apoio aos projetos do plano de ação como uma forma de contribuir para o fortalecimento da estratégia.

Dessa forma, a AEF-Brasil buscou apoio de organizações que compreendem a educação financeira como uma forma de qualificar para o futuro a relação com seus consumidores e clientes, investindo nos projetos como ação de responsabilidade social, e que acreditem que a educação financeira contribui para o desenvolvimento econômico e social de indivíduos e famílias, ao mesmo tempo que promove a cidadania, investindo nos projetos como ação filantrópica.

No que se refere à mobilização de recursos, a AEF-Brasil sempre teve como diretrizes principais buscar parcerias com organizações que reconheçam a ENEF como legítima ação brasileira

Há também a oportunidade de benefício fiscal, já que a AEF-Brasil é enquadrada como OSCIP, o que possibilita a seus apoiadores com regime contábil de lucro real a dedução de parte da doação ou do patrocínio realizados (no limite de 2% do lucro operacional).

É importante ressaltar que todos os patrocinadores destinaram seus recursos exclusivamente para o desenvolvimento dos projetos, sendo já mencionado aqui que os membros do Conselho Administrativo atuam como sócios mantenedores, que garantem os recursos humanos e institucionais necessários para a coordenação da AEF-Brasil.

OPORTUNIDADES E DESAFIOS NA MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS

Com o intuito de identificar oportunidades e desafios para a AEF-Brasil em relação aos projetos apresentados a potenciais parceiros e patrocinadores, no ano de 2016 a área de mobilização de recursos realizou um estudo cujo resultado foi determinante para o alinhamento das ações da entidade e o desenvolvimento do plano de ação para o biênio 2017-2018, assim como para o planejamento das ações de mobilização de recursos para se atingir os objetivos delineados nesse plano.

No diagnóstico realizado com mais de 120 potenciais patrocinadores – empresas, institutos, fundações, organismos internacionais, entre outros –, foi identificado que a educação financeira é vista como extremamente importante: em 70%

das organizações há espaço para o desenvolvimento de algum projeto de educação financeira. Porém, ainda há resistência das empresas em realizar doações diretas, situação agravada pela possibilidade de abatimento apenas parcial do imposto de renda.

No diagnóstico realizado com mais de 120 potenciais patrocinadores, foi identificado que a educação financeira é vista como extremamente importante

Como resultado desse trabalho de campo, a organização mapeou atrativos organizacionais para alianças e parcerias com empresas, sendo os seguintes os principais pontos fortes: uma causa sólida e percebida como estratégica para o desenvolvimento do país; o fato de a AEF-Brasil ser uma organização sem fins lucrativos que trabalha a educação financeira, mas não representa nenhuma instituição financeira,

e sim um grupo expandido e articulado, abrangendo o setor público e o setor privado; o fato de a AEF-Brasil ter capacidade de escala e multiplicação de iniciativas e de possuir responsabilidade, transparência e idoneidade.

CONSTRUÇÃO DE UM ECOSISTEMA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Durante o primeiro semestre de 2016, duas ações condicionaram a reestruturação do Programa de Educação Financeira nas Escolas. Em parceria com a IBM América Latina, especificamente com a área de Cidadania e Assuntos Corporativos, workshops foram realizados pela equipe da AEF-Brasil, os quais resultaram no desenvolvimento de um planejamento estratégico, cujo objetivo é responder diretamente às necessidades da organização, de forma a definir diretrizes atualizadas de atuação para a criação de novos projetos, aprimoramento das ferramentas e práticas de gestão, além das estruturação de novos modelos de mobilização de recursos.

No segundo semestre de 2016, a AEF-Brasil, em colaboração com a CVM e outros membros do CONEF,, desenvolveu uma estratégia inovadora de formação de uma rede nacional de educação financeira – a ser estruturada em polos estaduais constituídos por universidades federais, secretarias de Educação e a AEF-Brasil –, que possibilite formar professores em curso de extensão de educação financeira, de forma a qualificá-los para que executem projetos de educação financeira nas escolas.

As premissas dessa rede foram:

- a)** Propiciar formação qualificada e inclusiva em educação financeira por meio de parcerias entre a AEF-Brasil, universidades e secretarias de Educação
- b)** Valorizar o professor como agente central de mudança e protagonista da disseminação do tema
- c)** Aumentar a proficiência financeira dos professores participantes
- d)** Fomentar uma massa crítica com professores qualificados para disseminar a educação financeira
- e)** Fortalecer a criação de conhecimento científico com a produção de artigos, dissertações etc
- f)** Estimular o desenvolvimento de uma cultura de educação financeira nas escolas dos cursistas participantes
- g)** Criar ambiente virtual de aprendizagem constituído de ferramentas interativas, publicações e espaços para trocas de experiências e conhecimentos
- h)** Possibilitar certificação dos participantes com chancela das universidades promotoras

Conforme também detalhado anteriormente, para além do desenvolvimento dessa rede, a AEF-Brasil constituiu uma estratégia digital e a reformulação visual do portal Vida e Dinheiro, com o intuito de promover maior acesso e democratizar o ensino da educação financeira.

PARCERIAS DESENVOLVIDAS E REPRESENTAÇÕES INSTITUCIONAIS 2012-2019

No intuito de ampliar a presença da educação financeira no país, a AEF-Brasil se envolveu em diversas frentes de atuação. Seja por meio do desenvolvimento e operação de projetos financiados pelo setor privado, seja por participação e contribuição em eventos nacionais e internacionais, a OSCIP se posicionou no cenário da educação financeira e articulou-se com os maiores atores desse ecossistema.

A organização liderou mobilizações multissetoriais em torno da promoção do financiamento de iniciativas de educação no país. Como resultados principais desenvolveu parcerias sólidas e sustentáveis com as seguintes organizações:

INSTITUIÇÕES E PROJETOS PATROCINADOS

Instituição	Projeto patrocinado	Período
Abecs	Ecosistema de Educação Financeira	2017-2018
Banco Bradesco	Piloto Ensino Fundamental	2015
	Ecosistema de Educação Financeira	2017-2018
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	Mulheres Beneficiárias do Programa Bolsa Família	2013 a 2016
Banco Itaú	Educação Financeira nas Escolas Ensino Médio	2011
	Ecosistema de Educação Financeira	2017-2018
Banco Mundial	Educação Financeira nas Escolas Ensino Médio	2011
	Piloto Ensino Fundamental	2015
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	Evento Semana ENEF	2016
Fundação Citibank	Mulheres Beneficiárias do Programa Bolsa Família	2013 a 2016
Fundação Itaú Social	Educação Financeira nas Escolas Ensino Médio	2011
	Ecosistema de Educação Financeira	2017-2018
Google	Apoio institucional	2017-2018
IBM	Apoio institucional	2017-2018
Instituto Samuel Klein	Piloto Ensino Fundamental	2015

Instituição	Projeto patrocinado	Período
Instituto Unibanco	Educação Financeira nas Escolas de Ensino Médio	2011
	Ecosistema de Educação Financeira	2017-2018
KPMG	Auditoria independente	2015 a 2019
Serasa Experian	Ecosistema de Educação Financeira	2017-2018
TV Escola	Ecosistema de Educação Financeira (2017-2018)	2017-2018
Visa do Brasil	Ecosistema de Educação Financeira	2017-2018

REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL

Em 2008, durante a crise econômica, os países que integram a OCDE reconheceram oficialmente a importância da educação financeira com o lançamento da Rede Internacional de Educação Financeira (OCDE/INFE). Essa rede tem o objetivo principal de desenvolver metodologias de educação financeira, medir seus impactos e compartilhar suas experiências e boas práticas para que organizações e governos possam implementar programas e disseminar a educação financeira em escala. A OCDE promove também junto a governos a implementação e o monitoramento eficaz de tais programas.

A Rede OCDE/INFE é composta de membros de mais de 125 países e supervisionada por um Conselho Consultivo. Ela dissemina seu trabalho de várias maneiras, inclusive com a produção de relatórios globais e regionais, e com a organização de seminários de alto nível, mesas-redondas e *workshops* técnicos.

Articulada com a OCDE, a AEF esteve presente de forma institucional nos eventos de Moscou (2019) e Paris (2017-2018), além de ter apresentado sua estratégia de construção do Ecosistema de Educação Financeira no evento de 2017 do GFLEC, o Centro de Estudos em Letramento Financeiro da Universidade George Washington, nos Estados Unidos, coordenado pela prof^a dra. Anna Maria Lusardi.

A seguir, a relação dos principais eventos de expressão internacional de que a AEF participou.

Evento	Participação
Encuentro Sparkassenstiftung Latinoamérica y el Caribe – Quintana Roo, México, agosto de 2019	Palestrante convidado falou sobre comportamento financeiro e educação financeira para mudança de vida.
5 th Child and Youth Finance International – Joanesburgo, África do Sul, junho de 2019	Participação com palestra nesse importante encontro de educação financeira para jovens no mundo. O painel de discussão foi sobre as oportunidades e riscos digitais para os jovens no mundo das finanças.
Simpósio OCDE-Rússia sobre educação financeira, outubro de 2018	O tema foi a alfabetização financeira em termos globais, e incluiu: <ul style="list-style-type: none"> • novas tendências digitais na prestação de serviços financeiros e na educação financeira • educação financeira para grupos vulneráveis, como jovens e migrantes • abordagens para educação financeira e proteção ao consumidor. Participaram mais de 200 especialistas internacionais de cerca de 60 países.
Association for Fundraising Professionals, abril de 2018	Título da palestra: Desenvolvimento de Governança Efetiva para Captação de Recursos e Impactos Importantes (caso da Estratégia Nacional Brasileira para Educação Financeira).
Bett Education Technology Conference – Londres, Reino Unido, janeiro de 2018	Participante da Bett Show, em Londres, no Reino Unido.
Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Rio Grande do Sul, novembro de 2017	Apresentou as experiências de Avaliação de Impacto em Educação Financeira no <i>workshop</i> promovido pelo Banco Mundial na Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Rio Grande do Sul.
Cherry Blossom Financial Education, no Global Financial Literacy Excellence Center (GFLEC), abril de 2017	Apresentou a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) no evento promovido pelo Global Financial Literacy Excellence Center (GFLEC) em Washington, Estados Unidos.

Tais representações agregam um valor intelectual e deixam imenso legado de conhecimento para a instituição, promovendo uma rica troca de conhecimentos.

A AEF também se articulou com organismos internacionais e secretarias de Educação de outros países, buscando conhecer as melhores práticas internacionais de educação, como o programa Me and My City, na Finlândia, o Finans Danmark, na Dinamarca, entre outros.



A superintendente da AEF-Brasil, dra. Claudia Forte, e o coordenador de Mobilização de Recursos, Thiago Godoy, em reunião com executivos das áreas de parcerias no Fundo Monetário Internacional (FMI), em Washington, Estados Unidos, em abril de 2017.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O envolvimento do setor privado na Estratégia Nacional de Educação Financeira proporcionou uma ampla gama de resultados, que vão muito além dos recursos financeiros aportados. Ao formar uma rede multissetorial de educação financeira, o CONEF e a AEF-Brasil tiveram êxito em promover a democratização do acesso a esse tema para as populações vulneráveis, como frequentadores de escolas públicas, mulheres e idosos de baixa renda.

Estabelecer uma governança com a participação dos três setores da economia trouxe inúmeros benefícios para a ENEF. Mesmo assim, há ainda grandes desafios, principalmente no que tange à participação mais ampla do setor privado. As parcerias desenvolvidas nesse âmbito foram proveitosas, mas sabemos que o investimento do setor privado poderia ter sido mais intensivo. Esse não é um desafio exclusivo da AEF-Brasil, mas algo inerente às parcerias público-privadas, que ainda possuem um longo caminho de desenvolvimento.

Há um reconhecido descasamento de tempos entre as expectativas de retorno do setor privado e o processo de amadurecimento de um projeto educacional. Educação é investimento de longo prazo e precisa ser feita de forma

consistente e perene. Além disso, o setor privado parece ainda não identificar que os benefícios do investimento em educação se refletem diretamente em uma força de trabalho instruída e qualificada.



Segundo estudo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), as contribuições do setor privado para a educação são menos de 0,1% dos lucros de algumas das maiores empresas do mundo. E as contribuições privadas para a educação nos países em desenvolvimento representam apenas 5% de toda a ajuda à educação.

Nos Estados Unidos, por exemplo, 53% dos subsídios das fundações são alocados para a saúde, mas apenas 8% são destinados à educação. O relatório da Unesco afirma que, se todos os alunos em países de baixa renda deixassem a escola com habilidades básicas de leitura, a pobreza cairia 12%. Com certeza, esse é um resultado que afetaria positivamente a todos, incluindo o setor privado.

Nesse mesmo documento, são indicadas as seguintes recomendações para ampliar os investimentos do setor privado em educação:

1. Todas as organizações privadas devem ser transparentes sobre o propósito de seus compromissos. Isso permitiria garantir que os interesses comerciais não viessem a se sobrepor aos objetivos coletivos.
2. Para que haja um impacto duradouro, as organizações privadas precisam fornecer financiamento suficiente durante vários anos, de modo a garantir a sustentabilidade de iniciativas, tendo em vista que a educação é um empreendimento de longo prazo.
3. É necessário realizar melhores avaliações sobre o impacto dos investimentos do setor privado em educação.

Nos Estados Unidos, por exemplo, 53% dos subsídios das fundações são alocados para a saúde, mas apenas 8% são destinados à educação

Precisamos intensificar os esforços e incentivos para que o setor privado possa investir junto aos governos de modo a garantir que todos os nossos jovens tenham oportunidade de receber uma boa educação.

REFERÊNCIAS

- BERTONCELLO, Silvio Luiz Tadeu; CHANG JÚNIOR, João. *A importância da responsabilidade social corporativa como fator de diferenciação*. FACOM – Revista da Faculdade de Comunicação da Faap (17), p. 70-76, 2007.
- CYFI. *Economic citizenship and the sustainable development goals*. 2016a
- ENEF – Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2010/Decreto/D7397.htm. Acesso em: 22 set. 2020.
- GALE, W. G.; LEVINE, R. *Financial literacy: what works? How Could it be More Effective?* 2010. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=1758910> ou em: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1758910>. Acesso em: 22 set. 2020.
- OECD. *National Strategies for Financial Education OECD/INFE*. Policy Handbook. OCDE, 2015.
- OECD. *International Gateway for Financial Education (INFE)*. 2019. Disponível em: <http://www.oecd.org/financial/education/>. Acesso em: 12 set. 2020.
- ROBERT, Kates W.; PARRIS, Thomas M.; LEISEROWITZ, Anthony A. *What is sustainable development? Goals, indicators, values, and practice*. Environment: Science and Policy for Sustainable Development, 47(3), 8-21, 2005.
- UN General Assembly, *Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development*, 21 October 2015

Capítulo 4

A educação financeira, a BNCC e o currículo: contextos e desafios das escolas públicas brasileiras

Alessandra Camargo Godoi¹¹

Sandra Zita Silva Tiné¹²

A educação financeira vem ampliando seu alcance de forma gradativa, apoiada nos esforços do Estado brasileiro e da sociedade civil organizada, diante dos desafios sociais e econômicos impostos globalmente. Sabe-se que, como todo processo educacional, a educação financeira exige planejamento, engajamento e mobilização, mesmo considerando que os resultados não se efetivem, necessariamente, a curto e médio prazos. Considerando a trajetória da educação financeira no Brasil, este escrito visa discuti-la no contexto educacional e descrever sua trajetória até a efetivação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), destacando seu reconhecimento nesse importante documento curricular de referência mais atual na educação brasileira.

Desde a [Declaração de Hamburgo](#), em 1990, alguns países pensaram novos rumos para a educação, dada a preocupação com o baixo desenvolvimento econômico e suas implicações educacionais e econômicas. Passou-se então a direcionar as discussões e olhares para a educação como mola propulsora de desenvolvimento social, por meio da qualidade do ensino e da aprendizagem e ainda pela visão mais igualitária da educação. O termo equidade foi agregado à educação de modo geral, como pressuposto para tratar as desigualdades e permitir o acesso e o direito à educação com igualdade de oportunidades, mas também na perspectiva de ofertar mais àqueles que mais precisam. Entende-se que a educação financeira está inserida nesse processo.

Nas escolas, essa temática estava ancorada na intencionalidade dos professores e nas campanhas nacionais que tivessem algum elemento da economia a elas vinculado. Percebia-se que os programas que dispunham



11. Professora Mestre da Rede Pública do Estado do Tocantins e Embaixadora de Educação Financeira.

12. Professora Doutora aposentada da rede pública de ensino do Distrito Federal; ex-presidente do GAP/ENEF.

dessa prerrogativa estavam mais centrados em consumo e em direitos do consumidor, a exemplo de ações vinculadas a órgãos como PROCON, SERASA, SPC, CCF, entre outros.

Em 2010, apenas 51 países de todo o mundo apresentavam algum tipo de ação ou estratégia voltada para as questões de economia em suas políticas públicas. No Brasil, o Decreto Federal nº 7.397/2010 foi o documento precursor dessa ação, que gerou vários outros desdobramentos em setores institucionais públicos e privados. Nasceu então a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), seguida de projetos específicos para a entrada desse tema nas escolas públicas. De caráter gratuito e com o objetivo de disseminar conteúdos e conhecimentos acerca das questões mais basilares que pudessem afetar a vida financeira dos indivíduos, a proposta de educação financeira nas escolas teve um projeto organizado para elaborar, orientar,

Em 2010, apenas 51 países de todo o mundo apresentavam algum tipo de ação ou estratégia voltada para as questões de economia em suas políticas públicas

coordenar e acompanhar a disseminação do Programa de Educação Financeira nas Escolas coordenado pela Associação de Educação Financeira no Brasil (AEF-Brasil), conforme proposição do Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), então o colegiado condutor da ENEF, que, atualmente, é regida pelo Decreto nº 10.393/2020, pelo qual foi instituída a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira, com os mesmos propósitos.

Por causa disso, foi criado o Programa de Educação Financeira para o Ensino Médio nas escolas públicas (2010-2011). Por esse programa, um conjunto de livros divididos por nível de ensino ofereceu ao estudante e ao professor atividades educativas que permitem a inserção do tema na vida escolar. Para construção desse material, um grupo de especialistas foi convidado. Entre esses especialistas, estavam os professores Heloisa Padilha, Carlos Klimick, Laura Coutinho e Vera Rita de Mello Ferreira e outros especialistas que ainda mantêm importantes ações na área de educação financeira. Os materiais didáticos utilizados no programa estão disponíveis gratuitamente no [site Vida e Dinheiro](#).



A avaliação de impacto do programa pode constatar melhorias significativas dos conhecimentos financeiros dos estudantes participantes, além da intenção de poupar e ter autonomia financeira. Isso repercutiu na participação dos estudantes nas finanças do domicílio. O programa foi ampliado, em 2014, para o Ensino Fundamental e envolveu os componentes curriculares Matemática, Ciências, História, Geografia e Língua Portuguesa.

Como resultado dessa avaliação, constante do relatório *The Impact of High School Education: Experimental Evidence from Brazil*, do Banco Mundial, percebeu-se que, mesmo com avanços ainda incipientes na educação financeira, foi possível obter um corpus de conhecimento da área com vistas a alavancar outras ações. Esse foi um marco importante no crescimento da educação financeira nas escolas brasileiras.

MARCOS REGULATÓRIOS – A BNCC E A EDUCAÇÃO FINANCEIRA

O Brasil implementou, em 2015, um importante documento curricular: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em dezembro de 2015 para direcionar a Educação Infantil e o Ensino Fundamental e, em 2018, o Ensino Médio. A BNCC não é uma demanda surgida recentemente ou que esteja associada a este ou àquele governo. Historicamente, vem sendo gestada desde a Constituição Federal de 1988, que destaca a presença de “conteúdos mínimos” no currículo escolar. Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) utilizou o termo, asseverando, em seu Art. 26, que “os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum”. Desde então, e considerando que as pesquisas, os debates e a legislação avançaram, a BNCC percorreu seu caminho para ser, finalmente, construída com a participação de diferentes segmentos da sociedade, em um processo que durou aproximadamente dois anos.

A Lei nº 13.005/2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE), também apontou a necessidade de que a BNCC fosse construída. Outro importante documento que tratou da Base foram as Diretrizes Curriculares Nacionais. Essas diretrizes, em seu Art. 14, definiram a BNCC como um conjunto de “[...] conhecimentos, saberes e valores produzidos culturalmente, expressos nas políticas públicas e que são gerados nas instituições produtoras do conhecimento científico e tecnológico; no mundo do trabalho; no desenvolvimento das linguagens; nas atividades desportivas e corporais; na produção artística; nas formas diversas e exercício da cidadania; nos movimentos sociais” (BRASIL, 2010).

O Novo Ensino Médio aportado na Lei nº 13.415/2017, que altera a LDB/1996, propõe mudanças nessa etapa de ensino por meio da reforma que amplia a carga horária da matriz curricular (arquitetura curricular), em consonância com a BNCC, hoje é o movimento curricular mais recente da educação e está em processo com prazo de adequação até 2022 em toda a rede de ensino brasileira. Conforme orienta a Resolução CNE nº 04/2018, a carga

horária passa ser de 3 mil horas, sendo 1.800 delas para as aprendizagens obrigatórias com ênfase na preparação dos jovens para o mundo do trabalho e o pleno exercício da cidadania, desenvolvido por meio de competências e habilidades, e de 1.200 horas destinadas ao itinerário formativo, já a partir do primeiro ano do Ensino Médio, inclusive com formação técnica e profissional, constante na Portaria nº 1.432/2018. Essa nova arquitetura curricular remete à possibilidade de interdisciplinaridade e à flexibilidade do currículo.

Dessa forma, a BNCC torna-se uma referência capaz de orientar o direito de aprender e de se desenvolver dos estudantes da Educação Básica, preservando a diversidade e a inclusão de todos, bem como de orientar escolhas para construção da parte diversificada que deve constituir o currículo. Porém, é preciso destacar que a BNCC não é o currículo, mas a referência curricular que serve como instrumento de gestão para que estados e municípios orientem suas construções curriculares e os projetos pedagógicos das escolas.

A BNCC torna-se uma referência capaz de orientar o direito de aprender e de se desenvolver dos estudantes da Educação Básica, preservando a diversidade e a inclusão de todos

Nesse ponto, é importante destacar o entendimento de currículo, visto que a literatura apresenta diferentes posicionamentos. Sacristán diz que é uma construção social, não um conceito abstrato forjado que exista fora da experiência humana, mas, sim, uma forma de organizar as práticas educativas (SACRISTÁN apud GRUNDY, 2000, p. 14). Esse autor afirma ainda que o currículo deve ser visto sob diferentes aspectos, como o objetivo a ser atingido, o que se deve ensinar, os caminhos para se chegar aos objetivos e de que forma os conteúdos se correlacionam. Assim, o currículo deve prever, em sua efetivação, a cultura local, a realidade de

onde são e como vivem os estudantes, construindo aprendizagens por meio dos conhecimentos, desafiando-os a refletir, analisar e interagir.

Uma forma interessante de tratar o currículo, nessa perspectiva, é vivenciá-lo por meio de temas integradores. Como o nome diz, são temas capazes de integrar diferentes áreas do conhecimento e diferentes componentes curriculares. Essa interligação permite aos estudantes compreender os conceitos de forma mais contextualizada, fazendo com que suas aprendizagens ganhem sentido. Numa perspectiva freiriana, é possível entender a necessidade de partir do contexto, da realidade vivida, para que haja sentido no que se aprende.

Nesse sentido, a educação financeira aparece como um tema que pode integrar múltiplas áreas em virtude de o seu caráter complexo envolver diversas áreas

e conhecimentos, além de ser vivenciado na prática cotidiana pelos sujeitos e, dessa forma, construir sua cidadania ativa e participativa.

Cabe lembrar que, como visto no Capítulo 2, os marcos regulatórios da educação financeira precedem os marcos regulatórios da BNCC e aqui pretende-se fazer um estudo de entendimento das respectivas competências, da forma como se articulam e se complementam no fazer diário dos professores em sala de aula.

PERCURSOS PARA EFETIVAÇÃO DOS TEMAS CONTEMPORÂNEOS TRANSVERSAIS

Considerando que os contextos históricos conduzem para as reformulações em todas as áreas sociais, entre elas a área educacional, observa-se que alguns países que atingiram êxito na educação dedicam muito esforço e tempo para o estabelecimento de suas reformas educacionais, elegendo prioridades quanto à qualidade da educação para alcançar a excelência mundial.

Ao mesmo tempo que nunca se discutiu educação tão amplamente, nunca se teve resultados de desempenho de aprendizagem tão complexos na Educação Básica, chegando a ser o pior dos últimos 20 anos, no Ensino Médio (MEC, 2016). Muitas podem ser as possíveis explicações para esse cenário, mas, tão importante quanto localizar essas explicações é perceber como a situação repercute na política pública vigente, para identificar o que essa mudança pode causar ao ensino.

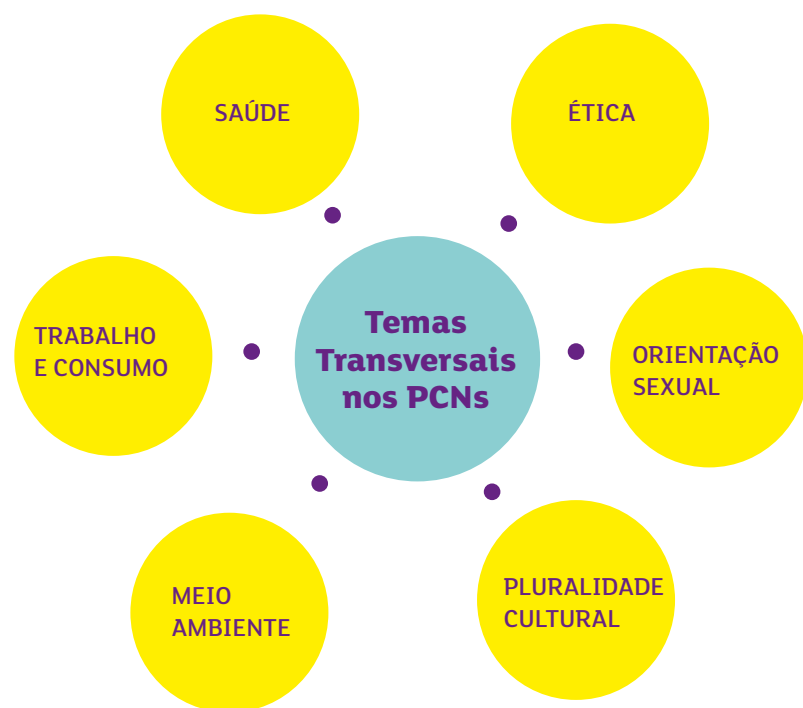
Desde a existência dos **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)** (1999), considera-se que os avanços promovidos na Educação Básica foram substanciais para os “novos rumos” da educação brasileira. Todavia, nos últimos cinco anos, a ênfase recaiu nas discussões curriculares, que passaram por diversos estágios nas instituições e agentes educacionais em todas as esferas públicas. Muitas foram as iniciativas para o cumprimento da LDB nº 9.394/1996, no que diz respeito à implementação dos currículos de modo a promover o avanço da qualidade da educação continuamente. Elas incluíram propostas e referências curriculares, diretrizes nacionais para a Educação Básica e modalidades que orientaram o planejamento curricular das escolas e dos sistemas de ensino, até chegar à Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Nos PCNs, já era possível reconhecer a tentativa de configuração dos temas transversais, a saber: Saúde, Ética, Orientação Sexual, Pluralidade Cultural, Meio



Ambiente, Trabalho e Consumo. Essas seis temáticas trazem a noção de assuntos que são distintos, mas complementares entre si, como na figura a seguir.

TEMAS TRANSVERSAIS NOS PCNs



Fonte: Documento da BNCC, adaptado pelas autoras.

A Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010, que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de Nove Anos com orientações sobre a abordagem dos temas nos currículos no Art. 16 determinou que:

*Os componentes curriculares e as áreas de conhecimento devem articular em seus conteúdos, a partir das possibilidades abertas pelos seus referenciais, a abordagem de **temas abrangentes e contemporâneos** que afetam a vida humana em escala global, regional e local, bem como na esfera individual [...] que devem permear o desenvolvimento dos **conteúdos da base nacional comum** e da parte diversificada do currículo (CNE/CEB, 2010, p. 5, grifos nossos).*

Consoante a esse posicionamento legal, o Conselho Nacional de Educação (CNE) destacou amplamente sobre a transversalidade no Parecer nº 7, de 7 de abril de 2010:

A **transversalidade** orienta para a necessidade de se instituir, na prática educativa, uma analogia entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade). Dentro de uma compreensão interdisciplinar do conhecimento, a transversalidade tem significado, sendo uma proposta didática que possibilita o tratamento dos conhecimentos escolares de **forma integrada**. Assim, nessa abordagem, a gestão do conhecimento parte do pressuposto de que os sujeitos são agentes da arte de problematizar e interrogar, e buscam procedimentos interdisciplinares capazes de acender a chama do diálogo entre diferentes sujeitos, ciências, saberes e temas (CNE/CEB, 2010, p. 24 grifos nossos).

Assim, revelam-se os elementos que contribuem para a forma integrada do currículo e a oportunidade de ele se estabelecer como de fato “transversal”, contribuindo para que a fragmentação pedagógica, apregoada em décadas anteriores, perca seu sentido, mesmo que ainda perdure atualmente. Por certo que isso é um processo que avança de maneira lenta, mas, dado o primeiro passo, acredita-se que a formação dos professores, tanto inicial quanto continuada, caminhe na direção da integralidade. Nesse sentido, torna-se um itinerário oportuno e contínuo para as mudanças didático-pedagógicas que devem estar na base da profissionalização docente.

A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E NOS PLANOS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO

Ao revisitar o movimento da sociedade civil e organizada, que culminou no **Plano Nacional de Educação**, Lei nº 13.005/2014, direcionou-se para a necessidade e a atenção da elaboração de diretrizes pedagógicas, somadas à exigência de construção de currículos para as etapas de ensino do Ensino Fundamental e do Ensino Médio (BRASIL, 2014), uma lacuna considerável, dadas as exigências curriculares existentes desde a Constituição Federal de 1988 e os diversos esforços educacionais desde a época dos PCNs.

Ao analisar o Plano Nacional e os 26 Planos Estaduais de Educação, como uma das principais legislações educacionais de direcionamento de diretrizes, objetivos, metas e estratégias para a Educação Básica e superior – cuja vigência está posta para o período de 2015 a 2025, utilizou-se a metodologia de análise



documental desses planos, pela busca de palavras-chave que levassem ao contexto voltado para:

- educação financeira
- empreendedorismo
- temas transversais
- transversalidade do currículo

No texto do Plano Nacional de Educação (2014-2024), não foram identificados termos eleitos no contexto que se propôs para esse item do artigo. Nesses planos, observou-se que 53,8% dos estados não possuem nenhum registro dessas palavras, enquanto 46,2% apresentam alguma delas e apenas o Acre e o Tocantins contemplam todos esses termos em seu Plano Estadual, representando 1,6% da amostra pesquisada.

Ao se fazer a análise mais específica, por região geográfica, encontrou-se registro dessas palavras-chave conforme aponta o mapa e as regiões na figura a seguir. Nota-se que as regiões Nordeste e Norte são as que mais têm estados com os registros pesquisados.

MAPA DE REGISTRO DE TERMINOLOGIAS LIGADAS À EDUCAÇÃO FINANCEIRA.



Fonte: elaboração das autoras, 2020

Apenas 11,5% dos estados incluíram o termo “educação financeira” nos seus planos: Acre, Ceará e Tocantins. O termo “empreendedorismo” aparece em 19,2% dos estados, quais sejam Acre, Amazonas, Goiás, Pernambuco e Tocantins, enquanto “temas transversais” alcança 15,3%, correspondentes a Acre, Paraíba, Rio de Janeiro e Tocantins. Por último, a expressão “transversalidade do currículo” é registrada em 18,2% dos planos dos estados analisados: Acre, Amazonas, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Tocantins.

Nos planos dos 12 estados que possuem algum registro desses termos, identificaram-se de uma a quatro metas e/ou estratégias dedicadas a eles. Considerando que as metas podem sofrer alterações de numeração nos diferentes estados, apresenta-se:

QUADRO 1 – ANÁLISE DA PRESENÇA DE TERMOS VOLTADOS À EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO PLANO NACIONAL E ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Estado	Nº da lei	Meta/estratégia	Educação financeira, empreendedorismo, transversalidade do currículo
Acre	Lei nº2.965/2015	Meta 3 Ensino Médio	1.6. Contemplar, na construção da nova matriz curricular do ensino médio, os diferentes temas transversais , tais como: educação ambiental, educação de trânsito, educação financeira , educação para o empreendedorismo , educação para os direitos humanos, cidadania e diversidade, bem como as políticas públicas de desenvolvimento econômico do Estado.
Amazonas	Lei nº4183/2015	Meta 6 Educação Integral	6.9. Promover programa transversal sobre empreendedorismo e outras atividades profissionalizantes à matriz curricular do Ensino Médio integral, visando ao desenvolvimento de competências para o mercado de trabalho.
Ceará	Lei nº16.025/2015	Meta 3 Ensino Médio	3.13. Implementar e aperfeiçoar políticas de currículo, formação continuada de professores e de aquisição de material pedagógico que garantam a inserção de conhecimentos sobre [...] educação financeira e do consumo [...] para a convivência com o Semiárido.

Estado	Nº da lei	Meta/estratégia	Educação financeira, empreendedorismo, transversalidade do currículo
Goiás	Lei nº18.969/2015	Meta 10 Educação profissional	10.21 Promover a implantação de incubadoras de empresas (em suas diversas modalidades) nas unidades de EPT da Rede Estadual, de forma a promover o desenvolvimento, crescimento e consolidação de negócios inovadores, fortalecendo o oferecimento de capacitação para a atuação empreendedora .
Maranhão	Lei nº 10.099/2015	Meta 7 Direitos socioeducacionais	Garantir a 100% das escolas da Educação Básica, níveis e modalidades, condições de transversalidade para o desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas para as diversidades e temas sociais (direitos socioeducacionais).
		Meta 12 Educação profissional	12.11. Proporcionar a oferta de educação profissional técnica de nível médio com base no empreendedorismo socioambiental, oportunizando aos jovens e adultos a participação no desenvolvimento social econômico de sua localidade.
Paraíba	Lei nº10.488/2015	Meta 13 Direitos humanos	13.5. Estimular os estudos de educação em direitos humanos e de diversidade, na formação inicial e continuada dos profissionais da educação, nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, de forma interdisciplinar, transdisciplinar e transversal , articulando-os à promoção dos direitos humanos (meta do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos).
Pernambuco	Lei nº5.533 /2015	Meta 7 Qualidade da Educação Básica	7.16. Pautar a discussão das políticas públicas, bem como dos temas relevantes da atualidade juvenil, na matriz curricular dos Ensinos Fundamental e Médio de forma transversal .
		Meta 10 Educação de Jovens e Adultos	10.6. Ampliar oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio à EJA, com vistas ao empreendedorismo , levando-se em consideração os arranjos produtivos locais, atendendo às especificidades de cada região e envolvendo conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades.

Estado	Nº da lei	Meta/estratégia	Educação financeira, empreendedorismo, transversalidade do currículo
Rio de Janeiro	Lei nº 5.597/2015	Objetivo 33	Garantir, a partir da publicação deste plano, a inclusão nas matrizes curriculares da Educação Básica, dos conteúdos e temas transversais .
Rio Grande do Norte	Lei nº 10.049	Dimensão 8: Educação: Movimentos sociais, inclusão e direitos humanos	Item 11 – Buscar apoio financeiro e pedagógico em parceria com os órgãos que desenvolvem ações de educação ambiental, visando ao desenvolvimento de projetos junto às escolas da Educação Básica, considerando os princípios da transversalidade e da interdisciplinaridade.
Rio Grande do Sul	Lei nº 14.705/2015	Meta 8 Campo, comunidades indígenas, comunidades quilombolas	8.12. Promover condições, em regime de colaboração entre Seduc, Secretarias Municipais de Educação, instituições de ensino superior e mantenedoras de instituições privadas, à elaboração de propostas curriculares que incluam como temas transversais as questões de inclusão, direitos humanos, etnias, gênero e sexualidade, de modo a estimular as discussões sobre formas de superar as discriminações e os preconceitos.
Rondônia	Lei nº 3.565 /2015	Meta 7 Direitos socioeducacionais	7.4. Estabelecer parcerias e/ou interfaces, em regime de colaboração, com os órgãos governamentais, no âmbito das esferas municipais, estaduais, federais, e não governamentais, atividades relativas à construção de políticas públicas relacionadas às temáticas das diversidades e temas transversais .

Estado	Nº da lei	Meta/estratégia	Educação financeira, empreendedorismo, transversalidade do currículo
Tocantins	Lei nº 2.977/2015	Meta 11 Educação ambiental	11.6. Estimular a criação e revitalização, até o segundo ano de vigência deste PEE/TO, em regime de colaboração com a União e os Municípios, [...] espaços educativos sustentáveis nas escolas e comunidades, que fortaleça a participação da comunidade escolar no planejamento e gestão de projetos [...] combatendo práticas relacionadas ao desperdício, degradação e consumismo, e práticas e disseminação de educação financeira nas escolas .
		Meta 12 Educação profissional	12.2. Constituir uma comissão paritária e permanente na Seduc/TO e diretorias regionais de educação, composta por profissionais com perfil adequado para planejar e avaliar a política da educação em direitos humanos, assim como garantir a transversalidade e a interdisciplinaridade no currículo escolar.
		Meta 14 Campo e quilombola	Diretriz IV. Garantia de educação profissional que incentive a inovação e o empreendedorismo , incorporando novas tecnologias na prática pedagógica, atendendo às exigências que sinalizam os novos perfis profissionais.
		Meta 23 Qualidade da educação	23.27. Garantir a expansão da educação fiscal, educação financeira , educação ambiental, educação para o trânsito, educação em direitos humanos, por meio da transversalidade no currículo da Educação Básica, em todas as etapas e modalidades, [...], a fim de fortalecer a formação social e integral do cidadão.

Fonte: elaboração das autoras, 2020.

Observa-se que o volume de registro por temática está centrado nos eixos: Ensino Médio (2 registros), no Acre e no Ceará; Educação integral (1 registro), no Amazonas; Educação socioeducacional (2 registros), em Rondônia e Maranhão; Educação do campo, quilombola e indígena (2 registros), no Rio Grande do Sul e Tocantins; Educação profissional (3 registros), em Goiás, Maranhão e Tocantins;

Educação ambiental (2 registros), Rio Grande do Norte e Tocantins; Direitos humanos (1 registro), na Paraíba; Qualidade da Educação Básica (2 registros), em Pernambuco e Tocantins, e Sistema de Educacional (1 registro), no Rio Grande do Norte.

O estado no qual mais constam metas e estratégias no contexto pesquisado é o Tocantins, que alcança quatro metas, seguido de Maranhão, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, com duas. Os demais estados registram uma meta ou sinalização dos termos em forma de objetivos.

O cenário da União e de seus entes federados é, ainda, de grande desafio para cumprimento das metas e estratégias estabelecidas em seus planos e diante da necessidade de se implementar um novo currículo que comporte toda a gama de deliberações de todas as instâncias e profissionais. Assim, todos os profissionais da educação são corresponsáveis por implementar, pela vigência dos seus planos, ações estratégicas, programas, projetos e regulamentação própria para cumpri-lo e, ainda, monitorá-lo de forma sistêmica. Hoje, os estados já contam com duas avaliações de monitoramento por sua Comissão de Avaliação Estadual, o que pode ser acompanhado no [site do observatório dos planos de educação](#).



Em 2017, com a homologação da Resolução nº 02/2017, a BNCC trouxe a ampliação de temas de caráter social sob as premissas de justiça, igualdade e ética propondo mudanças de atitudes e procedimentos pela apropriação e aplicação de conceitos aprendidos na escola para a vida diária dos estudantes.

Ressalta-se que a construção da BNCC foi um processo longo e muito participativo. A partir de 2015, formou-se uma comissão de especialistas, pelo MEC, que construiu a primeira versão para consulta pública. Dessa consulta resultaram 12 milhões de contribuições que culminaram na segunda versão, sistematizada pela Universidade de Brasília (UnB) e pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Foram realizados, ainda, cinco seminários por região brasileira, com a participação de gestores, especialistas, professores e organizações da sociedade civil. Nesse momento, as instituições ligadas à ENEF tiveram participação ativa, entre elas a AEF-Brasil e o Banco Central.

Na versão final da BNCC, os temas transversais passaram a ser denominados Temas Contemporâneos Transversais, com orientação aos estados e o imperativo de oportunizar a vivência cidadã e social, transversal e integradora.

*Cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, **incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de***

temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma **transversal e integradora** (BRASIL, 2017, p. 19, grifos nossos).

Diante de tamanho desafio, desde 2010, a temática de educação financeira criou uma ampla possibilidade de empreender na área educacional. Já é possível observar que autores, editoras e empresas privadas oferecem materiais curriculares relativos à temática com grande frequência nas instituições privadas, mas também nas públicas. Entretanto, órgãos governamentais e não governamentais também se mobilizaram para a oferta de programas e projetos de educação financeira. E, entrelaçando essa linha histórica, o Comitê de Educação Financeira (CONEF), da Associação de Educação Financeira no Brasil (AEF-Brasil), bem como o Grupo de Apoio Pedagógico (GAP) não mediram esforços para a inserção da temática desde as discussões da BNCC.

Dentro da estrutura da ENEF, foi criado o GAP, instância responsável por avaliar todas as decisões de ordem pedagógica tomadas. Esse grupo era presidido pelo Ministério da Educação e dele participavam representantes do setor educacional, notadamente das universidades e de instituições da sociedade civil. Por meio da deliberação CONEF nº 19/2018, surgiram as diretrizes para execução do Programa de Educação Financeira nas escolas, a saber:

- I - universalização do tema educação financeira nas escolas, por meio de sua progressiva inserção nas ações curriculares da escola e integração à cultura escolar brasileira;
- II - privilegiar ações com foco no professor, protagonista do processo de disseminação do tema na escola, com ações para formação;
- III - participação de instituições de ensino superior;
- IV - estímulo à produção descentralizada de conteúdos educacionais; e
- V - articulação com os sistemas públicos de ensino.

O GAP teve interferência direta na construção de tais diretrizes. Além dessas diretrizes, o grupo foi responsável pela construção de um documento de referência na área, as “Orientações para Educação Financeira nas Escolas”.

Esse documento balizou o projeto piloto desenvolvido nas escolas e dizia, entre outras orientações, que se deveria formar os estudantes para o exercício da cidadania; para consumir e poupar de modo ético; para tomarem decisões de forma autônoma e baseada em mudança de atitude, bem como aprender a planejar a curto, médio e longo prazo. Para isso, os conteúdos desenvolvidos poderiam ser consumo, poupança, sustentabilidade, entre outros.

A partir da homologação da BNCC, com a presença do Tema Contemporâneo Transversal “Educação Financeira”, a ENEF ficou fortalecida, uma vez que os professores podiam a partir dali serem instigados a ministrar o tema em sala de aula, sem ser por projetos estanques, limitados em seu tempo e sem sequência didática compatível com as etapas da Educação Básica. Trata-se de formar continuamente os estudantes, no decorrer da Educação Básica, pela promoção de conhecimento e vivência de conteúdo, remetendo facilmente à mudança de comportamento e atitudes de abrangência individual, familiar e social.

Nesse ponto, destaca-se a formação de professores oferecida pela ENEF, por meio da AEF-Brasil, que teve como ação um curso de formação para o trabalho com a educação financeira para Educação Básica, oferecido a professores e gestores em polos regionais, com a participação das redes de ensino, de secretarias de Educação e de universidades, como descrito no capítulo 2.

Com a homologação da BNCC, os Temas Contemporâneos Transversais passaram a ter seu lugar, visto serem então um tema reconhecido que determina o desenvolvimento dos novos temas, ampliando a ideia facultativa dos PCNs e trazendo novos olhares sobre seis eixos compostos de “subtemas”, conforme mostra a figura a seguir.



É possível notar a importância de os eixos e os desdobramentos estarem permeados de assuntos cotidianos da sociedade, reconhecidos por sua natureza não disciplinar, mas para articulação de saberes de interesse local e global. Há também uma quebra de paradigma metodológico das matrizes curriculares, enraizado na prática educacional de muitos professores esperarem sempre em um “local disciplinar” para ministrarem suas aulas. Em outras palavras, os TCTs oferecem a oportunidade de tirar o professor de sua docência tradicional, fechada em seu componente curricular, para oferecer uma visão mais integralizada do conhecimento.

TEMAS CONTEMPORÂNEOS TRANSVERSAIS: CONTRIBUIÇÕES HISTÓRICAS E ARTICULAÇÕES NO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

A partir dos pressupostos pedagógicos da Educação Básica brasileira aportados na proposta de educação para a cidadania, existentes desde a década de 90, com a implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para nortear as aprendizagens, discute-se provocar as questões sociais como objetivo de estimular a reflexão dos estudantes sobre temas que permeiam a vida em sociedade. Essa perspectiva foi precedida de estudos e desdobramentos de ações educativas vinculadas às áreas de Ciências Sociais e da Natureza, que destacaram inicialmente o Meio Ambiente, Saúde e Direitos Humanos como temas transversais fundamentais à inclusão no currículo escolar. Na Constituição Federal de 1988, Art. 225, tem-se a afirmação de que:

*Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia **qualidade de vida**, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988, grifos nossos).*

Da mesma forma, a Lei nº 9.394/96 e a Lei nº 10.172/2001 determinam apoio e incentivo aos processos de integração da sociedade com a escola, com garantia de participação da comunidade na gestão das escolas, a organização de comissões escolares como espaço e exercício da cidadania.

Destacam-se aqui alguns programas que trazem ações reflexivas e posicionamentos importantes de caráter transversal, que se desdobraram nos futuros rumos da educação financeira, sobretudo para a chamada à ação

coletiva e estruturada de comprometimento dos sujeitos, da escola e da comunidade em razão dos acontecimentos coletivos no ambiente local.

Observou-se que muitas ações públicas ancoradas em programas como a Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola (Con-Vida), surgida na Agenda 21¹³, quando em 2004, 179 países definiram e firmaram compromissos para construir um novo modelo que garantisse melhor qualidade de vida para a humanidade, considerando o aspecto sustentável econômico, social e ambiental. Em 2002, foi elaborada a Agenda 21 brasileira, com a participação de milhares de pessoas, mobilizadas, sobretudo, em escolas e instituições educativas. As estratégias compreendiam, por exemplo, a criação de comissões locais, com público-alvo distinto para a construção de projetos coletivos e com amparo legal em plataformas de disseminação de ações. As contribuições fortaleceram a temática, que passou a ser assunto recorrente nas escolas de todo o país. A formação de crianças e jovens como protagonistas de sua história local e nacional foi marcada por eventos organizados que, além de mobilizar estudantes e professores, geraram um sentimento de pertencimento ao mundo, pela articulação com os pares e com o meio ambiente.

No campo da saúde, o Programa Saúde na Escola, cuja primeira versão foi em 2007, objetivou fortalecer o desenvolvimento integral, por meio de participação da comunidade escolar em programas e projetos que ancorassem saúde e educação, sob a premissa de enfrentamento da vulnerabilidade entre crianças, adolescentes e jovens brasileiros. Ao entender que a escola é um espaço privilegiado de ações promotoras de saúde, bem como de prevenção de um conjunto de doenças pela informação e orientação para o pleno desenvolvimento do estudante, com base em conteúdos estruturados para essa finalidade, inclusive com ações no Projeto Político Pedagógico das escolas, sob a égide que é “preciso desenvolver em cada um a capacidade de interpretar o cotidiano e atuar de modo a incorporar atitudes e/ou comportamentos adequados para a melhoria da qualidade de vida”(BRASIL, 2011), tem-se a

13. A Agenda 21 é um programa de ação para todo o planeta. Ela tem 40 capítulos, que mexem com tudo, do ar ao mar, da floresta aos desertos; propõe estabelecer uma nova relação entre países ricos e pobres. Na Agenda 21, como em qualquer agenda, estão marcados os compromissos da Humanidade com o Século XXI, visando garantir um futuro melhor para o planeta, respeitando-se o ser humano e o seu ambiente (BRASIL, 2004).

questão da economia e do orçamento doméstico, reaproveitamento e melhor uso dos alimentos, para uma boa alimentação e para a prevenção das doenças mais recorrentes entre crianças e jovens.



O Programa Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) começou em 2003, com a criação do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEHD), que teve como objetivo a orientação e a implementação de políticas, programas e ações que englobassem a cultura de promoção dos direitos humanos, de respeito a estes e, fundamentalmente, da equidade, preconizada pela universalização da Educação Básica. As concepções desse programa afirmam que:

*[...] a educação em direitos humanos vai além de uma aprendizagem cognitiva, incluindo o **desenvolvimento social e emocional** de quem se envolve no processo ensino-aprendizagem [...] a educação, nesse entendimento, deve ocorrer na comunidade escolar em interação com a comunidade local (BRASIL, 2006, p. 31, grifos nossos).*

Os princípios do PNEDH apresentam seis orientações, das quais destacamos duas que, a nosso ver, têm íntima relação com temas transversais:

*e) a educação em direitos humanos deve ser um dos eixos fundamentais da educação básica e **permeiar o currículo**, a formação inicial e continuada dos profissionais da educação, o projeto político pedagógico da escola, os materiais didático-pedagógicos, o modelo de gestão e a avaliação; f) a prática escolar deve ser orientada para a educação em direitos humanos, assegurando o seu **caráter transversal e a relação dialógica** entre os diversos atores sociais (BRASIL, 2006, p. 32, grifos nossos).*

Como a homologação da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2017, para as etapas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, e do Ensino Médio em 2018, o documento trouxe uma percepção de currículo mais ampliada, juntando-se vários temas de caráter social, compondo assim os Temas Contemporâneos Transversais.

Se por um lado a sua expansão trouxe interlocuções possíveis dentro de um próprio tema, entre eles e ainda como o núcleo comum das matrizes curriculares, por outro trouxe também dúvidas e incertezas dessa proposta

quanto ao seu desenvolvimento na sala de aula, em todas as etapas da Educação Básica, sobretudo na concepção de interdisciplinaridade e transversalidade como direções complementares ao caráter de continuidade e movimento para a construção das realidades.

A partir de então, a tarefa didático-pedagógica centrou-se em pensar como esses temas apareceriam dentro do documento curricular e, mais ainda, como seriam de fato articulados aos demais componentes curriculares em cada etapa da Educação Básica – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – e suas modalidades.

O questionamento mais geral sobre os objetivos da própria educação e sua importância como prerrogativa para mudar as realidades sociais dados os cenários existentes tanto no âmbito local quanto no regional, no nacional e no global, a finalidade passa a ser a promoção da crítica social, em observância das problemáticas existentes e das possíveis soluções com medidas específicas para fomentar os processos pedagógicos e movimentá-los, em favor da integração e da interação dos conteúdos escolares e de sua aplicabilidade na vida cotidiana.

Nessa direção, pode-se inferir que a presença dos Temas Contemporâneos Transversais em um documento curricular permite a articulação entre seus diferentes componentes curriculares, em que o contexto escolar, o contexto social, a diversidade e o diálogo permeiam seu desenvolvimento com base nos objetos de conhecimento descritos na BNCC, garantindo assim o “direito à aprendizagem, a formação para o trabalho, para a cidadania e para a democracia, respeitadas as características regionais e locais, da cultura, da economia e da população que frequenta a escola” (BRASIL, 2019). Nesse horizonte é que se imagina que a educação financeira ganha força e se estabelece em terreno fértil, sobretudo na Educação Básica.

Quando se pensa em componentes curriculares comuns aos currículos, imagina-se que devem estar rigidamente estruturados com nomenclaturas e cargas horárias definidas a serem desenvolvidas nas escolas brasileiras, dando a entender que não há espaço para outra organização. É possível perceber isso na voz dos professores ao falar de novos programas ou projetos. Mas o currículo não é só do espaço dos componentes curriculares tradicionais, há espaço para a diversidade de conteúdos, objetos de conhecimento e temáticas que envolvam a realidade cotidiana dos estudantes. Todavia, é válido refletir se os TCTs devem ter seu espaço no currículo apenas no que está

fora do que são os componentes curriculares tradicionais. Será esse o *locus* exclusivo desses temas? Não seria essa organização curricular também uma fragmentação? Os TCTs não deveriam integrar o currículo de maneira ampla? Não seria a oportunidade de conectar os conhecimentos e os componentes curriculares tradicionais?

Estimulando a temática e suas potencialidades, Moreno (1999) alerta para a “capacidade de pensar, compreender e manejar o mundo” que os TCTs trazem. Nasce também o sentido mais enfático de **transversalidade do currículo**, vinculado às “disciplinas”. Essa ideia ganhou força em ações e projetos tanto dentro da escola quanto em órgãos governamentais e não governamentais, que se proponham a desenvolver, em parceria com a escola, atividades didáticas em materiais de suporte curricular, aliada à “formação de professores” com a finalidade de formação social dos cidadãos, no caso os estudantes.

A provocação que se faz é de que há um movimento forçoso para que os Temas Contemporâneos Transversais sejam de fato “transversais”, não somente com os componentes comuns ou diversificados, mas, igualmente, entre os TCTs. Ao retomar o contexto escolar, a diversidade e o diálogo encontram espaço para o desenvolvimento do currículo integrado e integral para a plena formação do estudante, de modo a perpetuar para o longo da vida algo que a escola oportunizou em sua vida acadêmica, cognitiva e, sobretudo, socioemocional.

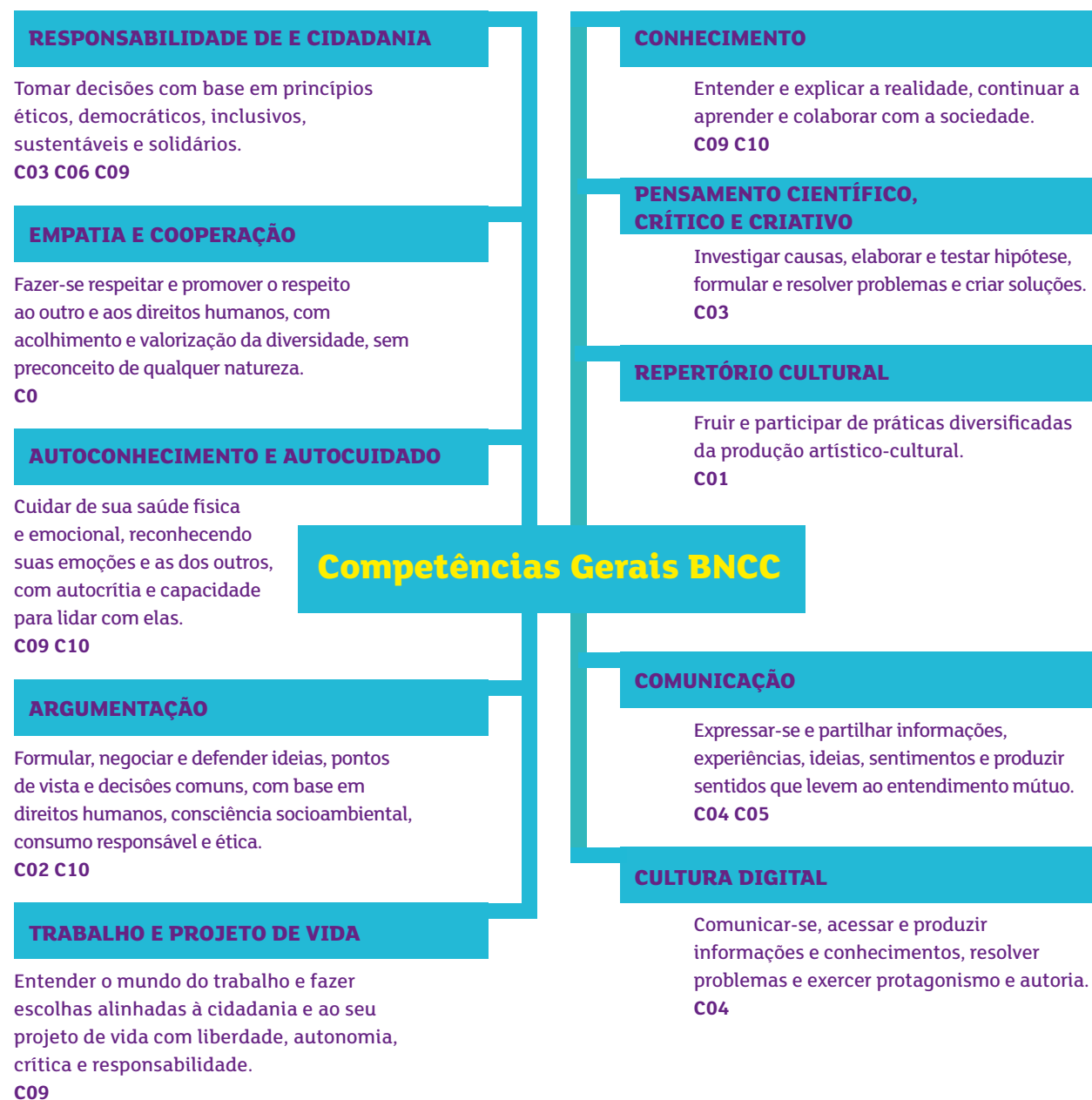
DAS DEZ COMPETÊNCIAS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA ÀS DEZ COMPETÊNCIAS GERAIS DA BNCC

As dez Competências Gerais da BNCC trazem perspectivas de passado, presente e futuro, transitando das situações mais simples para as mais complexas, mas sem perder o ponto de partida como base para avanços nas demais competências. As dez competências de educação financeira promovem um diálogo articulador entre as diversas áreas de conhecimento, de modo transversal no currículo escolar nas dimensões espacial e temporal, bem como com as Competências Gerais da BNCC, como mostra a figura na página ao lado.

A organização apresentada nas Competências Gerais da BNCC é contínua e articulada à proposta de avanços ao longo da vida escolar, cuja intenção é a permanência destas na vida egressa à Educação Básica. Pode parecer que não há nada de novo nessa organização de nomenclatura, pois havia quem já

enxergasse que a intencionalidade de tais competências aparecia de alguma forma nos currículos praticados nas redes de ensino. Entretanto, não é comum a percepção da correlação existente entre as competências da BNCC com as competências da educação financeira, que estão vinculadas a objetivos sistematicamente organizados para a sua disseminação didática nas escolas.

COMPETÊNCIAS GERAIS DA BNCC



A organização pedagógica dos estudos de educação financeira, apontados no documento “Orientações Pedagógicas para a Educação Financeira”, já citado, mostra essa articulação conforme apresentado no quadro a seguir.

	OBJETIVOS	COMPETÊNCIAS
OBJETIVOS ESPACIAIS	OB1 Formar para a cidadania	CO1 Debater direitos e deveres
	OB2 Ensinar a consumir e a poupar de modo ético, consciente e responsável	CO2 Tomar decisões financeiras social e ambientalmente responsáveis CO3 Harmonizar desejos e necessidades no planejamento financeiro do projeto de vida
	OB3 Oferecer conceitos e ferramentas para tomada de decisão autônoma baseada em mudança de atitude	CO4 Ler e interpretar textos específicos de Educação Financeira CO5 Ler criticamente textos publicitários CO6 Tomar decisões financeiras autônomas de acordo com suas reais necessidades
OBJETIVOS TEMPORAIS	OB4 Formar multiplicadores	CO7 Atuar como multiplicador
	OB5 Ensinar a planejar em curto, médio e longo prazos	CO8 Elaborar planejamento financeiro
	OB6 Desenvolver a cultura da prevenção	CO9 Analisar alternativas de prevenção em longo prazo
	OB7 Proporcionar a possibilidade de mudança da condição atual	CO7 Analisar alternativas para superar dificuldades econômicas

Fonte: Livro do Professor – Bloco 1 Ensino Médio, 2013

Com base nas competências gerais da educação financeira e das Competências Gerais da BNCC, é possível perceber a articulação entre o que é requerido do perfil do estudante ao final da Educação Básica com a mobilização de conhecimentos necessários à construção da cidadania financeira.

Dessa forma, apresentamos a tabela a seguir, na qual é possível reconhecer, a partir das Competências Gerais da BNCC, os conhecimentos de educação financeira que podem ser articulados de maneira tal que seja possível visualizar a possibilidade de superação da fragmentação curricular entre a área composta dos componentes curriculares tradicionais e dos projetos,

sejam eles projetos específicos, ou, ainda, a construção do projeto de vida requerido a toda educação básica, para que os jovens planejem seu futuro acadêmico, pessoal e profissional.

VÍNCULOS ENTRE AS COMPETÊNCIAS GERAIS DA BNCC E AS POSSIBILIDADES DE ESTUDO DOS CONTEÚDOS DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

COMPETÊNCIAS GERAIS DA BNCC

1. Conhecimento. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

2. Pensamento científico, crítico e criativo. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

3. Repertório cultural. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.

4. Comunicação. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos, além de produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo a médio e longo prazos.

CONTEÚDOS DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Fazer escolhas a partir do conhecimento trabalhado para compreender o comportamento financeiro, aprender a planejar, aprender a consumir responsabilmente, entre outros. Estudo de modelos socioeconômicos. Estudo de moedas: trocas e circulação. Estudos do sistema financeiro. Educação fiscal.

Desenvolver a atenção, a memória, a percepção e o raciocínio. Provocar a investigação de assuntos relativos ao consumo, poupança, investimentos e apresentar soluções com o conhecimento adquirido.

Construir valores a partir de uma consciência multicultural que propicie o respeito ao outro, às escolhas dos outros. Incentivar a curiosidade e experimentação a partir da multiplicidade de produções artísticas que refletem o contexto social e econômico, de maneira que estes propiciem sua compreensão.

Estudo de conteúdos do mundo financeiro: suas mensagens, objetivos e contexto, utilizando repertórios da comunicação e multiletramento, como acesso a diferentes plataformas e linguagens.

COMPETÊNCIAS GERAIS DA BNCC

5. Cultura digital. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

6. Trabalho, projeto e vida. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais, apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

7. Argumentação. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

8. Autoconhecimento e autocuidado. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

9. Empatia e cooperação. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, suas identidades, suas culturas e suas potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

CONTEÚDOS DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Contato com ferramentas digitais, produção multimídia e linguagem de programação voltadas às temáticas da EF. Atividades com ferramentas digitais são particularmente requeridas à formação contemporânea, considerando a oferta de produtos financeiros cada vez mais por meio digital.

Competência particularmente expressiva para trabalhar planejamento e comportamento financeiro, além da formação de valores por meio da compreensão sobre o valor do esforço e capacidades, como determinação e autoavaliação.

Planejar a vida financeira e viver de acordo com esse planejamento, de modo a não transbordar para os outros níveis espaciais. Avaliar opções de poupança e decidir-se pela melhor, de acordo com suas necessidades.

Formação de competências específicas para compreensão e ação no mundo financeiro. Particularmente no tocante a escolhas e investimentos, formando uma consciência sobre modos de expressão e reconhecimento de pontos de vista diferentes.

Estudo e análises do comportamento financeiro por meio do reconhecimento de emoções e sentimentos e sua influência nas atitudes para saber planejar. Integridade e honestidade. Formação de valores.

Particularmente importante para os momentos de crises financeiras pessoais. Como compreendê-las e ajudar a resolvê-las.

Compreensão da perspectiva do outro.

COMPETÊNCIAS GERAIS DA BNCC

10. Responsabilidade e cidadania. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

CONTEÚDOS DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Participação ativa na análise dos problemas atuais, considerando desafios como valores conflitantes e interesses individuais.

Estudo de impostos e contribuições.

Justiça social. Utilizar os cinco Rs do consumo consciente: refletir, recusar, reduzir, reutilizar e reciclar. O que consumir. Doar objetos não mais utilizados. Pesquisar preço.

Dar preferência de compra a empresas e estabelecimentos regularizados e com responsabilidade socioambiental. Estudo de temáticas como consumo responsável, responsabilidade social e ambiental. Estudo de finanças verdes.

Fonte: elaboração das autoras, 2020.

Apesar de a tabela apresentar primeiro a lista de competências da BNCC, cabe lembrar que as competências de educação financeira datam de 2009, quando da preparação do material didático-pedagógico elaborado por diversos especialistas com ampla experiência tanto curricular quanto das várias áreas de conhecimentos de assuntos vinculados à educação financeira.

A descrição das competências da BNCC permite perceber cada objetivo, finalidade e nível de progressão, presente na Taxonomia de Bloom, que parte da organização hierárquica de objetivos por níveis de complexidade crescentes, sem os quais não se pode avançar na compreensão de conceitos, amparados pelos domínios cognitivo, afetivo e psicomotor (FERRAZ; BELHOT, 2010). Além disso, as competências não se encerram em si só, mas, para cada etapa de ensino, se desdobram em Direitos e Objetivos e seus Campos de Experiência na Educação Infantil, em unidades temáticas, Objetos de Conhecimento, Habilidades e suas Áreas de Conhecimentos no Ensino Fundamental e em habilidades e Áreas de Conhecimento no Ensino Médio. Essa organização pode favorecer o protagonismo dos estudantes, bem como o trabalho com as competências e habilidades das áreas do conhecimento.

A ENTRADA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS PÚBLICAS: COMEÇAR OU CONTINUAR?

Ao observar a pertinência da educação financeira como tema contemporâneo transversal no currículo, é possível perceber que há uma janela de oportunidades facilmente revelada. A partir das Competências Gerais da BNCC, infere-se que o universo é vasto para inspirar professores a ministrarem suas aulas de maneira transversal e não fragmentada. O documento curricular construído pelos estados e referenciado na BNCC tem como direção a implementação de suas regionalidades e isso é extremamente favorável diante dos contextos social e econômico locais. As habilidades e os objetos de aprendizagem dos diversos componentes curriculares do Ensino Fundamental, por exemplo, se apresentam de forma direta em matemática a partir do 6º, 7º e 9º anos, o que abre possibilidades para a interdisciplinaridade com os demais componentes. No Ensino Médio, como a organização é por área de conhecimento, a transversalidade mostra-se ainda mais possível.

Porém, o grande diferencial para que isso aconteça parece ser a intencionalidade do próprio documento curricular dos estados e municípios e, fundamentalmente, a adesão dos professores para planejamento e realização das aulas, trazendo os conteúdos de educação financeira. Por isso, é preciso revisitar os Planos Estaduais e Municipais de Educação e a Proposta Pedagógica dos órgãos centrais, para o alinhamento curricular desses dispositivos legais, com vistas à coerência de organização de trabalho pedagógico nas escolas públicas em observância à proposta transversal.

Para os diversos estudiosos da transversalidade na educação, há ainda equívocos por parte dos professores sobre sua efetivação, e ela é considerada por alguns como um “modismo”. De fato, essa “nova forma” de organização do trabalho pedagógico em seu desenvolvimento metodológico pode ser ainda empecilho para muitos docentes, até mesmo pela ausência desse conceito e de sua prática em muitos cursos de licenciatura. Não se vivencia a transversalidade e ainda se pratica a disciplinaridade desde as séries iniciais.

Busca-se o entendimento de transversalidade em Morin para quem “é preciso substituir um pensamento que separa e isola por um pensamento que distingue e une” (2001, p. 88). Houve momentos na educação brasileira em que os termos interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar regeram fortes discussões na elaboração de propostas e referenciais curriculares nos Estados em contraponto com a disciplinaridade largamente praticada pelos

professores. Isso aconteceu após os PCN em Ação – formação estruturada para professores, que teve lugar no país inteiro para a Educação Infantil ao Ensino Médio a partir da condução de formadores previamente preparados em geral pelas universidades, em parceria com as secretarias de Educação. Essa formação teve como propósito dar sentido prático aos Parâmetros Curriculares Nacionais, que, até então, se configuravam como orientações distantes da prática pedagógica docente, muito complexas para se “transpor a sala de aula”.

Nesse sentido, Zabala (2008, p.27) diz que:

*[...] no ensino a busca de respostas para a questão da organização dos conteúdos gerou várias respostas que podem ser vistas sob dois aspectos, de um lado, os **métodos globalizados e enfoque globalizador**, que são conceitos ligados apenas à educação; o primeiro alude a métodos de ensino completos, e o segundo a uma forma e atitude de conceber o ensino.*

Aqui, centra-se no termo transdisciplinaridade para marcar o caráter globalizador da aprendizagem integrado aos Temas Contemporâneos Transversais. O conceito de Zabala perpassa a ideia de modelo disciplinar e sinaliza a superação do sentido de se trabalhar os conteúdos escolares com fim em si mesmos para que se estabeleça a intencionalidade do ensino integrada. O autor ainda contribui dizendo que “nesses sistemas, os conteúdos de aprendizagem e sua organização em unidades didáticas somente são relevantes em função de sua capacidade para compreender uma realidade que sempre se manifesta globalmente” (2008, p. 144). Assim, acredita-se que os Temas Contemporâneos Transversais entram na escola como janela de oportunidades para organizar ações, estratégias e projetos por ela já implantados, mas agora com sentido de totalidade pela integração que eles dispõem, promovendo o protagonismo de estudantes e suas aprendizagens.

A formação dos professores, é sem dúvida, o ponto de maior destaque ao desenvolvimento dos Temas Contemporâneos Transversais; promover a transversalidade do currículo e o desenvolvimento de metodologias que impulsionem a prática pedagógica para diversos cenários e realidades brasileiras. Ter conhecimento e utilizar o material de educação financeira é também ponto central na disseminação da temática em sala de aula.

Os dispositivos legais do Novo Ensino Médio, aqui sinalizados no item “Marcos regulatórios” dão aos Estados a condição de conhecer, compreender

e executar o novo processo curricular, amparados no fluxo de estrutura, currículo e implementação, sendo estes um conjunto de materiais necessários e imprescindíveis aos redatores, coordenadores Pro BNCC do Ensino Médio, coordenadores estaduais, articuladores e conselheiros estaduais de educação, profissionais que atuam diretamente nesse trabalho inédito, histórico e processual da política pública ora instaurada. Todavia, cabe ressaltar que, considerando suas realidades locais, os estados têm autonomia em razão das condições de oferta de curso “técnico profissional ou de formação continuada” de seus estudantes.

Ao se reportar ao cenário de elaboração dos currículos face à determinação da BNCC, é possível mapear alguns percalços que nos parecem complexos diante do proposto e do praticado, a exemplo da escolha do itinerário formativo pelo estudante, que esteja alinhado com o Projeto de Vida, bem como com a escolha de Eletivas (componentes curriculares da nova arquitetura curricular), uma vez que estes promovem, além do conteúdo conceitual que se propõe, os aspectos de solidariedade, empatia, controle das emoções, processo de escolhas, liderança, entre outros. Assim, o desenvolvimento do estudante em sua inteireza deve refletir nas suas ações e vivências, consolidando-se como protagonistas da sua história, seja ela de superação ou de dificuldades para vivenciar as superações e frustrações com o consequência de suas escolhas, sobretudo saber lidar com elas.

Nesse universo pedagógico sistemicamente organizado, tem-se as competências socioemocionais que se referem “ao processo de entendimento e manejo das emoções, com empatia e pela tomada de decisão responsável” e que estão presentes nas dez Competências Gerais. Elas devem ser desenvolvidas no âmbito da escola para todos os estudantes, embasando a proposta curricular dos estados em atenção ao que determina a BNCC. Cabe lembrar que essas competências também contemplam as avaliações em larga escala, tanto nacional quanto internacional, a exemplo do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) (BRASIL, 2015).

As competências socioemocionais estão ligadas entre si e direcionam um processo de avanço, o que comunga com as dimensões espacial e temporal da educação financeira. O quadro a seguir traz de forma ilustrativa possibilidades de identificar a presença das competências socioemocionais relacionadas às competências de educação financeira, um exercício de reflexão, não para enquadrar uma na outra, mas para considerar seu *locus* dependendo do contexto encontrado pelos professores e da prática pedagógica em que se pode articular ambas as competências.

QUADRO 2 – POSSIBILIDADES DE ARTICULAÇÃO – COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS E COMPETÊNCIAS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Competências socioemocionais	Competências socioemocionais	Competências educação financeira
Autoconsciência	Envolve o conhecimento de cada pessoa, bem como de suas forças e limitações, sempre mantendo uma atitude otimista e voltada para o crescimento.	C02 – Participar de decisões financeiras social e ambientalmente responsáveis. C04 – Ler e interpretar textos simples do universo da educação financeira. C08 – Elaborar planejamento financeiro com ajuda.
Autogestão	Relaciona-se ao gerenciamento eficiente do estresse, ao controle de impulsos e à definição de metas.	C03 – Distinguir desejos e necessidades de consumo e poupança no contexto do projeto de vida familiar. C06 – Participar de decisões financeiras considerando necessidades reais.
Consciência social	Necessita do exercício da empatia, do colocar-se “no lugar dos outros”, respeitando a diversidade.	C01 – Debater direitos e deveres. C04 – Ler criticamente textos publicitários. C07 – Atuar como multiplicador.
Habilidades de relacionamento	Relacionam-se com as habilidades de ouvir com empatia, falar clara e objetivamente, cooperar com os demais, resistir à pressão social inadequada (ao <i>bullying</i> , por exemplo), solucionar conflitos de modo construtivo e respeitoso, bem como auxiliar o outro quando for o caso.	C01 – Direitos e deveres. C07 – Atuar como multiplicador. C10 – Cuidar de si próprio, da natureza e dos bens comuns, considerando as repercussões imediatas de ações realizadas no presente.
Tomada de decisão responsável	Preconiza as escolhas pessoais e as interações sociais de acordo com as normas, os cuidados com a segurança e os padrões éticos de uma sociedade.	C07 – Atuar como multiplicador. C09 – Cuidar de si próprio, da natureza e dos bens comuns, considerando as repercussões futuras de ações realizadas no presente.

Fonte: elaboração das autoras, 2020.

Por certo que, uma vez exploradas, tanto as competências gerais e socioemocionais quanto as competências de educação financeira têm vasto campo de complementaridade e têm lugar no currículo. Isso reforça que a intencionalidade, mais uma vez, pode falar mais alto quando se trata de organização do trabalho pedagógico em sala de aula.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA EM TEMPOS DE PANDEMIA: O QUE A ESCOLA TEM A VER COM ISSO?

O contexto mundial e brasileiro de 2019 e 2020 foi marcado pela pandemia da Covid-19, em que milhões de pessoas foram infectadas e outros milhões perderam a vida. O cenário de desemprego, diminuição de renda familiar e aumento de gastos nas casas de milhares de estudantes causa imensa necessidade de ação individual e coletiva, de colaboração com o outro, de controle emocional e financeiro como elemento de superação das realidades seja nas grandes cidades, seja nas mais remotas regiões do país. A primeira nota técnica emitida pelo Todos pela Educação, que tratou sobre o ensino a distância na Educação Básica frente à pandemia da Covid-19, afirma que “Por mais que o ensino remoto possa contribuir para reduzir o impacto do fechamento de escolas na aprendizagem, uma resposta em escala e à altura dos desafios que surgirão só poderá ser dada com um robusto conjunto de ações no momento em que as aulas presenciais retornarem” (TODOS, 2020, p.8).

Nota-se que é de suma importância compreender o papel da escola em superar os desafios de, apesar de ter o “prédio físico fechado”, manter-se aberta em suas funções. Como descrevem Borstel, Fiorentine Mayer (2020, p.38),

[...] com o início da pandemia provocada pelo coronavírus (Covid-19), o processo, que parecia lento e gradual, foi sistemático, e os educandários e profissionais da educação não tiveram muito tempo para adaptações. Um acontecimento global que exigia o distanciamento em massa remodelou planos em curso e cobrou imediatas e eficientes respostas dos órgãos/entidades reguladoras da educação em todo o país.

Nesse sentido, observou-se que em alguns estados a condução para a continuidade das aulas de forma não presencial foi a estratégia encontrada para contornar os impactos da ausência de aulas presenciais. Com isso, o professor, além do desafio curricular já posto, deparou-se com um dos maiores desafios metodológicos de

sua carreira: ministrar aulas usando recursos educacionais mediados pelas tecnologias, metodologias estas que nem sempre eram próximas do fazer pedagógico de muitos deles. Ainda segundo o Todos Pela Educação, “é de suma importância que o poder público se mobilize para que os professores recebam orientações e apoio adequado, em especial considerando que serão igualmente impactados pela pandemia” (TODOS, 2020, p. 14). Igualmente, o Banco Mundial destaca que “a necessidade de formação tecnológica dos educadores vem ao encontro da evidência brasileira de que, mesmo em estados mais ricos, escolas têm acesso à internet, mas os professores possuem pouca familiaridade com o uso da internet em sala de aula (BANCO MUNDIAL, 2020, p. 4).

Para além disso, a forma de ensinar em sala de aula agora passa a ter um vasto campo de possibilidades e, ainda, o ambiente de casa, que funciona como espaço escolar diário, sem previsão de retorno à antiga “normalidade”. O tema dos protocolos de retorno às aulas presenciais se tornou outro elemento de discussão e de responsabilização dos diversos órgãos envolvidos com a questão.

Todavia, é inegável a condição de estresse em que os professores se encontram devido ao volume e ao trabalho, assim como à alteração de suas rotinas pedagógicas. Segundo o Instituto Península, 2.2 milhões de professores atuaram em aulas remotas para 48 milhões de estudantes. A pesquisa entrevistou por questionário *on-line* entre 23 e 27 de março de 2020, professores de todo o país dos diferentes níveis de ensino. Os dados destacam 2.400 respostas, das quais recortamos para o tema formação os seguintes dados: ao serem perguntados sobre o interesse *em receber conteúdos e informações de cursos que ajudem a lidar com esse momento*, 36,13% disseram que “sim, com frequência”, 38,33% responderam que “sim, porém sem tanta frequência” e 25,51% responderam que “não, por hora”.

Observa-se que os professores atuantes na educação básica, e potencialmente atuantes na temática educação financeira, têm se mostrado resilientes ao ministrar aulas no período de pandemia. Contudo, sabe-se que não tem sido um momento fácil de superação das limitações, sobretudo tecnológicas. Por outro lado, relatam nas mídias, *lives*, reuniões específicas para essa finalidade¹⁴, avaliando o momento como propício para que os conhecimentos

14. Conversa com os estados de Goiás, Piauí, Paraíba, São Paulo e Tocantins em reunião promovida pela Embaixadora de Educação Financeira Alessandra Camargo em julho de 2020, via Meet

adquiridos em sala de aula sejam praticados integralmente no seio familiar. A eminência de situações de crise em que todos nos encontramos se torna espaço vantajoso para se exercitar os objetivos e competências de educação financeira dispostos no material didático dos professores.

Os professores afirmam que conseguem trabalhar de forma transdisciplinar com os componentes curriculares Matemática, Geografia e Língua Inglesa, entre outros componentes curriculares e que suas secretarias enviaram orientações gerais para as aulas e que estas devem inserir situações didáticas voltadas para dicas de economia doméstica em família, indicação de aplicativos que facilitem a organização do orçamento doméstico, devendo os professores se reportarem às técnicas de educação financeira quando estavam em aulas presenciais. Os professores confirmam, ainda que ter a formação em educação financeira é fundamental para a sua atuação em qualquer espaço, seja em aulas presenciais ou não presenciais.

Nota-se que há professores que ainda não conhecem o Programa de Educação Financeira nas Escolas, que não têm acesso ao material didático disponível e gratuito oferecido, porém, todos se sentem instigados a trabalhar a temática, assim como os demais temas transversais.

No período de pandemia, pela situação econômica por ela provocada, é um momento particularmente importante e privilegiado para a articulação das áreas de conhecimento em torno da educação financeira nas escolas. É a possibilidade concreta de trazer os conhecimentos escolares na realidade dos estudantes.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES POSSÍVEIS

Mesmo diante de um caminho que se prevê longo para a educação financeira na Educação Básica, foi possível perceber que muitos avanços e muitas pontes já foram construídos. Não esqueçamos que os processos em educação não são simples nem muito menos rápidos. Construir competências requer a mobilização de conteúdos, de habilidades que são adquiridas paulatinamente. No âmbito da mobilização intersetorial em torno da temática, o caminho tem sido exitoso e as ações têm tomado rumos assertivos.

Mesmo com todos os esforços presentes nos dispositivos legais, tanto no âmbito nacional como no estadual, a presença do tema contemporâneo transversal do eixo Economia, especificamente Educação Financeira

nos Planos de Educação e na própria BNCC, ainda requer sistematização ou retomadas de percurso por se entender que, por vezes, o tema dito “transversal” nem sempre é desenvolvido no sentido amplo da palavra. Nota-se que em alguns estados, ações fragmentadas contidas em ações estratégicas, guias ou documentos orientadores, entendidos como orientações pedagógicas, merecem ainda estudos mais aprofundados.

A importância dos temas transversais nos PCNs, iniciados por alguns programas estruturados para o desenvolvimento na escola, foi marcante para que os Temas Contemporâneos Transversais tivessem avançado nos espaços pedagógicos e curriculares e, sobretudo, em salas de aula, de modo a impactar professores e estudantes a concretizarem a proposta pedagógica para o alcance dos objetivos e finalidades institucionais, acadêmicos e sociais, particularmente para a educação financeira.

A transversalidade do currículo, para os professores, é uma ação que carece de entendimento, bem como a transversalidade na organização do trabalho pedagógico, que precisa ser modificada a partir do desenvolvimento da BNCC e do currículo de cada estado. Assim, volta-se à questão da formação dos professores, tanto inicial como continuada, como elemento de fortalecimento da prática educativa profissional e, sobretudo, diante do cenário que vivenciamos: rotinas pedagógicas afetadas e novas demandas para ancorar os recursos metodológicos mediados pelas tecnologias.

A tríade de competências em que se desdobrou este estudo – competências gerais e socioemocionais da BNCC e as competências de educação financeira – é motivo de reflexão sobre a prática pedagógica desenvolvida na educação básica.

O fato de estarmos vivenciando um momento singular em nossa história, pela presença de uma pandemia, na qual o “prédio está fechado, mas a escola não” traz a certeza de que é possível a resiliência docente e estudantil, e esforços, não apenas da escola, mas de toda sociedade, para que a educação financeira tenha sua importância reconhecida na formação estudantil e cidadã.

REFERÊNCIAS

- ACRE, Lei nº 2.965, de 2 de julho de 2015. *Plano Estadual de Educação*, 2015.
- ALAGOAS, Lei nº 7.795, de 22 de janeiro de 2015. *Plano Estadual de Educação*, 2015.
- ALMEIDA, Fabiana Cezário de. *Os livros didáticos de matemática para o ensino fundamental e os Temas Contemporâneos Transversais: realidade ou utopia?* Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências, Bauru, 2007.
- AMAZONAS, Lei nº 4183, de 26 de junho de 2015. *Plano Estadual de Educação*, 2015.
- AMAPÁ, Lei nº 1.907, de 24 de junho de 2015. *Plano Estadual de Educação*, 2015.
- BANCO MUNDIAL. *Políticas educacionais na pandemia da COVID-19: o que o Brasil pode aprender com o resto do mundo?* Versão de 25 de março de 2020.
- BORSTEL, Vilson von; FIORENTIN, Marianne Jungbluth; MAYER, Leandro. *Educação em tempos de pandemia: constatações da Coordenadoria Regional de Educação de Itapiranga*. In: PALÚ, Janete; SCHUTZ, Jenerton A.; MAYER, Leandro. *Desafios da educação em tempos de pandemia*. Cruz Alta: Ilustração, 2020.
- BRASIL. Lei Federal nº 13.005, de 24 de junho de 2014. *Plano Nacional de Educação*, 2014.
- BRASIL. Lei nº 13.415/2017 – Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, 2017
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Resolução CNE/CP nº 02/2017.
- BRASIL. Constituição Federal, 1988.
- BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – Resolução CNE/CP 1/2004.
- BRASIL. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Resolução CNE/CP nº 1/2012.
- BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental*. Resolução CNE/CP nº 2/2012.
- BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de Nove Anos*. Resolução CNE/CP nº 7/2010
- BRASIL. *Resolução CNE nº 04/2018. Institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), como etapa final da Educação Básica*, 2018
- BRASIL. *Resolução nº 7 CNE/CEB*, de 14 de dezembro de 2010.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Instrutivo PSE/Ministério da Saúde*. – Brasília: Ministério da Saúde, 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília, 2004.
- BRASIL. *Portaria MEC nº 1.432/2018*. Estabelece os referenciais para elaboração dos itinerários formativos conforme preveem as Diretrizes Nacionais do Ensino Médio, 2018.
- BRASIL. *Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos*, 2005.
- BRASIL. *Temas Contemporâneos Transversais*, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Políticas e Regulação da Educação Básica, Coordenação-Geral de Temas Transversais da Educação Básica e Integral, Coordenação-Geral de Inovação e Integração com o Trabalho. MEC, 2018.
- BAHIA, Lei nº 13.559 de 11 de maio de 2016. *Plano Estadual de Educação*, 2016.
- CEARÁ. Lei nº 16.025, 30 de maio de 2016. *Plano Estadual de Educação*, 2016.
- ESPÍRITO SANTO. Lei nº 10.382, de 24 de junho de 2015. *Plano Estadual de Educação*, 2015.
- FERRAZ, Ana Paula do Carmo Marcheti; BELHOT, Renato Vairo. *Taxonomia de Bloom: revisão teórica e apresentação das adequações do instrumento para definição de objetivos instrucionais*. Gest. Prod., São Carlos, v. 17, n. 2, p. 421-431, 2010.
- GOIÁS. Lei nº 18.969, de 22 de julho de 2015. *Plano Estadual de Educação*, 2015.
- INSTITUTO PENÍNSULA. Pesquisa – *Sentimento e percepção dos professores brasileiros nos diferentes estágios do Coronavírus no Brasil*, mar.2020.
- MINAS GERAIS. Lei nº 23197, de 26 de dezembro de 2018. *Plano Estadual de Educação*, 2018.
- MATO GROSSO. Lei nº 10.111, de 6 de junho de 2014. *Plano Estadual de Educação*, 2014.
- MATO GROSSO DO SUL. Lei nº 6.621 de 22 de dezembro de 2014. *Plano Estadual de Educação*, 2014.
- MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Tradução de Eloá Jacobina. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- MORENO, Jean Carlos. *História na Base Nacional Comum Curricular*. História & Ensino, Londrina, v. 22, n. 1, p. 7-27, jan./jun. 2016.
- PARÁ. Lei nº 8.186, de 23 de junho de 2015. *Plano Estadual de Educação*, 2015.
- PARAÍBA. Lei nº 10.488 de 23 de junho de 2015. *Plano Estadual de Educação*, 2015.
- PARANÁ. Lei nº 18.492 de 24 de junho de 2015. *Plano Estadual de Educação*, 2015.
- PERNAMBUCO. Lei nº 15.533 de 23 de junho de 2015. *Plano Estadual de Educação*, 2015.
- PIAUI. Lei nº 6.733 de 17 de dezembro de 2015. *Plano Estadual de Educação*, 2015.
- RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 14.705, de 25 de junho de 2015. *Plano Estadual de Educação*, 2015.
- RORAIMA. Lei nº 1.008 de 3 de setembro de 2015. *Plano Estadual de Educação*, 2015.
- RIO DE JANEIRO. Lei nº 5.597/2015. *Plano Estadual de Educação*, 2015.
- SACRISTÁN, G. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- SANTA CATARINA. Lei nº 16.794, de 14 de dezembro de 2015. *Plano Estadual de Educação*, 2015.
- SÃO PAULO. Lei nº 16.279, de 8 de julho de 2016. *Plano Estadual de Educação*, 2016.
- TOCANTINS. Lei nº 2.977, de 8 de julho de 2015. *Plano Estadual de Educação*, 2015.
- TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Ensino a distância na educação básica frente à pandemia da Covid-19*. 2020.
- ZABALA, Antoni. *A prática educativa: como ensinar*. Trad. Hernani da F. F. Rosa. Porto Alegre: ArtMed. 2008.

As experiências das universidades na consolidação de polos de educação financeira – a formação dos professores da rede pública

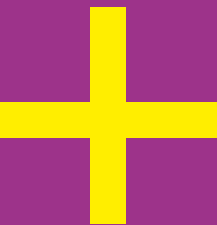
Os Polos Regionais de Educação Financeira possibilitam uma formação mais profunda e adequada ao lócus de atuação dos professores, respeitando as especificidades da cultura e do desenvolvimento regional. É a consolidação da Estratégia Nacional de Educação Financeira nas escolas, uma vez que abrange todos os municípios do estado, bem como coloca o professor como agente ativo no processo de mudança curricular proposta na implantação da BNCC do Ensino Médio. Para além da sua atuação como docentes em sala de aula, os professores formados nesses polos são ativos importantes de capital social da ENEF.

Mantendo o olhar focado na capacitação e na valorização do professor e o colocando como principal agente na temática para a disseminação e a consolidação da educação financeira no país, o objetivo de implantar polos regionais é consolidar a formação da Rede de Educação Financeira iniciada entre 2017 e 2018, além de ampliá-la, por meio do estabelecimento de parcerias com as universidades, as secretarias de Educação e a AEF-Brasil, para o desenvolvimento de cursos de educação financeira com diferentes níveis de titulação e formações customizadas às necessidades locais, e atendendo à demanda gerada pela BNCC. Ou seja, consolidar um polo é mais que ministrar o curso, é criar interlocução nos pontos da rede que estão em todo o estado.

O curso a ser desenvolvido leva em conta a peculiaridade local e regional, bem como a necessidade da Secretaria Estadual de titular e capacitar seu corpo de professores. Dessa forma, as secretarias habilitam o docente para a progressão de carreira no Estado, proporcionando formações realizadas em parceria entre universidades federais, secretarias de Educação e a AEF-Brasil para desenvolvimento de curso de especialização, aperfeiçoamento ou extensão para professores da rede pública do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, com carga horária mínima de 80 horas.

No conceito de rede, essa formação promove a capacitação para que os professores atuem como multiplicadores. Nesse sentido, houve impacto direto em 96 municípios nos estados do Tocantins, Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul. Mais de 310 professores da rede pública do Ensino Fundamental e do Ensino Médio foram formados, 1.052 horas-aulas foram ministradas e 61 professores das quatro universidades federais atuaram como docentes dos cursos.

Nos próximos capítulos, serão apresentadas as experiências dos quatro estados onde estão consolidados os polos de formação para professores.



Capítulo 5

A experiência do polo de educação financeira do Estado da Paraíba

Bruno F. Frascaroli¹⁵

A educação financeira é dos temas mais recentes no âmbito das políticas públicas, dada a sua elevada capacidade de gerar externalidades positivas (LUSARDI, 2006). O desafio proposto por sua introdução na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2020 sinaliza tal importância. Ela passa a ser o vértice entre várias áreas do conhecimento, ao fazer parte de um conjunto de assuntos integradores do currículo do Ensino Fundamental e Médio. A ideia é que esse movimento leve à reformulação do currículo de Educação Básica por atos de todos os entes subnacionais, com vistas à elaboração de projetos pedagógicos nas escolas que contemplem a educação financeira (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2013).

A inclusão desse conteúdo na BNCC o torna um dos temas transversais e integradores mais importantes da atualidade. Tais conhecimentos são compreendidos como essenciais para o fortalecimento da cidadania, favorecendo o pleno desenvolvimento de crianças, jovens e adultos (BRAUNSTEIN e WELCH, 2002). Para compreender a educação financeira no contexto brasileiro, é necessário considerar fatores históricos e transformações econômicas, principalmente decorridas da reforma monetária do Plano Real. A mudança de paradigma no período pós-hiperinflacionário e as inovações oferecidas com o advento e disseminação do acesso à internet, também permearam profundas alterações na cultura financeira nacional.

Outras características fazem do Brasil um caso especial, como, por exemplo, ter um dos *spreads* bancários e taxas de juros mais elevados do mundo (FRASCAROLI, PAES e RAMOS, 2010), sobretudo, nas modalidades de cartões de crédito e cheque especial. Aspectos estruturais também se verificam, como o elevado percentual de desbancarização no país, que beira 25 milhões

15. Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal da Paraíba. Contato: frascaroli.b@gmail.com.

de famílias, ou seja, 30% dos brasileiros e a 'plastificação' da economia pelos cartões de pagamentos (MELO, FRASCAROLI e ALMEIDA, 2013), que representam aproximadamente 150 milhões de plásticos emitidos (ABECS, 2019). Tudo isso faz com que o Brasil apresente extrema dificuldade em gerar volumes de poupança de longo-prazo.

Não bastasse a diminuição da propensão média a poupar a renda disponível, houve um aumento dramático da inadimplência no Brasil a partir dos anos 2000. De acordo com o Serviço de Proteção ao Crédito, chegou-se à marca de 63 milhões de brasileiros caracterizados por alguma conta em atraso há mais de três meses (SPC BRASIL, 2018). Segundo a Serasa Experian e a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), 60% destas dívidas estão atrasadas por mais de seis meses. Isso significa aproximadamente 40% da população adulta do país, mais de 50% dos indivíduos economicamente ativos.

É nesse cenário, com as inscrições de CPFs restritas para contratarem crédito ou fazerem compras parceladas, que as famílias se encontram para administrar dívidas e passivos expressivos

É nesse cenário, com as inscrições de CPFs restritas para contratarem crédito ou fazerem compras parceladas, que as famílias se encontram para administrar dívidas e passivos expressivos (BRUSKY e MAGALHÃES, 2015). Assim, é imprescindível que este círculo vicioso seja quebrado

para aumento do bem-estar social por meio da educação financeira (CONSUMER FINANCIAL PROTECTION BUREAU, 2015). Apesar de todos os esforços no Brasil, a literatura aponta para a ausência de conhecimentos e competências básicas por parte da população, necessárias para lidar de modo adequado com as finanças pessoais e as inovações financeiras.

A educação financeira tem forte vínculo com as características sociodemográficas e sofisticação financeira da família, sendo fundamental entre os jovens (LUSARDI, MITCHELL e CURTO, 2010; BROWN et al. 2016). Por conseguinte, para reverter situações negativas advindas do acesso inadequado aos serviços financeiros, devem haver instrumentos capazes de minimizar a sua opacidade, ofuscação e a assimetria de informação. Desta forma, é importante que os países identifiquem necessidades e lacunas na oferta de educação financeira para desenvolver políticas ou estratégias nacionais (ACCETTURO e BLASIO, 2012), concomitantemente aos esforços de regulação dos mercados financeiros.

Logo, é condição primária reconhecer a dimensão da cidadania da educação financeira, isto é, auxiliando ativamente a sua construção com atenção na

diminuição das desigualdades sociais. Um exemplo relatado em Lusardi e Mitchell (2011a) mostra que as mulheres são financeiramente menos educadas que os homens; que os jovens e os idosos são menos educados do que os indivíduos de meia-idade; e indivíduos mais instruídos possuem mais conhecimento financeiro. Nesta direção, a educação financeira deve ser introduzida em todos os níveis da escola (SAVOIA et al., 2007; LIGOCKI, 2015). Integrá-la à formação de crianças e jovens para auxiliá-los a tomar decisões mais autônomas e conscientes é um passo importante para o desenvolvimento inclusivo (ATKINSON e MESSY, 2013).

Do ponto de vista empírico, há registros do efeito da educação financeira no aumento da renda familiar (JACOB et al., 2000), sobre o planejamento e bem-estar na aposentadoria (LUSARDI e MITCHELL, 2006a; 2006b; 2011b), sobre os investimentos em ações (VAN ROOIJ et al., 2011), na acumulação de riquezas (BEHRMAN et al., 2012), dentre outras decisões financeiras. Tais registros incluem aqueles que separam o impacto causal da alfabetização financeira na tomada de decisões econômicas de outros fatores como o nível de educação e a capacidade cognitiva (LUSARDI e MITCHELL, 2014).

Oferecer conhecimentos e habilidades nos estágios iniciais do desenvolvimento das crianças, ou seja, nos primeiros anos da vida escolar, ajuda na construção das competências necessárias para que mais tarde adultos possam enfrentar os desafios sociais e econômicos (HECKMAN, 2008).

Sendo assim, o conjunto de fatores que podem impactar positivamente na melhoria da educação financeira no Brasil, bem como na formação de um perfil de poupança favorável, passa por desenhos que gerem incentivos para o comportamento autodisciplinador dos agentes de mercado. Apenas desta forma será possível construir um país menos sujeito à ocorrência de crimes contra a economia popular no âmbito dos mercados financeiros, como previsto nas melhores práticas recomendadas pelo Acordo da Basileia¹⁶.

16. Este acordo é considerado o marco regulatório internacional mais importante na orientação e regulação dos mercados financeiros no mundo. Ocorreram três edições desse acordo: a 1ª edição, em 1988; a 2ª edição, em 2004; e a 3ª edição, em 2010, motivada principalmente pelas graves consequências da crise subprime em 2008.

O POLO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA DO ESTADO DA PARAÍBA

HISTÓRICO

A implantação do Polo de Educação Financeira do Estado da Paraíba, cujas primeiras ações ocorreram em 2017, é originária da parceria formada entre a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF-Brasil), a Secretaria de Estado da Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba (SEECT/PB) e a Fundação Parque Tecnológico da Paraíba (PacTqPB). Abrigado no Departamento de Economia, é parte integrante das ações do Núcleo de Economia Aplicada (NEA), grupo de pesquisa registrado no diretório de pesquisas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Desse modo, a UFPB se prontificou a ajudar no desenvolvimento da educação financeira no estado, com atenção às escolas, de acordo com quatro eixos de ações: ensino, pesquisa, extensão e inovação.

Procurou-se orientação nas melhores práticas de educação financeira apontadas na literatura recente entre publicações nacionais e internacionais. Recorreu-se aos relatórios de instituições como a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Mundial, mudanças regulatórias definidas pelo Banco de Compensações Internacionais (BIS), discussões no âmbito do Fórum Econômico Mundial, entre outros dos mais importantes repositórios de conhecimento. No entanto, é importante destacar que a educação financeira é um tema cujos problemas são em parte os mesmos verificados na educação como um todo. Por esta razão, deve estar em linha com as propostas exitosas que permeiam a educação sob o ponto de vista transdisciplinar.

Neste sentido, a relevância do Polo está pautada na necessidade de levar conceitos relacionados à educação financeira para a sociedade paraibana, em especial aqueles atendidos pelas escolas públicas. Esse tema estrategicamente introduzido neste privilegiado ambiente se apresenta como importante mecanismo adicional de redução das desigualdades sociais. Considerando o rápido crescimento e desenvolvimento das inovações financeiras, também chamadas de *fintechs*¹⁷, esforços direcionados às escolas públicas auxiliarão na constituição de gerações menos suscetíveis a dívidas descontroladas, fraudes e situações comprometedoras que prejudiquem a sua qualidade de vida e a do seu entorno social.

Tendo como foco o Ensino Fundamental, o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos (EJA), o Polo visa contribuir para o desenvolvimento de mudanças comportamentais relacionadas ao consumo, ao melhor uso do dinheiro e dos instrumentos financeiros, cultura de prevenção, planejamento, poupança, e bom uso do crédito. A criação do Polo tenta contribuir para descentralizar do eixo Rio-São Paulo-Brasília esse tipo de qualificação, no sentido de ampliar as possibilidades de desenvolvimento profissional de professores multiplicadores em nível local e regional.

Ora, esta formação, a primeira entre os cursos de especialização *lato sensu* oferecidos por instituições de ensino superior públicas brasileiras na modalidade ensino à distância (EaD), é particularmente importante para o estado da Paraíba e para a Região Nordeste. O desempenho do estado da Paraíba no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no contexto federativo¹⁸ também reflete essa carência na formação de capital humano qualificado e de oportunidades de especialização em temas importantes. Não obstante, traz oportunidades para os servidores da carreira do magistério, tão importantes e, ao mesmo tempo, tão desprovidos de melhor atenção do poder público.

PLANEJAMENTO, ESTRUTURA, FUNCIONAMENTO E AVALIAÇÃO

Conforme exposto, existe uma significativa necessidade de capacitação dos docentes da rede de escolas públicas estaduais na Paraíba e nos demais estados da região. Ao se deparar com a necessidade de receber um público heterogêneo de professores, procurou-se trazer a transdisciplinaridade para o centro das atenções, no sentido de também ir ao encontro das demais políticas públicas de educação, como a educação fiscal, a educação ambiental e a educação empreendedora. A transdisciplinaridade está presente tanto nas relações entre as atividades e os módulos do curso quanto nas áreas do conhecimento, algo refletido pelo quadro de docentes envolvidos, que abrange

18. O desempenho do estado da Paraíba no IDEB no ano de 2019 foi de 4 pontos, figurando na 16ª posição entre os estados e o Distrito Federal. Ele foi acima da meta para o 1º ao 5º ano, e abaixo da meta estabelecida para o 6º ao 9º ano, com honrosas exceções entre as quais várias escolas atendidas pelo Polo de Educação Financeira do Estado da Paraíba, incluindo a escola com a maior nota em João Pessoa, a Escola Cidadã em Tempo Integral Francisca Ascensão Cunha, que também superou a média nacional.

17. Ver mais em Frascaroli (2020).

especialidades nas áreas de economia, educação, gestão, contabilidade, psicologia, matemática, computação, entre outras.

A primeira etapa consistiu nas atividades de planejamento a partir do levantamento de informações dos professores. De posse desse diagnóstico, concomitantemente com o mapeamento da literatura, utilizou-se o mecanismo de indução reversa para elaborar a estrutura pedagógica do CEEF, atuando com a maior parcimônia possível. O foco foi a formação para professores multiplicadores voltada para levar a educação financeira para as salas de aula das escolas públicas do estado da Paraíba. Para isso, observou-se a contribuição marginal de cada módulo visando alcançar esse objetivo.

Além disso, os módulos foram desenhados para a confecção de um artigo como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e a elaboração de um plano de aulas, que detalha como o docente pretende introduzir a educação financeira na sua área do conhecimento na escola. O curso é intensivo em tecnologias de informação e comunicação, por ser na modalidade EaD. As aulas contaram com o apoio de recursos didáticos, como textos, vídeos, notícias jornalísticas, jogos e aplicativos. Para minimizar as limitações da modalidade EaD, as atividades foram organizadas de modo a favorecer a construção coletiva e participativa do conhecimento, sempre que possível.

As ações do curso também são orientadas pela abordagem sociointeracionista, caracterizada pelo envolvimento dos indivíduos na construção de conceitos e seus respectivos significados. Isso também está presente na busca de parcerias entre os professores dos quadros da UFPB e instituições de forma a endogeneizar este valor. O professor do CEEF assume o papel de organizador e estimulador do processo com foco na aprendizagem (WEISZ, 1999), de modo a estabelecer uma relação envolvendo os conceitos de educação financeira com a prática cotidiana vivida pelos alunos, que são professores das escolas públicas do estado da Paraíba, conforme já explicitado.

As ações do curso também são orientadas pela abordagem sociointeracionista, caracterizada pelo envolvimento dos indivíduos na construção de conceitos e seus respectivos significados

A ambientação do curso foi planejada para funcionar por meio da plataforma *Moodle Pex*. Ela é combinada com o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), para que os alunos gerenciem a sua vida acadêmica.

Estes sistemas, por sua vez, têm o suporte da Superintendência de Educação a Distância (SEAD) e da Superintendência de Tecnologia da Informação (STI),

respectivamente. Além dos sistemas supracitados, a UFPB disponibiliza a hospedagem do sítio eletrônico do curso e demais instrumentos. Também é dado acesso à infraestrutura necessária com internet e computadores em quatro polos: João Pessoa, Campina Grande, Pombal e Alagoa Grande.

É importante relatar que a EaD envolve um desafio significativo de motivar professores, tutores e alunos a participar ativamente do ambiente virtual de aprendizagem. Nesse contexto, as tecnologias de informação e de comunicação possuem papel preponderante. O curso conta com uma equipe de professores qualificados dos quadros dos principais programas de pós-graduação do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UFPB, além de professores oriundos de instituições parceiras, como a UFCG e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Além dos professores, o curso conta com uma equipe de professores-tutores, que acompanha os alunos, de secretariado e de coordenação, além de ter o apoio da Fundação PacTcPB, extremamente importantes para o melhor desenvolvimento das atividades acadêmicas.

É importante relatar que a EaD envolve um desafio significativo de motivar professores, tutores e alunos a participar ativamente do ambiente virtual de aprendizagem

Para apoiar as disciplinas modulares, são utilizados materiais didáticos com aplicabilidade para sala de aula dos professores da rede de escolas públicas do estado. O objetivo é atender às características e à realidade de cada escola. Outros materiais como vídeos, documentários, notícias jornalísticas, sítios eletrônicos de instituições como a AEF-Brasil, o Banco Central do Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários, a Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e de outras entidades são usados como fonte de pesquisas e leituras para os alunos.

Além disso, o professor apresenta aos alunos o plano de ensino no início de cada matéria, estabelecendo seus objetivos, conteúdo programático e critérios de avaliação. Como os cursos são na modalidade EaD, são elaborados roteiros das disciplinas que ficam disponíveis para os alunos no *Moodle Pex*, principalmente para orientá-los nas atividades assíncronas, com o uso de diversos recursos didáticos. O quadro apresentado a seguir é baseado na Resolução N° 07/2018 do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) da UFPB, que dispõe sobre a estrutura curricular do CEEF, com as disciplinas modulares do projeto pedagógico curricular:

**DISCIPLINAS MODULARES DO PROJETO
PEDAGÓGICO CURRICULAR DO CEEF**

Matriz Operacional			
	Disciplinas/Módulos	Modalidade	CH (Horas)
1)	Seminário I	Presencial	5
2)	Educação à Distância	EaD	30
3)	Educação Financeira I	EaD	30
4)	Oficina de Educação Financeira I	EaD	30
5)	Educação Financeira II	EaD	20
6)	Oficina de Educação Financeira II	EaD	30
7)	Seminário II	Presencial	5
8)	Educação Financeira no Ensino Fundamental	EaD	30
9)	Oficina de Educação Financeira no Ensino Fundamental	EaD	30
10)	Planejamento Financeiro e Orçamento Familiar	EaD	30
11)	Educação Financeira e Recursos Pedagógicos	EaD	30
12)	Matemática para Educação Financeira	EaD	30
13)	Bancos e Acesso aos Serviços Financeiros	EaD	15
14)	Seminário III	Presencial	5
15)	Orientações de Trabalhos de Conclusão de Curso		
Carga Horária Total			360

Fonte: elaboração a partir da Resolução N° 07/2018 do CONSEPE/UFPB.

Os módulos ofertados, que atualmente se encontram em fase de ajustamento, buscam oferecer teorias, situações didáticas, práticas e demais atividades de modo a permitir que os professores da rede pública possam trabalhar a educação financeira com seus alunos nos mais diferentes contextos. A prática de valorização das discussões e do trabalho em grupo, e o estímulo à autonomia intelectual dos alunos por meio de atividades planejadas para promover o uso de diversos recursos, estão entre os valores do Polo.

O processo seletivo de candidatos para a Turma I foi parte crucial da taxa de sucesso do curso, na direção de focalizar melhor os professores realmente

aptos e interessados no desafio de levar a educação financeira para as escolas. A seleção foi por meio de edital público dentro dos padrões estabelecidos pelas resoluções da UFPB, orientadas pela Procuradoria da AGU/MPF/UFPB, compreendendo calendário com etapas de período de inscrição, local, horário, contatos, divulgação das homologações das inscrições, dos resultados, prazos recursais para cada etapa e os critérios de seleção amplamente divulgados.

O processo ocorreu integralmente por meio do SIGAA, e foram selecionados 83 candidatos. Sendo assim, de início, professores de cerca de 60 escolas públicas distribuídas em 25 cidades passaram a ser qualificados pelo CEEF e a participar das atividades de extensionismo com os seus alunos. Desta forma, foi possível atender a uma quantidade significativa de alunos, considerando que cada professor leciona para ao menos três turmas, com média de 30 alunos cada. Conforme o quadro apresentado, adicionalmente às disciplinas modulares, há três encontros presenciais.

Voltado para a integração entre professores e alunos, o I Encontro de Educação Financeira CEEF ocorreu durante a V Semana ENEF na UFPB, Campus I – João Pessoa. Na ocasião, foi apresentada a criação do Polo de Educação Financeira do Estado da Paraíba, suas instituições participantes, a equipe de professores, os principais projetos da UFPB relacionados ao polo e as normas e critérios de avaliação dos módulos. Para o desenvolvimento do curso, foi realizado um estudo de diagnóstico, já mencionado, apresentado aos alunos no evento. Isso os ajudou a se conhecerem, revelando o elevado grau de heterogenia entre suas origens, formações e perfis, reforçando o caráter transdisciplinar do desafio à frente.

O II Encontro de Educação Financeira CEEF foi realizado durante a VI Semana ENEF, nas dependências do Centro de Formação de Educadores do Estado da Paraíba. O evento teve como objetivo alinhar pontos da execução do curso, explorar seu caráter colaborativo com os demais objetivos da educação no estado, reforçado com a realização do evento nas dependências da SEECT/PB. Na ocasião, foram apresentadas informações sobre a elaboração dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), que consistem em um artigo científico, e do Plano de Aula que os professores devem desenvolver até o final do curso. Nele também se chamou a atenção dos alunos para o preenchimento das avaliações de cada módulo, da atuação da coordenação do curso, secretaria e orientações.

De início, professores de cerca de 60 escolas públicas distribuídas em 25 cidades passaram a ser qualificados pelo CEEF e a participar das atividades de extensionismo com os seus alunos

Já o III Encontro de Educação Financeira CEEF compreende o evento de encerramento da Turma I, com apresentações de alguns TCCs e dos planos de aulas, como resultado das atividades do curso. O mesmo está marcado para ocorrer na VII Semana ENEF e será na modalidade *online* devido à pandemia provocada pela Covid-19. É importante mencionar que os encontros presenciais permitiram a troca de experiências e a reflexão quanto à proposta do curso, sendo fundamental no estabelecimento da confiança entre os participantes, por se tratar de um projeto piloto na modalidade EaD.

A operacionalização e o funcionamento do curso tentam se articular ao cotidiano do professor e favorecer situações práticas que lhe permitam trabalhar a educação financeira nas escolas, em sua maior parte na modalidade integral, como um instrumento. Assim, é possível ir ao encontro das demais necessidades e prioridades das escolas, que acabam por recair em grande parte sobre os seus professores. As informações sobre a avaliação durante os módulos são apresentadas com o plano de ensino, estando seus critérios a cargo do professor. Elas são baseadas na percepção e na formação de juízo do professor, buscando provocar uma reflexão do aluno, que é professor da rede estadual de escolas públicas, sobre o impacto do módulo na sua formação e no seu trabalho em sala de aula com a educação financeira.

São propostas atividades pelo professor, conjuntamente com o monitoramento da regularidade de acesso dos alunos no *Moodle* pelos tutores, privilegiando a interação entre os participantes, tutores e professores, assim como o cumprimento de prazos, fundamentais para que o curso funcione de maneira linear. Adicionalmente, é disponibilizado o acesso a leituras e uso dos melhores referenciais de educação financeira por meio da Biblioteca CEEF. A finalização dos módulos é condição para avançar no curso, mas não é critério para certificação. Esta somente será obtida pela avaliação do TCC e do plano de aulas, partes integrantes das atividades de pesquisa do curso.

As avaliações possuem três dimensões, uma realizada por meio de questionários aplicados aos alunos com o uso da ferramenta *Google Forms*. Ela serve para mensurar a percepção dos alunos sobre os professores, os orientadores, a coordenação, a atuação dos tutores e da secretaria do curso, e a respeito dos módulos, esta realizada após o término de cada um deles. Essa dimensão faz parte da avaliação de prestação de serviços, pautada principalmente em indicadores de

desempenho dos colaboradores e de aprendizado dos alunos. Além dessa dimensão, tem-se outras duas, a avaliação institucional da UFPB, principalmente por meio da Coordenação--Geral de Acompanhamento e Avaliação dos Programas e Cursos de Pós-Graduação *Stricto e Lato Sensu* (CAAPG), e a avaliação de impacto social, detalhada a seguir. Dessa forma, tais avaliações são importantes para uma reflexão crítica sobre o curso e seus resultados.

DIAGNÓSTICO POR MEIO DO RADAR DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Durante a implantação do Polo de Educação Financeira do Estado da Paraíba, desenvolveu-se o Radar da Educação Financeira, pela combinação de algumas contribuições da literatura de inovações e de educação financeira. A ideia foi ter uma primeira visão impressionista da realidade dos professores, de forma a desenhar melhor a qualificação oferecida pelo CEEF, e seu alcance junto aos alunos das escolas públicas do estado.

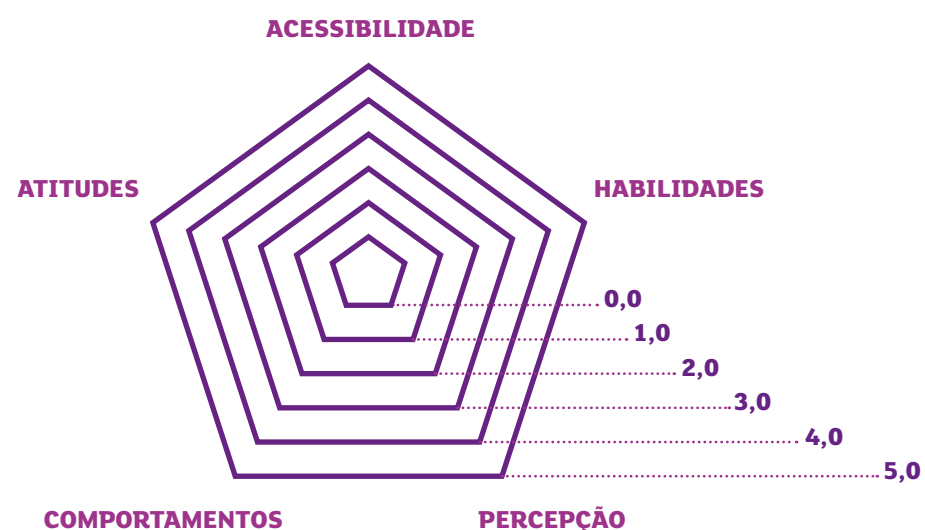
Radar da Educação Financeira

O Radar da Educação Financeira (REF) consiste em uma forma de mensurar o desenvolvimento dos indivíduos nesse tipo de letramento. As suas dimensões foram escolhidas principalmente tomando por base a literatura na área e os relatórios realizados pela OCDE. Ele foi baseado na estrutura do Radar da Inovação proposto por Bachmann e Destefani (2008). Este último consiste num instrumento empregado pela OCDE para avaliar o grau de inovação nas pequenas empresas, compreendendo 13 dimensões da inovação: oferta, plataforma, marca, clientes, soluções, relacionamento, agregação de valor, processos, organização, cadeia de fornecimento, presença, rede e ambiência inovadora.

Diferentemente, o REF objetiva facilitar o entendimento do grau de desenvolvimento da educação financeira por meio de cinco dimensões, cujos escores podem variar de 1 a 5. É importante retratar o conhecimento financeiro dos indivíduos com os mais diferentes tipos de formação e costumes (HUSTON, 2010; ATKINSON e MESSY, 2012). As últimas autoras apontam que o conhecimento financeiro é uma combinação de consciência, conhecimento, habilidades, atitudes e comportamentos necessários para tomar decisões saudáveis e alcançar o bem-estar social. Assim, as dimensões do supracitado radar são: *acessibilidade, habilidades, percepção, comportamentos e atitudes*.

O método consiste em usar os dados obtidos com a aplicação do instrumento de acordo com algumas ponderações para calcular os escores de cada dimensão. O referido radar é representado na figura a seguir:

RADAR DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA



Fonte: Frascaroli (2018).

A seguir será apresentado o questionário utilizado para coletar os dados para o estudo de diagnóstico, que foram posteriormente inseridos no cálculo do escore do REF da Turma I.

COLETA DE DADOS PARA O ESTUDO DE DIAGNÓSTICO

Nesta etapa é apresentada a lógica da construção do questionário para o estudo de diagnóstico, com detalhes a serem capturados pelas perguntas. O primeiro grupo de perguntas é destinado a identificar o perfil socioeconômico dos professores da rede de escolas públicas. O quadro a seguir traz essas questões.

PERGUNTAS PARA ELABORAÇÃO

DO PERFIL SOCIOECONÔMICO

Nº	Pergunta
1)	Qual o seu estado civil?
2)	Quantas pessoas com idade inferior a 18 anos moram com você? (Múltipla escolha)
3)	A sua moradia é na zona urbana? (Binária)
4)	A escola em que trabalha é na zona urbana? (Binária)
5)	Em quantas escolas você trabalha atualmente? (Múltipla escolha)
6)	Tempo, em anos, de docência em sala de aula:
7)	Além da atividade como docente, você exerce outra atividade para sua renda pessoal?
8)	Qual o nível de escolaridade aproximado do seu pai? (Múltipla escolha)
9)	Qual o nível de escolaridade aproximado de sua mãe? (Múltipla escolha)
10)	Qual é o mais alto nível de escolaridade que você concluiu? (Múltipla escolha)
11)	Indique em que tipo de instituição você obteve seu diploma de ensino superior. (Múltipla escolha)

Fonte: Frascaroli (2018).

As questões que se referem às dimensões do REF são apresentadas a seguir. A dimensão denominada *acessibilidade* retrata o grau e o tipo de acesso dos participantes a diferentes meios de informação, como rádio e televisão, redes sociais, sítios eletrônicos, *softwares* computacionais, materiais impressos, entre outras perguntas. Elas correspondem às perguntas de número 12 a 16 apresentadas no quadro que segue.

PERGUNTAS DA DIMENSÃO ACESSIBILIDADE

Nº	Pergunta
12)	Quantas vezes, aproximadamente, acessou na última semana aplicativos de conversas instantâneas e redes sociais (Marque com 100 se for muito elevado)
13)	Quantas vezes, aproximadamente, acessou na última semana <i>softwares</i> computacionais, <i>websites</i> , jornais eletrônicos e jogos na <i>web</i> (Marque com 100 se for muito elevado)
14)	Quantas vezes, aproximadamente, acessou na última semana meios de comunicação como rádio, TV e filmes (Marque com 100 se for muito elevado)
15)	Quantas vezes, aproximadamente, acessou na última semana centrais de atendimento, seminários/conferências e oficinas (Marque com 100 se for muito elevado)
16)	Quantas vezes, aproximadamente, acessou na última semana materiais impressos, como livros, jornais e revistas, CDs e folhetos (Marque com 100 se for muito elevado)

Fonte: Frascaroli (2018).

A dimensão *habilidades* revela o nível de conhecimentos de operações matemáticas simples, e aquelas que envolvem noções de percentuais, frações, noções temporais e decisões com informações de juros e descontos. O quadro a seguir traz as questões de número 17 a 20, que representam essa dimensão.

PERGUNTAS DA DIMENSÃO HABILIDADES

Nº	Pergunta
17)	Você já teve alguma experiência com educação financeira? (Binária)
18)	Uma loja vende telefones celulares de acordo com a oferta a seguir: “Compre um celular e só pague daqui a um mês, ou então pague hoje e tenha um desconto de 25%”. Quem comprar hoje um celular nessa loja e optar pelo pagamento daqui a um mês pagará, de fato, juros a uma taxa de: (Múltipla escolha)
19)	Um feirante vende pamonhas na feira e tem um custo inicial de R\$ 250,00, além de um custo médio para produzir cada pamonha de R\$ 3,20. Em um dia de feira, o seu custo total foi de R\$ 973,20. Nessas condições, nesse dia, ele produziu quantas pamonhas? (Múltipla escolha)
20)	Com relação aos produtos financeiros que possuo atualmente, é correto afirmar que: (Múltipla escolha)

Fonte: Frascaroli (2018).

Na dimensão *percepção*, reflete-se sobre a noção que os respondentes possuem das decisões financeiras, incluindo seu próprio conhecimento sobre finanças, além dos efeitos de mudanças econômicas nacionais em sua vida. O quadro a seguir mostra as perguntas dessa dimensão, que correspondem às questões 21 a 23 do instrumento.

PERGUNTAS DA DIMENSÃO PERCEPÇÃO

Nº	Pergunta
21)	Como você avaliaria seu conhecimento geral sobre questões financeiras em comparação com outros adultos no Brasil? (Múltipla escolha)
22)	O quanto você percebe que a crise na economia piorou seu controle financeiro? (Múltipla escolha)
23)	Qual o percentual de aumento na sua renda disponível o deixaria satisfeito, considerando nenhum acréscimo de trabalho? (Múltipla escolha)

Fonte: Frascaroli (2018).

Extraída por meio das questões 24 a 27, a dimensão *comportamentos* aponta aspectos sobre o comportamento do indivíduo, como as finanças são

administradas e o planejamento para a aposentadoria, por exemplo. O quadro que segue expõe as perguntas dessa dimensão:

PERGUNTAS DA DIMENSÃO COMPORTAMENTOS

Nº	Pergunta
24)	Quem toma as decisões orçamentárias da sua casa no dia a dia? (Múltipla escolha)
25)	Você já fez alguma vez um orçamento pessoal ou doméstico das suas despesas? (Múltipla escolha)
26)	Já usou algum app ou algum instrumento sistemático para fazer o orçamento pessoal? (Múltipla escolha)
27)	Você já pensou em aposentadoria ou fez algum planejamento para esta etapa da vida? (Múltipla escolha)

Fonte: Frascaroli (2018).

Por fim, a dimensão *atitudes* expressa as decisões em situações de aquisição de bens, tomada de empréstimos e investimento. Ela é representada pelas perguntas 28 a 30, conforme o quadro a seguir.

PERGUNTAS DA DIMENSÃO ATITUDES

Nº	Pergunta
28)	Quando você decide comprar algo, você analisa a real necessidade da compra? (Múltipla escolha)
29)	Para sair de um desequilíbrio financeiro de curto prazo você se vê obrigado a fazer um empréstimo. Nessa situação: (Múltipla escolha)
30)	Após pagar as contas do mês você percebe que sobrou dinheiro. Nesta situação: (Múltipla escolha)

Fonte: Frascaroli (2018).

AVALIAÇÃO DE IMPACTO SOCIAL DO CEEF

A avaliação do impacto social é a principal investigação no eixo das atividades de pesquisa do polo no estado. A abordagem proposta combina aspectos encontrados em Accetturo e Blasio (2012) e Lusardi e Mitchell (2014). A ideia é que mensurações sobre educação financeira ajudem a compreender as limitações de trabalhar com o tema a partir do estabelecimento de instrumentos padronizados e comumente aceitos (HUSTON, 2010).

Em relação aos professores, ter-se-á o efeito direto, e, em relação aos alunos, o efeito indireto da qualificação do CEEF, dado que foram preparadas várias atividades para os professores da rede pública estadual realizarem com os alunos. Em um primeiro momento, com base nos dados das escolas do estado, será realizada a construção de uma amostragem de professores e alunos, considerando a população original do estado. Tal randomização permitirá usar o grupo de controle para estimar a probabilidade de recepção do tratamento, ou seja, a qualificação dada pelo CEEF.

Foram criados três instrumentos na forma de questionários com cerca de 30 perguntas para a avaliação de impacto. No primeiro, há questões voltadas para os professores da rede estadual (efeito direto), enquanto os outros dois são destinados aos estudantes (efeito indireto – um para os alunos do 5.º ano e outro para os do 9.º ano). Eles serão aplicados antes e depois da qualificação para egressos do CEEF e seus alunos, bem como para alunos e professores do grupo de controle. Além das informações obtidas por meio dos questionários, pretende-se utilizar dados dos professores e alunos fornecidos pelo Sistema Saber, da SEECT/PB.

Assim, será possível randomizar os experimentos necessários à avaliação de impacto de forma a parear e controlar os efeitos gerados especificamente pela qualificação oferecida pelo CEEF. A modelagem proposta possui dois estágios para encontrar os efeitos sobre os professores ou alunos (Y), de forma comparativa ao período anterior à qualificação pelo curso (Y_0) e ao posterior (Y_1). Logo, o objetivo será construir um contrafactual, que consiste em estimar um modelo que possibilite a comparação entre indivíduos semelhantes em termos das suas características observáveis.

Propensity Score Matching (PSM)

Pretende-se combinar o método de *Propensity Score Matching* (PSM) com o Diferença em Diferença (DD) (ROSENBAUM; RUBIN, 1983) com base na compatibilidade comum, quando as variáveis dependentes são ponderadas pelo *propensity score* estimado em primeiro momento. Será possível estimar os efeitos do CEEF sobre os professores qualificados, estabelecendo como controle para outros professores da rede que não participaram das ações do polo.

Cameron e Trivedi (2005) apontam que a principal função do PSM é gerar um escore igual ao da probabilidade de recebimento de tratamento, considerando ambos impactados e não impactados com base em um determinado conjunto de covariadas (X) predeterminadas, que possam identificar a elegibilidade

de participar do experimento. Nesse caso particular, busca-se comparar um indivíduo na presença do tratamento (qualificação oferecida pelo CEEF) [$D=1$] concomitantemente a sua ausência [$D=0$], podendo ser encontrado o resultado de acordo com a relação a seguir:

$$Y_i = DY_i(1) + (1-D)Y_i(0) \quad (1)$$

De modo subsequente, o impacto sobre o indivíduo i , é dado por $Y_i = Y_i(1) - Y_i(0)$, em que se adicionando o vetor X_i de covariadas comuns entre os mesmos, encontra-se o impacto médio condicional do efeito do tratamento (ATE):

$$ATE = E[Y_{1i}|X, D=1] - E[Y_{0i}|X, D=0] \quad (2)$$

Entretanto, as duas situações obviamente não podem coexistir, devido ao fato de um indivíduo impactado não poder ser simultaneamente “não impactado”. O resultado médio em (2) possui viés de seleção, não captando corretamente o efeito médio do grupo de controle ao resultado médio do contrafactual dos impactados na ausência do impacto. Duflo *et al.* (2008) demonstram por meio da adição e subtração do termo em (2) de que maneira o viés de seleção pode contaminar o resultado do impacto, na forma:

$$ATE = E[Y_{1i}|X, D=1] - E[Y_{0i}|X, D=1] - E[Y_{0i}|X, D=0] + E[Y_{0i}|X, D=1] = E[Y_{1i} - Y_{0i}|X, D=1] + E[Y_{0i}|X, D=1] - E[Y_{0i}|X, D=0] \quad (3)$$

O primeiro termo em (3) é o efeito do impacto médio sobre o grupo dos indivíduos impactados (ATT), sendo os demais termos correspondentes ao viés de seleção, o qual capta possíveis diferenças entre os grupos analisados. Logo, a estimação do ATE correspondente a (3) possui estimativas viesadas, não respondendo ao verdadeiro impacto do tratamento. Na ausência de um experimento puramente aleatório, costuma-se empregar nas mensurações de suas repercussões uma nova forma amostral de quase experimento, mensurando apenas os ATT, assim eliminando o viés de seleção (RAVALLION, 2008).

Apesar desse esforço, os resultados continuam não sendo observados simultaneamente, sendo necessária a formação de escores de propensão, que serão usados para a elegibilidade do grupo de controle, representado por indivíduos que não foram qualificados pelo CEEF, mas que possuem características similares às tratadas, tornando-as comparáveis. Becker e Ichino (2002) sublinham que as repressões com formas truncadas podem

ser utilizadas para identificar a probabilidade de um indivíduo ser tratado, sendo as regressões logísticas mais indicadas. No entanto, para a validação da abordagem por PSM, faz-se necessário respeitar duas condições relacionadas aos grupos de tratamento. Primeiramente, Rosenbaum e Rubin (1983) referem-se à hipótese de independência condicional (HIC), que implica que potenciais resultados em Y são independentes do tratamento D dado um conjunto de variáveis observáveis. Seja a próxima relação:

$$E(Y(0)|X, D=1) = E(Y(0)|X, D=0) \quad (4)$$

Dessa maneira, condicionadas as variáveis escolhidas, garante-se a aleatoriedade aos grupos. De forma alternativa, os autores também mostram que o vetor X pode ser substituído pelo escore de propensão $P(X)$:

$$E(Y(0)|P(X), D=1) = E(Y(0)|P(X), D=0) \quad (5)$$

A utilização de um escore de propensão é um instrumento que pode evitar problemas de dimensionalidade na operacionalização do pareamento (CAMERON e TRIVEDI, 2005). A segunda hipótese requer que o suporte comum seja imposto, isto é:

$$0 < \Pr(D=1|X=x) < 1 \quad (6)$$

A comparabilidade entre os grupos de tratamento e de controle, em outras palavras, aponta que o condicionamento às covariadas ou ao escore de propensão $P(X)$ assegura que os grupos de indivíduos impactados e de controle se encontram no mesmo intervalo, o que facilita o emparelhamento entre eles. Após estimar o modelo de probabilidade incluindo participantes e não participantes, e assumindo que as duas condições apresentadas acima sejam respeitadas, pode-se avançar para o emparelhamento dos grupos.

A comparabilidade entre os grupos de tratamento e de controle se dá por meio do condicionamento das covariadas, o que assegura que os escores de propensão $P(X)$ dos grupos de indivíduos impactados com o curso e o grupo de controle se encontrem no mesmo intervalo, de modo a facilitar o emparelhamento entre eles (HECKMAN et al., 1998). Entre os tipos de *matching* que consideram as estimativas de *propensity score*, tem-se o *stratification matching* (de estratos), o *nearest neighbor matching* (vizinho mais próximo), o *radius matching* (vizinhos dentro de um raio fixo) e o *Kernel matching* (a partir de uma função densidade).

Pretende-se testar o pareamento entre grupos de tratamento e controle segundo as estimativas de vizinho mais próximo, o de raio fixo, e *Kernel*, escolhendo as que melhor apresentarem pareamento. Após seguir todos os passos descritos, atendendo a todas as exigências, o ATT resultante do pareamento direto dos valores entre grupos de tratamento e de controle pode ser expressado da seguinte maneira:

$$ATT = E[Y_{1i} - Y_{0i} | D_i = 1] = E\{E[Y_i | P(X), D_i = 1] - E[Y_i | P(X), D_i = 0] | D_i = 1\} \quad (7)$$

Estimador de Diferença em Diferença

Numa comparação entre resultados de períodos Y_0 e Y_1 , espera-se que o tratamento seja viesado pelas tendências temporais na variável de resultado, ou pelo efeito do impacto da qualificação oportunizada pelo CEEF. Ao tratar-se apenas uma parcela da amostra, um grupo controle pode ser utilizado para identificar a variação temporal no resultado que não é devido à exposição ao tratamento (ABADIE, 2003). Nesse contexto, o método de DD consiste na comparação entre um grupo qualificado pelo CEEF e outro de controle antes (primeira diferença) e depois da qualificação (segunda diferença).

Algumas condições se fazem necessárias para a estimação do modelo de DD abordado no trabalho. Primeiramente, a existência de dois períodos comparáveis, ou seja, antes da implantação do CEEF ($t=0$) e pós-implantação do curso ($t=1$). Adicionalmente, a disponibilidade de dois grupos de indivíduos i , com professores sendo qualificados pelo CEEF ($Z_i=1$) e um grupo de controle composto de indivíduos não qualificados ($Z_i=0$). Ademais, deve-se respeitar a ausência de qualquer intervenção no pré-tratamento em ambos os grupos ($D_{i,t} = 0 = 0 | Z_i = 1, 0$), assim como o efeito da qualificação para o grupo de interesse no período pós - qualificação ($D_{i,t} = 1 | Z_i = 1$). O efeito do tratamento da amostra DD é dado pela diferença na variável de resultado para as unidades tratadas e controle antes e depois da qualificação na forma mostrada abaixo:

$$DD = \{E(Y_{i,t=1} | D_{i,t=1}=1, Z_i=1) - E(Y_{i,t=1} | D_{i,t=1}=0, Z_i=0)\} - \{E(Y_{i,t=0} | D_{i,t=0}=0, Z_i=1) - E(Y_{i,t=0} | D_{i,t=0}=0, Z_i=0)\} \quad (8)$$

A simplicidade da estimação de DD traz vantagens importantes, como a capacidade de afastar problemas de endogeneidade, que podem ocorrer ao se fazer comparações entre indivíduos heterogêneos. No entanto, para uma maior precisão e robustez dos resultados, faz-se necessário o controle por outras características passíveis de compatibilidade. Deve-se descobrir e isolar o efeito de todas as outras variáveis que possam estar causando mudanças na variável estudada. Dessa forma, deve-se ser rigoroso no sentido

de especificação do modelo. Com isso, é possível obter-se o impacto comum a todos os indivíduos qualificados, garantindo a exogeneidade do estimador. O efeito sobre a variável que se busca explicar é dado por:

$$D = \{E(Y_{it=1} | D_{it=1}=1, Z_i=1, X_i) - E(Y_{it=1} | D_{it=1}=0, Z_i=0, X_i)\} - \{E(Y_{it=0} | D_{it=0}=0, Z_i=1, X_i) - E(Y_{it=0} | D_{it=0}=0, Z_i=0, X_i)\} \quad (9)$$

Estimador de Diferença em Diferença *Matching*

A avaliação robusta de um tratamento requer que as características do grupo de controle estejam bem pareadas com as do grupo de interesse. Embora o emparelhamento possa eliminar ou reduzir consideravelmente vieses decorrentes de características observadas, é possível que ocorram outros vieses de características invariantes no tempo e não observadas dos indivíduos, sejam eles professores (efeito direto) ou alunos (efeito indireto) (GERTLER et al., 2011). Logo, se faz necessária a estimação de DD descrita em (8), pela combinação do estimador de ATT com os escores de propensão, contidos em (7), incorporando o peso de *Kernel* no escore de propensão. O efeito médio do tratamento sobre o impactado, utilizando o DD conjuntamente com o PSM, pode ser expresso como:

$$DD = \{E(Y_{it=1} | D_{it=1}=1, Z_i=1) - w_i \times E(Y_{it=1} | D_{it=1}=0, Z_i=0) - E(Y_{it=0} | D_{it=0}=0, Z_i=1) - w_i \times E(Y_{it=0} | D_{it=0}=0, Z_i=0)\} \quad (10)$$

em que w_i é o peso de *Kernel*, ao incorporar as variáveis de controle, combinando os indivíduos qualificados e de controle, de acordo com seu escore de propensão. Cada observação tratada é combinada com toda a amostra do controle, não se limitando aos vizinhos mais próximos. A estimação consiste em obter o escore de propensão correspondente a $p_i = E(Z_{i=1} | X_i)$ para ambos os grupos. O peso de *Kernel* pode ser descrito por:

$$w_i = \frac{K\left(\frac{p_i - p_k}{h_n}\right)}{\sum_k K\left(\frac{p_i - p_k}{h_n}\right)} \quad (11)$$

em que K é a função de Kernel e h_n é a chamada largura de banda selecionada.

Seguindo essa metodologia, é possível estimar corretamente a diferença entre o resultado esperado dos grupos de tratamento e de controle no período de referência,

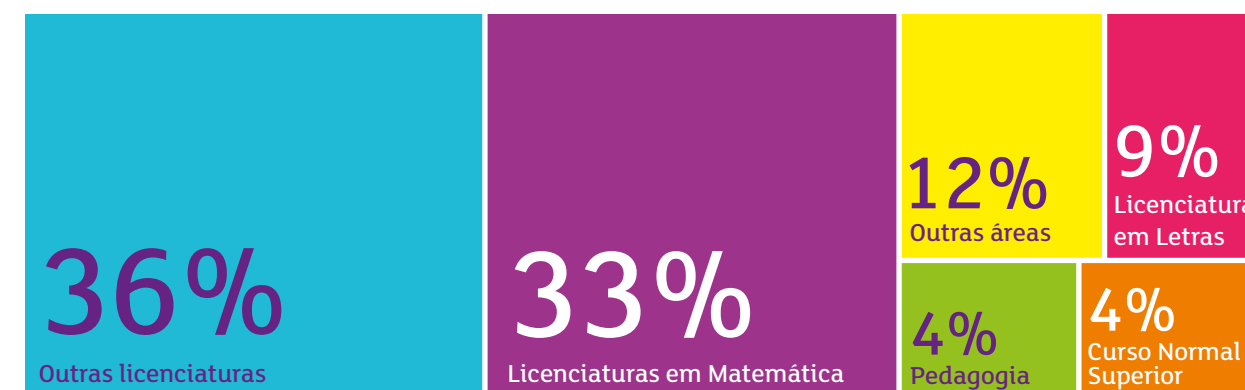
e a diferença no resultado entre os grupos de tratamento e de controle ao final da qualificação proporcionada pelo CEEF. A incorporação de PSM à regressão de DD reduz os possíveis vieses concernentes às covariadas não observadas pelo método DD, permitindo ao PSM alcançar uma amostra mais homogênea, o que resulta na minimização dos vieses decorrentes da distribuição de características observáveis e de ausência de suporte comum para observação dos indivíduos analisados.

EXPERIÊNCIAS, AGENDA E COLABORAÇÕES

A experiência com a execução da Turma I do CEEF foi de grande aprendizado. Conforme relatado, a partir dela desenvolveu-se uma ferramenta de diagnóstico e os procedimentos metodológicos para a avaliação de impacto social no eixo das pesquisas. Tais informações foram cruciais para melhor atender os professores da rede de escolas públicas e seus alunos. Verificou-se com o estudo de diagnóstico que 56% dos professores da rede de escolas públicas estaduais nunca tinham tido experiências com a educação financeira. Algumas condições preexistentes potencialmente negativas também foram reveladas, como o fato de cerca de 30% dos professores terem uma segunda atividade para complementar a renda, e que 8% das escolas atendidas se localizam em zonas rurais de difícil acesso.

Foi possível analisar quais das cinco dimensões – acessibilidade, habilidades, percepção, comportamentos e atitudes – foram mais afetadas pela combinação de intervenções oferecidas no Polo. Ademais, foram levantadas informações como o tipo de instituição e área de formação dos professores. A figura a seguir exibe as áreas de formação dos professores que fizeram parte da Turma I.

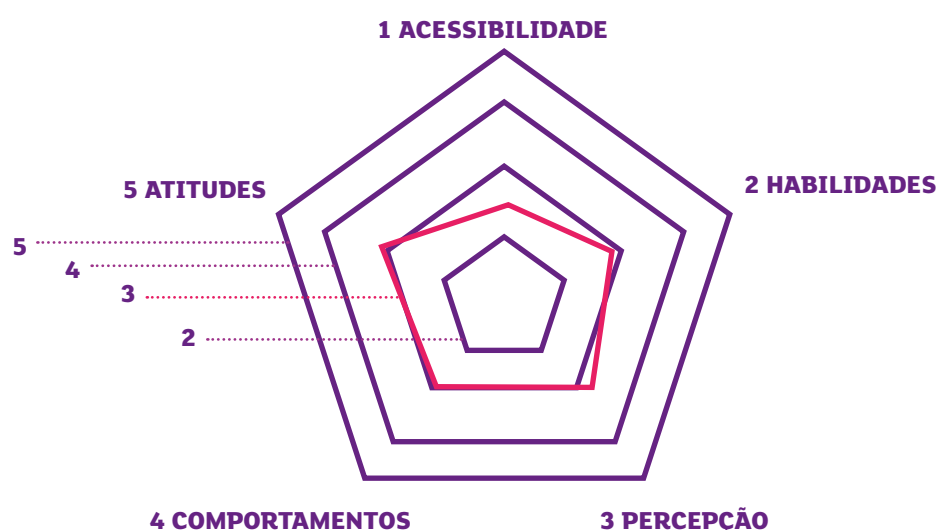
ÁREAS E FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DA TURMA I



Fonte: Frascaroli (2018).

Na figura, fica evidente a importância da transdisciplinaridade na origem dos valores perseguidos por um projeto pedagógico que seja voltado para a educação financeira. Embora haja uma propensão à autosseleção de professores da área de matemática para o tema educação financeira, observa-se que apenas 1/3 dos professores da Turma I possuem formação nessa área. Salienta-se que vários professores da rede de escolas públicas estaduais e alunos do curso têm mestrado e doutorado, o que evidencia ainda mais a escassez desse tipo de qualificação oferecida pelo CEEF. A figura que segue traz o diagnóstico calculado para a referida turma.

DIAGNÓSTICO REF TURMA I



Fonte: Frascaroli (2018).

Verificou-se no radar que o pior score foi o da dimensão *acessibilidade*. Reporta-se também que a correlação mais forte verificada entre as dimensões foi *habilidades* e *comportamentos*. Embora ainda não validada a escala do questionário, as primeiras evidências mostram que o acesso às informações e aos materiais pedagógicos consistem na principal deficiência na disseminação da educação financeira no estado da Paraíba. Em função da pandemia provocada pela Covid-19 em 2020, as pesquisas oriundas dos TCCs dos alunos e a avaliação de impacto social tiveram seus respectivos calendários ampliados.

Particularmente no caso dos TCCs, isso se deu sobretudo porque os professores da UFPB e da rede pública tiveram de mudar para o regime de teletrabalho em decorrência das medidas de distanciamento social. Tanto na esfera da rede de escolas estaduais quanto na UFPB, a transição tecnológica por causa da pandemia foi bastante rápida, o que demandou adaptação de parte das atividades de conclusão da Turma I. Até o final de setembro de 2020 foram defendidos mais de vinte TCCs por meio de videoconferências, e há expectativa de que ocorram mais defesas. Os primeiros trabalhos trouxeram temas e formas interessantes de introduzir a educação financeira nas escolas e na comunidade. O quadro a seguir apresenta alguns exemplos:

ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES DOS TCCs DO CEEF PARA A EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Titulo	Contribuição
Iniciativas de educação financeira em uma escola pública integral de Campina Grande-PB	Desenvolveu práticas pedagógicas e mobilizou professores de várias áreas da escola no entorno da educação financeira tendo como foco o Projeto de Vida.
A difusão da educação financeira entre os servidores públicos do município de Cajazeiras-PB	Pesquisou sobre o comportamento dos servidores públicos locais e desmistificou temas relacionados à educação financeira e à segurança da renda.
A educação financeira no ensino integral no município do Conde-PB: praticando conceitos por meio de uma horta escolar	Trabalhar com a educação financeira no contexto do meio ambiente usando-se de hortas escolares.
Educação financeira, e ambiental na escola pública: estudo de caso a partir da implantação de uma horta sustentável no município de Lagoa-PB	Trabalhar com a educação financeira no contexto do meio ambiente usando de hortas escolares.
Educação financeira um preparo para vida: uma inserção dos alunos de uma escola pública do município de Itapororoca-PB	Estimulou os alunos a projetar seu futuro financeiro do ponto de vista coletivo, incentivando-os a levantarem fundos para resgatar a sua cultura, por meio de uma viagem a alguns aparelhos públicos, entre os quais o Memorial Jackson do Pandeiro, em Alagoa Grande-PB.
Educação financeira em sala de aula: relato de experiência	Valorização da construção das vivências e relações coletivas entre os alunos no ambiente da sala de aula, por meio de oficinas de educação financeira durante as aulas de matemática, conteúdo para os quais os alunos possuem dificuldade de aprender, dada a sua característica abstrata em alguns momentos.
Educação financeira no ambiente escolar: relato de um projeto pedagógico na cidade de Lucena-PB	Elaboração de materiais didático-pedagógicos, baseados em situações cotidianas, para servir como ferramentas para disseminar a educação financeira.

Fonte: elaboração própria com informações do SIGAA/UFPB.

No campo do extensionismo, as atividades foram lideradas pelo projeto Café com Educação Financeira nas Escolas, que embora limitado considerando o número de escolas atendidas, permitiu o contato *in loco* e complementou as informações geradas no eixo das pesquisas. Nessa direção, foram realizadas nos anos de 2018 e 2019 oficinas em parceria com o Serasa Experian e a AEF-Brasil, em escolas em João Pessoa e em Campina Grande. Adicionalmente, a dificuldade de material e de acessibilidade de informações levou à mobilização e ao planejamento de ações de doações de lotes de livros da AEF-Brasil para as escolas, previstas para serem realizadas tão logo a pandemia da Covid-19 seja controlada.

Foram selecionadas aproximadamente dez escolas entre as que não possuem os livros da ENEF para receber lotes de 180 exemplares, do 6º ao 9º. Com isso, espera-se reduzir os custos da provisão de materiais para os alunos trabalharem, que muitas vezes acabam sendo assumidos pelos professores da rede pública. O objetivo com essa ação é levar informações *in loco* e ajudar para que os professores e alunos da rede estadual de escolas públicas saibam como e onde buscar conteúdos de educação financeira confiáveis e cientificamente embasados.

As ações de inovação, eixo mais recente, têm buscado acelerar a disseminação da educação financeira e aproximá-la do cotidiano das crianças e jovens da geração *millennials*, que utilizam intensivamente as tecnologias (CUNHA et al., 2014). Esse eixo é estimulado pela aproximação entre o NEA, o Programa de Pós-graduação em Modelagem Matemática e Computacional (PPGMMC) do Centro de Informática da UFPB, laboratórios da UFPB e os órgãos de fomento. O objetivo é estudar e ajudar no desenvolvimento de aplicativos de controle de gastos pessoais, bem como de jogos pedagógicos e para *smartphones*. Além disso, os canais da internet como sítio eletrônico¹⁹ e redes sociais²⁰, têm sido cada vez mais usados, sobretudo, em parceria com as escolas que também têm adotado tal estratégia para estar mais próximas dos alunos.

Também em busca de alcançar o reconhecimento dos professores das escolas públicas qualificados pelo CEEF, utilizaram-se diversos mecanismos de buscas

para estimular a elaboração de projetos de pesquisa, intervenções, ensino etc. e sua inscrição em editais públicos e prêmios. Entre os mecanismos mais usados está o Sistema Financiar, parceria da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com a UFPB. Essas oportunidades almejam estimular o comportamento empreendedor dos professores, de modo a que deixassem de ser sujeitos passivos para se tornarem sujeitos ativos das ações do Polo, trabalhando em colaboração para alcançar objetivos pessoais e coletivos.

Vários professores do curso foram reconhecidos em 2019 com o prêmio Mestres da Educação, oferecido pela SEECT/PB. Dois foram selecionados pelo edital “Educação para o Consumo e Educação Financeira nas Escolas – Triênio 2019-2021”, promovido pelo BCB e executado pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E um professor conseguiu aprovação no Edital N° 002/2019 de “Apoio à Organização e Realização de Eventos Científicos, Tecnológicos e de Inovação”, realizado pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (Fapesq) em parceria com a SEECT/PB. Este irá apoiar o III Encontro de Educação Financeira CEEF.

Alguns professores da rede de escolas públicas foram provocados por docentes do CEEF para candidatarem-se para vagas de cursos de mestrado e doutorado, conseguindo sucesso. Assim poderão dar sequência nas investigações sobre educação financeira nos cursos *stricto sensu*. Espera-se com isso auxiliar na fixação de professores com qualificação de excelência nas escolas, para ajudar mesmo que marginalmente na melhora nos indicadores do IDEB no estado da Paraíba. Algumas escolas apresentaram notas satisfatórias entre as avaliações do 1º ao 5º ano, e do 6º ao 9º ano, respectivamente: a ECI Professor Itan Pereira (5,8)²¹, a ECI Francisca Ascensão Cunha (5,2), a ECIT Alice Carneiro (5,1), a EMIEF Matias Duarte Rolim (4,8), a ECI Nenzinha Cunha Lima (4,1), a ECIT Doutor Elpídio de Almeida (4,7), EMEIEF José Antônio Dias (4,3), entre outras.

19. Para ver mais informações sobre o CEEF, como quadro de professores, documentos, regulamento, etc., acesse: <http://www.ccsa.ufpb.br/ceef>.

20. Os endereços no Facebook e Instagram são, respectivamente: <https://www.facebook.com/ceefufpb> e <https://www.instagram.com/ceefufpb/>. Por eles, é possível ter acesso a notícias das atividades desenvolvidas no Polo.

21. Entre parênteses estão as maiores notas de cada escola do estado. Percebe-se preliminarmente que entre elas, os melhores desempenhos foram alcançados pelas Escolas Cidadãs em Tempo Integral (ECI), e as Escolas Cidadãs em Tempo Integral (ECIT), implantadas no estado da Paraíba desde março de 2016.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para trabalhar com a educação financeira, é necessário se adaptar ao ritmo de mudanças provocadas pelas novas culturas, inovações tecnológicas e as *fintechs*, no contexto da geração dos *millenials*, que possui características singulares que devem ser aproveitadas. O diferencial do Polo de Educação Financeira do Estado da Paraíba de procurar os meios tecnológicos e a realização da avaliação de impacto social para compreender quais ações são mais ou menos efetivas, também com base na observação *in loco*, parece estar em linha com as indicações da OCDE e as melhores práticas de políticas públicas relacionadas à educação financeira no mundo.

Espera-se com o retorno das atividades presenciais realizar os experimentos aleatórios e definir quais professores e escolas irão participar do grupo de controle, e avançar na avaliação de impacto social. Logo, busca-se encampar políticas públicas que tenham como ponto de partida as instituições superiores de ensino, em direção às redes de escolas públicas, além de auxiliar na construção de um legado por meio da difusão de informação, cultura, práticas e ações que transformem a relação dos alunos das escolas públicas com os serviços e inovações financeiras. Acredita-se que, assim como em outros países, as políticas de educação financeira devem ser desenvolvidas sobre uma sólida base de evidências e diagnósticos, princípios, melhores práticas e recomendações.

Por fim, sublinha-se a importância de que haja coordenação de esforços entre governo e sociedade com o monitoramento da qualidade dos programas desenvolvidos. Indica-se que tais programas estejam fortemente alinhados aos princípios da transdisciplinaridade, do apoio às demais dimensões da cidadania, como a educação fiscal, a educação ambiental e a educação empreendedora, e, sobretudo, ajudem os entes subnacionais a potencializar os resultados das agendas locais. Como qualquer política pública, a continuidade das ações do Polo de Educação Financeira do Estado da Paraíba é fundamental para manter seus espaços no debate público e seguir buscando novas formas de atingir o efeito multiplicador e as externalidades positivas promovidas pela educação financeira.

REFERÊNCIAS

- ABADIE, A. *Semiparametric instrumental variable estimation of treatment response models*. Journal of Econometrics, n. 113, p. 231–226, 2003.
- ASSOCIAÇÃO DE EMPRESAS DE CARTÕES DE CRÉDITO DO BRASIL – ABECS. *Balanco do setor 1º trimestre de 2019*. Disponível em: <https://www.abecs.org.br/app/webroot/files/media/3/6/d/a7a281667ecccbae5e63ed559b62e.pdf>.
- ATKINSON, A.; MESSY F. *Measuring financial literacy: Results of the OECD / International Network on Financial Education (INFE) pilot study*. OECD Working Papers on Finance, Insurance and Private Pensions, Paris, n. 15, 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.1787/5k9csfs90fr4-en>.
- ATKINSON, A.; F. MESSY. *Promoting financial inclusion through financial education: OECD/INFE evidence, policies and practice*. OECD Working Papers on Finance, Insurance and Private Pensions, Paris, n. 34, OECD 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.1787/5k3xz6m88smp-en>.
- ACCETTURO A; BLASIO, G. *Policies for local development: An evaluation of Italy's "Patti Territoriali"*. Regional Science and Urban Economics, v. 42, n. 1-2, p. 15-26, 2012.
- ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA DO BRASIL – AEF-BRASIL. *Relatório anual 2018*. Disponível em: http://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2018/08/RA-AEF-Brasil_07082018_Vers%C3%A3oFinal.pdf.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Caderno de educação financeira e gestão de finanças pessoais*. Brasília-DF, 2013, 72 p.
- BACHMANN, D. L.; DESTEFANI, J. H. *Metodologia para estimar o grau das inovações nas MPE*. Curitiba: SEBRAE, 2008. Disponível em: <http://www.bachmann.com.br/website/documents/ArtigoGraudeInovacaonasMPE.pdf>.
- BECKER, S.; ICHINO, A. *Estimation of average treatment effects based on propensity scores*. Stata Journal, v. 2, n. 4, 358-37, 2002.
- BEHRMAN, J. R.; MITCHELL, O. S.; SOO, C. K.; BRAVO, D. *How financial literacy affects household wealth accumulation*. American Economic Review, v. 102, n. 3, p. 300-304, 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.1257/aer.102.3.300>.
- BRAUNSTEIN, S.; WELCH, C. *Financial literacy: an overview of practice, research, and policy*. Federal Reserve Bulletin, Estados Unidos, p. 445-457, 2002. Disponível em: <https://www.federalreserve.gov/pubs/bulletin/2002/1102lead.pdf>.
- BROWN, M.; GRIGSBY, J.; KLAAUW, W. van der; WEN, J.; ZAFAR, B. *Financial education and the debt behavior of the young*. The Review of Financial Studies, v. 29, p. 2490-2522, 2016. <https://doi.org/10.1093/rfs/hhw006>
- BRUSKY, B.; MAGALHÃES, R. *Assessing indebtedness: results from pilot survey among steelworkers in São Paulo*. International Labour Office, 2006. Recuperado em 8 fevereiro, 2015. Disponível em: http://www.ilo.int/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/documents/publication/wcms_117961.pdf.
- CAMERON, A. C.; TRIVEDI, P. K. *Microeconometrics: Methods and Applications*, 2005.
- CONSUMER FINANCIAL PROTECTION BUREAU (CFPB). *Financial well-being: The goal of financial education*. Washington, DC: Consumer Financial Protection Bureau, 2015.
- CUNHA, L. A. S.; SILVA, J. G.; PRADO, R. A. D. P.; SILVA, M. A. *Fatores de prontidão e aceitação do consumidor para tecnologia em telefonia celular*. International Journal of Innovation, v. 2, n. 1, p. 77-91, 2014.

DUFLO E., KREMER M., GLENNERSTER R. *Using randomization in development economics research: A toolkit*. Handbook of Development Economics, v. 4, ed. Schultz, T. e Strauss, J. Amsterdam: Elsevier. North Holl, 2008.

FRASCAROLI, B. F. *Estudo de diagnóstico do Curso de Especialização em Educação Financeira*. I Encontro de Educação Financeira CEEF. João Pessoa-PB, 2018.

FRASCAROLI, B. F.; PAES, N. L.; RAMOS, F. S. *A indústria brasileira e o racionamento de crédito: uma análise do comportamento dos bancos sob informações assimétricas*. Revista Economia da ANPEC, v. 11, p. 403-433, 2010.

FRASCAROLI, B. F. *Bitcoin's innovative aspects, return volatility and uncertainty shocks*. International Journal of Financial Markets and Derivatives, v. 7 n. 3, p. 224-245, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1504/IJFMD.2020.109177>.

GERTLER, P.; MARTINEZ, J. S.; PREMAND, P.; RAWLINGS, L. B.; VERMEERSCH, C. M. J. *Impact evaluation in practice*. World Bank, 2011.

HECKMAN, J. J. *Schools, skills, and synapses*. Economic Inquiry, v. 46 n. 3, p. 289-324, 2008.

HECKMAN, J. J.; ICHIMURA, H.; SMITH, J.; TODD, P. 1998. *Characterizing selection bias using experimental data*. Econometrica, v. 66 n. 5, p. 1017-1098.

HUSTON, S. *Measuring financial literacy*. The Journal of Consumer Affairs, v. 44, n. 2, p. 296-316, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1745-6606.2010.01170.x>

JACOB, K.; SHARYL, H.; MALCOLM, B. *Tools for survival: An analysis of financial literacy programs follower income families*. Chicago: Woodstok Institute, 2000. Disponível em: <https://www.aecf.org/m/pdf/woodstockinstitute-toolsforsurvivalfinancialliteracy-2000.pdf>.

KLAPPER, L.; LUSARDI, A. *Financial literacy and financial resilience: Evidence from around the world*. Financial Management, p. 1-26, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1111/fima.12283>.

LIGOCKI, C. S. L. *Educação financeira na escola: com empreendedorismo, ética, sustentabilidade e cidadania*. 6ª ed. Brasília: Oficina, 2015.

LUSARDI, A. *Financial literacy and financial education: Review and policy implications*. NFI Policy Brief Nº 2006-PB-11, 2006. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.923437>.

LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. *Financial literacy around the world: An overview*. Journal of Pension Economics & Finance, v. 10, n. 4, p. 497-508, 2011a. DOI: <https://doi.org/10.1017/S1474747211000448>.

LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. *Financial literacy and planning: Implications for retirement wellbeing*. NBER Working Paper Nº. 17078, 2011b. Disponível em: <https://www.nber.org/papers/w17078>.

LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. *Financial literacy and retirement preparedness: Evidence and implications for financial education*. 2006a. URL: https://www.dartmouth.edu/~alusardi/Papers/Financial_Literacy.pdf.

LUSARDI, A.; MITCHELL, O. *Baby Boomer retirement security: The role of planning, financial literacy, and housing wealth*. NBER Working Paper Nº. 12585, 2006b. Disponível em: <https://www.nber.org/papers/w12585>.

LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. *The economic importance of financial literacy: Theory and evidence*. Journal of Economic Literature, v. 52, n. 1, p. 5-44, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1257/jel.52.1.5>.

LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S.; CURTO, V. *Financial literacy among the young*. The Journal of Consumer Affairs, v. 44, n. 2, p. 358-380, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1745-6606.2010.01173.x>.

MELO, D. I. R.; FRASCAROLI, B. F.; ALMEIDA, A. T. C. *Efeitos de transmissão da taxa de juros sobre operações no mercado de cartões no Brasil*. Revista Desenharia, v. 10, p. 39-74, 2013.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – OCDE. *Improving financial literacy: Analysis of issues and policies*. Financial Market Trends, v. 2005/2, n. 89, p. 111-118, 2005. Disponível em: https://read.oecd-ilibrary.org/finance-and-investment/financial-market-trends/volume-2005/issue-2_fmt-v2005-2-en#page4.

RAVALLION, M. *Evaluation in the practice of development*. World Bank Policy Research Working Paper Nº 4547, 2016.


ROSENBAUM, P. R.; RUBIN, D. B. *The central role of the propensity score in observational studies for causal effects*. Biometrika, v. 70, n. 1, p. 41-55, 1983.

SAVOIA, R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. A. *Paradigmas da educação financeira no Brasil*. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, v. 41, n. 6, p. 1121-1141, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122007000600006&lng=en&nrm=iso.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO – SPC. *Crédito fácil levou 59% dos brasileiros à compra impulsiva, revela estudo do SPC Brasil e CNDL*, 2018. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas/pesquisa/4616>.

VAN ROOIJ, M.; LUSARDI, A.; ALESSIE, R. *Financial literacy and stock market participation*. Journal of Financial Economics, v. 101, n. 2, p. 449-472, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jfineco.2011.03.006>.

WEISZ, T. *O diálogo entre o ensino e a aprendizagem*. São Paulo: Ática, 1999.



Capítulo 6

Trajетória da educação financeira nas escolas do estado do Tocantins: do programa piloto à consolidação do polo de formação de professores na Universidade Federal do Tocantins

Juliana Aguiar de Melo²²

Gisele Barbosa de Paiva²³

Alessandra Camargo Godoi²⁴

Waldecy Rodrigues²⁵

Este capítulo tem como objetivo descrever o processo de universalização da educação financeira nas escolas do Tocantins, incluindo suas articulações, formações de professores e multiplicadores, experiências de implementação e resultados alcançados em termos de difusão dos conhecimentos e de sua apropriação pela comunidade.

O Programa de Educação Financeira nas Escolas iniciou-se no estado em 2010, a partir do projeto piloto com 34 escolas do Ensino Médio, visando à disseminação do tema com orientações institucionais; suporte operacional; formação de professores e distribuição de materiais didáticos-pedagógicos fornecidos pela Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF-Brasil). Diante dos resultados positivos, foi replicado e expandido em 2014, para 76 escolas de Ensino Médio.

Em 2015, o programa foi institucionalizado no estado por meio da Lei nº 2.977 de 8 de junho de 2015, que incluiu a temática no Plano Estadual de Educação do Tocantins (PPE-TO) e na Proposta Pedagógica da Secretaria de Educação, Juventude e Esportes do Tocantins (SEDUC-TO) em 2016, estendendo-se para escolas de Ensino Fundamental. Houve nova expansão do programa, sendo esse um marco para a universalização do tema nas escolas do estado.

22. Professora da Universidade Federal do Tocantins, Curso de Ciências Econômicas e doutoranda em Planejamento Urbano e Regional na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

23. Professora da Universidade Federal do Tocantins, Curso de Ciências Econômicas e doutoranda em Economia na Universidade de Brasília (UnB).

24. Professora da Rede Pública Estadual do Estado do Tocantins, mestre em educação (UnB) e Embaixadora de Educação Financeira.

25. Professor da Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Curso de Ciências Econômicas.

Diversos cursos e formações foram oferecidos ao longo do processo, incluindo-se o de Aperfeiçoamento em Educação Financeira, em 2017, pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), com a formação de um Polo de Educação Financeira no estado, o primeiro do Brasil. De 2018 a 2019, o tema já constava em grande parte dos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) das escolas, gerando maior autonomia na execução das ações, atividades e projetos, e uma ampla gama de experiências de impacto na comunidade, que envolveram processos de apropriação dos conteúdos e rotinas nas escolas que reforçaram a manutenção das ações, mesmo no contexto de pandemia em 2020.

A metodologia utilizada é de natureza explanatória, com revisão bibliográfica, especialmente nos documentos da SEDUC-TO, uma entrevista semiestruturada realizada com dois servidores da SEDUC-TO²⁶ e um questionário que contou com a participação de dez técnicos das Diretorias Regionais de Ensino (DREs) do Estado, aplicado em agosto de 2020.

Diversos cursos e formações foram oferecidos ao longo do processo, incluindo-se o de Aperfeiçoamento em Educação Financeira, em 2017, pela Universidade Federal do Tocantins (UFT)

Este capítulo é composto dessa introdução e de quatro seções: a seção 1 aborda brevemente o histórico do programa no Brasil e em específico o histórico do programa no Tocantins, que culminou com sua universalização em 2017, complementado por informações quantitativas na seção 2. A seção 3 descreve os cursos e formações implementados no período, enquanto a seção 4 apresenta algumas lições aprendidas, melhores práticas e perspectivas futuras do programa no Tocantins.

Assim, esperamos contribuir para a disseminação do tema, funcionando como fonte de inspiração e aprendizado para governos, professores e demais interessados na temática. Que o caso do Tocantins sirva de experiência para outros estados na busca da universalização do tema em todas as escolas do país, assim como definido na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

²⁶. Entrevista concedida às autoras no dia 26 de agosto de 2020 no Google Meet, pelo coordenador do Programa de Educação Financeira do Tocantins, Maurício Carneiro, e pelo diretor da SEDUC, Leandro de Souza Vieira.

HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO TOCANTINS

A educação financeira no Tocantins surgiu pela primeira vez em 2009, em decorrência do crescimento das discussões a respeito do tema no Brasil com a criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), do Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) e da AEF-Brasil, conforme apresentado no Capítulo 1. A primeira ação no estado foi a adesão da SEDUC-TO ao Programa de Educação Financeira nas Escolas mediante assinatura de Acordo de Cooperação Técnica com a AEF-Brasil para a implementação do programa na versão piloto. O objetivo do programa foi disseminar a temática na rede de escolas estaduais do Tocantins oferecendo orientações institucionais, suporte operacional às DREs²⁷, formação continuada a professores e técnicos, e distribuição de materiais didático-pedagógicos.

Uma das primeiras atividades desenvolvidas no Tocantins, já em 2010, foi a participação no projeto piloto de Educação Financeira nas Escolas²⁸, cujo objetivo consistia em avaliar e validar a metodologia e os materiais didáticos temáticos de apoio às atividades de inclusão do tema nas escolas, com base no suporte técnico-pedagógico da AEF-Brasil. Foi realizada, em 2009, em etapa preparatória do projeto piloto, capacitação de professores e multiplicadores, definição do Plano de Trabalho, seleção da equipe técnica e de escolas participantes, e acompanhamento de estudantes em conformidade com a metodologia para avaliação de impacto do projeto pelo Banco Mundial.

Conforme metodologia previamente estabelecida, foram selecionadas 34 escolas, distribuídas em dois grupos, de tratamento e de controle. O programa piloto teve duração de dois anos, mantendo-se atuante nas escolas do grupo de tratamento até 2013. Diversas atividades ocorreram nesse período, entre elas projetos interdisciplinares, reuniões com pais de alunos, *workshops*,

²⁷. Trata-se de uma estrutura de gestão estadual por regiões que contemplam as escolas de ensino fundamental e médio nos municípios, que variam entre 6 a 17 em cada DRE. Serão detalhadas na seção 2.

²⁸. Na ocasião, outros quatro estados, além do Tocantins, iniciaram a implementação do Projeto Piloto de Educação Financeira nas Escolas de Nível Médio (Ceará, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais).

participação em eventos e concursos, que aliás originaram algumas premiações²⁹. No âmbito institucional, ocorreu a elaboração do Plano de Ação Estratégico da SEDUC-TO, que se vincula ao Documento Orientador Anual³⁰ e que tem como objetivo planejar e monitorar as ações realizadas nas escolas anualmente e organizar a distribuição dos materiais didáticos, entre outras finalidades curriculares.

Efetivamente, a implementação do programa nas escolas aconteceu de forma articulada com as rotinas escolares, incluindo atividades diferenciadas nos horários das aulas, ajustadas para essa finalidade, e em algumas atividades extraclasse. Exibições de filmes, gincanas, jogos recreativos, produção de textos com relatos sobre a organização da vida financeira e de mudanças de hábitos após as orientações recebidas são alguns exemplos.

A validação da metodologia, materiais didáticos e resultados positivos em termos de adesão, engajamento dos estudantes e apropriação dos participantes do projeto piloto foram fundamentais para a difusão e a ampliação do Programa de Educação Financeira nas Escolas no Tocantins. Assim, em 2014, o programa foi expandido para 59 escolas estaduais de Ensino Médio, totalizando 76. As atividades anteriormente executadas no projeto piloto tiveram continuidade, replicadas e complementadas nas escolas ingressantes. Foram oferecidas novas formações, ao lado da distribuição de materiais didáticos.

Paralelamente, a SEDUC-TO deu início à elaboração do Plano Estadual de Educação do Tocantins (PEE-TO, 2015/2025), homologado pela Lei Estadual nº 2.977 de 8 de junho de 2015, que garantiu a expansão da educação fiscal

29. Quatro escolas foram premiadas no Seminário Internacional de Avaliação de Impacto da ENEF em 2011, nas categorias desempenho e frequência. As participações em eventos, congressos, feiras e concursos ao longo dos dez anos de implementação do Programa de Educação Financeira nas Escolas estão relacionadas na seção 1.1.1.

30. Trata-se de um documento institucional da secretaria para orientação às Diretorias Regionais de Educação, contendo orientações operacionais e pedagógicas, as atribuições de cada uma das instâncias (SEDUC-TO, DRE e escolas), uso de material didático, formação de professores e cronograma de desenvolvimento das atividades.

e financeira no estado definidas na Meta 11, Estratégia 11.6 e na Meta 23, Estratégia 23.27, quais sejam:

11.6 [...] combatendo práticas relacionadas ao desperdício, degradação e consumismo, e práticas e disseminação de educação financeira nas escolas; (TOCANTINS, 2015, p. 20).

23.27 Garantir a expansão da educação fiscal, educação financeira, educação ambiental, educação para o trânsito, educação em direitos humanos, por meio da transversalidade no currículo da educação básica, em todas as etapas e modalidades, em parceria com diferentes setores do governo, instituições privadas e organizações não governamentais, a fim de fortalecer a formação social e integral do cidadão (TOCANTINS, 2015, p. 47).

Em 2015, foi ofertado novo curso de formação de professores e as atividades desenvolvidas nas escolas foram apresentadas em eventos externos, contribuindo para a divulgação e estimulando a expansão do programa, como a inclusão da temática na Feira Internacional Literária do Tocantins (FLIT) e participação na II Semana Nacional de Educação Financeira (SENEF).

A partir da introdução da educação financeira na legislação estadual, das experiências já implementadas e das discussões da BNCC, em que a educação financeira aparece nos objetos de aprendizagem do Ensino Fundamental, passou-se, no Tocantins, à organização do currículo escolar que contemplasse o tema, sendo a educação financeira incluída na Proposta Pedagógica da SEDUC-TO em 2016. Nesse documento, o Programa de Educação Financeira nas Escolas foi estendido para o Ensino Fundamental do Estado, baseado nos resultados de outros projetos piloto dessa modalidade em duas redes de escolas municipais do estado do Amazonas e da cidade de Joinville, em Santa Catarina. Assim, o Acordo de Cooperação Técnica entre SEDUC-TO e AEF-Brasil foi ajustado de forma a agregar também o Ensino Fundamental de 1.º ao 9.º ano.

Houve, portanto, nova expansão do programa, considerada um marco para a universalização do tema no Estado, que aliás ganhou notoriedade nacional e internacional com a divulgação na TV Escola e participação em eventos em outros países. Novas perspectivas e desafios surgiram – entre elas a necessidade de formação continuada de professores – e

culminaram na parceria entre a SEDUC-TO, a AEF-Brasil e a Universidade Federal do Tocantins (UFT) em 2016, que, entre outras atividades e parcerias, ofertou o Curso de Aperfeiçoamento em Educação Financeira em 2017 para professores e multiplicadores da rede estadual e municipal de ensino do Tocantins. Ainda em 2017, foram promovidos concursos temáticos³¹ com premiações aos alunos vencedores e comemorada a inclusão da temática na BNCC, o que fomentou novas discussões quanto ao currículo interno do estado. Em 2018, a VI SENEf foi sediada no Tocantins, mobilizando os participantes do programa no estado e culminando com o registro de 300 iniciativas realizadas, das quais 20 conseguiram o Selo SENEf³². Ocorreu também a outorga do primeiro título de Embaixadora de Educação Financeira no Brasil, concedido à professora Alessandra Camargo, coordenadora estadual do programa, pelos trabalhos desenvolvidos na rede pública.

Percebe-se que todo o processo de implementação do programa no estado gerou uma gama de ações, atividades, projetos e diversas experiências que se tornaram rotina nas escolas e na SEDUC-TO. A educação financeira foi incluída em grande parte dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) das escolas, gerando maior autonomia na execução das atividades, e em diversas ações da SEDUC-TO, como na discussão do Novo Ensino Médio, conforme relatado no Capítulo 4 deste livro.

Em 2019, deu-se uma reestruturação curricular do Ensino Básico no Tocantins, pela qual a educação financeira foi mantida de forma transversal. Todavia, segundo levantamento realizado com as DREs em agosto de 2020, houve redução das atividades e ações de educação financeira nas escolas entre 2019 e 2020. Os entrevistados afirmaram que 50% das escolas mantiveram de 90% a 60% das atividades relacionadas à temática e o restante das escolas reduziu em mais de 50%.

Há, entretanto, uma maior institucionalização do tema nas estruturas curriculares, que se manifesta em processos de apropriação e rotinas nas escolas e que reforça a manutenção das atividades, mesmo no contexto de pandemia que se apresentou em 2020.

31. Concurso de Redação de Crônicas Ilustradas e Concurso de Vídeos Amadores, em edições separadas, com regulamento próprio e premiação aos alunos vencedores por categoria

32. É o reconhecimento do Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) para as instituições que fortalecem os objetivos da Estratégia Nacional de Educação Financeira.

As atividades escolares foram paralisadas em março deste ano e até setembro de 2020 permanecem sem aulas, sem previsão de retorno. Entretanto, dada a apropriação da educação financeira pelos alunos e professores, algumas ações de educação financeira se mantiveram nesse período. Segundo as DREs, mesmo sem aulas presenciais, 30% dos entrevistados afirmaram ter informações de uso de técnicas de educação financeira por alunos e 50% por professores.

A figura a seguir descreve de forma resumida o processo de implementação do programa no Tocantins, ressaltando-se alguns marcos temporais separados por três momentos: Fase I – Implantação. Ocorrem os primeiros movimentos, que iriam sustentar o programa ao longo do tempo, com a parceria da AEF-Brasil, e há a validação do material didático-pedagógico e a motivação e adesão da SEDUC-TO ao programa. Fase II – Expansão. Ocorre um aumento de escolas participantes e a consolidação dos resultados. Fase III – Institucionalização. É publicada a PEE-TO (2015/2025) pela Lei Estadual

LINHA DO TEMPO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS DO TOCANTINS



Fonte: elaboração dos autores, 2020.

nº 2.977 de 8 de junho de 2015, há a expansão para o Ensino Fundamental e dá-se a parceria com a UFT e a criação do Polo de Educação Financeira³³.

a) Eventos e prêmios

Durante a implementação do programa no estado, houve ampla divulgação dos resultados alcançados, tendo alguns deles sido reconhecidos nacionalmente. A participação nas SENEFS foi determinante para a expansão do programa, pelos conhecimentos adquiridos, pelo incentivo aos alunos, professores e técnicos envolvidos, a partir do reconhecimento das ações e atividades executadas, e pelo fortalecimento de vínculos e parcerias.

Segundo a AEF-Brasil (2017), a SENEFS tem como objetivo promover a Estratégia Nacional de Educação Financeira, disseminar o tema e contribuir para o fortalecimento e autonomia da sociedade. O Tocantins vem participando desde a segunda edição com diversas iniciativas, ações e projetos, organizados e orientados pela SEDUC-TO e que culminaram com o registro de 400 iniciativas em 2018, quando o estado sediou a semana. O quadro a seguir descreve as participações nas SENEFS e em outros eventos relevantes³⁴.

Eventos	Ano	Local	Resultados
Workshop "Avaliação de Impacto do Projeto Educação Financeira nas Escolas"	2011	BM&Ibovespa Rio de Janeiro	Premiação de professores da rede estadual de ensino do Tocantins.
II Semana Nacional de Educação Financeira (SENEFS)	2015	Brasília	278 iniciativas registradas. Convite para <i>talk show</i> – Relato de experiência do Tocantins.
Feira Literária do Tocantins (FLIT)	2011 e 2015	Palmas	Palestra Vera Rita Melo Ferreira Gincana – Ana Pregardier.
Workshop CONSED	2015	Brasília	Palestra para motivar novas adesões ao programa.
III Semana Nacional de Educação Financeira (SENEFS)	2016	Brasília e São Paulo	120 iniciativas registradas. Painel das experiências das escolas do Tocantins.

33. Trata-se de um projeto denominado "Polos de Formação", que amplia as parcerias locais, nelas incluídas as universidades, de forma institucionalizada. O Tocantins foi o primeiro estado a abrigar um polo, o que ocorreu por meio do Acordo de Cooperação entre AEF-Brasil, SEDUC-TO e UFT.

34. Os três últimos eventos descritos no quadro relacionam-se a desdobramentos do Curso de Aperfeiçoamento em Educação Financeira da UFT.

Eventos	Ano	Local	Resultados
Participação em evento internacional CVM-RJ	2016	Rio de Janeiro – aniversário de 40 anos da CVM	Painel – Educação Financeira nas Escolas
IV Semana Nacional de Educação Financeira (SENEFS)	2017	Palmas, DREs e escolas	80 iniciativas registradas ³⁵ e três concursos.
V Semana Nacional de Educação Financeira (SENEFS)	2018	Palmas, DREs e escolas	400 iniciativas registradas e recebimento do Selo ENEFS por 20 escolas.
Participação no I Encontro de Cocriação sobre Educação Financeira nas Escolas	2018	São Paulo	Grupo Criativo de Educação Financeira nas Escolas coordenado pela AEF-Brasil
VI Semana Nacional de Educação Financeira (SENEFS)	2019	Palmas, DREs e escolas do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul	Sediou a VI SENEFS. Foram 428 iniciativas inscritas. Houve premiação dos vencedores dos concursos e visita ao Banco Central
Participação no lançamento do Curso de Aperfeiçoamento UFT	2017	Palmas	Histórico e relato de boas práticas, <i>talk show</i> com multiplicadores
Participação no lançamento do Curso de Especialização	2019	Paraíba	Palestra sobre as práticas de educação financeira nas escolas e sobre como a SEDUC operacionaliza o programa
Prêmio Melhor Projeto de Extensão UFT	2019	Palmas	Avaliação do Impacto do Programa Eu e minha Aposentadoria, implantado na Universidade da Maturidade (UFT) e nos Conselhos de Assistência Social Norte e Taquaruçu.
Dissertação de mestrado	2019	Palmas	Dissertação de Rafaela Aires – Avaliação de Impacto do Programa Eu e minha Aposentadoria.
Prêmio Febraban	2019	São Paulo	Categoria C – Educação Financeira
XI Fórum Estadual da UNDIME: "Regime de colaboração: responsabilidade dos entes federados frente ao desenvolvimento da educação municipal"	2019	Palmas	Apresentação do Programa de Educação Financeira nas Escolas

Fonte: Elaboração dos autores, 2020

35. Houve queda no número de iniciativas registradas na IV SENEFS, devido à greve de professores da rede estadual do Tocantins no mesmo período.

MATERIAIS DIDÁTICOS E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA SEDUC-TO

Os materiais didático-pedagógicos foram disponibilizados pela AEF-Brasil e pelo Ministério da Educação (MEC), e neles é proposto o desenvolvimento de competências e habilidades de educação financeira com o uso da metodologia de organização de conteúdos por situações didáticas³⁶, em três blocos (livros) para alunos e professores.

No projeto piloto, houve distribuição para todos os alunos e professores das escolas envolvidas. Após a expansão do Programa em 2014 – e devido ao grande número de alunos ingressantes –, não havia quantidade suficiente para distribuição por aluno. Assim, foram distribuídos 150 kits, que deveriam ficar sob responsabilidade das escolas, agregados ao acervo das bibliotecas para uso itinerante dos professores e alunos. A introdução do Ensino Fundamental no programa, em 2016, gerou a demanda por materiais didáticos específicos para esse nível. A AEF-Brasil disponibilizou o conteúdo em formato digital e a SEDUC-TO imprimiu o material e distribuiu às escolas para acondicionamento nas bibliotecas, de modo que pudesse ser utilizado em anos subsequentes. Apenas em 2020, ocorreu nova remessa de material às escolas, destinado à reposição. No entanto, segundo a secretaria, todas as escolas possuíam materiais suficientes.

Ressalta-se ainda a importância da estrutura organizacional e o trabalho dos técnicos da SEDUC-TO em todo o processo de implementação e difusão da educação financeira no Tocantins. A operacionalização técnica do programa contou com um coordenador estadual, um técnico³⁷ (multiplicador) responsável pelo programa na DRE, e em média quatro a cinco professores por escola para ministrar as aulas transversais do programa. No Ensino Médio e no Ensino Fundamental em anos finais, há ainda a atuação do coordenador pedagógico, que decide com os professores quais situações didáticas ou qual modelo pedagógico cada um pode desenvolver conforme o componente curricular que ministra. Enquanto para o ensino fundamental e séries iniciais o material é ministrado pelo professor regente.

36. Situação Didática (SD) é o conjunto de ações e atividades que desenvolvem no aluno as competências que acionam os conhecimentos necessários para lidar com as múltiplas e variadas situações financeiras do cotidiano (CONEF, 2010).

37. Dependendo do tamanho da CRE, pode haver mais de um técnico responsável. É o caso das DREs de Araguaína, Palmas e Gurupi.

As informações das DREs são repassadas constantemente ao coordenador do programa, que inclusive conta com um canal virtual de comunicação para envio de relatórios bimestrais pela DRE à SEDUC-TO, sendo essa uma das formas de monitorar o programa. Tais informações são então agregadas, dando origem aos Relatórios Anuais do Programa, pautados pela busca de dados e informações estruturadas de modo a permitir a análise dos avanços no que se refere ao desenvolvimento das aulas transversais, uso do material didático, existência de projetos interdisciplinares, articulação com a comunidade, formação de novos professores, premiações, concursos, divulgação de resultados nas mídias locais, regional e estadual, entre outros.

Durante todo o período, mesmo com constantes mudanças de governo, o programa manteve-se atuante, com redução de implementação nos momentos de greve de professores e da pandemia de Covid-19. Todavia, a estrutura organizacional foi mantida, bem como os técnicos envolvidos em suas funções, o que colaborou em grande parte para a continuidade do programa.

UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS DO TOCANTINS

Desde o início da implementação do Programa de Educação Financeira nas Escolas no Tocantins, houve engajamento e adesão de grande parte dos envolvidos – coordenação do programa, técnicos da SEDUC-TO, professores e alunos³⁸. Esse comprometimento, associado às demais parcerias firmadas ao longo do processo, contribuiu para sua universalização em 2017.

“Universalizar” conforme Michaelis (2020), é o ato de tornar-se universal, generalizar-se, espalhar-se por toda a parte, difundir-se, tornar comum e acessível a muitas pessoas. Essa conceituação no âmbito do Programa de



38. Algumas resistências de diretores de escolas foram verificadas, em decorrência de considerarem excessiva a quantidade de projetos temáticos a serem implementados, com possíveis prejuízos ao cumprimento da matriz curricular, que todavia se mostraram infundadas, tendo em vista principalmente a metodologia de transversalidade implementada. Muitos projetos já existiam, como as hortas comunitárias e projetos no entorno da escola, que, contudo, não eram identificados como de educação financeira. O trabalho da SEDUC-TO foi esclarecer os professores e classificar esses projetos.

Educação Financeira nas Escolas do Tocantins mostra-se condizente com seus resultados em diversos aspectos. O primeiro se relaciona à institucionalização da temática no PEE (2015/2025) e na Lei Estadual de 2015, sendo, portanto, inerente à estrutura curricular do ensino, e nas PPPs das escolas do estado. Assim, a educação financeira passa a ser não apenas uma temática, mas uma política pública. Outro aspecto da universalização pode ser visto na distribuição dos materiais didático-pedagógicos que engloba toda a rede de escolas do estado, de forma que, desde 2017, todas as escolas possuem o material e todos os alunos têm acesso a ele. Todavia, a institucionalização da política pública e a universalização dos materiais didáticos não implica necessariamente a implementação da temática em todas as escolas.

De acordo com a SEDUC-TO, a educação financeira é trabalhada em todas as escolas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio do estado em diferentes perspectivas. A percepção de técnicos das DREs indicou que 70% acreditam que o programa está parcialmente universalizado nas escolas, enquanto 30% afirmaram não terem essa percepção.

Algumas escolas trabalham com projetos, outras com ações e atividades que se transformaram em rotinas e se propagaram para fora da escola. Segundo a SEDUC-TO (2018), 48% do tema é trabalhado de forma interdisciplinar, 31% por disciplina, 26% transdisciplinar e 31% em projetos³⁹. Muitas das atividades realizadas não são identificadas como de educação financeira, principalmente pela transversalidade do tema. Assim, percebe-se que o programa no estado vem seguindo as orientações da BNCC, desenvolvendo habilidades que geram novos conhecimentos, oportunidades, hábitos e comportamentos, de forma que o cidadão possa administrar seus recursos de maneira consciente e sustentável.

EVOLUÇÃO DO PROGRAMA NO TOCANTINS

O estado do Tocantins tem 139 municípios com 499 escolas (SEDUC-TO, 2020), que ofertam educação básica, distribuídas em 13 Diretorias Regionais de Educação (DREs). Cada regional de educação possui algo entre 6 e 17 municípios jurisdicionados, cujas escolas ofertam Ensino Fundamental (1º ao

9.º ano), Ensino Médio (básico, integrado e profissional), Educação de Jovens e Adultos (1.º, 2.º e 3.º segmentos), educação indígena, educação especial, educação do campo e quilombola. A figura a seguir apresenta o mapa administrativo do Estado por DREs.

DISTRIBUIÇÃO DE DIRETORIAS REGIONAIS DE EDUCAÇÃO – SEDUC-TO

Diretorias Regionais de Educação

- PALMAS - SEDE
- D.R.E. DE ARAGUATINS
- D.R.E. DE TOCANTINÓPOLIS
- D.R.E. DE ARAGUAÍNA
- D.R.E. DE COLINAS
- D.R.E. DE GUARAJÁ
- D.R.E. DE MIRACEMA
- D.R.E. DE PARAÍSO
- D.R.E. DE PEDRO AFONSO
- D.R.E. DE PORTO NACIONAL
- D.R.E. DE DIANÓPOLIS
- D.R.E. DE GURUPI
- D.R.E. DE ARRAIAS



³⁹. Algumas atividades são desenvolvidas utilizando-se mais de uma metodologia, logo a porcentagem ultrapassa 100%.

Inicialmente, o programa piloto contou com o envolvimento de 34 escolas, 675 alunos, 65 professores, 20 multiplicadores. Entre 2014 e 2015, com a expansão do programa, o número de escolas participantes passou para 76, envolvendo 33.056 alunos (SEDUC-TO, 2018).

Em 2016, com a inclusão do Ensino Fundamental no programa, o total de escolas participantes passou para 425, com 150 mil alunos e 600 professores envolvidos. No ano de 2017, esse número se manteve e, em 2018, com o processo de municipalização de algumas escolas, houve redução de escolas e alunos no programa, passando a 408 escolas e 136.365 alunos, todavia, com aumento do número de professores envolvidos – 777 –, conforme o quadro a seguir.

DISSEMINAÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS DO TOCANTINS

Variáveis	2010-2013	2014-2015	2016-2017	2018	2019-2020
Eventos	Projeto piloto	Expansão 1	Expansão 2. Inclusão do Ensino Fundamental – Universalização	Municipalização	Continuidade
Escolas	34 (17/17)	76	425	408	499*
Alunos	675	33.056	150.000	136.365	143.384 *
Professores	65	304	150.000	777	**

Fonte: SEDUC-TO (2018) e SEDUC-TO 2020.

* Esses valores incluem a totalidade das escolas e alunos no estado na Educação Básica, logo é superestimado, pois não exclui as demais modalidades, como indígenas e quilombolas.

** Informação não disponível.

Segundo SEDUC-TO (2020), a rede estadual de Ensino Básico do Tocantins é composta de 499 escolas e 143.384 estudantes, incluindo educação de jovens e adultos, educação indígena, especial, educação do campo e quilombola. O programa no estado foi universalizado para o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, logo, parte dos alunos ainda não trabalha com a temática⁴⁰.

40. Esses dados não foram disponibilizados. Contudo, alguns alunos dessa categoria de jovens, indígenas, especiais, quilombolas e do campo participam do programa por estarem matriculados nas 79 Escolas de Tempo Integral do Estado.

Apesar da indisponibilidade de dados precisos para os anos de 2019 e 2020, é possível inferir que o programa de fato foi universalizado em 2017 nas escolas de Ensino Fundamental e Ensino Médio do estado com expansão para outras modalidades, sendo esse um dos grandes desafios para os próximos anos, ou seja, a manutenção e o fortalecimento do programa nas escolas participantes e a expansão para as demais, fato que já vem ocorrendo: 90% dos entrevistados afirmaram haver disseminação da temática para jovens e adultos e 10% para educação prisional.

A educação financeira também está presente em algumas escolas para crianças especiais, como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), do município Aliança do Tocantins, com o Projeto Brincando com a Matemática. O projeto envolveu atividades separadas por turmas, entre elas: bingo, mercadinho, com simulação de compra e venda de produtos arrecadados, e jogos, todos confeccionados com materiais recicláveis. A programação contou ainda com explanação sobre a matemática no dia a dia das crianças. Segundo a professora responsável, “trabalhar com material concreto, de forma divertida, impulsiona o aluno a entender o processo de aprendizagem que é muito significativa no ensino de matemática com alunos especiais” (SEDUC-TO, 2016).



CURSOS DE FORMAÇÃO: DIFERENTES ABORDAGENS

Os cursos de formação de professores implementados no Tocantins foram realizados em distintos formatos e abordagens, que contribuíram ao longo do processo para a criação de uma ampla rede de professores e multiplicadores aptos a abordar o tema e a realizar ações práticas e vivenciais nas escolas da rede estadual.

O quadro a seguir descreve os cursos de formação oferecidos e refere-se àqueles que foram institucionalizados, totalizando oito cursos de 2009 a 2019. Outros cursos e formações ocorreram no período (informação verbal), como parte das rotinas nas escolas. Contudo, por possuírem carga horária reduzida, não há informação precisa sobre eles e, portanto, não foram relacionados no quadro da página seguinte.

Foram capacitados diretamente 393 professores e técnicos em todas as DREs. Todavia, ressalta-se que esses valores são subestimados, dada a incapacidade

**CURSOS OFERTADOS NO TOCANTINS
PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

Cursos e treinamentos	Ano	Oferecido por	Modalidade	Número de professores formados
Piloto	2009	Banco Central	Presencial	15
Piloto	2009	SEDUC	Presencial	34
Formação de Formadores	2014	AEF-Brasil	Presencial	17
Formação de Formadores	2015	AEF-Brasil	EaD	–
Formação de Formadores	2016	AEF-Brasil	EaD	55
Formação de Formadores	2017	UFT	EaD	31
Formação de Formadores	2018	AEF-Brasil	EaD	55
Introdutório do material de Ensino Fundamental para Multiplicadores do Programa	2019	SEDUC – Moodle	EaD Moodle – SEDUC	34
Formação de Formadores	2019	AEF-Brasil	Presencial – UNDIME	152

Fonte: Elaboração dos autores com base em informações da SEDUC-TO, AEF-Brasil e UFT.

de quantificação de muitos cursos não institucionalizados. Não foi possível também a quantificação do número de capacitados por área do conhecimento, que, entretanto, por meio dos relatos e das experiências vivenciais nas escolas, demonstram que o programa vem sendo desenvolvido por professores de diversas áreas além da Matemática, como Artes, Educação Física e Ciências. As próximas subseções descrevem com detalhes os cursos e formações realizados.

a) Capacitações AEF-Brasil

A AEF-Brasil, ao longo dos dez anos do programa no Tocantins, organizou um conjunto de quatro cursos de formação que ocorreram em momentos distintos nas Fases I e II, capacitando diversos professores e técnicos para atuarem nas DREs como multiplicadores do conhecimento. Estes, por sua vez, difundiram os conceitos e métodos para outros professores e técnicos.

A primeira formação, no final de 2009, foi direcionada a técnicos e professores da rede estadual de ensino que atuariam como multiplicadores no projeto piloto. O curso foi ofertado na modalidade presencial e teve como objetivo apresentar o Programa de Educação Financeira nas Escolas, assim como seu

conteúdo e as metodologias para o desenvolvimento da temática. Essa foi uma etapa preliminar, que se desdobrou na realização de uma nova formação organizada pela SEDUC-TO e conduzida pelos servidores/multiplicadores para 34 professores das escolas que integraram o projeto piloto, tendo contado com a participação de coordenadores pedagógicos.

Em 2014, com o objetivo de formar novos multiplicadores que seriam referência nas DREs, foi ofertado outro curso de formação presencial para 17 servidores. A formação foi conduzida pela AEF-Brasil, com 16 horas de duração.

Em 2015, a AEF-Brasil ofertou nova formação com carga horária de 40 horas na modalidade EaD, com um formato ampliado, sendo envolvidos professores e técnicos de outros estados interessados pelo assunto, com ou sem experiência na temática. A participação de professores do Tocantins foi bastante expressiva, embora não haja registro do número de participantes.

Em 2016, a AEF-Brasil organizou uma nova formação EaD utilizando a plataforma Youknowlab que permitiu o planejamento de um curso mais interativo e didático-pedagógico. Nessa plataforma, o professor era capaz de seguir todas as etapas e concluir a formação de maneira autônoma, o que a tornava atraente pela facilidade de acesso, apesar de se fundamentar em base introdutória.

Em 2019, com objetivo de agregar as redes municipais de ensino do Tocantins, o Programa de Educação Financeira nas Escolas foi realizado como parte da programação do XI Fórum Estadual da UNDIME – cujo tema foi “Regime de colaboração: responsabilidade dos entes federados frente ao desenvolvimento da educação municipal” –. No evento, foi ministrada uma palestra para apresentar os conceitos, os objetivos e os bons resultados do estado do Tocantins, de modo a inspirar os municípios a aderirem ao programa. O fórum contou com participação de aproximadamente 300 profissionais dos 139 municípios.

Ainda em 2019, a AEF-Brasil, em parceria com a UNDIME, ofereceu uma capacitação de 8 horas aos professores da rede municipal de ensino com o objetivo de disponibilizar métodos de inserção da educação financeira nos conteúdos das disciplinas de forma transversal e alinhada às diretrizes da BNCC, nos municípios de Araguaína, Araguatins, Gurupi e Palmas, estrategicamente nas quatro regiões do estado. Com participação voluntária, as oficinas abrangeram todos os municípios do estado, tendo como previsão de impacto, a partir da atuação dos 152 professores multiplicadores, 6.099 professores, 700 escolas e 136 mil alunos em 2020, conforme informações da UNDIME.



b) Capacitações SEDUC-TOCANTINS

A SEDUC-TO mobilizou grande esforço para garantir a multiplicação do conhecimento em educação financeira no Estado. Para cada formação ofertada pela AEF-Brasil para um conjunto restrito de servidores, dada a inviabilidade de recursos e de infraestrutura, houve formações paralelas e complementares organizadas pela secretaria nas DREs. Conforme relato feito em reunião, o processo de formação ocorreu de maneira ininterrupta, porém a diversidade de cursos com pequenas cargas horárias dificultou o controle da SEDUC-TO, assim como o planejamento das ações e inviabilizou o uso pelos servidores em suas progressões.

A primeira formação teve como objetivo difundir o conhecimento dos multiplicadores aos professores das DREs nas 34 escolas participantes do projeto piloto em 2009

Nesse sentido, a SEDUC-TO está trabalhando em uma proposta de reformulação da estrutura dos cursos e formações, inclusive de outras áreas não relacionadas à educação financeira, de maneira que todos possam ser agregados em uma estrutura organizacional.

A SEDUC-TO institucionalizou dois cursos, um em 2009 e outro em 2019. A primeira formação teve como objetivo difundir o conhecimento dos multiplicadores aos professores das DREs nas 34 escolas participantes do projeto piloto em 2009. Essa formação, em que a transversalidade do tema foi uma prerrogativa, foi realizada com oficinas práticas para os professores que, segundo a SEDUC-TO (2018), demonstraram excelente aceitação dada a qualidade e atratividade do material. No segundo curso, realizado em 2019, a SEDUC-TO organizou um curso introdutório na modalidade EaD na plataforma *Moodle-Seduc*, sob a coordenação estadual do programa com 40 horas de duração e certificação. O curso contou com a participação de professores, de formadores, que eram coordenadores estaduais, da AEF-Brasil e dos multiplicadores mais atuantes no programa.

O fato é que a estrutura de cursos com pequenas cargas horárias e muitas vezes voltados para atividades e ações específicas não oferecia aos professores uma base mais robusta de conteúdos que os preparasse principalmente na elaboração das aulas e na utilização do material didático. Houve, portanto, uma crescente demanda dos professores por esse tipo de formação, corroborada pela SEDUC-TO (2018) e pela AEF-Brasil, que já avaliava essa demanda também em outros estados. Assim, em 2017, foi formado o Polo de Educação Financeira no Tocantins que culminou com a implantação do Curso de Aperfeiçoamento em Educação Financeira para Professores e Multiplicadores da Rede Estadual de Ensino oferecido pela UFT.

c) Curso de aperfeiçoamento coordenado pela UFT

O Curso de Aperfeiçoamento ofertado pela UFT, que partiu da articulação entre SEDUC-TO, AEF-Brasil e Universidade Federal do Tocantins, ocorreu no momento de consolidação do programa no estado, seja pela adesão das escolas, seja pela formalização e institucionalização com a elaboração do PEE-TO (2015/2025) e da Proposta Pedagógica da SEDUC-TO. A proposta do curso, desenhada conjuntamente pelos parceiros⁴¹, previa um curso mais robusto e com uma carga horária suficiente para suprir uma necessidade de formação exposta pelos professores, sobretudo quanto à apropriação de conceitos abordados nos materiais didáticos.

O curso teve duração de seis meses, com carga horária total de 194 horas, sendo ofertadas oito disciplinas modulares, dois encontros presenciais e um módulo de orientação para elaboração dos trabalhos de conclusão de curso. Nesse processo, foram envolvidos nove professores dos cursos de Ciências Econômicas, Administração e Ciências Contábeis, além de uma psicóloga e de uma professora da SEDUC-TO. Foram oferecidas 100 vagas, distribuídas entre 50 professores da rede pública, 40 multiplicadores da rede pública e 10 discentes dos cursos de graduação da UFT, cujo objetivo principal era a consolidação do polo para oferta de cursos em educação financeira da Região Norte. O processo de seleção teve como critério de admissão a experiência dos professores e multiplicadores nas ações de educação financeira e a participação em capacitações. O edital foi divulgado no site da universidade e no da SEDUC-TO, além de ter sido enviado para as DREs. As atividades envolveram: a) elaboração de ementas, apostilas e tutoriais; b) produção de videoaulas; c) desenvolvimento e customização de ambiente virtual de aprendizagem; d) oferta de disciplinas modulares na modalidade EaD; e) elaboração de oficinas e encontros presenciais; f) disponibilização dos conteúdos à SEDUC-TO para reprodução e difusão.

A reprodução do Curso de Aperfeiçoamento, sua estrutura e materiais produzidos seria, a médio prazo, utilizada pela SEDUC-TO como uma base para novas formações, com oferta de curso permanente com carga horária de 40

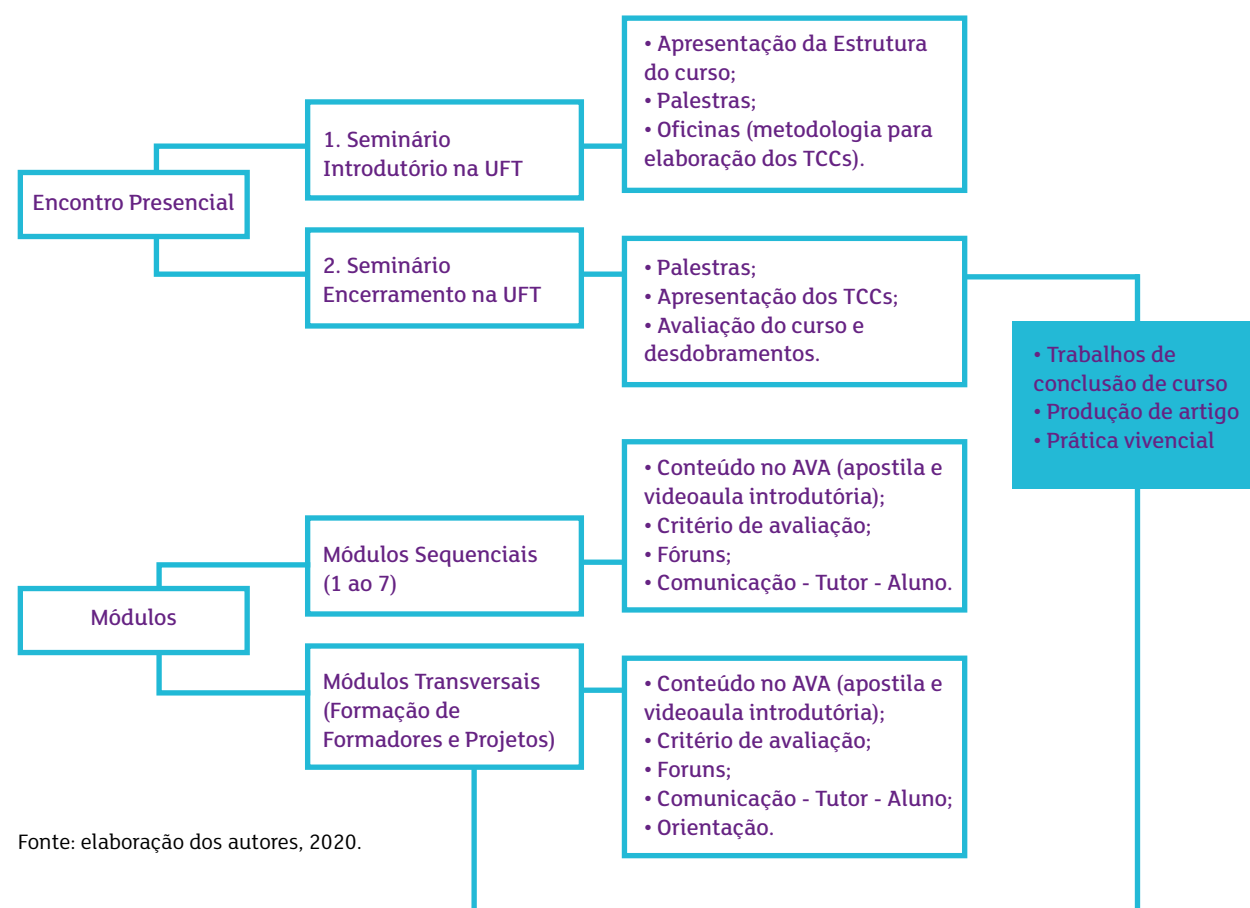
⁴¹. Os itens discutidos foram carga horária, aspectos metodológicos, pontos positivos e negativos do uso da plataforma *moodle*, encontros presenciais, tema de cada módulo, utilização da plataforma da AEF-Brasil como módulo introdutório, formato do Curso de Aperfeiçoamento ou especialização, formato dos trabalhos de conclusão.

horas. Entretanto, não houve materialização desse objetivo, dado o contexto político à época, até por causa das restrições financeiras que impactaram o cumprimento de algumas atividades do curso.

O curso foi estruturado em três etapas: planejamento de atividades preliminares, implantação do curso e avaliação. O planejamento preliminar envolveu questões como infraestrutura, equipe do projeto, edital de ingresso, ambiente virtual de aprendizagem, planejamento das disciplinas – ementas e apostilas – e encontros presenciais. O curso contou com uma coordenação geral e equipe de apoio dividida em funções que envolveram a diagramação das apostilas; produção de videoaulas; e no apoio técnico ao departamento de tecnologias educacionais (DTE), e professores e alunos para elaboração das apostilas; condução dos módulos; tutorias; orientação dos trabalhos de conclusão de curso.

As diretrizes para planejamento dos módulos foram ajustadas pelas instituições parceiras sendo estruturadas conforme a figura a seguir:

ESTRUTURA DO CURSO DE APERFEIÇOAMENTO



Fonte: elaboração dos autores, 2020.

A organização do curso deu-se em dois formatos: encontros presenciais, em forma de seminário introdutório e seminário de encerramento, e sete disciplinas modulares e sequenciais, sendo a introdutória ofertada pela AEF-Brasil e as demais ofertadas pela UFT, por meio da plataforma *Moodle*. Os encontros presenciais foram idealizados como momento de integração, troca de experiências, orientações e avaliação do curso. As disciplinas modulares foram todas ministradas exclusivamente pelo ambiente virtual de aprendizagem, com postagem de uma videoaula introdutória, material didático e de apoio, questões para os fóruns e atividades para fixação do conteúdo. O quadro a seguir apresenta o conjunto temático e programático abordado por cada um dos módulos durante o curso.

RELAÇÃO DOS MÓDULOS E CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Módulo	CH	Conteúdo abordado
1. Introdução à Educação Financeira	40h	Plataforma privada da AEF-BRASIL
2. Psicologia Comportamental e Financeira	10h	Introdução à psicologia comportamental e financeira/epistemologia e finanças/dos desejos, necessidades e estímulos/tomada de decisão/fatores externos que influenciam a tomada de decisão financeira/fatores internos que influenciam a tomada de decisão financeira/da ação do inconsciente/comportamento de massa e autorrealização/o problema da mudança/técnicas de mudança de hábito
3. Mapeamento Didático	10h	Modelo conceitual e objetivos/apresentação geral sobre implementação/princípios pedagógicos de Ensino Fundamental/princípios pedagógicos Ensino Médio
4. Planejamento Financeiro e Orçamento Familiar	10h	Introdução à Matemática Financeira/juros/sistemas de capitalização/séries/de pagamentos/planejamento financeiro/planejamento financeiro familiar/estratégias de poupança e investimentos/orçamento familiar/plano orçamentário
5. Economia e Finanças Comportamentais	10h	Conceitos/agentes/poupança/investimento/moeda/sistema econômico/renda e despesa/racionalidade limitada/efeitos de contexto/efeitos de ancoragem/excesso de opções/balizamento/preferências construídas/incerteza/lei dos pequenos números/aversão a perdas/tempo/ <i>links</i> diversos
6. Consumo Consciente e Dicas Comportamentais	12h	Conceito de consumo consciente/consumo e responsabilidade socioambiental/água/lixo/reciclagem/alimentação para a vida/valor biológico dos alimentos/comer com pouco dinheiro

Módulo	CH	Conteúdo abordado
7. Empreendedorismo	8h	Empreendedorismo/papel do empreendedor na sociedade/ características do comportamento empreendedor/ identificação de oportunidades no mercado/análise de ambiente/modelo de negócio/plano de negócios
Formação de Formadores	10h	Objetivo das unidades temáticas/formador, eu?/saberes e práticas na aprendizagem de adultos, programas e projetos de formação/métodos e técnicas de trabalho de um formador

Fonte: elaboração dos autores, 2020. *Elaboração dos projetos de intervenção (60 horas), Seminário Inaugural (12 horas) e Seminário de Encerramento (12 horas). Este último não realizado.

A proposta, em sua integralidade, foi capacitar o professor para utilizar temas e conceitos abordados pelo material didático da AEF-Brasil, assim como estimulá-los a colocar em prática esses conceitos por meio de projetos de intervenção nas escolas. Essa estratégia vinculou-se ao formato de apresentação dos trabalhos de conclusão de curso, quando os professores deveriam optar por apresentar um artigo científico ou um projeto de intervenção. Este último abordaria a temática por meio de “práticas” no ambiente escolar.

RESULTADOS DOS CURSOS DE FORMAÇÃO

A estratégia de difusão do conhecimento por meio de formações conduzidas e organizadas pelos servidores gerou uma sinergia importante, pela qual os formados se responsabilizaram pela formação de outros professores em suas regionais para multiplicação do conhecimento. A AEF-Brasil ministrou cursos que motivaram os servidores da SEDUC-TO a darem continuidade às ações. Exemplo disso foram as formações realizadas pela secretaria para a propagação do conhecimento por meio dos multiplicadores.

No geral, o Curso de Aperfeiçoamento foi bem avaliado pelos participantes e parceiros, apesar de alguns inconvenientes que não permitiram o cumprimento de todas as atividades conforme planejado. Num total de 100 vagas ofertadas, houve 84 inscritos e 31 alunos concluintes distribuídos em 8 DREs, com taxa de evasão de 63% decorrente, em parte, de fatores atrelados a falhas na plataforma utilizada⁴².

⁴². Constatou-se no módulo 2 que 26% dos inscritos não tinham acessado a plataforma em nenhum momento do curso, após tentativas frustradas de reinserção.

Os documentos de avaliação demonstraram que as questões relacionadas ao conteúdo e sobre a possibilidade de conciliação dos módulos com a prática escolar apresentaram um elevado nível de satisfação dos discentes, que manifestaram interesse em integrar a Rede de Formadores em Educação Financeira, com 55% se sentindo totalmente preparados para atuar na rede.

A estrutura de funcionamento do curso, a sequência dos módulos, os materiais didáticos e a interação com professores e tutores tiveram uma avaliação positiva. No entanto, algumas sugestões dadas pelos discentes nos levam a considerar que ajustes devem ocorrer em novas edições. Alguns alunos se queixaram da falta de interação com professores e tutores em determinados módulos, sugeriram o uso de uma plataforma mais interativa e autoexplicativa e consideraram que o número de encontros presenciais foi pequeno e que fez falta a realização do encontro presencial para encerramento do curso e certificação. Além disso, questionaram o volume de conteúdo do material didático e o tempo para realização dos módulos, uma vez que era difícil conciliar com todas as outras atividades escolares e de formação sobrepostas. Essa questão é importante e corrobora a avaliação dos professores de que a participação dos alunos nos fóruns e atividades do projeto foi pequena.

Ao final do curso, foram apresentados 31 trabalhos de conclusão em dois formatos: relato de experiência de práticas vivenciais e artigos científicos, que seriam apresentados por meio de vídeos ou apenas enviados e corrigidos pelo orientador. Esse formato não foi o mais adequado e gerou frustração por parte dos discentes, docentes e organizações parceiras, mas, dadas as condicionantes políticas e financeiras, não foi possível viabilizar outro formato.

É importante mencionar que o índice de evasão foi elevado, mas algumas ponderações são necessárias quanto a isso. Professores e multiplicadores argumentaram que a carga de trabalho, associada a processos de formação vinculados a outras temáticas, geraram uma sobrecarga de trabalho que prejudicou a dedicação ao Curso de Aperfeiçoamento. Além disso, o curso foi dimensionado para um período curto, com extensa carga horária, o que acabou contribuindo para o alto índice de evasão. Outros fatores, como o formato com apenas dois encontros presenciais e a dificuldade de acesso à internet no interior do estado, também contribuíram.

Vale a pena mencionar que as ações da UFT com o Curso de Aperfeiçoamento se desdobraram na implementação do programa Eu e Minha Aposentadoria, que beneficiou 80 idosos em situação de vulnerabilidade social. Parte deles

foi selecionada no Programa da Universidade da Maturidade (UMA-UFT) e os demais recrutados nos Conselhos de Assistência Social Norte e de Taquaruçu. Foram realizadas quatro oficinas, três conforme programa proposto pela AEF-Brasil e uma sobre economia doméstica, pensada e organizada pela universidade. Além do público beneficiário do programa, foram envolvidos 5 professores e 12 estudantes do curso de Ciências Econômicas e 2 mestrandos do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. As ações desse programa resultaram em dois prêmios e em uma dissertação de mestrado.

LIÇÕES APRENDIDAS, MELHORES PRÁTICAS E PERSPECTIVAS FUTURAS

A implementação do Programa de Educação Financeira nas Escolas do Tocantins foi um processo adaptativo, baseado na articulação entre entidades, que culminou em parcerias, com priorização do tema na SEDUC-TO e principalmente com sua aceitação e interiorização nas escolas. Hoje, o tema se encontra institucionalizado no estado e é trabalhado em distintas perspectivas nas escolas em conformidade com suas realidades. A diversidade de atividades possíveis de serem definidas como educação financeira, adaptada ao contexto local produziu ao longo dos dez anos do programa no estado uma infinidade de ações e projetos, alguns de menor impacto, outros que se tornaram referência nacional. Assim, esta seção apresenta algumas das atividades, ações e projetos de educação financeira realizados nas escolas do Tocantins, lições aprendidas. E finaliza apontando desafios e perspectivas para o programa no estado.

Alguns projetos de maior relevância podem ser listados: Projeto de Pesquisa de Preço dos Itens da Cesta Básica, Projeto Enciclopédia Financeira, Projeto Trilhas Financeiras e Projeto ArquiPet.

O Projeto de Pesquisa de Preço dos Itens da Cesta Básica, executado inicialmente no projeto piloto é um exemplo de abrangência e impacto direto na vida dos alunos, das suas famílias e da comunidade. No interior do norte do Estado – município de Tocantinópolis –, a iniciativa de uma professora foi incentivar seus alunos a realizar uma pesquisa de preços em mercearias locais com o objetivo de informar as famílias onde encontrar os menores preços. Porém, por se tratar de uma cidade que contava apenas com duas mercearias, houve a negativa dos proprietários dos estabelecimentos em oferecer tais informações. Deu-se então a articulação entre a professora e os alunos, que se mobilizaram e organizaram uma compra coletiva em estabelecimento de

cidade vizinha, de maior porte, a 90 quilômetros de distância. O resultado foi a aquisição dos itens com melhores preços e a consequente redução dos preços das mercearias locais. Assim, algumas lições foram aprendidas e capacidades desenvolvidas, como o fortalecimento da cidadania, a formação de multiplicadores, a economia de recursos financeiros, o debate entre direitos e deveres dos consumidores, a proatividade, união e sentimento de pertencimento.

Outra experiência bem-sucedida foi implementada em 2017 no centro-norte do estado, no município de Colinas, com o **Projeto Enciclopédia de Preços**, conduzido por um professor de Língua Portuguesa, mas com integração de outras disciplinas – Biologia, Matemática e Ciências. Esse projeto também incluiu a coleta de informações de preços no comércio local pelos alunos, que organizaram as informações e as disseminaram para as famílias e para a comunidade em geral. Como implicação, gerou-se a interiorização de alguns princípios da educação financeira na comunidade, que passou a ter a oportunidade de melhor planejar seus gastos com ferramentas para tomada de decisão e organização do orçamento doméstico.

O Projeto Trilha Financeira é um dos que alcançaram maior sucesso no Tocantins, sendo aliás destaque nacional na série da TV Escola – Programa Sua Escola, Nossa Escola, em 2018

O **Projeto Trilha Financeira** é um dos que alcançaram maior sucesso no Tocantins, sendo, aliás, destaque nacional na série da TV Escola – Programa Sua Escola, Nossa Escola, em 2018. Realizado no município de Araguaína, um dos principais polos econômicos do estado, envolveu diversos professores das disciplinas Educação Física, Matemática e Química, e teve como objetivo a organização de conteúdos dessas áreas em forma de jogos de tabuleiro. Cada disciplina trouxe seu conteúdo para ser trabalhado na quadra da escola, que se transformou em um tabuleiro gigante, com simulação de atividades do cotidiano dos alunos, que percorriam o tabuleiro respondendo a situações didáticas quanto à opção de gastar ou ganhar dinheiro. O objetivo do projeto foi conscientizar a comunidade escolar e suas famílias a respeito do equilíbrio dos gastos com trabalhos que envolveram reflexões sobre compras a prazo ou à vista, montagem de microempresa ficcional, sustentabilidade e meio ambiente.

Outra proposta de destaque, divulgada na mesma série da TV Escola, foi o **Projeto ArquiPet**, desenvolvido em uma escola de Palmas, capital do estado. Ele consistiu na construção de uma arquibancada de garrafas PET na quadra poliesportiva da escola, com o objetivo de reaproveitamento e reciclagem



desse material considerado lixo. A iniciativa partiu do professor de Educação Física, que agregou professores de Biologia e de Química e, com os alunos, reuniu quase 9 mil garrafas, usadas para construir uma arquibancada de 60 metros, com capacidade para 240 pessoas. Toda a construção baseou-se em princípios da educação financeira que envolvia temas como economia, sustentabilidade e cooperação.

Outras atividades e projetos podem ser citados, como o Projeto Gincalculando, no município de Arraias, o Projeto Consumo Inteligente implementado pela SEDUC-TO junto com grêmios estudantis, a disciplina Projeto de Vida, que trabalha com alunos do pós-Ensino Médio, os professores que analisam as contas de água e energia com seus alunos, a produção de sabão pelo reaproveitamento de óleo, as hortas comunitárias, o aproveitamento de água de ar-condicionado nas escolas, a exposição e explicação aos alunos das despesas das escolas, iniciativa que, aliás, resultou em redução de custos.

Outras atividades e projetos podem ser citados, como o Projeto Gincalculando, no município de Arraias, o Projeto Consumo Inteligente implementado pela SEDUC-TO junto com grêmios estudantis, a disciplina Projeto de Vida, que trabalha com alunos do pós-Ensino Médio

Esses são apenas alguns exemplos de iniciativas realizadas nas escolas do Tocantins, além das muitas mais não identificadas nem classificadas como de educação financeira, que, entretanto, apresentam princípios e fundamentos comuns no fornecimento de conhecimentos e ferramentas aos estudantes e à comunidade, fortalecendo seus protagonismos para alteração de suas realidades. Dessa forma, é possível afirmar que o programa no Tocantins vem cumprindo o objetivo geral definido pela ENEF (2010), que é contribuir para o desenvolvimento da cultura de planejamento, prevenção, poupança, investimento, consumo consciente e construção das competências necessárias para que os estudantes enfrentem os desafios sociais e econômicos da sociedade, assim como para o exercício da cidadania.

Apesar de alguns percalços, muitos desafios foram vencidos até a universalização do programa no Tocantins. Para isso contribuíram, entre outros fatores, o esforço de articulação entre as entidades parceiras, especialmente a AEF-Brasil, a SEDUC-TO e a UFT, a manutenção de uma estrutura organizacional na SEDUC-TO, que permitiu uma gestão eficiente do programa em parceria com as DREs, escolas, professores e técnicos, a oferta de cursos de formação, a permanente motivação dos professores e multiplicadores, a divulgação e a participação dos envolvidos em eventos, muitas vezes com restrição de recursos.

Em 2020, um dos grandes desafios do programa é a manutenção das ações e projetos nas escolas em um contexto de pandemia, com aulas não presenciais; a inclusão da temática na nova estrutura do Ensino Médio; a estruturação de um núcleo da SEDUC-TO que agregue todos os cursos de formação, melhorando sua gestão e incentivando a maior participação dos professores por meio de progressões; a manutenção da estrutura organizacional da SEDUC-TO e, se possível, dos técnicos envolvidos, a universalização do programa para além do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, incluindo a educação de jovens e adultos, educação indígena, especial, do campo e quilombola; e a estruturação de um grupo de pesquisa na UFT para melhor articulação do polo no Tocantins com os demais membros da Rede Nacional.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA (AEF-Brasil). Semana ENEF 2017. Disponível em: <https://www.vidaedineiro.gov.br/semana-enef-2017/>. Acesso em: 25 ago. 2020.

BRASIL. Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 2010. Seção 1, p. 7-8.

ENEF – Estratégia Nacional de Educação Financeira. Relatório Anual, 2016. Disponível em: <https://www.vidaedineiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/04/Relat%C3%B3rio-Anual-2016.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2020.

SEDUC-TO. Secretaria de Estado da Educação, Juventude e Esportes do Tocantins. Alunos da Apae de Aliança aprendem matemática com brincadeiras, 2016. Disponível em: <https://seduc.to.gov.br/noticia/2016/11/10/alunos-da-apae-de-alianca-aprendem-matematica-com-brincadeiras/>. Acesso em: 16 set. 2020.

SEDUC-TO. Secretaria de Estado da Educação, Juventude e Esportes do Tocantins. Escola de Araguaína desenvolve práticas interdisciplinares em educação financeira, 2017a. Disponível em: <https://seduc.to.gov.br/noticia/2017/4/3/escola-de-araguaina-desenvolve-praticas-interdisciplinares-em-educacao-financeira/>. Acesso em: 16 set. 2020.

SEDUC-TO. Secretaria de Estado da Educação, Juventude e Esportes do Tocantins. CEM Castro Alves reinaugura quadra esportiva com arquibancadas de garrafas PET, 2017b. Disponível em: <https://seduc.to.gov.br/noticia/2017/9/4/cem-castro-alves-reinaugura-quadra-esportiva-com-arquibancadas-de-garrafas-pet/>. Acesso em: 16 set. 2020.

SEDUC-TO. Secretaria de Estado da Educação, Juventude e Esportes do Tocantins Relatório do Programa de Educação Financeira nas Escolas: trajetória, resultados e proposições – Gerência de Formação e Desenvolvimento de Pessoas. Palmas, 2015.

SEDUC-TO. Relatório de desenvolvimento do Programa de Educação Financeira nas Escolas do Tocantins: da experiência piloto à universalização do tema nas escolas (2010 a 2018). Palmas, 2018.

TOCANTINS. Lei nº 2.977, de 8 de julho de 2015. PEE/TO (2015-2025). Palmas, 2015.

SEDUC-TO. Secretaria de Estado da Educação, Juventude e Esportes do Tocantins. Disciplinas eletivas no ensino fundamental promovem aprendizado com atividades lúdicas, 2019. Disponível em: <https://secom.to.gov.br/noticias/disciplinas-eletivas-no-ensino-fundamental-promovem-aprendizado-com-atividades-ludicas-444288/>. Acesso em: 16 set. 2020.

SEDUC-TO. Informações obtidas por meio eletrônico, e-mail. 2020. Recebida em 27 de ago. de 2020.



Capítulo 7

A experiência da formação de professores em educação financeira no Estado do Rio Grande do Sul

Larissa de Lima Trindade⁴³

Élsio José Corá⁴⁴

O Ministério da Educação (MEC) incluiu na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) a educação financeira como um tema contemporâneo, que perpassará o currículo da Educação Básica. Portanto, a partir de conteúdos mínimos, ensejados pela BNCC, e de uma proposta transversal, os projetos políticos e pedagógicos das escolas brasileiras, públicas e privadas, deverão incluir conteúdos que auxiliem a melhorar habilidades e competências dos estudantes relativas a finanças pessoais e uso do dinheiro, seja na esfera pessoal, seja na familiar.

A educação financeira dos indivíduos é considerada pelos governos mundiais como uma das aptidões críticas no século 21 e tem exigido esforços governamentais para implantar na Educação Básica o tema da alfabetização financeira (MESSY; MONTICONE, 2016). Assim, o Brasil, por meio do Decreto nº 10.393 de junho de 2020, instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF)⁴⁵. Segundo essa legislação, cabe a este fórum promover educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal no país.

Segundo a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2005), a educação financeira pode ser entendida como o processo pelo qual os consumidores melhoram sua compreensão sobre os conceitos e produtos financeiros, por meio de orientações claras e objetivas. Essas

43. Professora adjunta da Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Administração – Campus Chapecó, Santa Catarina (SC). Líder do Grupo de Pesquisa Gestão em Operações e Sustentabilidade.

44. Professor adjunto do Curso de Graduação em Filosofia e do Programa *Stricto Sensu* em Filosofia da UFFS, Campus Chapecó (SC). Coordenador do Grupo de Pesquisa em Filosofia e Temas Contemporâneos.

45. Até maio deste ano, proposta pelo antigo Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010.

No Brasil, a educação financeira vem conquistando espaço na elaboração de ações públicas, especialmente por meio da ENEF e da BNCC

orientações devem melhorar sua confiança em relação ao tema e a consciência dos riscos financeiros e dos efeitos que a má gestão do dinheiro pode causar em seu bem-estar. Dessa forma, as escolas, o currículo e seus professores possuem papel fundamental na formação, na sensibilização e, principalmente, na alfabetização financeira.

Diante desse protagonismo da escola e do território, a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), em parceria com a Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF-Brasil) e a Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul (SEDUC-RS), ofertou, no ano de 2019, o Curso de Aperfeiçoamento em Educação Financeira para 120 profissionais da rede pública de Educação Básica do Estado, com o intuito de torná-los multiplicadores desses conhecimentos em seus ambientes escolares.

Neste capítulo, apresenta-se o processo histórico da criação da proposta pedagógica de formação de professores na temática da alfabetização financeira e o desenvolvimento da proposta pedagógica e metodológica utilizada no decorrer do curso. Busca-se ainda, relatar as contribuições da formação para os cursistas e, por fim, as lições aprendidas e as possibilidades de melhorias para essa prática de formação. Espera-se, ainda, que a leitura seja prazerosa e que possibilite que outras experiências possam ser replicadas a partir deste relato.

TRAJETÓRIA DO CURSO

No Brasil, a educação financeira vem conquistando espaço na elaboração de ações públicas, especialmente por meio da ENEF e da BNCC. E tem movimentado instituições públicas – universidades, por exemplo –, bem como entidades da sociedade civil organizada, como a AEF-Brasil, que, há mais de dez anos vem atuando no fomento, na vinculação institucional e no desenvolvimento do tema no currículo das escolas brasileiras.

A AEF-Brasil é uma OSCIP que contribui com a ENEF por meio do desenvolvimento de tecnologias sociais e educacionais que podem ser replicadas por qualquer pessoa ou organização interessada. Os programas transversais, nos quais está inserido o Programa de Educação Financeira nas Escolas, estão sob a coordenação da AEF-Brasil e foram a gênese da parceria entre a UFFS, a AEF-Brasil e a SEDUC/RS.

O Programa de Educação Financeira nas Escolas propõe levar a educação financeira para o contexto escolar, principalmente para o Ensino Fundamental e para o Ensino Médio. Seu objetivo é contribuir para o desenvolvimento da cultura de planejamento, prevenção, poupança, investimento e consumo consciente nas futuras gerações de brasileiros. Acredita-se que trabalhar a educação financeira no percurso formativo contribui com a construção das habilidades e competências necessárias para que os estudantes enfrentem os desafios sociais e econômicos da sociedade e para que exerçam a cidadania (AEF-Brasil, 2020).

Assim, para implantação do Programa de Educação Financeira nas Escolas, propôs-se uma forma de alinhamento da educação financeira e de seus conteúdos formais ao currículo da Educação Básica, fundamentado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 e seus instrumentos normativos. O programa possui um projeto estratégico de disseminação, além de kits de tecnologias sociais, compreendendo um conjunto de livros, vídeos documentários, separados por níveis de ensino, que oferecem, ao aluno e ao professor, atividades educativas que permitem a inserção do tema na vida escolar.

Em 2010 e 2011, foi realizado um projeto piloto de educação financeira que envolveu cinco estados brasileiros: Tocantins, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Ceará, além do Distrito Federal

A proposta de disseminação do programa envolveu o governo federal, governos estaduais e a AEF-Brasil. Em 2010 e 2011, foi realizado um projeto piloto de educação financeira que envolveu cinco estados brasileiros: Tocantins, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Ceará, além do Distrito Federal. Ao todo, foram contempladas 891 escolas públicas, 27 mil estudantes e 1.800 professores. O projeto foi monitorado e avaliado pelo Banco Mundial, com a finalidade de verificar a aderência do material elaborado e a adequação da proposta pedagógica. A avaliação mostrou que houve aumento do conhecimento financeiro dos alunos e que suas atitudes financeiras avançaram. Isso representa mudança do comportamento financeiro dos alunos. Especificamente, devido ao programa, eles estão mais propensos a poupar e administrar suas despesas, a conversar com seus pais sobre questões financeiras e a ajudar a organizar o orçamento familiar. Além disso, os efeitos se mantiveram no curto e no longo prazo, o que permite afirmar a sustentabilidade e a longevidade do treinamento que os alunos receberam (AEF-Brasil, 2020).

Nesse contexto e visando auxiliar na implementação do Programa Nacional de Educação Financeira no Estado do Rio Grande do Sul, realizou-se o curso por meio de convênio entre a UFFS, a AEF-Brasil e a SEDUC-RS. O curso foi

proposto em parceria com as instituições envolvidas e foi realizado 100% por meio da plataforma *Moodle*. Seu principal propósito foi o de capacitar professores e técnicos em educação para serem multiplicadores da educação financeira em suas escolas e coordenadorias, principalmente por meio de metodologias ativas de atuação. Para que isso ocorresse, todos os cursistas deveriam propor um projeto de intervenção (pesquisa-ação) em cada módulo. Esse foi um dos pontos altos do curso, pois possibilitou um momento de interação educativa entre os participantes. Na seção seguinte, é possível entender melhor o funcionamento do curso, bem como o projeto de intervenção.

O CURSO E AS INTERVENÇÕES REALIZADAS

A formação dos professores teve início em maio de 2019, com uma aula inaugural realizada em Porto Alegre, que contou com a presença de todos os 120 cursistas. Além deles, estiveram presentes a presidente da AEF-Brasil, professora doutora Claudia Forte, o secretário de Educação do Estado do Rio Grande do Sul, Faisal Karam, o reitor da Universidade Federal da Fronteira Sul, professor doutor Jaime Giolo, o servidor Clark Balbuena Sarmiento a coordenadora geral do curso, professora doutora Larissa de Lima Trindade e equipe de profissionais – técnicos e professores – envolvidos no curso.

Na aula inaugural, além de serem dadas explicações sobre o funcionamento do curso e da metodologia de formação proposta, foram apresentadas atividades culturais e houve o discurso de boas-vindas dos coordenadores e dos professores. A aula também contou com dois painéis relativos à educação financeira: um sobre as práticas de educação financeira nas escolas gaúchas, ministrado pela professora Denise Kern e pelo professor Nicanor Kieling; outro sobre a educação financeira e seus impactos na sala de aula, ministrado pela professora Alessandra Camargo, que vem desenvolvendo experiências importantes nessa área no Estado do Tocantins.

A proposta de formação foi composta de sete módulos ofertados pela UFFS por meio da plataforma *Moodle*. Com carga horária de 24 horas, cada módulo desenvolveu-se em quatro semanas. Como os módulos ocorreram concomitantemente, dois em cada mês, findaram-se em novembro de 2019.

MÓDULOS DE FORMAÇÃO DA UFFS, CARGA HORÁRIA E METODOLOGIAS DE AVALIAÇÃO DOS PROFESSORES FORMADORES.

Módulos	Carga horária	Metodologias avaliativas
1. Introdução à Educação Financeira	24h	Três avaliações realizadas: 1. Planejamento orçamentário familiar: refletindo na família; 2. Relatório de gastos familiar; 3. Projeto de intervenção.
2. Fundamentos da Neurociência Aplicada à Educação e ao Consumo	24h	Quatro avaliações realizadas: 1. Questionário sobre fundamentos da neurociência aplicada às decisões de consumo; 2. Identificação de argumentos voltados ao consumo exacerbado; 3. Ferramentas utilizadas pelo neuromarketing; 4. Projeto de intervenção.
3. Interfaces entre a Educação Financeira e a BNCC	24h	Duas avaliações realizadas: 1. Fórum sobre interação e práticas pedagógicas e sociais; 2. Projeto de intervenção.
4. Matemática e Educação Financeira	24h	Duas avaliações realizadas: 1. Construção de planilhas financeiras; 2. Projeto de intervenção.
5. Economia e Finanças Comportamentais	24h	Três avaliações realizadas: 1. Fórum de discussão sobre inflação e blocos econômicos; 2. Questionário sobre psicologia comportamental; 3. Projeto de intervenção.
6. Planejamento Orçamentário e Familiar	24h	Duas avaliações realizadas: 1. Diagnóstico de gastos; 2. Projeto de intervenção.
7. Formação Humana Integral	24h	Duas avaliações realizadas: 1. Fórum de discussão sobre a formação humana e integral; 2. Painel “O Currículo Integral”.

Fonte: autores.

Salienta-se que o módulo inicial foi intitulado “Introdução à Educação Financeira” e visava apresentar os conceitos financeiros para os profissionais da educação, permitindo-lhes obter uma visão mais geral sobre o tema. Já o módulo 2 – “Educação Financeira na Escola” – foi realizado sob responsabilidade da AEF-Brasil e ministrado dentro da plataforma Vida e Dinheiro, da instituição. Isso permitiu aos professores conhecer mais sobre as atividades e a plataforma que a AEF vem desenvolvendo no Programa de

Educação Financeira para Escolas. Nesse módulo, os cursistas realizaram até 40 horas de atividades remotas durante todo o período de realização do curso, que se findou em novembro de 2019.

O terceiro e o quarto módulos, de caráter específico, focaram em “Fundamentos da Neurociência Aplicada à Educação Financeira e ao Consumo e Interfaces entre a Educação Financeira e a BNCC”. Tinham por objetivo explorar as relações postas entre a BNCC e a alfabetização financeira. Já o quinto e o sexto módulo, respectivamente, visavam discutir as relações entre matemática, educação financeira, economia e finanças comportamentais. Salienta-se que a evasão dos cursistas aumentou em 15% durante esses dois módulos. A coordenação atribui isso sobretudo à greve dos servidores da rede estadual, que se iniciou exatamente nesse período, e também ao fato de que esses módulos estavam mais voltados para cálculos, o que pode ter gerado alguma dificuldade a mais nos professores, principalmente aqueles que não possuem formação nas áreas das exatas.

Por fim, outros dois módulos específicos foram realizados (Planejamento Orçamentário e Familiar e Formação Humana Integral, respectivamente): um voltado ao planejamento e ao orçamento familiar, que abordou de uma maneira prática como fazer isso; e o outro voltado para a formação humana e integral, já que se entende que a educação financeira deve estar contida nessa ideia mais ampla da formação.

Os professores realizaram videoaulas e fóruns de debate com os cursistas sobre os conteúdos de cada módulo. Além disso, os cursistas deveriam desenvolver pelo menos uma atividade prática dentro de cada módulo e, no final, propor um projeto de intervenção com os estudantes de suas escolas.

Nesse sentido, cada cursista, a partir da sua intencionalidade e compreensão dos módulos, deveria elaborar uma proposta de pesquisa-ação – um plano de aula que contivesse os seguintes elementos-chave: i) tema a ser trabalhado e a relação com o módulo; ii) objetivos da aula; iii) descrição dos conteúdos programáticos, tais como literatura usada; iv) procedimentos metodológicos, ou seja, ferramentas e materiais que o professor utilizaria na aula, bem como o percurso para atingir os objetivos e, por fim, a proposta de avaliação da aula pelos estudantes para verificar o nível de entendimento deles sobre o tema da aula.

Salienta-se que, no total, 89 servidores concluíram a formação e mais de 500 projetos de intervenção foram elaborados, os quais compõem o rol de

possíveis experiências de aplicação de educação financeira em sala de aula. No quadro a seguir, é possível observar parte de um dos mais de 500 projetos elaborados pelos cursistas.

PROJETO DE INTERVENÇÃO ELABORADO POR UM DOS CURSISTAS COM O TEMA DE AULA “GERENCIAMENTO DE UM ORÇAMENTO PESSOAL”

PROJETO DE INTERVENÇÃO - PLANO DE AULA
1) ESCOLA: Estadual de Ensino Médio Guararapes
2) DISCIPLINA: Geografia
3) MÓDULO DO CURSO QUE SE REFERE AO PLANO DE AULA: Diagnóstico de gastos
4) PÚBLICO ALVO: 3 Ano Médio
5) PROFESSOR (A): Ândrea Regina Scheid
6) CARGA HORÁRIA DA ATIVIDADE: 10 aulas
7) TEMA DE AULA: <ul style="list-style-type: none"> ➢ Diagnóstico e gerenciamento de gastos Familiares. ➢ Organização de um orçamento familiar a partir de práticas instrutivas e educativas.
8) OBJETIVOS DA AULA: <ul style="list-style-type: none"> ➢ Mostrar aos alunos a importância de uma organização financeira. ➢ Identificar e nomear os principais gastos familiares. ➢ Mostrar e analisar a situação financeira das famílias dos alunos. ➢ Observar e conceituar gastos desnecessários.
9) CONTEÚDOS: <ul style="list-style-type: none"> ➢ Cartilha Orçamento familiar. (https://www.crcpr.org.br/new/content/download/2016_12_14_cartilha_orcamento_familiar_v3.pdf). ➢ Planilhas - IBGE (https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/rendimento-despesa-e-consumo/9050-pesquisa-de-orcamentos-familiares.html?=&t=downloads). ➢ Pesquisa de dados. ➢ Relatório de dados. ➢ Vídeo - Camtasia Studio 9.0, desenvolver o vídeo instrutivo e educativo.

Fonte: os autores.

Observa-se no quadro que todos os planos descreviam os objetivos da atividade e os impactos esperados após sua aplicação. Nesse exemplo, também se salienta que a atividade foi pensada por um professor da área de Geografia. Esse fato revela ser perfeitamente possível que outros componentes curriculares auxiliem no processo de alfabetização financeira dos estudantes e alinhem os conteúdos disciplinares de cada componente curricular com a proposta de melhorar os conhecimentos financeiros deles, conforme propôs a professora de Filosofia. Por meio de um plano de aula, como mostra o próximo quadro, ela une conteúdos acerca de temáticas voltadas à “liberdade e à autonomia”, com conceitos de “desperdício e ambição”.

PROJETO DE INTERVENÇÃO QUE UNE A EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A CONTEÚDOS DO CAMPO DA FILOSOFIA

PROJETO DE INTERVENÇÃO - PLANO DE AULA

- 1) **ESCOLA:** Escola Estadual de Ensino Fundamental Conde de Afonso Celso
- 2) **DISCIPLINA:** Filosofia
- 3) **MÓDULO DO CURSO QUE SE REFERE AO PLANO DE AULA:** Módulo1 Atividade 3
- 4) **PÚBLICO ALVO:** Alunos do 9º Ano
- 5) **PROFESSOR (A):** Susi Mara Vieira Araujo
- 6) **CARGA HORÁRIA DA ATIVIDADE:** 135 minutos (3 períodos de 45 minutos cada)
- 7) **TEMA DE AULA:** O tema que será trabalhado no Projeto de Intervenção é Desperdício e Ambição
- 8) **OBJETIVOS DA AULA:**
 - ✓ Fazer com que os alunos entendam que a ambição muitas vezes pode levar ao desperdício;
 - ✓ Que às vezes não sabemos usar a nossa liberdade de maneira racional e nos deixamos levar pela emoção;
 - ✓ Que somos facilmente influenciados pela mídia e por modismos.
- 9) **CONTEÚDOS:** Valores como Liberdade e Autonomia
- 10) **METODOLOGIA:**

Para introduzir o assunto levarei os alunos na Sala de Vídeo para assistirem o Videoclipe da Música Admirável Chip Novo da cantora baiana Pitty. Será feita discussão sobre a letra da música; serão destacados os temas “ambição e desperdício” e várias atividades serão desenvolvidas.

Fonte: os autores.

Também se destaca que os projetos, além de descreverem o público-alvo, deveriam ter uma proposta de carga horária compatível com a atividade sugerida, muitas vezes realizada em dois ou mais encontros entre professores e estudantes. As metodologias foram, em muitos casos, interativas, de fácil acesso aos estudantes e que despertassem o máximo de interesse pelos temas abordados. Na seção seguinte, explora-se um pouco o perfil desses cursistas, bem como a percepção dos mesmos sobre a formação e as intervenções propostas.

OS CURSISTAS, AS INTERVENÇÕES E O GRAU DE SATISFAÇÃO SOBRE A FORMAÇÃO

Inicialmente, o curso previa capacitar até 120 participantes, entre professores e técnicos da educação. No entanto, considerando a lista de interessados, a evasão que poderia ocorrer e a estrutura de recursos tecnológicos e humanos disponíveis, foram matriculados mais 24, totalizando 144 cursistas. Para identificar o perfil dos alunos, foi aplicado um questionário denominado “Perfil

e conhecimento financeiro dos cursistas antes da realização do curso”. Pelas respostas, verificou-se que, dos 144 matriculados, 17 (11,8%) não tinham respondido ao questionário. Dos 127 que responderam, 9 (7%) atuavam como técnicos e 118 (93%) como professores. Dos 118 professores, 6 (5%) atuavam nas séries iniciais do Ensino Fundamental, 32 (27%) nas séries finais do Ensino Fundamental e 80 (68%) no Ensino Médio. Salienta-se que o curso contou com a presença de pelo menos um professor de cada Coordenadoria Regional de Educação (CRE) do Rio Grande do Sul, distribuídas conforme a figura a seguir.

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS 39 CRES DO ESTADO



Fonte: SEDUC/RS, 2020.

Ao término do curso, aqueles que o concluíram (89 cursistas) responderam a um questionário final que pretendia avaliar a evolução deles quanto aos conhecimentos financeiros e sua percepção e satisfação em relação à experiência pedagógica. Os resultados da enquete revelaram que: 11 cursistas que se formaram (12%) não atuam como professores, enquanto todos os demais estão atuando em sala de aula (88%). Destes, 2 (2%) atuam nas séries iniciais do Ensino Fundamental, 24 (27%) nas séries finais e 53 (59%) no Ensino Médio. Em relação ao componente curricular que lecionam, tem-se o seguinte: 58 atuam na área de Ciências Exatas, 11 na de Ciências Humanas e 10 na de Linguagens – Língua Portuguesa, Inglês, Arte e Educação Física.

Os questionários inicial e final nos permitem caracterizar o perfil dos cursistas e seu nível de conhecimento sobre a educação financeira, bem como o efeito que

o curso proporcionou. Salienta-se que 80% dos cursistas concluintes são do sexo feminino; 43% destes são casados e 88% se autodeclararam da cor branca. A média de idade dos cursistas foi de 43 anos, e 92% deles trabalham como professores, sendo que 59% atuam no Ensino Médio. Também se observou que 47% dos cursistas concluintes atuam nas áreas de Matemática ou Física, demonstrando que o interesse pelo tema ainda é predominante entre os professores das ciências exatas, apesar de a BNCC sugerir que o tema seja trabalhado.

A renda familiar média dos cursistas está na faixa de R\$ 2.005,00 a R\$ 8.640,00, e muitos declararam ter problemas para lidar com o dinheiro, demonstrando que a capacitação, além de necessária para os estudantes, também foi importante para os educadores. Destaca-se também que o curso foi a primeira oportunidade de formação sobre educação financeira para 92% dos cursistas.

No início do curso, 81% dos cursistas se declararam não muito seguros ou razoavelmente seguros para lidarem com suas finanças. Após o curso, o percentual de cursistas que se declararam muito seguros subiu de 5% para 21% e o dos razoavelmente seguros subiu de 35% para 76% dos cursistas. Além disso, para 83% deles, os conhecimentos adquiridos no curso os ajudaram a saber mais sobre a educação financeira. E os projetos de intervenção foram extremamente úteis ou muito úteis para 90% deles, conforme revelou a enquete final.

A tabela a seguir lista as informações relativas à participação e ao desempenho dos cursistas na realização das atividades em cada módulo.

PARTICIPAÇÃO DOS CURSISTAS NA REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES EM CADA MÓDULO

Módulos I

Matriculados **144**

Não realizaram nenhuma atividade do módulo **21**

Realizaram atividade(s), mas não fizeram projeto de intervenção **11**

Não realizaram atividades, mas fizeram projeto de intervenção **1**

Nota zero projeto de intervenção **1**

Nota ≥ 5 no projeto de intervenção **108**

Realizaram 100% das atividades **89**

Aprovados no módulo (MF ≥ 60) **108**

Reprovados por nota **15**

Módulos III

Matriculados **142**

Não realizaram nenhuma atividade do módulo **23**

Realizaram atividade(s), mas não fizeram projeto de intervenção **14**

Não realizaram atividades, mas fizeram projeto de intervenção **0**

Nota zero projeto de intervenção **3**

Nota ≥ 5 no projeto de intervenção **97**

Realizaram 100% das atividades **48**

Aprovados no módulo (MF ≥ 60) **97**

Reprovados por nota **22**

Módulos IV

Matriculados **142**

Não realizaram nenhuma atividade do módulo **38**

Realizaram atividade(s), mas não fizeram projeto de intervenção **6**

Não realizaram atividades, mas fizeram projeto de intervenção **58**

Nota zero projeto de intervenção **3**

Nota ≥ 5 no projeto de intervenção **97**

Realizaram 100% das atividades **54**

Aprovados no módulo (MF ≥ 60) **98**

Reprovados por nota **6**

Módulos V

Matriculados **141**

Não realizaram nenhuma atividade do módulo **35**

Realizaram atividade(s), mas não fizeram projeto de intervenção **11**

Não realizaram atividades, mas fizeram projeto de intervenção **5**

Nota zero projeto de intervenção **1**

Nota ≥ 5 no projeto de intervenção **88**

Realizaram 100% das atividades **74**

Aprovados no módulo (MF ≥ 60) **93**

Reprovados por nota **13**

Módulos VIMatriculados **141**Não realizaram nenhuma atividade do módulo **44**Realizaram atividade(s), mas não fizeram projeto de intervenção **10**Não realizaram atividades, mas fizeram projeto de intervenção **9**Nota zero projeto de intervenção **0**Nota ≥ 5 no projeto de intervenção **80**Realizaram 100% das atividades **65**Aprovados no módulo (MF ≥ 60) **83**Reprovados por nota **14****Módulos VII**Matriculados **141**Não realizaram nenhuma atividade do módulo **43**Realizaram atividade(s), mas não fizeram projeto de intervenção **5**Não realizaram atividades, mas fizeram projeto de intervenção **15**Nota zero Projeto de intervenção **0**Nota ≥ 5 no projeto de intervenção **88**Realizaram 100% das atividades **74**Aprovados no módulo (MF ≥ 60) **87**Reprovados por nota **11****Módulos VIII**Matriculados **141**Não realizaram nenhuma atividade do módulo **33**Realizaram atividade(s), mas não fizeram projeto de intervenção **3**Não realizaram atividades, mas fizeram projeto de intervenção **3**Nota zero Projeto de intervenção **0**Nota ≥ 5 no projeto de intervenção **105**Realizaram 100% das atividades **64**Aprovados no módulo (MF ≥ 60) **105**Reprovados por nota **3**

Com base nos dados registrados na tabela, observa-se a existência de um bom envolvimento e/ou de uma boa participação do grupo na realização das atividades propostas em cada módulo. Também é importante destacar que o índice de reprovação por nota não chegou a 16% e que o índice de aprovação sempre ultrapassou os 58% em cada módulo. Considerando o envolvimento geral do grupo e as aprovações finais, pode-se considerar que o resultado é expressivo e significativo, com 89 cursistas concluintes e muitas propostas interessantes de intervenção na área.

Salienta-se que, apesar da evasão, em parte justificada pela modalidade de formação e pela rotina de trabalho dos professores, acredita-se que o curso atingiu um bom resultado e capacitou 72% dos envolvidos ativamente nele. No questionário de avaliação final, também se observou que os participantes melhoraram sua alfabetização a respeito de educação financeira, especialmente no tocante a conceitos de poupar, investir e aplicar. Uma avaliação geral do curso foi feita com base na percepção dos cursistas e reflete um grau bom de satisfação, com notas entre 3,8 e 4,3 (numa variação de 1 a 5).

Ainda, para 83% dos cursistas, o curso ajudou a adquirir novos conhecimentos sobre educação financeira; para 81 dos 89 concluintes, os conhecimentos adquiridos nos módulos auxiliaram na prática diária em sala de aula ou na gestão escolar. Em relação aos resultados não alcançados, avalia-se que os índices de desistência (em torno de 30%) e de reprovação (em torno de 8%) ficaram dentro de um limite considerado normal, já que o curso era de aperfeiçoamento, gratuito, realizado por meio da EaD e fora do horário de trabalho dos professores, o que exigia a disponibilização de um tempo extra para o estudo.

No tocante ao grupo de trabalho e ao ambiente, a coordenação do curso destaca que alguns problemas foram enfrentados e precisam ser revistos para as próximas edições, especialmente no que se refere às aproximações entre o currículo das escolas, a BNCC e a EF. O ambiente *Moodle* também se mostrou desafiador, uma vez que algumas ferramentas precisaram ser adaptadas e geraram atrasos nas correções e, conseqüentemente, nas entregas das avaliações. Em virtude do calendário e da estrutura do curso, não foi possível realizar a aula final; no entanto, cerca de 20 cursistas estão aplicando seus projetos de intervenção e relatando a experiência em um livro, que estará disponível gratuita e virtualmente para consulta de todos no *site* da AEF-Brasil, no da Paco Editora e nos canais da UFFS.

No que se refere à quantificação da produção intelectual, é importante notar que, a partir dessa experiência, foram produzidos: um ambiente virtual de aprendizagem; 17 gravações de videoaulas, mais de 500 planos de aula pelos cursistas. Também foi produzido um livro baseado nas experiências práticas realizadas por meio das intervenções.

ALGUMAS REFLEXÕES FINAIS

Em um passado recente, mais precisamente na década de 1990, o Brasil padecia de altas taxas inflacionárias, considerável flutuação da economia, desvalorização da moeda nacional, carência de sistemas de investimentos e outros problemas de ordem econômica. Nesse cenário, o brasileiro não detinha instrumentos nem conhecimentos suficientes para lidar com suas finanças pessoais, tampouco o Estado refletia ações e políticas públicas para educar a sociedade brasileira (FERNANDES; CÂNDIDO, 2014).

Hoje, vivencia-se um panorama semelhante, com a desvalorização crescente do Real, por exemplo. No entanto, em meados da última década, iniciaram-se programas e políticas públicas para amenizar os efeitos da falta de educação financeira e seus reflexos na economia nacional, como altas taxas de inadimplência e endividamento, estagnação no avanço econômico, discretas taxas de poupança e baixo investimento em ativos econômicos. Consequentemente, isso gerou um menor desenvolvimento econômico pessoal dos indivíduos, o que contribuiu para aumento da desigualdade social.

Nessa perspectiva, os prejuízos decorrentes do mau planejamento financeiro pessoal afetam a economia de maneira geral (SAVAIA; SAITO; SANTANA, 2007), o próprio indivíduo e até mesmo o ambiente em que ele está inserido. O poder de compra diminui, e o Estado precisa intervir ainda mais em políticas tributárias compensatórias, a fim de equilibrar “orçamentos deficientes de indivíduos não necessariamente pobres”, aumentar a taxa de juros para conter o consumo, “além da total dependência de sistemas como o Sistema Único de Saúde – SUS e o do Instituto Nacional para Seguridade Social – INSS” (LUCCI et al., 2006, p.4).

Sabe-se que os indivíduos com maior propensão a sofrer as consequências da falta de educação financeira e, possivelmente, do endividamento, são aqueles que possuem renda e escolaridade mais baixas (VIEIRA; FLORES; CAMPARA, 2010). Nesse sentido, o Estado brasileiro começou a trabalhar em alternativas educacionais, entre as quais se destacam a ENEF, que visa particularmente “contribuir para o fortalecimento da cidadania ao fornecer e apoiar ações

que ajudem a população a tomar decisões financeiras mais autônomas e conscientes” (ENEF, 2020, p. 1), e a nova BNCC, que também propôs temas nomeados transversais/ contemporâneos, que buscam abordar, no trabalho em sala de aula, um “conjunto de conhecimentos entendidos como essenciais para o fortalecimento da cidadania e voltados para ajudar a população a tomar decisões financeiras mais autônomas e conscientes” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018).

Com base nesses elementos, a falta de educação financeira no contexto da sociedade brasileira é percebida; portanto, adotar medidas e políticas efetivas é urgente e necessário (POTRICH; VIEIRA; CERETTA, 2013). No entanto, os gestores públicos, ao elaborarem essas políticas, devem estar atentos para o fato de que as decisões que envolvem o comportamento financeiro dos indivíduos vão além da simples relação entre consumo e renda: existem outras variáveis comportamentais nessa equação que devem ser consideradas por formadores e gestores, entre elas o significado que os indivíduos atribuem ao dinheiro e o seu nível de materialismo, (TRINDADE; RIGHI; VIEIRA, 2012).

Por tudo isso, considera-se que essa formação permitiu gerar algumas lições importantes: i) a educação financeira é essencial não somente para o corpo discente das escolas, mas para os professores, que aprendem muito ao ensinar seus estudantes; ii) a educação financeira precisa ser vivenciada na prática pelos sujeitos para que, de fato, seja compreendida e, assim sendo, recomenda-se fortemente o projeto de intervenção como proposta de pesquisa-ação nas escolas; iii) os governos estaduais e municipais precisam fomentar a educação continuada dos professores nessa temática, a fim de que no futuro se possa ter melhores resultados de alfabetização financeira. Salienta-se que a educação financeira é um conhecimento que, se bem aplicado, pode refletir na vida dos estudantes e de suas famílias.

Para a consolidação da educação financeira como política pública educacional, além de incluí-la no currículo, o governo federal deve permanecer dialogando com as entidades da sociedade civil, as universidades, as escolas e os governos estaduais, que já realizam estratégias de formação nessa área há longo tempo. Seria um grande retrocesso se os investimentos e a formação de professores nessa temática e em outras fossem esquecidos ou adormecidos no país. Investir na formação continuada é investir na escola e, conseqüentemente, no indivíduo – no caso, os estudantes.

Com base nesses elementos, a falta de educação financeira no Brasil é facilmente percebida; portanto, adotar medidas e políticas efetivas é urgente e necessário

Assim, para garantir um futuro melhor de um Estado e das pessoas que nele vivem, é essencial fomentar a educação financeira entre a população, visto que pessoas mais educadas financeiramente conseguem gerir melhor seus recursos, planejar melhor suas despesas e maximizar seu poder de compra.

Por fim, acredita-se que essa experiência compõe um rol de estratégias que vem transformando a vida dos estudantes, especialmente com o objetivo de torná-los mais conscientes sobre o consumo, sobre a vida e sobre suas finanças. E as reflexões delas decorrentes certamente impactarão no futuro do país, sobretudo na vida pessoal e nas relações interpessoais.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA (AEF-BRASIL). *Programa Nacional de Educação Financeira*. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/programas-transversais>. Acesso em: 24 ago. 2020.
- BRASIL. Casa Civil. Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020. Brasília, 9 jun. 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10393.htm. Acesso em: 14 ago. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base*. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/BNCC_Ensino_Medio_embaixa_site.pdf. Acesso em: 14 ago. 2020.
- FERNANDES, André Henrique de Souza; CANDIDO, João Gremmel Maier. Educação financeira e nível do endividamento: relato de pesquisa entre os estudantes de uma instituição de ensino da cidade de São Paulo. *Revista Eletrônica Gestão e Serviços*, v. 5, n. 2, p. 894-913, 2014. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistasims/index.php/REGS/article/view/4868>. Acesso em: 29 abr. 2020.
- LUCCI, Cintia Retzet. al. A influência da educação financeira nas decisões de consumo e investimento dos indivíduos. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 9, 2006, São Paulo. *Anais dos Seminários em Administração – SemeAd*. Disponível em: http://sistema.semead.com.br/9semead/resultado_semead/trabalhosPDF/266.pdf. Acesso em: 29 abr. 2020.
- MESSY, F.; MONTICONE, C. Financial Education Policies in Asia and the Pacific. *OECD Working Papers on Finance, Insurance and Private Pensions*, Paris, n. 40, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1787/5jm5b32v5vvc-en>. Acesso em: 23 fev. 2016.
- ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). *Improving Financial Literacy: Analysis of issues and policies*. Paris, 2005. Tradução dos autores. Disponível em: <http://www.oecd.org/>. Acesso em: 14 ago. 2015.
- ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). PISA 2015. *Results in Focus*. OECD Publishing, 2018. Disponível em: <http://www.oecd.org/pisa/pisa-2015-results-in-focus.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2020.

POTRICH, Ani Caroline Grigion; VIEIRA, Kelmara Mendes; CERETTA, Paulo Sergio. Nível de alfabetização financeira dos estudantes universitários: afinal, o que é relevante? *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, v. 12, n. 3, p. 314-333, 2013.

SAVOIA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue; SANTANA, Flávia de Angelis. *Paradigmas da educação financeira no Brasil*. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122007000600006.76122007000600006&lang=pt. Acesso em: 23 ago. 2017.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (Seduc/RS). SEDUC dá início ao Curso de Aperfeiçoamento em Educação Financeira, notícia 23 de maio de 2019. Disponível em: <https://educacao.rs.gov.br/seduc-da-inicio-ao-curso-de-aperfeiçoamento-em-educacao-financeira>. Acesso em: 31 ago. 2020.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (SEDUC/RS). Coordenadoria Regional de Educação do Estado do Rio Grande do Sul – CRE, 2002. Disponível em: <https://servicos.educacao.rs.gov.br/pse/srv/cre.jsp?ACAO=acao1&CRE=0>. Acesso em: 31 ago. 2020.

TRINDADE, Larissa de Lima; RIGHI, Marcelo Brutti; VIEIRA, Kelmara Mendes. de Onde Vem o Endividamento Feminino? Construção E Validação De Um Modelo PLS-PM. *Revista Eletrônica de Administração*, Porto Alegre, RS, v. 18, n. 3, p. 718-746, nov. 2012. ISSN 1413-2311. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/read/article/view/35451>. Acesso em: 6 set. 2020.

VIEIRA, Kelmara Mendes; FLORES, Sílvia Amélia Mendonça; CAMPARA, Jéssica Pulino. *Propensão ao Endividamento no Município de Santa Maria (RS): verificando diferenças em variáveis demográficas e culturais*. TPA-Teoria e Prática em Administração, v. 4, n. 2, p. 180-205, 2015. Disponível em: <http://www.biblionline.ufpb.br/ojs2/index.php/tpa/article/view/19582/12540>. Acesso em: 30 abr. 2020.

Capítulo 8

Educação financeira nas escolas: a experiência da formação de professores no polo do Estado de Minas Gerais

André Luiz Medeiros⁴⁶

José Gilberto da Silva⁴⁷

Moisés Diniz Vassallo⁴⁸

Fabienne Mara Ferreira Matos⁴⁹

Leandro Lopes Trindade⁵⁰

A partir de 1994, com a inserção de novos clientes no sistema financeiro e com o início da estabilidade financeira, o mercado brasileiro vem passando por profundas mudanças (SAITO; SAVOIA; PETRONI, 2006). Esse contexto permitiu às instituições financeiras ampliar a oferta de produtos e serviços para atender um público que ainda estava desassistido. Porém, um grande problema se constituía, pois, apesar da grande demanda de produtos e serviços disponíveis, esses novos consumidores tinham dificuldades com questões financeiras.

Essa lacuna poderia trazer consequências indesejáveis tanto para o mercado quanto para as pessoas e as consequências acarretariam alguns problemas que inviabilizariam às pessoas o alcance de seus objetivos (SANTOS, 2009). Nessa direção, portanto, a educação financeira revelou-se um instrumento necessário para preparar a população, principalmente os futuros consumidores desses produtos e serviços, para os desafios do novo contexto financeiro.

46. Professor da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), Campus Itajubá, Minas Gerais (MG). Atua na área de Finanças e é líder do Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento em Educação Financeira (DENARIUS).

47. Professor da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), Campus Itajubá, Minas Gerais (MG). Atua na área de Filosofia e é vice-líder do Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento em Educação Financeira (DENARIUS).

48. Professor da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), Campus Itajubá, Minas Gerais (MG). Atua na área de Economia e é membro do Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento em Educação Financeira (DENARIUS).

49. Servidora Técnico-Administrativa de Ensino da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), Campus Itajubá, Minas Gerais (MG). Atua como pesquisadora e tutora do Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento em Educação Financeira (DENARIUS).

50. Servidor Técnico-Administrativo de Ensino da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), Campus Itajubá, Minas Gerais (MG). Atua como pesquisador e tutor do Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento em Educação Financeira (DENARIUS).

Levar a educação financeira para o maior número de pessoas possível pode ajudá-las a resolver suas dificuldades, bem como permitir que possam planejar melhor sua vida e ter mais condições de alcançarem os seus sonhos. Ao encontro dessa demanda, a escola pode contribuir de forma significativa ao educar os alunos financeiramente, pois eles, por sua vez, levariam esse conhecimento para suas famílias.

Nesse sentido, a escola institui-se como espaço privilegiado para a realização desse projeto. No entanto, não basta transferir a ela essa função sem que haja uma formação dos professores para desempenharem mais essa tarefa. Esse constitui o grande desafio para as instituições educativas, pois exigirá esforços constantes. Além das políticas públicas governamentais, investimentos na área de formação e desenvolvimento profissional dos professores serão necessários (SEVERINO e PIMENTA, 2002).

Estudos e pesquisas educacionais mostram que os professores são profissionais indispensáveis nos processos de mudança da sociedade, o que torna preciso investir em seu desenvolvimento profissional. Esse processo de valorização docente envolve a formação profissional inicial e continuada. Ao manter-se atualizado, enriquecendo sua prática pedagógica e beneficiando a aprendizagem do aluno, o professor contribui para uma formação cidadã.

Dentro de uma nova perspectiva na formação dos docentes, faz-se imprescindível a proposta de formação continuada em serviço, pois não se pretende separar a formação do contexto de trabalho.

Nesse sentido, deparou-se com o seguinte problema: como o professor desempenhará o seu papel formador promovendo a conexão do aluno às situações reais e desafiadoras das questões financeiras do dia a dia se ele não tem, em sua formação, conhecimento técnico suficiente para corresponder a tal expectativa? Como desenvolver uma formação continuada com uma nova perspectiva?

Considerando o problema apresentado, a Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), por meio do Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento em Educação Financeira (DENARIUS), juntamente com a Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF-Brasil) propuseram um curso de capacitação aos professores da rede Estadual de Ensino do Estado de Minas Gerais, com os objetivos detalhados a seguir.

Objetivo geral

Propiciar uma formação aprofundada quanto às abordagens teóricas e práticas no ensino da educação financeira no espaço educacional, tendo em vista a formação de docentes capazes de ajudar alunos a realizar os seus sonhos individuais e coletivos.

Objetivos específicos

- Desenvolver competências e habilidades necessárias para a promoção da educação financeira por meio de atividades teórico-práticas.
- Promover trocas de experiências e a criação de novas possibilidades de ensino-aprendizagem da educação financeira em ambientes educacionais.
- Potencializar o conhecimento teórico-prático da educação financeira com vistas aos processos da alfabetização financeira e ao letramento financeiro.
- Formar indivíduos autônomos em relação às suas finanças.

Considerando as questões apresentadas, o curso, ao levar a educação financeira aos alunos da Educação Básica, deveria privilegiar a formação continuada de docentes em serviço. Em tese, os “profissionais do ensino” sabem muito bem o que devem fazer e como fazê-lo. No entanto, na prática, nem todos sempre estão à altura dessa exigência e dessa confiança. Portanto, o principal desafio não foi afirmar a parcela de competência situada para além dos conhecimentos científicos constituídos, mas estabelecer uma ligação explícita e voluntarista com o paradigma reflexivo, pois se tratava ao mesmo tempo de ampliar as bases científicas da prática onde elas já existiam.

Nesse processo, estimulou-se o docente para que ele fosse capaz de fazer as melhores escolhas; definir as prioridades do ponto de vista dos alunos; basear-se em análise de situações mais comuns e problemáticas e de sua solução desejável; não ignorar a angústia e a falta de experiência dos alunos em relação aos temas propostos. A formação de bons professores implica, acima de tudo, a formação de pessoas capazes de evoluir, de aprender de acordo com a experiência, refletindo sobre o que gostariam de fazer, sobre o que realmente fizeram e sobre os resultados alcançados.

Além desse aspecto geral, o curso de capacitação em educação financeira se justificou por dois outros aspectos. O primeiro estava relacionado a um contexto no qual os professores de ensino básico não estavam – como ainda não estão – preparados para lidar, que são as questões financeiras presentes

Em tese, os “profissionais do ensino” sabem muito bem o que devem fazer e como fazê-lo. No entanto, na prática, nem todos sempre estão à altura dessa exigência e dessa confiança

no dia a dia. Apenas a título de ilustração, de acordo com a Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC)⁵¹, realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), o percentual de famílias que relataram ter dívidas alcançou 67,5% em agosto de 2020, novamente a maior proporção da série histórica. Ainda segundo a pesquisa, o percentual de famílias com dívidas ou contas em atraso aumentou de 26,3% em julho para 26,7% em agosto, a maior proporção desde março de 2010.

O segundo aspecto reside na característica interdisciplinar da educação financeira. Por essa característica, a partir de 2018, passou a ser contemplada entre os temas da atualidade que compõem a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de forma transversal e integradora. Trata-se, portanto, de um conjunto de conhecimentos entendidos como essenciais para o fortalecimento da cidadania e voltados para ajudar a população a tomar decisões financeiras mais autônomas e conscientes. O tema da educação financeira ganhou destaque na arena política global com a crise econômica mundial, em 2008. Assim, especialistas de organismos internacionais, como a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) voltaram a atenção para a importância das questões associadas à educação financeira em todo mundo.

Considerando o objetivo e as justificativas do curso proposto para Minas Gerais, uma etapa fundamental foi caracterizar um curso de capacitação que, além de perfazer todos os elementos transversais e integradores da educação financeira também conseguisse abrigar toda a diversidade dos mais de 853 municípios do estado. Assim, o próximo item descreve as características do curso.

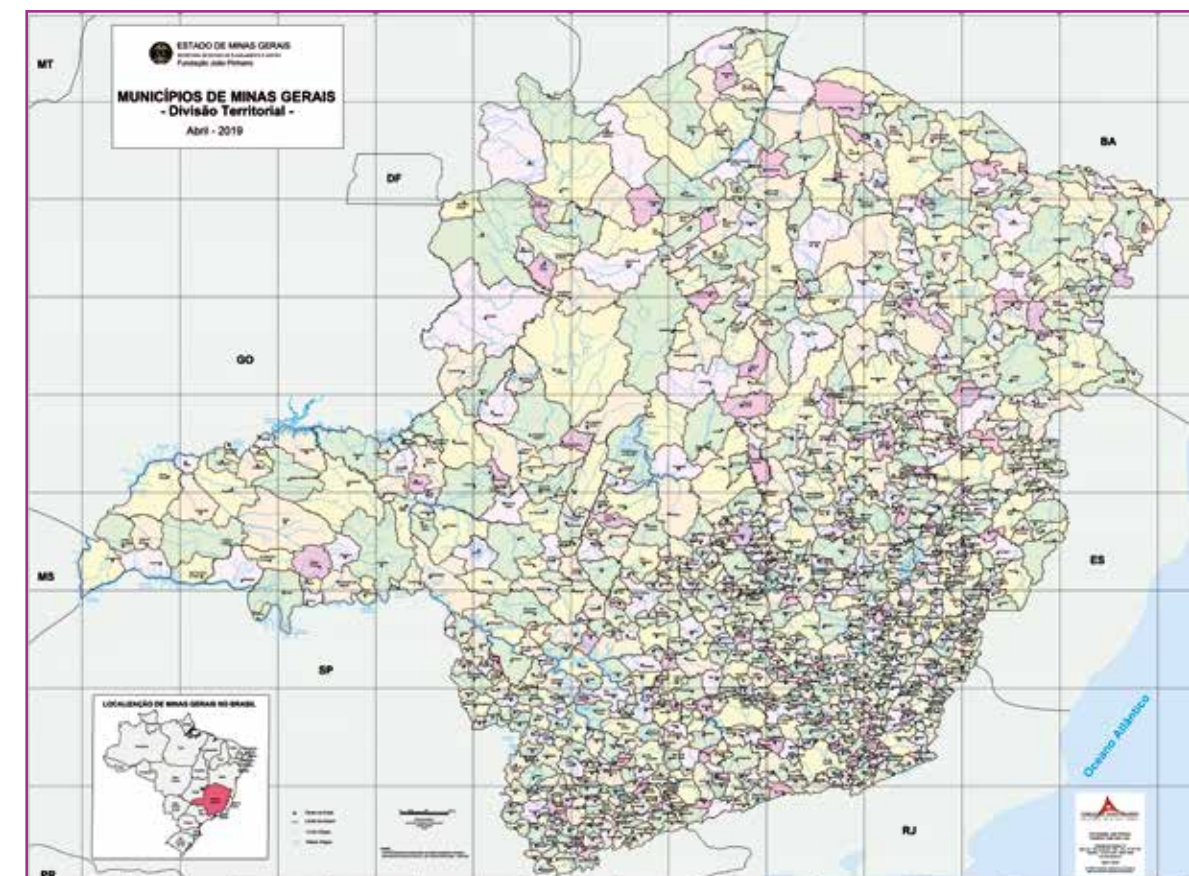
CARACTERÍSTICAS DO CURSO

A essência do curso proposto pela UNIFEI/DENARIUS para os professores da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (SEE/MG) era propiciar uma formação aprofundada quanto às abordagens teóricas e práticas no

51. PEIC. *Endividamento segue crescendo entre as famílias de menor renda.* Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Agosto de 2020. Disponível em: <http://www.cnc.org.br/editorias/economia/pesquisas/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-agosto-0>. Acesso em: 10 set. 2020.

ensino da educação financeira no espaço educacional, tendo em vista a formação de docentes, para que eles pudessem impactar diretamente os discentes do Ensino Médio.

Esse foi um grande desafio para os pesquisadores da UNIFEI/DENARIUS. Minas Gerais é o estado brasileiro com o maior número de municípios (853), que correspondem a mais de 15% do total de municípios do país, como mostrado no mapa a seguir.



Mapa oficial da divisão municipal de Minas Gerais, atualizado em abril de 2019.

Fonte: Fundação João Pinheiro.



Para que isso se tornasse realidade, foram definidas competências técnicas e individuais básicas. Dentre as competências técnicas, as seguintes deveriam ser desenvolvidas:

- a)** capacitar os professores da Educação Básica da rede estadual para utilizarem os materiais do Programa Educação Financeira nas Escolas em sala de aula;

b) desenvolver a cultura da prevenção utilizando adequadamente as opções de poupança, seguro, investimentos e planos de previdência para aposentadoria.

Já entre as individuais, as seguintes foram determinadas:

a) destacar o exercício responsável da cidadania por meio da demonstração prática dos fundamentos da educação financeira;

b) apresentar consciência e responsabilidade no uso do dinheiro e das práticas financeiras;

c) usar adequadamente as ferramentas para a tomada de decisão nas questões financeiras;

d) realizar planejamento financeiro a curto, médio e longo prazo;

e) aprimorar sua condição socioeconômica, buscando superar e evitar as dificuldades econômicas e realizando planos de longo prazo.

A partir desse conjunto de competências estabelecidas, o egresso do curso deveria apresentar o seguinte perfil: profissional docente capaz de exercer a função de forma crítica e criativa, prezando os valores éticos e democráticos necessários, de modo a ajudar os jovens a realizar seus sonhos individuais e coletivos.

Garantir que os egressos terminassem o curso com esse perfil também foi um desafio hercúleo. Na etapa de definição das vagas disponíveis para os cursistas, ficou definido entre a AEF-Brasil, a UNIFEI/DENARIUS e a Secretaria de Estado de Educação de Minas (SEE/MG) que seriam capacitados pelo menos três docentes de cada uma das 47 Superintendências Regionais de Ensino (SRE⁵²) do estado, independentemente da área de atuação (Português, Matemática, Inglês, História, Geografia, Biologia etc.). Assim, foi ofertado o total de 150 vagas,

52. SRE Almenara; SRE Araçuaí; SRE Barbacena; SRE Campo Belo; SRE Carangola; SRE Caratinga; SRE Caxambu; SRE Conselheiro Lafaiete; SRE Coronel Fabriciano; SRE Curvelo; SRE Diamantina; SRE Divinópolis; SRE Governador Valadares; SRE Guanhães; SRE Itajubá; SRE Ituiutaba; SRE Janaúba; SRE Janaúba; SRE Janaúba; SRE Juiz de Fora; SRE Leopoldina; SRE Manhuaçu; SRE Metropolitana A; SRE Metropolitana B; SRE Metropolitana C; SRE Monte Carmelo; SRE Montes Claros; SRE Muriaé; SRE Nova Era; SRE Ouro Preto; SRE Pará de Minas; SRE Paracatu; SRE Passos; SRE Patos de Minas; SRE Patrocínio; SRE Pirapora; SRE Poços de Caldas; SRE Ponte Nova; SRE Pouso Alegre; SRE São João Del Rei; SRE São Sebastião do Paraíso; SRE Sete Lagoas; SRE Teófilo Otoni; SRE Ubá; SRE Uberaba; SRE Uberlândia; SRE Unaí; SRE Varginha.

sendo que as SREs Metropolitanas A, Metropolitana B e Metropolitana C, pelo quantitativo de professores, receberam quatro vagas cada.

Após a definição das características básicas do curso e da quantidade de vagas a serem ofertadas, passou-se para o processo de construção da estrutura do curso. A estrutura desenhada será apresentada no próximo item.

ESTRUTURA DO CURSO

No processo de estruturação do curso, a equipe UNIFEI/DENARIUS, em parceria com a AEF-Brasil, estabeleceu que seria usado como referência básica o Programa de Educação Financeira nas Escolas. Disseminado pela Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), o programa tinha o objetivo de introduzir a educação financeira em todo o processo de formação de crianças e jovens, levando esse conhecimento para a Educação Básica, mesmo antes de o assunto constar na BNCC.

O programa foi reconhecido internacionalmente, ao receber o prêmio *Country Award 2014*, na categoria regional para Américas e Caribe, concedido pela *Child and Youth Finance International* (CYFI). Afora o importantíssimo reconhecimento do programa, outro fator preponderante para usá-lo como referência foi o rico material didático produzido para ser usado por alunos e professores.

Além de estar disponível em plataforma aberta, com todo o conteúdo para *download* de forma gratuita, o material didático está organizado em um conjunto de livros para os alunos e outro para os professores. O livro do aluno é composto de diversas situações didáticas que contextualizam os conceitos de educação financeira aplicados ao seu dia a dia. Isso facilita a compreensão dos conceitos, fornece informações e condições para que os estudantes transformem os conhecimentos em comportamentos financeiros saudáveis. O livro do professor, que espelha o do aluno, possibilita orientá-lo na condução da discussão e aplicação das situações didáticas.

Assim, usando como referência o Programa de Educação Financeira nas Escolas, o grupo de docentes/pesquisadores da UNIFEI/DENARIUS promoveu algumas adaptações nos conteúdos do material didático e propôs o curso de Capacitação em Educação Financeira para Professores da Educação Básica, com uma carga horária total de 258 (duzentas e cinquenta e oito) horas, distribuídas em um período de dez meses, como apresentado no quadro a seguir.

ESTRUTURA DO CURSO DE CAPACITAÇÃO EM EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA, POLO DE MINAS GERAIS, CONTEÚDOS/MÓDULOS.

Conteúdos/módulos	Carga horária
1.Introdução à educação financeira	28h
2.Fatores comportamentais e a educação financeira	28h
3.Alfabetização e letramento financeiro	28h
4. Educação financeira nas escolas (Curso AEF-Brasil: Material didático)	40h
5. Vida pessoal e social	42h
6. Empreendedorismo e grandes projetos	42h
7.Economia e bens públicos	42h
Carga horária dos módulos (disciplinas <i>on-line</i>)	250h
Seminário de Encerramento: Avaliação do curso e apresentação de projetos	8h
Carga horária total	258h

Fonte: projeto pedagógico do curso de capacitação.

No processo de capacitação dos professores da SEE/MG (cursistas), os docentes/pesquisadores da UNIFEI/DENARIUS (formadores) deveriam assumir o papel de orientador de estudos, exigindo do cursista o papel de sujeito do seu próprio aprendizado. Dessa forma, o desejado era estabelecer uma parceria entre os formadores e os cursistas na busca e construção do conhecimento. Ou seja, o formador deveria assumir o papel de organizador e estimulador do processo com foco na aprendizagem do cursista, de modo que este pudesse, de forma ativa e com base nas leituras teóricas e atividades propostas, estabelecer uma relação com a sua prática profissional, envolvendo os conceitos de educação financeira estudados.

Para garantir o sucesso dessa proposta, as atividades do curso foram organizadas de modo a favorecer a construção coletiva e participativa do conhecimento. A metodologia foi fundamentada na abordagem sociointeracionista caracterizada pelo dinamismo e pelo envolvimento dos sujeitos na construção de conceitos e de seus respectivos significados. Toda a equipe UNIFEI/DENARIUS (coordenador, especialistas, formadores e tutores) deveria estar alinhada à prática de valorização das discussões, ao trabalho em grupo e à criticidade construtivista dos textos produzidos. Assim, o foco

era estimular a autonomia intelectual dos alunos por meio de atividades planejadas, promovendo o uso das mais diversas habilidades de pensamento.

Considerando a dificuldade de realizar aulas presenciais pela distância geográfica entre as SREs do estado de Minas Gerais, o curso foi estruturado e realizado usando o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) adotado pela UNIFEI (*Moodle*). O curso de capacitação em educação financeira foi totalmente customizado no [AVA Moodle da UNIFEI](#), como se pode ver no quadro a seguir.



Curso de Capacitação em Educação Financeira para Professores da Educação Básica, customizado no AVA *Moodle* da UNIFEI (continua...).

Fonte: Núcleo de Educação *On-line* e Aberta da UNIFEI,

Os módulos do curso foram ofertados de acordo com calendário didático estabelecido entre a UNIFEI e a SEE/MG, respeitando os feriados, recessos e período de férias. Assim, todas as atividades teóricas e práticas dos módulos foram disponibilizadas e desenvolvidas no AVA *Moodle* da UNIFEI, que também foi usado como meio de comunicação oficial entre os formadores, tutores e cursistas.

Cada módulo, de acordo com o calendário estabelecido, compreendia um conjunto de atividades teóricas e práticas, com programação semanal. As atividades teóricas tinham o objetivo de apresentar os conteúdos mínimos e necessários de cada módulo e, por isso, contavam com o apoio de recursos didáticos como material *on-line* (que poderia ser impresso), hipertextos, *links* de páginas na internet, material audiovisual, recursos para realização de vídeo e *web* conferência, entre outros. O material didático permaneceu disponível no AVA durante o curso, com a finalidade de oferecer suporte a consultas posteriores.

À medida que a teoria era apresentada pelo formador, atividades práticas eram disponibilizadas aos cursistas para promover a vivência do conteúdo em estudo. Essas atividades, que poderiam ser realizadas de forma síncrona ou assíncrona, foram devidamente planejadas para serem executadas por meio de ferramentas que enfatizassem formas interativas e procedimentos em grupos, como fóruns, *chats*, notícias, vídeos e enquetes.

O desenvolvimento e o acompanhamento das atividades virtuais foram realizados pelos formadores (tutores e docentes/pesquisadores). Os tutores faziam o atendimento aos cursistas, sendo que a relação entre cursistas/tutor estabelecida inicialmente foi de 50 cursistas para cada tutor.

O atendimento das dúvidas sobre as atividades (teóricas ou práticas) tinha respostas individualizadas, garantindo um prazo máximo de retorno de 24 horas, a partir da solicitação no AVA. Em relação aos prazos para a realização das atividades, a coordenação do curso usou do direito de dilatação de prazos, quando houve interrupção do acesso por problema técnico do servidor da UNIFEI, ou por outros problemas externos ao curso.

Por fim, o Seminário de Encerramento planejado deveria ser o momento de encontro entre cursistas e formadores (tutores e docentes/pesquisadores) responsáveis pelas disciplinas, com o objetivo especial de troca de experiências, em que também seria realizada a atividade avaliativa final do curso.

De modo geral, o desenvolvimento do curso deveria ser caracterizado pela flexibilidade de tempo e espaço para a realização das atividades (teóricas e práticas), considerando os prazos fixados pelo calendário geral e de cada módulo.

Tão importante quanto apresentar a estrutura que deveria ser adotada no curso, é apresentar os resultados obtidos, o que é feito no item a seguir.

RESULTADOS OBTIDOS

Após a estruturação e a aprovação conjunta do curso pela Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (SEE/MG), pela Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF-Brasil), pela equipe da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), por meio do Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento em Educação Financeira (DENARIUS), houve o início efetivo do curso. Assim, o presente item tem o objetivo de mostrar, de forma sintética, os resultados obtidos em cada um dos sete módulos do curso, relatando os pontos positivos, os negativos e os avanços em relação ao processo de formação.

Antes de iniciar a apresentação dos resultados, vale destacar que a SEE/MG assumiu o compromisso com a AEF-Brasil e com a equipe UNIFEI/DENARIUS de que o processo de mobilização e seleção dos cursistas ficaria a seu encargo, por meio da Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional de Educadores. A Escola de Formação (como é conhecida) é um órgão da SEE/MG que “tem como objetivo precípua coordenar os processos de formação em nível macro, oferecendo suporte logístico, operacional, físico e/ou virtual para realização de cursos, seminários e outras estratégias de formação dos profissionais da educação, em sua dimensão profissional, cultural e ética”⁵³.

Em apoio ao processo de divulgação do curso entre os candidatos, a AEF-Brasil e a equipe UNIFEI/DENARIUS realizaram, com o apoio da Escola de Formação da SEE/MG, um evento para lançamento do curso. O foco do evento era apresentar os objetivos do curso e divulgar a importância do tema, já que a data escolhida foi o dia 15 de maio de 2018, dentro da 5ª Semana Nacional de Educação Financeira. Esse evento foi realizado na sede da Escola de Formação, em Belo Horizonte (MG), com transmissão ao vivo pelo Facebook⁵⁴ para todos os interessados.

53. A Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional de Educadores de Minas Gerais foi criada pela Lei Delegada nº 180, de 20 de janeiro de 2011.

Para mais informações, acesse o *site*:

<https://escoladeformacao.educacao.mg.gov.br/>.

54. Os vídeos com o lançamento do Curso de Capacitação em Educação Financeira podem ser acessados pelos seguintes endereços eletrônicos: <https://www.facebook.com/watch/?v=894587047390622&extid=SPi476qWOPYETLA5;>

<https://www.facebook.com/watch/?v=894626370720023&extid=OxWrJq4Gx6QjxQxE>.

Atendendo ao acordado, a SEE/MG forneceu a relação dos cursistas selecionados, que foram automaticamente inscritos no curso de capacitação. Os resultados obtidos em cada um dos módulos serão apresentados nos subitens a seguir.

MÓDULO 1 – INTRODUÇÃO À EDUCAÇÃO FINANCEIRA

O objetivo desse módulo era apresentar a importância, os princípios e o objetivo da educação financeira, inserindo na discussão inicial as variáveis da vida financeira das pessoas (quadro a seguir). Além disso, esse primeiro módulo promoveu um contato inicial dos cursistas com a UNIFEI, por meio de imagens e vídeos institucionais.



Módulo 1: Introdução à educação financeira.

Fonte: Núcleo de Educação *On-line* e Aberta da UNIFEI.

Para atingir os objetivos do módulo, o conteúdo foi organizado em três tópicos, cada um deles com duração de uma semana e abrangendo um conjunto de atividades teóricas e práticas preestabelecidas.

Entre as atividades do módulo, a que obteve maior destaque foi aquela em que os cursistas deveriam produzir um pequeno texto que respondesse à pergunta: “Qual é o seu sonho e quanto ele “vale”? Nessa atividade, foi utilizada a ferramenta parede digital (*Padlet*), como pode ser visto no quadro a seguir.



Uso da ferramenta *Padlet* para responder à pergunta: Qual é o seu sonho?

Fonte: Curso de Capacitação em Educação Financeira.

Essa atividade se destacou não apenas pelo uso de uma ferramenta diferente, mas pelo teor das respostas dos cursistas. Muitos declararam que tinham os sonhos, mas não tinham parado para pensar no seu real “valor”. Outros argumentaram que os sonhos eram subjetivos e de difícil valoração. Assim, considerando as respostas dos cursistas, a equipe UNIFEI/DENARIUS chegou à conclusão de que a atividade tinha atingido seu objetivo. Pois esperava-se uma reflexão sincera sobre os sonhos, que os preparassem para executar um planejamento para alcançá-lo.

Nesse primeiro módulo, também foi realizada uma pesquisa com os cursistas, com o objetivo de saber como eles usavam o dinheiro. Essa pesquisa foi realizada por meio de um formulário autoaplicado em que os cursistas respondiam a uma série de perguntas sobre crédito, poupança, seguro, previdência e investimento. Na avaliação das respostas, também foi avaliado o conhecimento dos cursistas sobre fundamentos como juros, inflação e risco.

No caso dos juros, mais de 40% dos respondentes não têm o adequado domínio do conceito. Essa é uma situação preocupante, porque se trata de um conceito essencial nas operações financeiras do dia a dia. Quanto à inflação, os cursistas apresentaram maior domínio: 73% dos respondentes usaram adequadamente o conceito em suas respostas. No que se refere ao risco, o resultado foi preocupante. Do total de respondentes, apenas 38% dominavam adequadamente o conceito, enquanto 19% declararam não conhecer o conceito.

Em relação ao crédito, as respostas dos cursistas também causaram espanto. Pouco mais de 60% dos respondentes afirmaram controlar o dinheiro com certa periodicidade, ao passo que 57,9% deles afirmaram comprar a prazo com frequência, sendo que quase 20% destinam mais de 50% do orçamento para pagar as compras a prazo, realizadas no cartão de crédito (69,6%). Essa pode ser uma combinação muito perigosa, considerando-se que mais de 40% dos respondentes não possuem domínio adequado do fundamento juros.

Essa situação em relação ao crédito também prejudica diretamente a capacidade de poupança dos cursistas. De acordo com as respostas, quase 60% deles não consegue guardar parte da renda para eventualidades. Resultado mais preocupante ainda é em relação à previdência, pois 83% dos respondentes afirmaram que contribuem apenas com a previdência oficial à qual estão vinculados.

A falta de recursos pelo uso excessivo do crédito também prejudica outros itens, como seguro e investimento. Além de a maioria dos respondentes (77,2%) não saber o conceito de seguro, apenas cerca de 37% dos entrevistados declararam contratar algum tipo de seguro. No caso do investimento, 66% dos entrevistados declararam não fazer nenhum tipo de investimento. E poucos que declararam fazer investimento (10,5%) afirmaram que o título de capitalização é uma das formas de investimento utilizada. Esses resultados mostram a fragilidade financeira dos cursistas (professores de escolas públicas) e a necessidade de obter conhecimentos financeiros adequados para que possam repassar aos seus alunos no dia a dia.

Outro resultado importante obtido ao final do módulo foi a avaliação dos cursistas sobre ele. Essa avaliação mensurava os seguintes itens: a autoavaliação do cursista, o conteúdo do módulo, o tutor, o formador e o módulo como um todo. Em geral, 45% dos cursistas que responderam a avaliação afirmaram não ser a primeira vez que tinham realizado um curso a distância. Esse resultado pode ter influenciado outras perguntas de autoavaliação, pois mais de 60% dos cursistas conseguiram se programar adequadamente para realizar as atividades do módulo.

Em relação ao conteúdo do módulo, mais de 95% dos cursistas afirmaram que o curso estava bem estruturado, coerente com a proposta pedagógica e com atividades adequadas ao conteúdo. Os tutores e os formadores também foram bem avaliados por mais de 80% dos respondentes. Assim, de modo geral, o módulo foi avaliado com conceito 5 e 6 por mais de 85% dos cursistas respondentes, sendo que o conceito possível de ser atribuído poderia variar de 1 a 6, sendo 1 a menor nota e 6 a maior.

Outro ponto que vale destacar é que 21 (14%) dos 150 cursistas indicados pela SEE/MG, apesar de terem seu cadastro efetivado, nunca acessaram o curso (nenhum dos sete módulos). Além desses, 13 cursistas (8,66%) evadiram (acessaram o curso, mas não realizaram nenhuma atividade), 26 (17,33%) foram reprovados (não atingiram nota mínima de 60% na realização das atividades) e 90 (60%) foram aprovados.

Diante dos resultados apresentados, a equipe UNIFEI/DENARIUS avaliou que o módulo 1 atingiu plenamente o seu objetivo. Entretanto, na época em que o módulo estava sendo ofertado, os servidores do estado de Minas Gerais viviam uma situação de calamidade. Quase todos os professores da rede estadual de ensino (o que incluía os dos cursistas) não estavam recebendo seus proventos em dia. A situação causou dificuldades de acesso ao curso em virtude das paralisações grevistas que estavam sendo realizadas. Por esse motivo, o calendário do curso teve de passar por adequações.

MÓDULO 2 – EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS

O módulo 2 tinha o objetivo de capacitar os docentes no curso EaD produzido pela ENEF e disponível no portal [Vida e Dinheiro](#). Para atingir os objetivos do módulo, os cursistas deveriam se cadastrar pelo [link](#) e cumprir as atividades propostas pelo curso. Vale destacar que o curso produzido pela ENEF era autoinstruído, ou seja, sem a presença direta de tutores para os cursistas.

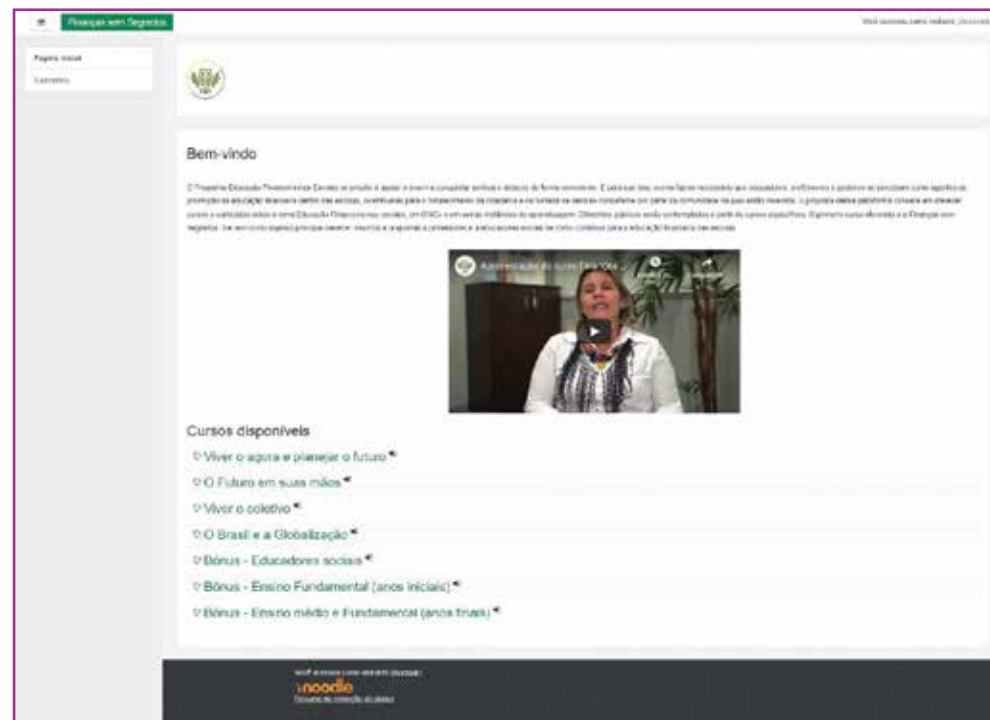


Para promover a interação entre o curso da ENEF e o curso de capacitação da UNIFEI/DENARIUS, foram propostas atividades distribuídas em quatro semanas. Além disso, os tutores UNIFEI/DENARIUS atuaram, na medida do possível, na orientação dos cursistas.

Avaliando o resultado alcançado no módulo, pode-se afirmar que a alternância entre o ambiente do curso UNIFEI/DENARIUS e o curso Finanças Sem Segredos não gerou bons resultados. Do total de cursistas, 22 (14,66%) deixaram de acessar esse e os demais módulos do curso, totalizando no segundo módulo 43 cursistas (28,66%). Além desses que não acessaram mais o curso, 25 cursistas (16,66%) evadiram, 33 (22%) foram reprovados e 43 (28,66%) foram aprovados.

Na tentativa de resolver os problemas de abandono do curso e evasão do módulo, os tutores UNIFEI/DENARIUS colheram informações relevantes. De

acordo com os cursistas, muitos não estavam conseguindo evoluir no curso Finanças sem Segredos pelos seguintes motivos: o curso da ENF era muito extenso e com atividades com orientações de complexo entendimento, que dificultavam a evolução. Outro ponto destacado foi a dificuldade que os cursistas tiveram em obter os certificados. Isso estava ocorrendo porque, segundo eles, algumas atividades que já tinham sido realizadas permaneciam como pendentes, forçando a realização delas novamente para a obtenção do certificado.



Módulo 2: Educação financeira nas escolas (finanças sem segredos).

Fonte: Núcleo de Educação *On-line* e Aberta da UNIFEI.

MÓDULO 3 – FATORES COMPORTAMENTAIS E A EDUCAÇÃO FINANCEIRA

O objetivo desse módulo foi estudar como os fatores pessoais, sociais, culturais, psicológicos e de mercado influenciam o comportamento do consumidor em relação aos produtos, marcas e ofertas disponíveis. Assim, esse módulo tinha a função fundamental de mostrar aos cursistas quais comportamentos poderiam ser evitados, melhorando, de alguma forma, a relação deles com o crédito, por exemplo.

Esse módulo 3 foi estruturado para ser realizado em três semanas, em que foram disponibilizadas 12 atividades (quatro delas avaliativas).

Assim como ocorreu no primeiro módulo, os cursistas também avaliaram o módulo no que se refere aos seguintes itens: a autoavaliação do cursista, o conteúdo do módulo, o tutor, o formador e o módulo como um todo. Apesar de mais de 90% terem se dedicado satisfatoriamente ao curso, pouco mais de 57% dos respondentes afirmaram ter realizado as atividades no prazo estabelecido.

Em relação ao conteúdo do módulo, novamente mais de 95% dos cursistas afirmaram que o curso estava bem estruturado, coerente com a proposta pedagógica e com atividades adequadas ao conteúdo. Os tutores e os formadores também foram bem avaliados por mais de 85% dos cursistas respondentes. Assim, de modo geral, o módulo foi avaliado com conceitos 5 e 6 por mais de 90% dos cursistas respondentes (sendo 1 a menor nota e 6 a maior).

Apesar da boa avaliação dos cursistas, o curso ainda sofreu o abandono. Nesse módulo, mais 28 deles (18,66%) deixaram de acessar esse e os demais módulos do curso, totalizando 71 cursistas (47,33%). Além dos que não acessaram mais o curso, 7 cursistas evadiram (4,66%), 10 (6,66%) foram reprovados e 62 (41,33%) foram aprovados. Esse resultado, comparado ao do módulo 2, demonstra a importância do trabalho dos tutores em um curso à distância. Os tutores conseguiram aumentar o número de aprovação e reduzir o número de reprovações entre os cursistas.

Ao longo da realização do módulo 3, o curso sofreu também com uma série de fatores externos a ele. Em levantamento realizado pelos tutores, muitos afirmaram que a situação financeira havia se agravado pela falta de recebimento em dia do salário. Na ocasião, os servidores do estado de Minas Gerais (entre os quais se incluem 100% dos cursistas) ficaram sem receber os seus salários e, quando receberam, o valor foi parcelado em até três vezes. De acordo com alguns cursistas, essa situação havia causado um profundo impacto na continuidade do curso, pois muitos estavam em situação de inadimplência por dificuldade no recebimento de seus salários. Outros estavam usando apenas os computadores das escolas para acessar o curso.

Apesar dos percalços e, considerando a avaliação dos cursistas, a equipe UNIFEI/DENARIUS considerou que o módulo 3 atingiu o objetivo planejado.



MÓDULO 4 – ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO FINANCEIRO



O objetivo do **módulo 4** era apresentar concepções tidas como fundamentais para o estudo e a discussão sobre alfabetização e letramento financeiro.

Especificamente, esse módulo trabalhou competências e habilidades para reconhecer, raciocinar, representar e comunicar os elementos fundamentais da educação financeira, assim como argumentar sobre eles; a capacidade de utilizar conceitos, procedimentos e fatos; e as ferramentas próprias da educação financeira em uma variedade de contextos. Para abranger esses assuntos na totalidade, o módulo foi estruturado para ser realizado em três semanas, com a disponibilização de oito atividades (cinco delas avaliativas).

Um ponto de extrema importância no módulo e que deve ser ressaltado foi a forma como as atividades foram conduzidas. Ao final do módulo, os cursistas conseguiram escrever e aplicar os próprios conceitos de alfabetização, letramento e educação financeira. A construção desses conceitos se deu com base em situações cotidianas que foram apresentadas.

Em relação ao conteúdo do módulo, mais de 90% dos cursistas afirmaram que estava bem estruturado, coerente com a proposta pedagógica e com atividades adequadas. Os tutores e os formadores também foram bem avaliados por mais de 90% dos cursistas respondentes. Assim, de modo geral, o módulo foi avaliado com conceitos 5 e 6 por mais de 92% dos cursistas respondentes (sendo 1 a menor nota e 6 a maior).

Apesar da boa avaliação, esse módulo enfrentou problemas semelhantes àqueles por que passaram os anteriores. Nele, outros 9 cursistas (6%) deixaram de acessar o curso, totalizando assim 80 cursistas (53,33%). Além dos que não acessaram mais o curso, 4 evadiram (2,66%), 12 (8%) foram reprovados e 53(35,33%) concluíram o módulo com aprovação.

Ao longo da realização do módulo 4, a situação dos cursistas em relação às dificuldades financeiras provocadas pela falta de recebimento pouco se alterou. Situação que, em boa parte, comprometeu o desempenho dos cursistas no curso de capacitação. Apesar disso, a equipe UNIFEI/DENARIUS concluiu que o módulo atingiu o objetivo proposto, considerando a avaliação dos cursistas e o resultado obtido nas atividades.

MÓDULO 5 – VIDA PESSOAL E SOCIAL



O **módulo 5** marcou o início da utilização do material didático produzido pelo Programa de Educação Financeira nas Escolas e disponibilizado no *site* **Vida e Dinheiro**.



Assim, o objetivo principal desse módulo foi trabalhar com os cursistas situações de curto prazo que indicassem a necessidade de criação de orçamento, planejamento e controle das despesas. Especificamente, os seguintes elementos foram abordados: mecanismos que auxiliassem na administração e aquisição de bens, produtos e serviços; orçamento: noções e análises; e conceitos de matemática financeira (como juros, crédito e poupança). O conteúdo do módulo foi estruturado para ser realizado em cinco semanas, em que foram disponibilizadas 17 atividades (nove delas avaliativas).

De modo geral, as atividades propostas tinham caráter prático, usando ferramentas como o fórum de discussão, possibilitando a interação dos cursistas ao discutirem situações apresentadas em vídeos propostos, como os da **websérie R\$100Neuras**, disponível no portal da ENEF. Outra atividade que merece destaque foi a que abordou os “sonhos planejados”, remetendo à primeira atividade do módulo 1, em que os cursistas tiveram de escrever qual era o sonho deles e dizer quanto ele valia. Fazer esse resgate foi muito importante para que os cursistas conseguissem realizar um planejamento financeiro, como forma de tornar o sonho “palpável”.



Para finalizar as atividades, os cursistas avaliaram o módulo considerando os seguintes itens: a autoavaliação do cursista, o conteúdo do módulo, o tutor, o formador e o módulo como um todo. Ao se avaliarem, mais de 85% dos respondentes afirmaram que se dedicaram adequadamente ao curso, embora 35% deles não tenham conseguido cumprir as atividades dentro do prazo estabelecido. Em torno de 90% dos cursistas afirmaram que o módulo estava bem estruturado, coerente com a proposta pedagógica e com atividades adequadas ao conteúdo estudado. Os tutores e os formadores também foram bem avaliados por mais de 90% dos cursistas respondentes. Assim, de modo geral, o módulo foi avaliado com conceitos 5 e 6 por quase 80% dos cursistas respondentes (sendo 1 a menor nota e 6 a maior), e mais de 90% recomendariam o módulo para outras pessoas.

Mais uma vez o curso sofreu o abandono por parte dos cursistas. Neste módulo, outros 2 cursistas (1,33%) deixaram de acessar este e os demais

módulos do curso, totalizando 82 cursistas (54,66%). Além dos que não acessaram mais o curso, 8 evadiram (5,33%), 15 (10%) foram reprovados e 45 (30%) foram aprovados.

Assim como relatado nos módulos anteriores, a situação financeira dos cursistas provocada pela falta de recebimento de salário, somente se agravou nesse período. Várias ações da equipe UNIFEI/DENARIUS foram realizadas na tentativa de resgatar os cursistas, como contato direto e frequente, aumento do prazo da entrega das atividades e adequações no calendário.

Apesar da situação de dificuldade apresentada, que era externa ao curso, a equipe UNIFEI/DENARIUS concluiu que o módulo atingiu o objetivo proposto, considerando principalmente a avaliação dos cursistas e os resultados obtidos nas atividades do módulo.

MÓDULO 6 – EMPREENDEDORISMO, GRANDES PROJETOS E TRABALHO

O objetivo do penúltimo módulo do curso de capacitação era abordar situações de planejamento de médio e longo prazos, considerando quantias maiores que as abordadas no módulo 5. Especificamente, o módulo 6 trabalhou conceitos como: perspectivas de trabalho, empreendedorismo e planejamento de grandes projetos; sustentabilidade e realização de sonhos; e conceitos de seguro e previdência (também remetendo ao primeiro módulo).

Para abordar todos os elementos planejados, o conteúdo do módulo foi estruturado para ser realizado em cinco semanas, em que foram disponibilizadas 18 atividades (dez delas avaliativas).

Assim como no módulo anterior, as atividades tinham caráter essencialmente prático, usando ferramentas como o fórum de discussão, que permitia a interação dos cursistas. Outra ferramenta muito utilizada foi a produção de textos, para acompanhar o entendimento e a assimilação dos conteúdos trabalhados. Nesse módulo, também se deve destacar o trabalho realizado pelos formadores para integrar a educação financeira com a educação empreendedora no processo de formação dos jovens.

Assim como ocorre nos módulos anteriores, ao finalizar as atividades os cursistas avaliaram o módulo considerando: a autoavaliação do cursista, o conteúdo do módulo, o tutor, o formador e o módulo como um todo.

De acordo com as respostas, ao se avaliarem, mais de 90% dos cursistas afirmaram ter se dedicado adequadamente ao curso, embora quase 50% não tenham entregado as atividades dentro dos prazos estabelecidos. Mais de 95% afirmaram que o módulo estava bem estruturado, coerente com a proposta pedagógica e com atividades adequadas ao conteúdo estudado. Os tutores e os formadores também foram bem avaliados por mais de 90% dos cursistas respondentes. Assim, de modo geral, o módulo foi avaliado com conceitos 5 e 6 por quase 95% dos cursistas respondentes (sendo 1 a menor nota e 6 a maior).

Tal como aconteceu nos módulos anteriores, a situação financeira dos cursistas (provocada pela falta de recebimento de salário) e o término do período letivo nas escolas estaduais comprometeram a participação dos cursistas. Nesse módulo, mais 5 cursistas (3,33%) nem sequer acessaram o módulo, totalizando 87 cursistas (58%) sem acesso. Além disso, 7 cursistas (4,66%) evadiram, 17 (11,33%) foram reprovados e 39 (26%) foram aprovados.

MÓDULO 7 – ECONOMIA E BENS PÚBLICOS

O módulo 7, último do curso, tinha como objetivo apresentar e promover o entendimento sobre bens públicos, economia do país e economia do mundo, relacionando esses conceitos às ações econômicas do país.

Os assuntos específicos abordados neste módulo foram desafiadores para a equipe UNIFEI/DENARIUS, pois ele trata de assuntos técnicos (economia) de extrema importância no dia a dia das pessoas, que deveriam ser abordados em apenas quatro semanas. Um dos principais tópicos tratados foi a teoria do consumidor, que tinha o objetivo de apresentar os conceitos fundamentais e refletir e debater sobre como eles influenciam a vida das pessoas. Esse tópico fazia uma ponte com os assuntos estudados no módulo 2 do curso.

Apesar da complexidade dos assuntos abordados, mais uma vez os formadores usaram vídeos e atividades interativas, o que facilitou o entendimento e a assimilação do conteúdo por parte dos cursistas. Esse resultado pode ser comprovado na avaliação que os cursistas fizeram ao final do módulo. De acordo com as respostas, mais de 90% deles afirmaram que o módulo estava bem estruturado, coerente com a proposta pedagógica e com atividades adequadas ao conteúdo estudado. Os tutores e os formadores também foram bem avaliados por mais de 80% dos cursistas respondentes.



Ao se avaliarem, mais de 85% dos cursistas afirmaram ter se dedicado adequadamente ao curso. Assim, de modo geral, o módulo foi avaliado com conceitos 5 e 6 por mais de 90% dos cursistas respondentes (sendo 1 a menor nota e 6 a maior).

Os números de encerramento do módulo 7 não destoaram muito do módulo anterior. Em relação ao acesso ao módulo, mais 8 cursistas (5,33%) deixaram de acessar, totalizando 95 cursistas (63,33%). Além disso, 17 cursistas (11,33%) evadiram e os mesmos 39 cursistas do módulo 6 (26%) foram aprovados. Destaca-se que nesse módulo não houve reprovação.

A situação financeira dos cursistas (decorrente da falta de recebimento de salário), o término do período letivo nas escolas estaduais e outros fatores externos (como a greve dos caminhoneiros e as eleições presidenciais) prejudicaram a participação dos cursistas nos módulos. Isso fez com que, ao final do módulo 7, tivéssemos apenas 39 cursistas em condições de participar da última atividade do curso, o Seminário de Encerramento.

Na tentativa de obter um retorno mais efetivo dos cursistas foi proposto em comum acordo entre a SEE/MG, a AEF-Brasil e a UNIFEI/DENARIUS um calendário especial para recuperação dos cursistas que iniciaram pelo menos um módulo do curso. Essa ação gerou resultado positivo, sendo que muitos cursistas que haviam abandonado o curso retomaram as atividades.

SEMINÁRIO DE ENCERRAMENTO

Como constava no projeto pedagógico do curso, o Seminário de Encerramento era um componente obrigatório para sua conclusão, com o objetivo de fechar as atividades com apresentações, reflexões e avaliação das atividades teóricas e práticas de estudos desenvolvidos no ambiente virtual. Portanto, o seminário foi a última atividade pedagógica do curso.

Considerando as dificuldades enfrentadas ao longo do curso, principalmente em relação aos prazos estabelecidos, o Seminário de Encerramento foi realizado no dia 21 de maio de 2019, na sede do SEBRAE Minas, em Belo Horizonte. A realização do seminário contou com um esforço conjunto de todos os parceiros envolvidos (AEF-Brasil, SEE/MG e UNIFEI/DENARIUS), além do apoio do SEBRAE Minas. O *folder* de divulgação (mostrado a seguir) constava como primeiro item da programação da 6ª Semana Nacional de

Educação Financeira. Assim, o curso foi lançado e encerrado dentro das programações oficiais das semanas nacionais de educação financeira.



Folder de divulgação do Seminário de Encerramento, que ocorreu dentro da programação da 6ª Semana Nacional de Educação Financeira.
Fonte: SEBRAE Minas, AEF-Brasil.

Estariam habilitados a participar do seminário apenas os cursistas que tivessem completado as atividades de todos os módulos, na condição de aprovado. Após o processo de recuperação, 49 cursistas estavam aptos a participar do Seminário de Encerramento. Por se tratar de uma etapa de avaliação final, foi solicitado aos cursistas que propusessem um plano de atividades completo de educação financeira. Esse plano deveria conter: dados de identificação do cursista, a SRE à qual o professor estava vinculado, a escola estadual em que ele atuava e a disciplina na qual o plano deveria ser implantado. Como sugestão, as atividades do plano deveriam ter uma carga horária de 10 horas. Para facilitar o desenvolvimento do plano, a equipe UNIFEI/DENARIUS disponibilizou um modelo que deveria ser usado pelos cursistas, como pode ser visto no quadro a seguir.

Modelo do Plano de Atividade de Educação Financeira a ser usado pelos cursistas.

Fonte: Curso de Capacitação em Educação Financeira.

UNIFEI
Universidade Federal de Itajubá

AEF-Brasil + EDUCAÇÃO **MINAS GERAIS** **IEPG** **DENARIUS**

PLANO DE ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Superintendência (SRE):	Escola:
Disciplina:	Professor(a):
Carga horária: (h):	Período da atividade:
Tema e Objetivo Geral (1):	

Aulas ⁽¹⁾	Conteúdo ⁽²⁾	Objetivos Específicos ⁽³⁾	Estratégias Pedagógicas (Atividades) ⁽⁴⁾
AULA 1			
AULA 2			
AULA PRÁTICA			
AULA PRÁTICA			
AULA 3 AVALIAÇÃO ⁽⁵⁾			Avaliação da Atividade de Educação Financeira (com os alunos)

Apesar de todos os esforços dispendidos pelas equipes da AEF-Brasil e da UNIFEI/DENARIUS, assim como pela SEE/MG, nem todos os cursistas conseguiram participar do seminário e estavam presentes no evento 35 deles. Todos apresentaram um projeto para colocar em prática na sala de aula os conceitos de educação financeira estudados ao longo do curso. Eles foram divididos em mesas de trabalho e cada um teve até 10 minutos para apresentação e discussão dos projetos propostos.



Seminário de Encerramento: apresentação e discussão dos projetos.



Seminário de Encerramento: apresentação e discussão dos projetos.



Na foto a profa Dra Claudia Forte entrega o título de embaixador da educação financeira ao Prof. Dr. André Medeiros da UNIFEI.



Seminário de Encerramento: apresentação e discussão dos projetos.

Considerando que o seminário era uma atividade obrigatória para a conclusão do curso e o fato de infelizmente nem todos os cursistas terem tido condições de estar presentes, foi criada a possibilidade de enviar um vídeo com a apresentação do projeto. Somente seriam aprovados os cursistas que tivessem participado do seminário ou tivessem enviado o vídeo com a apresentação do projeto (semelhante ao que foi realizado no seminário).

Os projetos desenvolvidos pelos cursistas trataram dos diferentes temas abordados ao longo do curso, como pode ser observado na listagem abaixo:

- Empreendedorismo e grandes postos de trabalho.
- Educação financeira e desenvolvimento educacional.
- Orientação financeira e consumo consciente.
- Empreendedorismo no esporte.
- Economia e bens públicos.
- Aprendendo a planejar gastos do dia a dia.
- Consumo consciente e consumismo.
- Fatores comportamentais e educação financeira.
- Vida familiar cotidiana: renda *per capita* = IDH.
- Viver o agora e planejar o futuro.
- Alimentação e saúde no cotidiano.
- Educação financeira e sustentabilidade.
- Consumismo x orçamento familiar.
- Educação financeira básica.
- Economia em nossa vida: como comprar e se precisamos comprar.

Além da diversidade de temas propostos, os Planos de Atividade foram destinados às várias disciplinas constantes da matriz curricular do Ensino Médio.

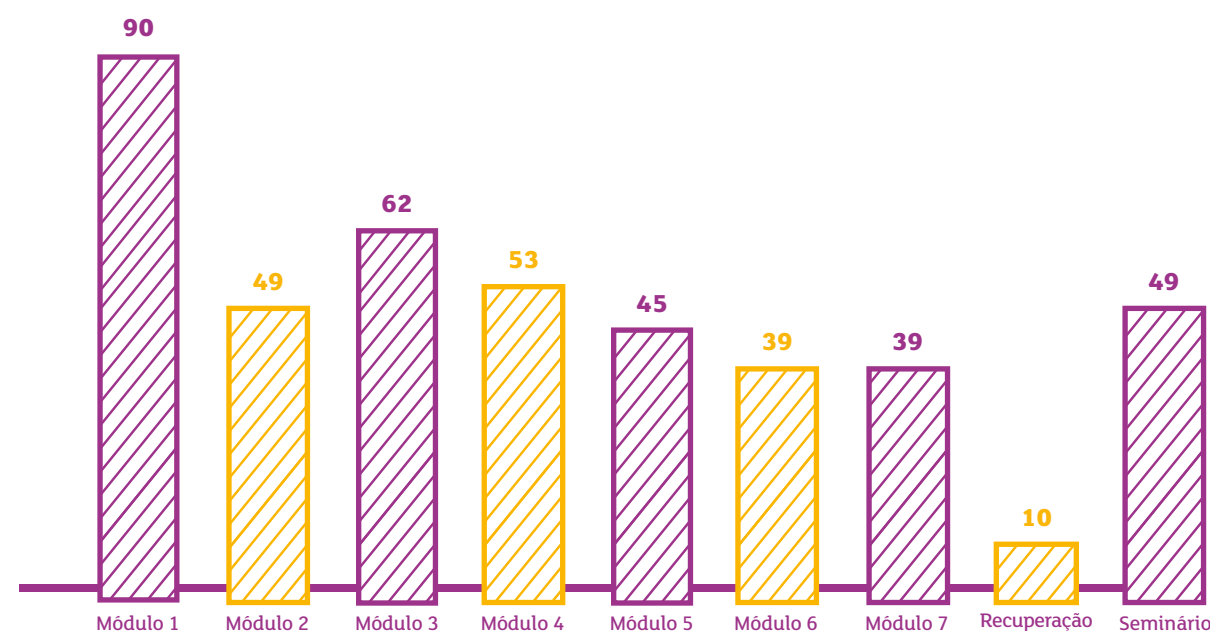
Considerando os professores que participaram do seminário, as seguintes disciplinas foram contempladas nos planos de atividades: 1) Biologia: 3 planos; 2) História: 3 planos; 3) Língua Portuguesa: 5 planos; 4) Química: 3 planos; 5) Física: 3 planos; 6) Sistema Econômico: 3 planos; 7) Geografia: 5 planos; 8) Matemática: 19 planos; 9) Educação Física: 1 plano; 10) Educação de Jovens e Adultos (EJA): 1 plano.

Avaliando o evento como um todo, pode-se afirmar que ele atingiu o objetivo proposto. Os cursistas, os formadores, os tutores e os membros da equipe de trabalho (AEF-Brasil e SEE/MG) puderam conversar e discutir ações de educação financeira nas escolas, estabelecendo estratégias para melhorar a realidade das comunidades de cada um.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

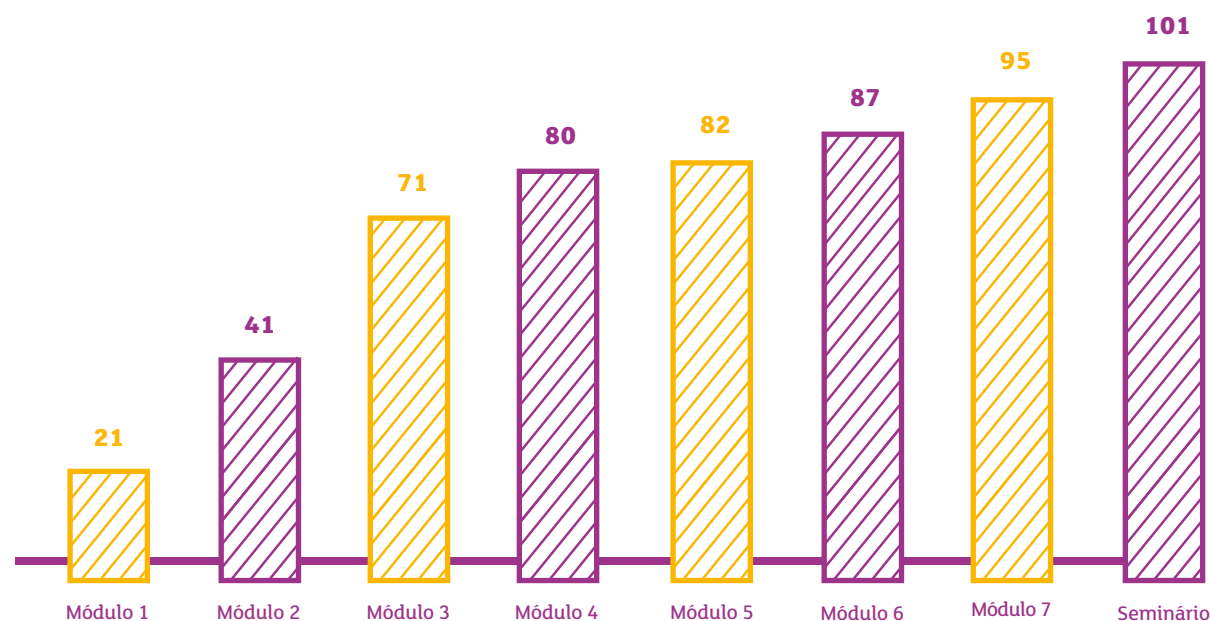
Avaliando o resultado obtido pelo curso, pode-se afirmar que ele atingiu seu objetivo e foi bem-sucedido no geral. Ao todo, 49 cursistas de um total de 150 inscritos concluíram todas as atividades propostas, o que representa uma taxa de retenção de aproximadamente 33%. Esse número ficou abaixo do esperado por toda a equipe, pois, se acompanharmos o quantitativo de cursistas que estavam realizando as atividades, o número girava em torno da média de 61 cursistas (após o fechamento de todos os módulos), como pode ser visto no gráfico a seguir.

CURSISTAS APROVADOS POR MÓDULO



Outro número que chamou a atenção da equipe UNIFEI/DENARIUS foi o número de cursistas que abandonou o curso ao longo dos módulos. O gráfico a seguir apresenta os resultados compilados após o fechamento de todos os módulos.

CURSISTAS QUE NÃO REALIZARAM NENHUMA ATIVIDADE POR MÓDULO.



A quantidade total de cursistas que abandonou os módulos ao longo da execução do curso ficou muito acima do esperado pela equipe UNIFEI/DENARIUS. Apesar disso, o número de abandono se aproxima da média nacional de cursos a distância. Apesar da taxa de abandono, os cursistas que terminaram o curso aproveitaram ao máximo, sendo que a média de nota dos concluintes aprovados foi superior a 90 pontos em um total de 100.

Como descrito em cada módulo, os cursos a distância são profundamente afetados por condições externas ao próprio curso. Especificamente neste caso, os problemas financeiros dos cursistas, causado pela falta de recebimento em dia dos salários, a greve dos caminhoneiros e as eleições de 2018 impactaram no curso.

Exatamente por essas dificuldades que a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (SEE/MG) deve continuar investindo na capacitação de seus servidores, em especial os docentes. Pois são os docentes o elo entre o presente e o futuro de nosso país. E a educação financeira é a ponte para um futuro financeiramente estruturado.

Assim, pode-se avaliar que a execução do curso foi bem-sucedida, pois todos os objetivos propostos foram alcançados. Ressalta-se que o trabalho de educação financeira se assemelha ao de educação ambiental ou empreendedora, pois elas devem ser perenes para que os resultados possam ser observados no longo prazo.

REFERÊNCIAS

- SAVOIA, J. R.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. A. *Paradigmas da Educação financeira no Brasil*. RAP. v.41, n.6, p.1121-1141.
- SANTOS, L. R. *Educação financeira na Agenda da Responsabilidade Social Empresarial*. Boletim Responsabilidade Social e Ambiental do Sistema Financeiro. Banco Central do Brasil, a.4, n. 39. fev/2009.
- SEVERINO, A. J.; PIMENTA, S. G. *Apresentação*. In: PIMENTA, S. G.;
- ANASTASIOU, L. das G. C. *Docência no ensino superior*. São Paulo: Cortez, 2002. v. 1.

Capítulo 9

Educação financeira e psicologia econômica: uma breve discussão e algumas recomendações

Vera Rita de Mello Ferreira⁵⁵

Claudia M. J. Forte⁵⁶

Este capítulo examina um recorte de interseção entre as áreas de educação financeira e psicologia econômica. O objetivo é discutir a importância do diálogo entre elas, com base em material produzido por organizações e países considerados *benchmarks* em educação financeira, como a OCDE-Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, o Reino Unido, a Austrália e outros, junto a dados colhidos ao longo de uma trajetória de 27 anos na área de psicologia econômica e, nos últimos 15 anos, em trabalhos e análises dedicados à educação financeira.

À medida que se mostra crescentemente relevante, essa combinação recebe cada vez mais atenção por parte de formuladores de políticas na área, desenvolvedores e executores de programas de educação financeira, assim como a sociedade em geral. Como iniciativas dessa natureza podem impactar favoravelmente as decisões dos cidadãos e o país como um todo quando bem-sucedidas, temos visto, nos últimos anos, o crescimento de literatura sobre educação financeira e, ainda em menor número, publicações voltadas para o eixo que inclui educação financeira e emprego de *insights* psicológicos (OECD, 2019⁵⁷; IOSCO OECD,

55. Doutora em Psicologia Social (PUC-SP), consultora para os setores público e privado e professora de psicologia econômica, educação financeira e arquitetura de escolha, pelo Vértice Psi; membro do Comitê de Pesquisa da INFE-International Network for Financial Education, da OECD, e representante no Brasil da IAREP-the International Association for Research in Economic Psychology.

56. Doutora em Integração da América Latina, professora, pesquisadora e consultora. Superintendente na AEF-Brasil desde dezembro de 2015.

57. Disponível em: <http://www.oecd.org/financial/education/smarter-financial-education-behavioural-insights.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.

2018⁵⁸; OECD, 2017⁵⁹; Australian Government⁶⁰, 2015; World Bank⁶¹, 2015; OECD e Russia⁶² Trust Fund, 2013; FERREIRA, 2012; FERREIRA et al, 2012; INSTITUTE FOR GOVERNMENT, 2010; VAN RAAIJ ET AL, 2008 são alguns deles).

De acordo com a OCDE, (e reconhecida pelo G20), a educação financeira é uma combinação de consciência, conhecimento, habilidade, atitude e comportamento necessários para tomar decisões financeiras sólidas e, em última instância, alcançar o bem-estar financeiro individual (ATKINSON e MESSY, 2012), enquanto a educação financeira é um dos processos usados pelos formuladores de políticas para tentar melhorar os níveis de alfabetização financeira (OCDE, 2019). Uma definição anterior de educação financeira afirmava ser ela “o processo pelo qual os consumidores financeiros, investidores e micro e pequenos empreendedores melhoram sua compreensão dos produtos, conceitos e riscos financeiros e, por meio de informações, instruções e/ou conselhos gerais objetivos, desenvolvem as habilidades e a confiança para se tornarem mais conscientes dos riscos e oportunidades financeiros, para fazerem escolhas informadas, para saberem onde pedir ajuda e para tomarem outras ações eficazes para melhorar seu bem-estar financeiro” (OCDE, 2005).

Em sua essência, porém, a educação financeira, em suas nem tão diferentes nuances, abrange a administração do dinheiro em contextos como poupar, usar crédito, investir, planejar, fazer orçamentos, preparar-se para a velhice e a aposentadoria e outros. De acordo com a OECD (2013), os objetivos de programas de educação financeira são, portanto: melhorar a educação dos consumidores, seu conhecimento sobre serviços financeiros e a transparência destes; ajudar os consumidores a tomar decisões mais bem fundamentadas sobre suas finanças e aumentar sua capacidade para fazer isso; tornar os temas financeiros compreensíveis para o público em geral; desenvolver a capacidade de pessoas comuns tomarem decisões conscientes do risco envolvido.



Os programas surgem também para responder a uma lacuna identificada por governos, gestores e outras autoridades do sistema financeiro e econômico: de modo geral, populações, ou “consumidores”, expressão comumente encontrada na literatura sobre o tema, sentem-se mais confiantes em sua própria capacidade de tomar decisões econômicas e financeiras do que seu real conhecimento sobre o assunto permitiria suportar. Logo, um dos objetivos preliminares dos programas de educação financeira seria aumentar a percepção do público-alvo sobre essa sua necessidade, de modo que possa, então, buscar meios de incrementar suas informações sobre o assunto (Australian Government, 2008).

Entre os motivos listados para justificar a preocupação de governos, instituições financeiras e outras organizações com o tema está o fato de os mercados financeiros virem se tornando cada vez mais complexos nas últimas décadas, ao lado do crescimento de uma “imposição” de maior autonomia e responsabilidade ao indivíduo com respeito a suas decisões econômicas e financeiras.

Com o advento da crise de 2008, programas de educação financeira passaram a ganhar crescente visibilidade em todo o mundo, ao mesmo tempo que dois pontos também começaram a se evidenciar:

1. Oferecer apenas informações técnicas talvez não fosse suficiente para evitar crises como aquela, com enorme potencial para desestabilizar as finanças e economias de grande parte do mundo, fosse de forma direta, como foi o caso com as economias desenvolvidas, fosse de maneira indireta, nem sempre imediata, porém com efeitos igualmente deletérios, em economias emergentes e países pobres, como reflexo do impacto dos primeiros; apenas informar pode mudar crenças, valores, atitude mental e intenções – mas não garante que, no momento da ação, a orientação seja seguida;

2. Havia, efetivamente, necessidade de desenhar programas e estratégias que respondessem de forma adequada à necessidade de preparação de indivíduos e grupos para mover-se em economias cada vez mais complexas, reduzindo sua exposição a riscos sistêmicos ou pessoais, no que se refere às finanças (bem como, em muitos casos, também a outros recursos escassos, além do dinheiro).

58. Disponível em: <http://www.oecd.org/finance/The-Application-of-Behavioural-Insights-to-Financial-Literacy-and-Investor-Education-Programmes-and-Initiatives.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.

59. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1787/9789264270480-en>

60. Disponível em: <http://www.apsc.gov.au/publications-and-media/archive/publications-archive/changing-behaviour>. Acesso em: 10 jan. 2021.

61. Disponível em: <http://documents1.worldbank.org/curated/en/645741468339541646/pdf/928630WDR0978100Box385358B00PUBLIC0.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.

62. Disponível em: http://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/TrustFund2013_OECDImproving_Fin_Ed_effectiveness_through_Behavioural_Economics.pdf. Acesso em: 10 jan. 2021.

Após a euforia pré-crise, o pânico vivido pelos mercados financeiros diante das profundas mudanças de cenário, inesperadas até para agentes experientes, indicava a presença de inegáveis fatores psicológicos naquele fenômeno e demonstrava, de maneira bastante límpida, como sentimentos, pensamentos e comportamentos de grupos e indivíduos poderiam ter impacto extenso e duradouro sobre eventos econômicos (FERREIRA, 2011, 2008; TUCKETT, 2011).



Contudo, uma análise realizada por Ferreira e Lima em 2009 não identificou iniciativas que integrassem ferramentas de cunho psicológico nesses programas até aquele momento, permanecendo o grande desafio: como ajudar as pessoas a levar a cabo as orientações recebidas, e mantê-las ao longo do tempo, isto é, mudar hábitos e comportamentos. No Brasil, como nos demais países, esse desafio está presente, mas não é o único que requer ser respondido pelas iniciativas de educação financeira, conforme pode ser visto a seguir.

1. O CENÁRIO BRASILEIRO

A preocupação com finanças pessoais (FRANKENBERG, 1999) e educação financeira começa a emergir no Brasil com maior nitidez depois do Plano Real, que estabilizou a moeda, após décadas de inflação alta. Mais especialmente, surgem iniciativas, inclusive por parte do governo federal, na segunda metade dos anos 2000, quando a ENEF - Estratégia Nacional de Educação Financeira começa a ser desenhada. O avanço de programas no país tem sido ao mesmo tempo crescente e insuficiente. Nunca se falou tanto sobre o tema, com generosa cobertura da mídia especializada (em áreas como finanças em geral, finanças pessoais, economia, defesa do consumidor, empreendedorismo), nem tantas iniciativas foram lançadas como nos últimos anos, algumas delas relatadas ao longo deste livro, embora importantes problemas na maneira como a população administra suas finanças na prática ainda sejam detectados.



Em que pese não haver índices suficientes de educação financeira sequer nas economias estáveis e desenvolvidas, no Brasil, que tampouco os tem, outras particularidades devem também ser levadas em conta quando do desenho e formulação, seja de políticas públicas, seja de outras iniciativas na área.

Historicamente, obstáculos ao desenvolvimento de capacitação financeira remetem ao passado inflacionário que desencorajou, ao longo de décadas, qualquer tentativa de organização financeira por parte da população, em especial no que se refere ao planejamento de médio e longo prazo,

e à poupança. O período de 1985-1994 configurou o ápice do fenômeno inflacionário, acompanhado da espiral representada por indexação e correção monetária, com diferentes moedas vigorando, uma após outra, muitas vezes por curtíssimos espaços de tempo (FERREIRA, 2000; 2008). Essa experiência nacional desestimulou o cuidado com as próprias finanças, uma vez que o único objetivo da população era proteger seu dinheiro, a cada dia, da ameaça da inflação, que, ao corroer o poder de compra em níveis alarmantes (2.477% ao ano, em 1993, por exemplo), induzia ao consumo imediato – a transformação da renda em produtos reduzia perdas que se teria, caso a transação ocorresse mais à frente, quando o dinheiro valeria menos.

Considerando que 27 anos se passaram desde a estabilização da moeda, em 1994, isso significa que apenas uma geração de jovens adultos viveu afastada dessa influência, sofrida por seus pais e familiares, de modo que planejamento financeiro e poupança são, ainda, relativas novidades na maior parte dos lares brasileiros. A falta de familiaridade com investimentos – não apenas aqueles mais sofisticados, mas os que envolvem o comportamento de investir de forma regular como parte do repertório da organização financeira pessoal – igualmente marca o brasileiro típico, que, na rara eventualidade de aplicar seu dinheiro, o faz na tradicional caderneta de poupança, que, no momento, lhe traz retorno negativo, isto é, abaixo da inflação.

Ao mesmo tempo, o país também se caracteriza por uma das maiores taxas de juros do mundo, cobrada por cartões de crédito e cheque especial, que impacta diretamente o uso do crédito por parte da população, resultando em índices crescentes de endividamento pessoal e familiar, acompanhados de inadimplência em muitos casos.



O quadro foi amplificado pela cultura de consumo excessivo, característica do mundo contemporâneo, que responde à estratégia de *obsolescência programada*, um dos pilares do capitalismo moderno. A partir da crise iniciada em 2014-15, esse consumo foi reduzido em função da perda de renda e da diminuição da oferta de crédito, agravando-se ainda mais no período da pandemia Covid-19, ao longo de 2020-21. De todo modo, para o cidadão, os benefícios potenciais proporcionados pela aquisição dos bens são, por vezes, subtraídos pelos problemas mais amplos de sustentabilidade (extração de matéria-prima e descarte final inadequados) ou mais diretos, de endividamento, caso utilize crédito para comprá-los.



Para completar, apesar de a longevidade avançar em todos os segmentos da população, a cultura previdenciária ainda se encontra em seus primórdios no país, com a maior parte das pessoas dividindo-se entre o desamparo e a insuficiente cobertura oferecida pela previdência pública, atualmente alvo de sérias dúvidas quanto à sua capacidade de manter-se sustentável ao longo das próximas décadas. Assim, aquela que poderia representar uma importante *janela demográfica de oportunidade*, quando a maior parcela da população encontra-se em idade produtiva, e os idosos ainda não são maioria, corre o risco de não ser devida, urgente e necessariamente aproveitada. Contudo, numa cultura pouco habituada a poupar, planejar ou preparar-se adequadamente para o futuro, com desconhecimento das consequências de tais comportamentos, há motivos para apreensão quanto ao aproveitamento dessa oportunidade, que não voltará a ocorrer, pelo menos dentro do horizonte conhecido. E, diante da crise econômica iniciada em 2014, que se prolonga e se agrava durante a pandemia Covid-19, esse quadro se afigura desalentador.

Todos esses fatores clamariam por boas iniciativas de educação financeira, adjutórias a políticas públicas e de movimentos consistentes em direção à sustentabilidade por parte do setor privado, a fim de preparar o país para enfrentar muitos de seus problemas socioeconômicos e poder se desenvolver de fato, isto é, com inclusão de todos os segmentos da sociedade, e não em detrimento daqueles mais vulneráveis (FERREIRA, 2010).

No entanto, os baixos índices educacionais encontrados na população agravam ainda mais o cenário, como revelam os dados do Pisa: na prova de matemática, a média da OCDE é 489, e os estudantes brasileiros alcançaram a nota 384, deixando o Brasil entre o 69.º e o 72.º lugar num ranking de 78 países. Quando há dificuldade para expressão e compreensão da linguagem, e em operações matemáticas básicas, o acesso a qualquer outra informação e o processo de aprendizagem em si encontram obstáculos importantes, que trazem a necessidade de se conceber programas de educação financeira capazes de contorná-los de modo satisfatório, enquanto se buscam, concomitantemente, avanços no campo da educação em seu sentido mais amplo. No entanto, além das considerações listadas acima, torna-se necessário analisar aquele que é o eixo central desta discussão: as implicações da psicologia das decisões nos programas de educação financeira, conforme delineado na próxima seção.



2. O DESAFIO ESSENCIAL

Compreender o que se passa na mente durante o processo decisório informa os programas de educação financeira de dois modos:

1. Permite se aprofundar nas razões que, frequentemente, levam as pessoas a equivocarem-se em suas escolhas financeiras;

2. Ilumina estratégias para melhor atingir o público-alvo selecionado, a fim de que seu comportamento possa ser, de fato, mudado em direção a uma maior capacitação na área.

Autores da psicologia econômica, da economia comportamental, das finanças comportamentais ou das ciências da decisão ou comportamentais, disciplinas que vêm estudando essas questões, propõem uma designação geral para explicar os mecanismos psíquicos que regem os processos de percepção e avaliação de dados, os quais precedem as decisões. Segundo eles, haveria **dois grandes tipos de funcionamento cognitivo**, operantes todo o tempo no processamento de informações pela mente:

O **Sistema 1**, semelhante a um piloto automático, sempre pronto a reagir instantaneamente e, por isso, chamado de *intuitivo*, posto que envolve impulsos rápidos, que prescindem de maiores análises; e o **Sistema 2**, mais lento, porém capaz de exames mais minuciosos das situações, ou seja, de deliberar e pensar de forma mais completa e cuidadosa (KAHNEMAN, 2002, 2011).

Alguns autores os aproximam, respectivamente, dos conceitos de *eu-quente* e *eu-frio* (THALER e SUNSTEIN, 2008).

O *Sistema 1* e o *Sistema 2* não estão associados a regiões do cérebro, e são apenas um recurso didático para facilitar a compreensão de suas dinâmicas, escolhido, justamente, porque o *Sistema 1* sente-se atraído por histórias com “personagens”, isto é, agentes ativos, com personalidades, hábitos e habilidades, que oferecem sentido mais prontamente, o que facilitaria a compreensão desses conceitos (KAHNEMAN, 2011).

Ao *Sistema 1* atribui-se um funcionamento rápido, automático, sem esforço, baseado primordialmente em associações geradas pela mente de forma ininterrupta, sendo impossível para o indivíduo controlar ou desligar seu fluxo. Dessa forma, é resistente a aprender a efetuar mudanças, embora



possa ser treinado para tornar automáticas certas atividades e funções, mediante repetições. As reações ditas *instintivas* ou *intuitivas*, que ocorrem de modo quase instantâneo e difícil de controlar, sem demandar esforço, são geradas pelo *Sistema 1*, como percepção, associação, emoção, avaliação, que vêm à mente de maneira natural, por meio de ‘encaixes’. É o modo mais frequente de operar mentalmente. É também o mais primitivo, e está presente na mente humana desde seus primórdios.

Ao longo do tempo, foi sendo desenvolvido para responder a estímulos mais urgentes, com o objetivo primeiro da sobrevivência imediata, conforme mostrava-se necessário no contexto de nossos ancestrais, que deviam sua vida à rápida identificação de ameaças e recursos. O homem moderno não está mais sujeito a condições tão extremas, mas agora sua sobrevivência no médio e no longo prazo, com demandas mais complexas, passa a ter de ser incluída em seu radar, em função do aumento significativo da longevidade. No entanto, a evolução do *Sistema 1* não acompanhou por completo essas mudanças e ele permanece atrelado a avaliações de curto prazo, guiando-se primordialmente por busca de coerência e conforto cognitivo, ou seja, condições que tragam sempre alívio para a sensação de tensão e gratificação imediata de seus impulsos sempre que possível. Uma vez que o conforto revela-se como o principal requisito, a mente pode satisfazer-se com ilusões e aparência, desde que reduzam o mal-estar causado por perguntas não respondidas, contradições, inconsistências, ausência de padrões e sentido, frustrações.

Uma vez aliviada em sua tensão interna, a mente julga não ser necessário continuar ponderando e analisando dados, a fim de conhecer melhor a situação sobre a qual deve deliberar e, em algum momento, decidir. Buscar mais informações, aprofundar e desafiar as que já possui, rever situações passadas, testar alternativas, buscar respostas para questões que permanecem desconhecidas – em outras palavras, pensar, o que exige algum grau de esforço deliberado e consciente –, é algo que não é regido pelo piloto automático representado pelo *Sistema 1*. Ao contrário, ele ganha velocidade e agilidade mediante perda de rigor e precisão, fundamentando-se na repetição de padrões e ações que, em sua maior parte, tiveram sucesso, ainda que possam não mais se aplicar a novas situações e problemas. Assim, por ser rápido, parcial e impreciso, mostra-se vulnerável a diversos equívocos de percepção, memória e avaliação de dados, sejam eles cenários externos, condição interna (psíquica), ou considerações que incluam o longo prazo.

No entanto, apesar de suas limitações, é justamente o *Sistema 1* o responsável por executar ações, o que pode explicar inúmeros erros de análise, avaliação e, em consequência, de escolhas e atuação, comumente encontrados, os chamados *erros sistemáticos*, fruto do recurso a heurísticas ou atalhos mentais que, por sua vez, geram vieses, conforme identificados por pesquisadores da área (há ampla literatura a esse respeito, com destaque para TVERSKY e KAHNEMAN, 1974; KAHNEMAN e TVERSKY, 1979; além de EARL, 2005; e, em português, ÁVILA E BIANCHI, 2015; KAHNEMAN, 2011; THALER E SUNSTEIN, 2008; FERREIRA, 2007a, 2008, 2011a, 2014, entre outros).

Ao mesmo tempo, ensinar o *Sistema 1* mostra-se um enorme desafio – e é esse o maior desafio para a educação financeira. Sendo o executor das escolhas, sobre ele deveriam recair as recomendações para que estas fossem bem-sucedidas. Mas como atingir esse objetivo se suas ações são mais automáticas e voltadas para a rápida execução de atividades em prol de conforto cognitivo imediato, sem maior consideração por consequências?

Com operações mais lentas, em sequência lógica e levando em conta o tempo, o *Sistema 2*, mais recente na mente humana, é responsável pelas operações que envolvem maior deliberação. Para executar suas funções, ele deve exercer controle sobre as associações, geradas de forma contínua pelo *Sistema 1* e pelos impulsos, que se apresentam à mente de maneira constante. O esforço e a concentração necessários ao autocontrole, todos eles recursos finitos, podem gerar sobrecarga e esgotar o *Sistema 2*, de modo que, se estiver concentrado no exame e na resolução de um problema, dificilmente conseguirá administrar outra situação ao mesmo tempo. Por isso, e por estar a mente humana menos habituada a operar dessa maneira, em comparação com o *Sistema 1*, as atividades associadas ao *Sistema 2* ocorrem com menor frequência. São elas, porém, as que apresentam maior sofisticação, tais como o raciocínio, representações conceituais, linguagem e capacidade de funcionar com flexibilidade, conforme as diferentes circunstâncias o exigirem, reflexão, manutenção de foco, atenção, memória e julgamento criterioso dos dados, com menor parcialidade, e capacidade de integrar o longo prazo em suas ponderações. Logo, é o responsável por planejar ações, expressar intenções, e procurar as soluções mais adequadas.

É esse o grande desafio da educação financeira: embora o *Sistema 2* seja o mais adequado para avaliar perspectivas e fazer escolhas, o momento da ação cabe, de fato, ao *Sistema 1*, o eu-quente, que realiza essas

tarefas dentro das suas limitações e sujeito a inúmeros equívocos. O *Sistema 1* é capaz de gerenciar as atividades básicas da vida cotidiana de maneira satisfatória, já que muitas delas podem ser feitas de modo quase automático, como guiar um carro ou desempenhar outras ações rotineiras. Mas, se for exigido para responder a situações mais complexas, pode cometer erros, uma vez que, entre outros problemas, tende a responder a perguntas mais fáceis do que o que foi perguntado de fato, ignorar estatísticas, e demonstrar pouca compreensão de lógica. Adicionalmente, existe a condição de não poder ser “desligado”, o que pode gerar conflitos entre reação automática e tentativa de controle, exercida pelo *Sistema 2*. Isso aumenta a vulnerabilidade do *Sistema 1* às ilusões, pois é o *Sistema 2* que se mostra mais capacitado para desconfiar das primeiras impressões que ocorrem à mente, de forma automática, e ser mobilizado para aumentar o esforço de análise e contenção do impulso.

Por outro lado, tampouco o *Sistema 2* está imune ao erro. Assim, quando nem sequer dá-se conta de que há um erro na iminência de ser cometido, não será capaz de evitá-lo. Ou, ainda que reconheça indícios de erros, impedi-los depende de monitoramento atento e cuidadoso, o que requer uma atividade de esforço para o *Sistema 2*, impondo um gasto de energia que o organismo, em geral, busca poupar (ainda na perspectiva de privilegiar sua própria sobrevivência imediata).

De todo modo, vigilância permanente não seria apenas impraticável, mas nem sequer faria sentido ou teria eficiência na vida normal, uma vez que o *Sistema 2* é lento demais para substituir satisfatoriamente o *Sistema 1* nas decisões rotineiras. Assim, o ideal seria uma solução de compromisso: aprender a reconhecer situações em que os erros são mais prováveis – como no caso dos erros sistemáticos – e tentar evitar que eles ocorram, quando as consequências forem mais sérias. Nesse caso, acionar o *Sistema 2* seria o mais indicado, enquanto se detém o *Sistema 1* em sua busca constante por respostas rápidas, o que pode frear o esforço para pensar – a facilidade de ter encontrado uma resposta, ainda que ilusória, incompleta ou equivocada –, ergue uma barreira a seguir pensando. Outros estudos também já estabeleceram uma conexão entre capacidade de pensar e autocontrole, como no caso do teste do *marshmallow* realizado com crianças de diferentes idades, por exemplo.



DOIS MODOS DE FUNCIONAMENTO MENTAL

SISTEMA 1 rápido	vs.	SISTEMA 2 devagar
impulsos	vs.	reflexão
associações	vs.	raciocínio
automático (miope)	vs.	pondera (íntegra)
curto prazo	vs.	longo prazo
execução	vs.	planejamento
ação	vs.	intenção
eu-quente “adestrável”	vs.	eu-frio “educável”
PSICOLOGIA	com	EDUCAÇÃO

Tentar reduzir a distância entre intenção e ação, entre o que é planejado e o que se efetua é a tarefa para a qual a psicologia econômica e suas disciplinas irmãs são chamadas nos programas de educação financeira. Compreender o processo de tomada de decisão seria o primeiro passo para desenhar tais programas. Levando em consideração as limitações cognitivas e emocionais presentes nos processos de percepção, memorização e avaliação de dados, que levam ao emprego de heurísticas e, conseqüentemente, ao enviesamento na análise de perspectivas e erros sistemáticos nas escolhas, pode resultar em recomendações mais precisas para o desenho de programas e sua implementação.

3. CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA ECONÔMICA PARA INICIATIVAS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Muitas são as variáveis a considerar desde esse eixo. Por exemplo, os significados psicológicos do dinheiro, que nunca é neutro, terão de ser abordados em suas dimensões culturais, sociais, familiares e subjetivas, tanto para as pessoas que receberão os programas de educação financeira como para aqueles que os ministrarão ou prepararão o material necessário.

O fato de termos o autocontrole como uma função exclusivamente presente – não há “autocontrole futuro”, ou ele está presente no momento requerido, ou é uma abstração, cercada de incerteza quanto à sua realização futura – impõe a necessidade de desenvolvê-lo de modo suficiente para que possa se manifestar quando esta for a intenção da pessoa.

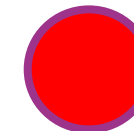
Da mesma maneira, outros vieses já mencionados, que podem ser agrupados sob a rubrica da quase permanente tentativa de reduzir a tensão interna, mediante a busca de conforto cognitivo e alívio emocional,

com preferência pelo curto prazo, também deverão ser examinados, pois apontam para comportamentos que indicam preferência por: o que for compatível com as próprias crenças, expectativas e desejos, ainda que não passe de ilusões (por exemplo, pirâmides ou esquemas Ponzi); usufruir do conforto da companhia, com sentimento de pertencimento (o popular *comportamento de manada*, presente do consumo aos investimentos); tudo que se apresentar como simples, fácil e rápido de entender, independentemente de sua consistência ou benefício (aplicações na caderneta de poupança em tempos de inflação alta, e ato de evitar produtos financeiros mais complexos, mas que ofereçam melhor rendimento, ou contratos assinados sem pleno conhecimento de seu conteúdo).

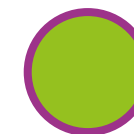
Também dentro do objetivo maior de “poupar-se”, isto é, guiando-se pelo **semáforo emocional** (FERREIRA, 1993, 2007a, 2008, 2011a), que franqueia a entrada na consciência para os estímulos agradáveis, como mencionado acima, enquanto impede o acesso a ela daqueles que possam trazer desconforto ou sentimentos associados à frustração, ainda quando reais e merecedores de atenção e providências, observa-se que a mente busca evitar, a todo custo: experiências de perda, mesmo que isso possa implicar correr riscos maiores que o normal (como no caso de não se desfazer de aplicações que estejam caindo, até o ponto em que se torna insustentável mantê-las e o prejuízo acaba sendo maior), situações de incerteza e ambiguidade (quase a regra, no mercado financeiro e, em especial, aquelas que envolvem o longo prazo, invisível no horizonte presente), sentimentos de exclusão (novamente, o *comportamento de manada*), desconhecimento e ansiedade (que podem levar a pessoa a praticar atos com o objetivo puro e simples de se livrar desse desconforto, como escolher produtos financeiros incompatíveis com sua situação ou comprar mais do que poderia, usando crédito sem meios para honrá-lo dentro de suas condições) e, por fim, o próprio comportamento de tomar decisões, que costuma ser temido e causador de angústia, levando a tentativas de “terceirização” das próprias escolhas, o que traz uma importante consequência – se alijada do processo decisório, a pessoa terá dificuldade para aprender com suas experiências, que são a mais importante fonte de aprendizado real disponível, pois atingem também o nível emocional da psique.

O SEMÁFORO EMOCIONAL

PRIMEIRO VÊM OS IMPULSOS,
AS **EMOÇÕES**, AS REAÇÕES AUTOMÁTICAS!



desprazer = tchau!
(sem olhar consequências)



prazer = bem-vindo!
(mesmo se ilusório...)

Todas as operações consideram apenas o
curto prazo – e podem permanecer no nível inconsciente!

Considerando esse cenário de vastos desafios, permanece a pergunta: o que muda comportamento? E o que poderia ser feito para favorecer essas mudanças, numa perspectiva de educação financeira?

Alguns especialistas, inclusive em certos governos, têm se debruçado sobre essas questões, e propõem algumas diretrizes básicas:

A. MUDANÇA DE COMPORTAMENTO – DESAFIOS E ESTRATÉGIAS

a1. O *Institute for Government*, no Reino Unido, é uma organização não governamental voltada para o incremento da eficiência do governo. Em 2010, eles lançaram o *MINDSPACE Behavioural Economics*, com insights psicológicos que poderiam informar políticas públicas em áreas como redução da criminalidade, obesidade, sustentabilidade ambiental, por meio de publicações conjuntas com o governo britânico, tais como *MINDSPACE – The Practical Guide – Influencing behaviour through public policy*. Nesse guia, podem ser encontradas explicações breves sobre componentes psicológicos, acompanhados de sugestões sobre como torná-los ferramentas para mudança de comportamento. Abaixo, são apresentados nove desses elementos:



Elementos que nos influenciam	Como nos influenciam?	Como usar essa “influência”?
Mensageiro	Somos muito influenciados por quem comunica a informação.	Logo, use a melhor pessoa ou canal para fornecer educação/informação.
Incentivos	Nossas respostas a incentivos são formatadas por atalhos mentais previsíveis, como a forte aversão a perdas.	Logo, ofereça incentivos para mudar comportamento, que considerem esses atalhos
Normas	Somos muito influenciados por aquilo que os outros fazem.	Logo, ofereça informação relativa aos pares, isto é, pessoas como você.
Padrões	Acompanhamos a “onda”, em opções predefinidas	Logo, use um comportamento desejado como opção-padrão para encorajar a ação almejada.
Saliência	Nossa atenção é atraída pelo que é novo e parece relevante para nós.	Logo, ofereça <i>feedback</i> para encorajar a administração das finanças.
<i>Priming</i> /Afeto	Nossas ações são frequentemente influenciadas por indicações inconscientes.	Logo, use imagens que influenciem o comportamento na direção desejada
Afeto	Nossas associações emocionais podem impactar nossas ações de forma poderosa.	Logo, apresente resultados de modo a invocar determinados sentimentos ou influenciar comportamento (englobando saliência e afeto).
Comprometimento	Buscamos ser consistentes com nossas promessas públicas e dar reciprocidade aos atos.	Logo, comprometa-se com uma ação ou comportamento, e estabeleça metas e objetivos realistas.
Ego	Agimos de maneira a nos sentir melhor com relação a nós mesmos.	Logo, faça <i>check-ups</i> de saúde financeira que desafiem suas próprias crenças e normas negativas.

A identificação e a inclusão de elementos dessa natureza podem representar um avanço significativo no desenho de programas de educação financeira especialmente formatados para seu público-alvo, tal como deveria ocorrer.

a2. Outro exemplo vem do governo da Austrália (AUSTRALIAN GOVERNMENT, 2014), que também fornece um interessante guia para mudança de comportamento, com foco em decisões financeiras, base em *insights* psicológicos e outros, originados no *marketing* social, sempre fundamentados em achados de pesquisa. A seguir, alguns desses exemplos, acompanhados de suas justificativas:

a) promover comportamentos passo a passo, orientados para a ação, já que esse tipo de comportamento tem maior probabilidade de engajar as pessoas que estejam considerando mudanças ou já prontas para tomar uma decisão;

b) considerar – e endereçar – as barreiras para o processo decisório; essa tarefa demanda uma análise cuidadosa da situação, uma vez que, frequentemente, os comportamentos encontram-se mesclados e mergulhados em tantas variáveis ambientais que não se torna tarefa trivial identificar e radiografar cada um deles;

c) fornecer benefícios imediatos ao consumidor, pois é mais fácil relacionar-se com o que beneficia de forma instantânea do que com aquilo que só chega no longo prazo e é abstrato;

d) oferecer informação no momento da tomada de decisão, quando há maior potencial de aprendizado e o novo comportamento tem maior probabilidade de ser posto em prática.

Com esses elementos, busca-se adotar uma abordagem sob medida, ou adequada ao ciclo de vida, para exercer impacto sobre a tomada de decisão financeira, ou seja, investe-se no fornecimento de informações e apoio no momento certo, quando é possível beneficiar o cidadão em direção a resolver um problema imediato, ou esclarecer sobre uma escolha financeira. Segundo eles, ao longo do tempo, essas interações, ou “momentos de aprendizagem” (*teachable moments*) podem abrir portas para novos aprendizados e para o desenvolvimento de habilidades, construir pontos fortes e experiências decisórias individuais, e expandir o conhecimento e a capacidade, o que, por sua vez, aumenta a resiliência pessoal, de modo a tornar as pessoas mais capazes tanto de evitar crises e estresse financeiros quanto de sair de problemas financeiros de modo satisfatório.





Eles adicionam (AUSTRALIAN GOVERNMENT, 2007) ainda outras diretrizes, que podem ser usadas em programas de educação financeira, e em outros setores:

- e) aproveitar campanhas anteriores já existentes e bem-sucedidas, isto é, não desperdiçar recursos como tempo, dinheiro e pessoas tentando reinventar a roda;*
- f) começar com os públicos-alvo que já estiverem mais prontos para agir, embora a esse respeito se possa discutir se, diferentemente da economia mais avançada, estável e igualitária, conforme encontrada na Austrália, no caso brasileiro, essa estratégia mantém seu sentido ou o mais adequado seria, de fato, focar naqueles mais vulneráveis;*
- g) promover um comportamento de cada vez, que possa ser executado, um por vez;*
- h) realçar os custos dos comportamentos alternativos àqueles que se pretende mudar (quanto custaria não mudar o comportamento atual);*
- i) promover um objeto tangível ou um serviço para ajudar o público-alvo a realizar o comportamento; além de: considerar incentivos não monetários como forma de reconhecimento e destaque; colocar um pouco de diversão e/ou humor nas mensagens; usar canais de mídia no momento da tomada de decisão; encorajar compromissos e comprometimento, e usar lembretes para a manutenção do comportamento.*

Adaptar as diretrizes acima a programas concretos requer uma análise cuidadosa dos diversos elementos que se espera contemplar com eles. A seguir, discutiremos alguns deles.

B) ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PARA O DESENHO DE PROGRAMAS

Elaborar programas de educação financeira também se revela um desafio, pois inúmeros fatores devem ser atendidos para que haja chance de atingir a meta de levar informação adequada e, mais importante, para que esta seja, de fato, utilizada e benéfica para o público-alvo. Assim, para a concepção de programas de educação financeira, alguns pontos a se considerar inicialmente são:

- tamanho da população, sua identidade, segmentação e público-alvo almejado, por meio de levantamento compatível com tais propósitos; particular atenção deve ser dada às iniciativas de inclusão financeira, que terão de vir acompanhadas de educação financeira (por conta da conjunção de problemas como analfabetismo funcional, desconhecimento do sistema financeiro e acesso inédito a renda), e a microfinanças em geral;

- estabelecimento de objetivos, que nortearão os métodos a ser empregados e, a seguir, dos indicadores, em sintonia com aqueles, para balizar as futuras avaliações;
- análise das implicações de se ter o dinheiro visto como tabu e, sendo esse o caso, como endereçá-las, pois esse aspecto pode comprometer o trabalho de treinadores e multiplicadores, além do próprio público-alvo;
- seleção e utilização das estratégias e, em particular, como alcançar escala de massa, quando for esse o caso;
- seleção (entre pares, de preferência) e treinamento dos treinadores ou multiplicadores, que deve ir além dos aspectos técnicos, para contemplar também atitudes, tais como um grau satisfatório de conforto com as próprias finanças, senso ético e de cidadania, capacidade de se relacionar com o público-alvo sem julgar seus comportamentos, entre outras;
- estabelecer parcerias produtivas com entidades que poderão fornecer conteúdo, estratégias, contatos e credibilidade, entre outros importantes elementos;
- distribuição planejada e criteriosa dos recursos (humanos e materiais), com vistas à sua sustentabilidade, isto é, à manutenção do programa ao longo do tempo;
- preferencialmente, desenho e execução de piloto, para efeito de teste inicial, que permita comparar grupo controle versus grupo intervenção, e/ou acompanhamento minucioso de seu impacto, e posterior definição de parâmetros, que guiarão a formulação do programa final;
- ritmo da entrega, com atenção ao risco de obsolescência, já que o conteúdo deve apoiar-se em assuntos atuais, a fim de fazer sentido para o público-alvo (recorrer a estratégias *on-line* pode reduzir esse risco, por exemplo, até certo ponto);
- “naturalizar” o tema, disseminando-o tanto quanto possível, a fim de que se torne um assunto de atenção diária, tão automatizado como aqueles referentes a cuidados e higiene pessoais, por exemplo;
- monitoramento e avaliação, em que pese ser esta última um enorme desafio, em face dos problemas representados pelas respostas subjetivas, pelo estado de espírito do momento em que se é avaliado, pela dificuldade de identificar-se com a variável relevante a ser avaliada, clareza e adequação dos indicadores, e de empreender-se estudos longitudinais, que permitiriam conhecer o impacto e manutenção de novos comportamentos no longo prazo.

Frutos do diálogo educação financeira-psicologia econômica e de outros *insights* sobre o mundo mental, alguns fatores serão importantes para a construção seja de uma estratégia nacional de educação financeira, seja de outros programas dentro desse âmbito. Em primeiro lugar, uma equipe em número suficiente e multidisciplinar deveria compor o *dreamteam* responsável por essas iniciativas, com especialistas em educação, finanças, economia, psicologia, políticas públicas, proteção do consumidor, comunicação, design, neurociência, *marketing*, antropologia, direito e serviço social em seu quadro.

Para os programas, o primeiro passo deve ser um levantamento completo sobre o que o público-alvo quer, precisa e, em especial, sobre como prefere que lhe seja entregue.

Quanto ao público-alvo preferencial, de forma quase unânime, **dá-se um peso importante para programas desenvolvidos em escolas, com crianças e jovens, pois criar novos hábitos mostra-se incomparavelmente mais fácil do que tentar mudá-los depois de instalados**. Por outro lado, investir exclusivamente nessa faixa etária pode deixar desguarnecidas fatias relevantes da população, pois os efeitos benéficos dos programas requerem ter em vista uma perspectiva geracional, ou seja, cerca de dez anos para se consolidar e impactar favoravelmente o país. Assim, seria razoável dividir os recursos de modo a atender, simultaneamente, a escolas e a adultos, recorrendo-se, naturalmente, a diferentes estratégias para cada qual, embora especialistas recomendem que a formatação de informações e programas deva ser sempre adequada à mente de uma criança de onze anos, independentemente da idade real de seu alvo.

Essa recomendação atende, justamente, à maior unanimidade entre especialistas no tema, endossada neste livro: *keep it simple* (simplifique) é a grande indicação para todos os programas, conteúdos, estratégias e faixas etárias.

Como visto acima, o *Sistema 1*, maior alvo da educação financeira, por ser o real executor das escolhas e ações, seleciona, de forma automática, tudo que é mais simples, e descarta o que parece difícil e complexo. **Da mesma forma, será mais fácil absorver informações próximas à realidade vivida** e diretamente relevantes para a própria vida e/ou associadas a momentos específicos dela.

Uma vez que as pessoas aprendem de diferentes maneiras, diferentes canais deveriam ser utilizados, como rádio, televisão, mídia social, *websites*, aplicativos para celulares e *tablets*, vídeos breves, mensagens para celulares, jogos de tabuleiro, *role-playing* ou eletrônicos, *quizzes*, mídia impressa. Vídeos

contendo experiências e depoimentos pessoais, ou que utilizem personagens para relatar uma pequena história, com roteiro e contexto próximos à realidade do público-alvo, seriam especialmente importantes como veículos para a mensagem pretendida. **Ao mesmo tempo, um cuidado especial deve ser dispensado ao modo como as mensagens serão compostas, formatadas e veiculadas**. Deve-se dar atenção à **quantidade de informação** fornecida, que precisa ser dosada de modo a poder ser absorvida, enquanto se mantém o interesse e a concentração nela. Grandes quantidades de informação tendem a ser descartadas, por gerar sobrecarga cognitiva, quando a mente não é capaz de decodificá-la e dar-lhe sentido de maneira adequada, relegando-a ao segundo plano, de onde dificilmente retornará para novo exame. De todo modo, o aprendizado deve ser ativo, mediante um grande número de repetições, com o público-alvo envolvido ao longo de todo o processo. **Facilita, nesse caso, abordar um tema específico por vez, em lugar de tentar transmitir todo o conteúdo de finanças de uma só vez**.

Instrumentos que podem se revelar úteis são: a) o formato de novelas (exemplo muito utilizado nos Ministérios para a população adulta em vulnerabilidade econômica pode ser visto na [novela](#) e na [radionovela](#), ambas produzidas pela AEF), feitas especialmente para esse fim – ou inserções em novelas comuns; b) jingles no rádio ou na web, e bons slogans, que resumam a ideia que se deseja transmitir; c) além do chamado *edutainment* em geral, que é a combinação de educação (*education*) com entretenimento (*entertainment*), como no caso de jogos, revistas em quadrinhos, vídeos e outros; e d) celebridades veiculando mensagens ou dando seu próprio testemunho sobre a administração de suas finanças, estratégias poderosas, devido à força do exemplo e da imitação para mudar comportamento.

Em resumo, **é importante identificar oportunidades de aprendizado**, com vistas a atingir o maior número possível de pessoas, telas de metrô, ônibus e locais de atendimento ao público, ou eventos que reúnam muitas pessoas, como dia de vacinação de crianças ou de matrícula em escolas. No Brasil, momentos de cadastramento do Bolsa-Família, por exemplo, facilitariam o acesso a esse público (situações que se aplicam em períodos de pré e, espera-se, pós pandemia). Além desses, os próprios locais de trabalho também se prestam a essa função, bem como outras redes e toda a capilaridade já existente – organizações e instituições, escolas, cooperativas, sindicatos, além de redes sociais e mídia.



A **colaboração de pessoas-chave nas comunidades que se pretende atingir é outro importante aliado**. Mais ainda, um sistema de *crowdsourcing*, cooperação mútua que implica a participação voluntária de representantes do público-alvo, seria de enorme utilidade para evitar-se o temido equívoco de “chegar de cima para baixo”, isto é, levar informações na suposta condição de “conhecedores da verdade”, quando os maiores especialistas na sua própria realidade, com recursos e limitações, são aqueles que a vivem cotidianamente. No lugar de tentar ensinar quem não sabe, pelo método do *crowdsourcing* há um compartilhamento voluntário de observações e experiências, que são discutidas e, mais tarde, analisadas pelos especialistas, a fim de fornecerem subsídios para o desenvolvimento de estratégias e a construção coletiva de ferramentas para informar e para desenhar o contexto de modo a reduzir as chances de haver erros sistemáticos nas decisões econômicas e financeiras.

Levantar informações a respeito de programas bem-sucedidos, no próprio país e fora, bem como de experiências que fracassaram, a fim de conhecer armadilhas e poder evitá-las, de antemão, sempre que possível, podem ajudar a poupar recursos e avançar com maior velocidade, pois não se tenta reinventar a roda a cada vez. Nesse sentido, simpósios, congressos e *workshops* sobre o tema, trazendo especialistas de diferentes lugares para dividir suas experiências, seria uma boa estratégia, em especial no início de programas, ou em formato que permita maior aprofundamento, com menor número de pessoas e tempo mais generoso, também para situações em que os programas já estejam mais avançados.

Coerência e consistência entre programas propostos, políticas adotadas, postura dos *stakeholders* diante do tema, nesta e em outras situações (por exemplo, oferta de produtos que não estejam em contradição com as iniciativas de educação financeira propostas pela mesma instituição), e informações veiculadas são fundamentais para a credibilidade das iniciativas. Esse ponto merece avaliação cuidadosa, já que o tema educação financeira ainda desperta reações e sentimentos diversos, que podem ir do franco entusiasmo à desconfiança, passando pela falta de familiaridade e até por alguma dificuldade para captar seu sentido. **A desconfiança pode ter origem**, mais frequentemente, em três fatores:

1. A ineficácia dos programas quando olhada sob a ótica da capilaridade e da disseminação, além de alguns estudos apontarem que os programas existentes seriam inócuos para aumentar a capacitação e a qualidade das decisões financeiras de seu público-alvo (FERNANDES et al., 2014). Ressalta-se que já há estudos contrapondo a ideia da ineficácia como por exemplo no artigo de 2020

do grupo de pesquisadores: Kaiser, Lusardi, Menkhoff, Urban, intitulado: *Financial Education Affects Financial Knowledge and Downstream Behaviors*. Encontra-se, também, oposição à ideia de que o cidadão deveria ser o único responsável por suas escolhas, uma vez que ele costuma ser o elo mais frágil no sistema socioeconômico e nas relações de consumo, não devendo recair exclusivamente sobre suas costas – ou melhor, sobre sua mente – o peso de acertar em suas decisões financeiras, depois de, em tese, ao menos, tornar-se devidamente capacitado pelos programas;

2. Temor com relação aos reais objetivos das iniciativas, onde poderia haver conflitos de interesse, fosse quando oferecidas pelo governo (no Reino Unido foi detectado, pelo então MAS – Money Advice Service [atual MAPS – Money and Pensions Service], esse tipo de desconforto), por instituições financeiras, ou por pessoas e/ou organizações que estariam mais preocupadas com o próprio retorno financeiro que pode ser propiciado pelo trabalho com educação financeira que com a capacitação efetiva do público-alvo.

Para manter a seriedade das iniciativas, enquanto se prossegue investigando suas melhores práticas com a ajuda de instrumentos científicos, novos olhares isentos sobre esses fatores poderão ser muito bem-vindos, como já vem sendo feito por pesquisadores que defendem o desenho do contexto, ao discutir iniciativas educacionais, em geral (SUNSTEIN e THALER, 2003; BENARTZI e THALER, 2004; CHOI et al., 2005; THALER e SUNSTEIN, 2008; LOEWENSTEIN e HAISLEY, 2008; BESHEARS et al., 2008, LOIBL et al., 2012, são alguns deles).

Essa linha de pesquisa mais recente dentro das ciências comportamentais, denominada *arquitetura de escolha*, analisa a eficácia de programas exclusivamente educacionais, de conscientização e empoderamento, alegando, com base em estudos minuciosos, que erros sistemáticos frequentes, dificuldade para aprender com a experiência (em função de haver poucas oportunidades para tal e/ou vieses) e mesmo um “lado aparentemente autodestrutivo no comportamento humano” (LOEWENSTEIN e HAISLEY, 2008) minariam a força daqueles programas em direção a mudanças efetivas de comportamento.

Com base em suas pesquisas, eles propõem a formulação de políticas que facilitem a ocorrência de escolhas mais favoráveis, mediante alterações no contexto que atendam aos critérios de simplicidade, baixo custo e possibilidade de reprodução em grande escala, os chamados *nudges* – em português, empurrão ou cutucada – (THALER e SUNSTEIN, 2008).





Foto: Peter Bi ak



Nudge: no aeroporto de Schipol, em Amsterdã, a higiene dos banheiros masculinos melhorou muito. Por quê?

Porque cada vaso sanitário tem uma mosca lá dentro e é nisso que todos reparam!!

Um olhar mais aproximado revela que não se trata de uma mosca verdadeira e sim de um desenho pintado na cerâmica do vaso num ponto estratégico, que se torna o “alvo”, levando os homens a tentar acertá-lo.

Assim, ao transformar as limitações já estudadas e identificadas em vantagens, temos estratégias que delinham contextos mais favoráveis ao acerto nas escolhas, como a seleção das melhores opções-padrão, do ponto de vista do tomador de decisão, então colocadas em primeiro lugar, porque nessa posição elas costumam ser escolhidas na maioria das vezes. Contudo, a arquitetura de escolha respeita a liberdade de escolha, sem caminhos compulsórios, nem interditados, mas, ao contrário, oferecendo alternativas àquelas já colocadas, que podem ser selecionadas.

Em qualquer caso, **deve-se buscar, sempre, linguagem clara e simples**, com amplo uso de exemplos e narrativas, e informações que abordem também o comportamento relacionado à tomada de decisões – muitas vezes, “dar nome aos bois” pode facilitar a identificação de vieses e evitar que venham a ser repetidos, por exemplo. Idealmente, todas as informações que possam ser organizadas sob a forma de *checklists* teriam maior chance de atingir o público-alvo e de lhe ser de plena utilidade, dentro da perspectiva de simplicidade, combinada à facilidade de se recorrer a esse recurso no momento em que se fizer necessário. A montagem dessas *checklists* pode se mostrar um desafio considerável em muitos casos, quando informações complexas precisarão ser condensadas sem perder sua essência, partindo-se de determinadas situações de escolha exaustivamente mapeadas se, depois, montadas na sequência correta e completa, a fim de responder à necessidade do tomador de decisão. No entanto, as vantagens de seu uso podem superar as dificuldades, em especial se contar com especialistas de diferentes áreas em sua composição – de analistas do discurso a matemáticos, passando pelos mais diretamente envolvidos em educação financeira e psicologia econômica.

Atualmente, internet e redes sociais potencializam o alcance das iniciativas, seja para disseminar vídeos, *podcasts*, depoimentos, *sketches* ou resultados obtidos pelo *crowdsourcing*, discussões sobre estratégias de arquitetura de escolha, *checklists*. Esse uso pode ser ainda mais aprofundado, para transformar-se em plataforma interativa de conhecimento e recursos, isto é, uma espécie de acervo de educação financeira, preferencialmente público e de livre acesso, que poderia funcionar como rica fonte de conteúdos, recursos e trocas entre especialistas e o público em geral, permanentemente atualizado.

Por fim, com o intuito de oferecer um bom índice custo-benefício, que deve nortear qualquer programa, inclusive objetivando sua manutenção sustentável ao longo do tempo, **a realização de pilotos mostra-se sempre**

indicada. Testar o projeto com um público limitado é útil para revelar sua viabilidade, alcance e limitações, antes de fazer o investimento maior necessário para levá-lo para o público final. Com isso, é possível poupar gastos desnecessários. O piloto, naturalmente, demandará cuidadosa formulação e análise, a fim de fornecer parâmetros e informar o desenho das adequações posteriores que se fizerem necessárias.

CONCLUINDO POR ENQUANTO

A discussão sobre educação financeira e psicologia econômica poderia se estender em diversas outras direções. O objetivo aqui foi tão somente contribuir com alguns elementos para esse diálogo promissor, que deve incluir, além da arquitetura de escolha (brevemente mencionada aqui), proteção do consumidor e regulação, com insights psicológicos também informando essas dimensões (SUNSTEIN, 2013, SHAFIR, 2013; FERREIRA, 2017), a fim de auferir os melhores resultados.

Se cada um dos elementos desempenha funções relevantes para a sociedade, que dirá sua reunião, de forma articulada e, em especial, informada sobre o comportamento real dos seres humanos? Combinar educação financeira com proteção do consumidor e regulação, sempre fundamentadas por conhecimentos sobre o funcionamento mental e sobre o que faz o comportamento mudar é o que compõe o que chamamos de “Quinteto Fantástico”. Juntar forças, pensar, investigar e construir em conjunto, em direção a uma sociedade mais madura, capaz de aprender com suas experiências e de rever, continuamente, seu processo de aprimoramento em direção a mais justiça, menor desigualdade e exclusão, e mais oportunidades de crescimento sustentável.

Essa união de forças – estudos psicológicos informando iniciativas de educação financeira e políticas públicas, proteção do consumidor, regulação e arquitetura de escolha, que compõem o mencionado “Quinteto Fantástico” – pretende fornecer instrumentos eficazes que possam se contrapor tanto à enorme complexidade do mundo contemporâneo e a suas exigências de decisões no âmbito financeiro e econômico como às limitações psicológicas, representadas pela racionalidade que não é jamais plena (SIMON, 1978), pois sempre submetida ao poder dos impulsos e emoções, limitações de processamento de informações, distorções de percepção e avaliação, pressão social e experiência atávica de nossos ancestrais.

O “Quinteto Fantástico”



Sugere-se aos gestores, reguladores, especialistas em planejamento e educação financeira, que possam considerar passar a adicionar esse “quinteto” à sua caixa de ferramentas, de forma cada vez mais fundamentada, sistematizada e integrada.

A educação financeira já integra a agenda de uma parte significativa dos países na atualidade, e sua necessidade para as populações é indiscutível. A proteção e a defesa do consumidor também ganharam espaço nas últimas décadas e parece inconcebível prescindir dessa área em qualquer sistema social organizado, na modernidade. Da mesma forma, ainda que se debatam os limites do poder do Estado, é impossível defender sua ausência; portanto, a regulação de mercados financeiros e de outros contextos da vida humana tem de ser feita, a fim de corrigir assimetrias e riscos mais evidentes.

No processo de construção e desenvolvimento de projetos e programas, equívocos e imperfeições devem ser esperados nas escolhas humanas, e o desenho e entrega dos programas de educação financeira devem buscar atender a essa realidade, incluindo-se neles o conhecimento que já se detém sobre os padrões de erros esperados e algumas maneiras de contorná-los e evitá-los, conforme discutido ao longo deste capítulo. Em

especial, a grande lacuna entre intenção e ação merece cuidado especial, voltando-se os programas ao sistema cognitivo automático que executa escolhas, o *Sistema 1*, enquanto se reconhecem as dificuldades para o exercício efetivo da disciplina e do autocontrole.



O Brasil também está na linha de frente desses movimentos, não apenas com a ENEF, mas também com iniciativas de educação financeira combinadas a *insights* psicológicos no BCB e na CVM. Assim, apesar de todas as dificuldades que se interpõem ao sucesso de iniciativas de educação financeira, pode-se terminar esta breve discussão com uma nota de discreto otimismo – o diagnóstico sobre a necessidade de se incluírem variáveis psicológicas para seu sucesso está feito, e os primeiros passos, bem demonstrados nos capítulos deste livro, vêm sendo dados na direção de investigar-se como isso poderá ser implementado com maior eficácia.



REFERÊNCIAS

- BESHEARS, J.; CHOI, J.J.; LAIBSON, D.; MADRIAN, B.; WELLER, B. Public Policy and Saving for Retirement: The “Autosave” Features of the Pension Protection Act of 2006. Written for the “Better Living Through Economics” sessions at the *American Economics Association meetings*, January 4-7, 2008.
- BENARTZI, S.; THALER, R. Save more tomorrow: Using behavioral economics to increase employee saving. *Journal of Political Economy*, 112 (1):164-187, 2004.
- CHOI, J.J.; LAIBSON, D.; MADRIAN, B. Are Empowerment and Education Enough? Under diversification in 401(k) Plans. *Brookings Papers on Economic Activity*, 2, p.151-213, 2005.
- EARL, P.E. “Behavioral Economics and the Economics of Regulation”. *Briefing paper prepared for the New Zealand Ministry of Economic Development*, 2005.
- FERREIRA, V.R.M. Decisões econômicas: você já parou para pensar? São Paulo: Saraiva, 2007.
- FERREIRA, V.R.M. *Psicologia Econômica – estudo do comportamento econômico e da tomada de decisão*. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2008.
- FERREIRA, V.R.M. *A Cabeça do Investidor*. São Paulo: Évora, 2011.
- FERREIRA, V.R.M. “Can Economic Psychology and Behavioural Economics Help Improve Financial Education?” In: *OECD-Russia Trust Fund. (Org.). Improving Financial Education Effectiveness Through Behavioural Economics: OECD Key Findings and Way Forward*. Paris: The World Bank, Financial Literacy & Education Russia Trust Fund, OECD, 2013.
- FERREIRA, V.R.M. “Educação Financeira e Psicologia Econômica – uma discussão e algumas recomendações”. Trabalho apresentado no 2º. Encontro Brasileiro de Economia e Finanças Comportamentais, FGV-SP, 2015.

FERREIRA, V.R.M. Confluência de Fatores em Educação Financeira, Políticas Públicas e Mudança de Comportamento – O “Quinteto Fantástico”. Trabalho apresentado no 4º. Encontro Brasileiro de Economia e Finanças Comportamentais, FGV-SP, e publicado em versão eletrônica, 2017.

FERREIRA, V. R. M.; LIMA, I. S. Can Economic Psychology contribute to financial education and financial capability programmes? – A discussion on Brazilian projects. *Proceedings of IAREP-SABE Conference – Economic Psychology, Behavioral Economics, Theory and Policy*, Halifax, Canada, 2009.

FERREIRA, V. R. M.; LIMA, I. S.; COUTINHO, L.; KLIMICK, C. E.; PADILHA, H.; AYOUB, N.; GAZEL, M. A.; PEREIRA, V. L. R. “Can we be de-biased? How economic psychology can inform financial education programs”. In: A. Gasiorowska e T. Zaleskiewicz (Eds.), *Microcosm of Economic Psychology – Proceedings of the IAREP Conference Wroclaw 2012*. p. 98-107, 2012.

FRANKENBERG, L. *Seu Futuro Financeiro – você é o maior responsável – como planejar suas finanças pessoais por toda a vida*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

KAHNEMAN, D.; TVERSKY, A. Prospect Theory: an analysis of decision under risk. *Econometrica*, 47 (2), 1979.

KAHNEMAN, D., *Thinking, Fast and Slow*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2011.

KAISER, T.; LUSARDI, A.; MENKHOFF, L.; URBAN, C. Financial Education Affects Financial Knowledge and Downstream Behaviors. *GFLEC Working Paper Series WP 2020-3*, 2020.

LOEWENSTEIN, G.; HAISLEY, E. The Economist as Therapist: Methodological Ramifications of ‘Light’ Paternalism. In A. Caplin and A. Schotter (Eds.), *Perspectives on the Future of Economics: Positive and Normative Foundations*, vol. 1 in the *Handbook of Economic Methodologies*, Oxford, England: Oxford University Press, 2008.

LOIBL, C., HAISLEY, E., JONES, L. & LOEWENSTEIN, G. “Testing strategies to increase saving in low-income families”. In: A. Gasiorowska e T. Zaleskiewicz (Eds.), *Microcosm of Economic Psychology – Proceedings of the IAREP Conference Wroclaw 2012*. p.167-168, 2012.

SIMON, H. A. Rational decision-making in business organizations. *Nobel Memorial Lecture. Economic Science* 343-371, 1978.

SHAFIR, E. (Ed.) *The Behavioral Foundations of Public Policy*. Princeton: Princeton Univ. Press, 2013.

SUNSTEIN, C.; THALER, R. Libertarian paternalism is not an oxymoron. *Working Paper No. 03-2*, The University of Chicago Law School, 2003.

SUNSTEIN, C. *Simpler – The Future of Government*. New York: Simon & Schuster, 2013.

THALER, R.; SUNSTEIN, C. *Nudge – Improving Decisions about Health, Wealth and Happiness*. New Haven & London: Yale University Press, 2008.

THE WORLD BANK GROUP. *Impact Evaluation of Brazil’s School Based Financial Education Program: an overview*, 2011.

TUCKETT, D. *Minding the Markets – an emotional finance view of financial instability*. Hampshire: Palgrave MacMillan, 2011.

TVERSKY, A.; KAHNEMAN, D. Judgment under uncertainty: heuristics and biases. *Science*, 185: 1124-1131, 1974.

VAN RAAIJ, W. F.; ANTONIDES, G.; DE GROOT, I. M. “Financial Capability, Motivation and Behaviour”. a *Proceedings of the 33rd IAREP/SABE World Meeting*, Roma, Itália. Wageningen University. *Symposium on Financial Capability*. Netherlands, 2008.

Capítulo 10

Mapa das fontes de pesquisa em Educação Financeira no Brasil

Claudia M. J. Forte⁶³

Este capítulo tem o objetivo de apresentar a produção brasileira sobre a educação financeira e temas afins. Está dividido em duas partes: a primeira referente aos trabalhos acadêmicos; a segunda, à produção de conteúdo nas mídias sociais e livros disponíveis de modo gratuito.

Na pesquisa para o livro, que abrangeu o período entre 1999 a 2020, foram encontrados quase 500 trabalhos acadêmico-científicos, entre teses de doutorado, dissertações de mestrado, TCCs/monografias de conclusão de curso de especialização e graduação, capítulos de livros e artigos de revistas científicas, congressos ou periódicos. A qualificação das publicações por meio de indicadores nacionais e internacionais não foi utilizada para classificar os trabalhos.

Todos os trabalhos aqui listados tiveram seu resumo lido. As expressões utilizadas para busca foram: educação financeira, finanças pessoais, letramento financeiro, comportamento financeiro, psicologia econômica e literacia financeira. Optou-se por informar o título dos trabalhos e, no QRCode ao lado, apontar o celular para que o trabalho esteja disponível na plataforma.

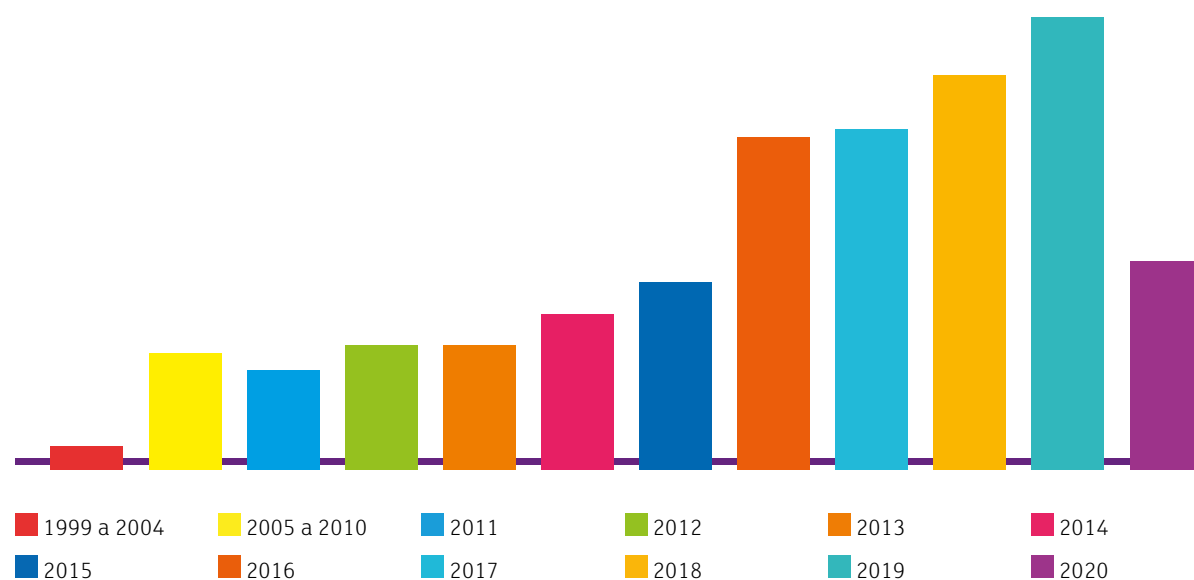
Alguns objetivos merecem ser destacados no capítulo:

- Evidenciar o crescimento do interesse acadêmico pela área, sem avaliar a qualidade das publicações;
- Dar visibilidade aos autores nacionais. A pesquisa se restringiu à produção acadêmica cuja autoria fosse de pesquisadores brasileiros.

No gráfico a seguir, o crescimento em número de publicações acadêmicas por ano.

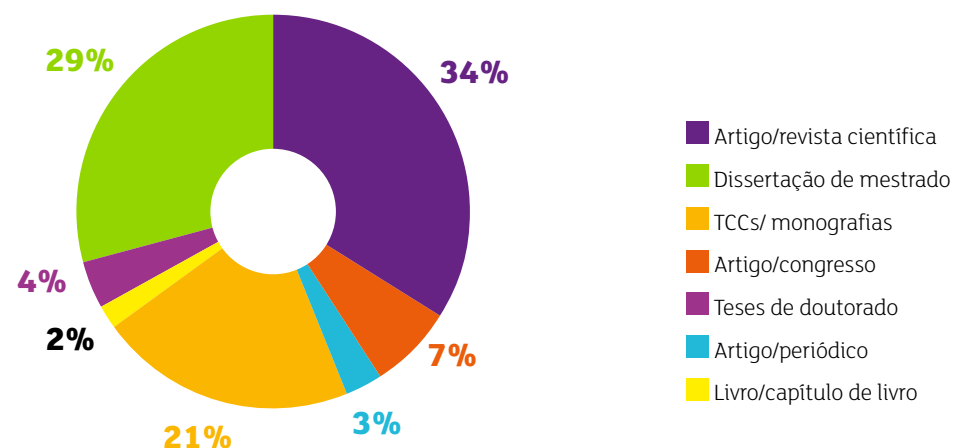
63. Doutora em Integração da América Latina, professora, pesquisadora e consultora. Superintendente na AEF-Brasil desde dezembro de 2015.

PUBLICAÇÕES SOBRE O TEMA NO DECORRER DOS ANOS



Os artigos, aproximadamente 200, ocupam a maior parte da amostra levantada e se dividem entre artigos em revistas, periódicos e congressos. Na segunda posição em termos de volume de trabalhos, a titulação obtida em programas de mestrado e a consequente publicação da dissertação somou 129 trabalhos. Na titulação de doutorado, foram encontradas 17 teses. Pensando na disseminação do tema, é de suma importância ter programas de mestrado e doutorado dedicados ao estudo, às aplicações de metodologias e à compreensão mais profunda da educação financeira e de suas diversas facetas, pois é no âmbito do *stricto sensu* que há o início da produção de ciência brasileira no tema.

TOTAL DE PRODUÇÕES POR TIPO



Também fica evidente o crescimento da produção na pós-graduação *lato sensu* e na graduação. Foram encontrados 91 monografias/TCCs (trabalhos de conclusão de curso). Entre os trabalhos listados, figuram os 12 primeiros TCCs de especialistas formados e titulados por uma universidade federal no tema. Todos os artigos são fruto do trabalho de finalização do curso de especialização no Polo de Educação construído em parceria com a Universidade Federal da Paraíba, descrito em detalhes no Capítulo 5. O trabalho em rede fortalece e empodera, e os novos especialistas em educação financeira da Paraíba constituem a prova de que esse modelo de ação dá resultado, sendo muito evidente o impacto. Todavia, na educação, nossas apostas devem mirar o futuro e construí-lo por meio de ações de longo prazo sustentáveis e engajadas.

A tabela a seguir mostra o total de trabalhos recenseados pelo levantamento.

Tipo	Quantidade
Teses de doutorado	17
Dissertações de mestrado	129
Artigos em revistas	150
Artigos em congressos	29
Artigos em periódicos	15
TCCs/monografias	91
Livros/capítulos de livro	8

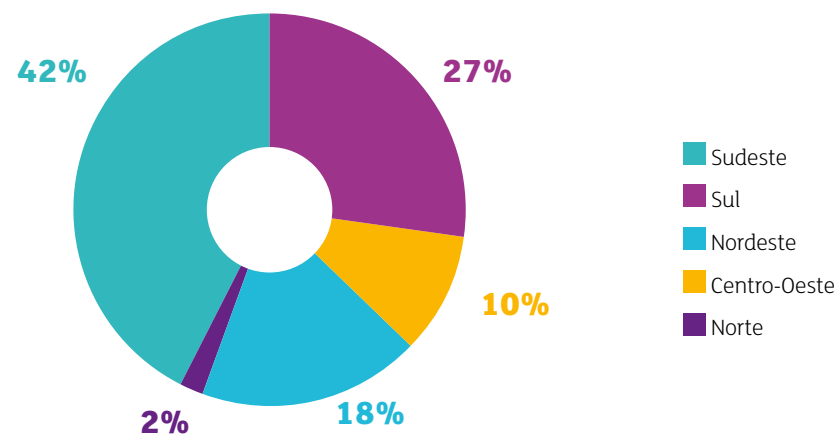
A região do país onde se deu a maior a produção acadêmica foi a Região Sudeste, com 160 trabalhos, seguida da Região Sul, com 118 publicações. Na Região Nordeste, foram encontradas 72 publicações. Já em universidades da Região Norte aparecem 16 publicações, enquanto na Região Centro-Oeste houve 42 publicações em universidades.

No quesito artigos publicados em revistas nacionais, cabe salientar, foram encontradas publicações de artigos em aproximadamente 90 revistas científicas, veículos em sua maioria ligados a centros e núcleos de pesquisa das universidades, o que torna bastante significativa a produção e a pesquisa acadêmica na área, mostrando claramente que há espaço para publicações e reconhecimentos da comunidade científica em relação a esse tipo de produção.

As revistas que mais publicaram artigos na temática da educação financeira foram: *Tangram – Revista de Educação Matemática*, UFGD; *Educação Matemática Pesquisa – EMP*, PUCSP; *Revista Brasileira de Educação em Ciências e Educação Matemática*, Unioeste, RECM; *Revista de Educação, Ciências e Matemática*, Unigranrio; e *Em Teia: Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana*, UFPE.

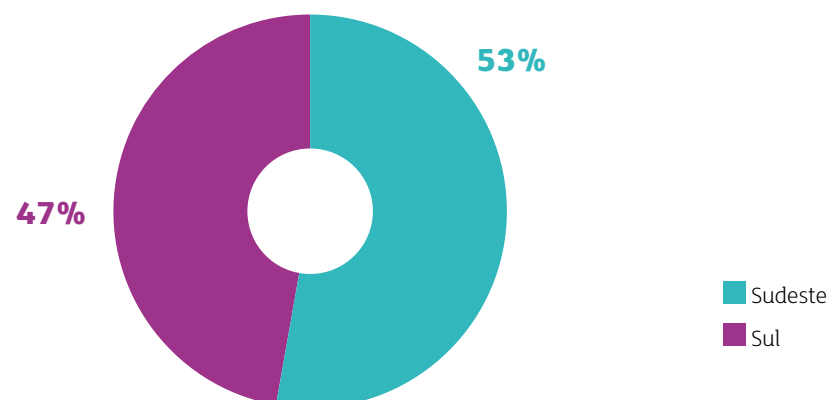
Procurando lançar luz sobre o crescimento dos títulos de mestrado, o gráfico a seguir mostra o número de dissertações defendidas por região brasileira. A Região Sudeste apresentou 54 dissertações de mestrado, seguida pela Região Sul, com 34, enquanto a Região Nordeste teve 23, a Centro-Oeste 13 e a Norte 4.

TITULAÇÕES DE MESTRADO POR REGIÕES



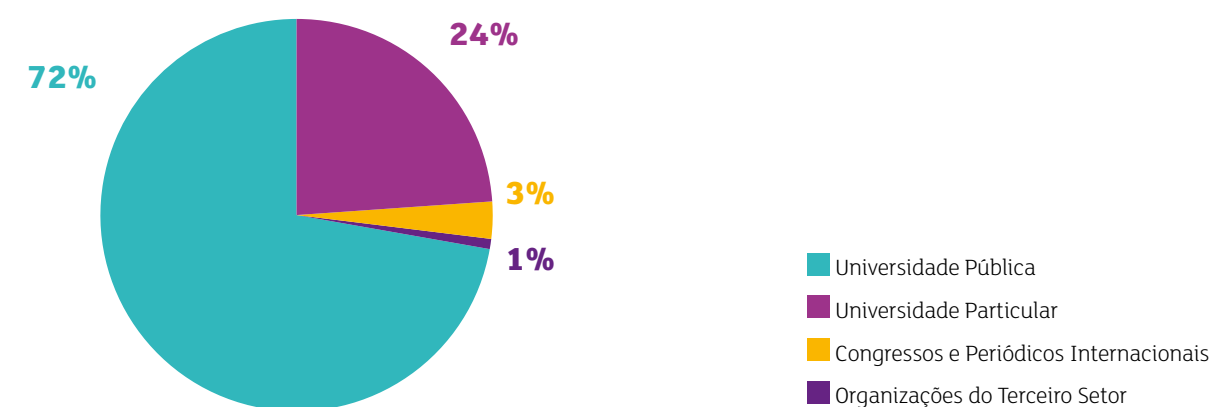
No tocante à obtenção do título de doutorado, não foram encontradas teses nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Na Região Sudeste, foram registradas 9 teses, grande parte delas em universidades de São Paulo; já na Região Sul, foram 8 teses, em sua maioria em universidades do Rio Grande do Sul.

TITULAÇÕES DE DOUTORADO POR REGIÕES



As publicações foram acolhidas por diferentes instituições de pesquisa. A imensa maioria trata de instituições públicas, entre elas universidades federais e estaduais, e institutos federais. As instituições particulares, aqui puxadas pelas sedes da Pontifícia Universidade Católica nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, e também pela Fundação Getúlio Vargas, de São Paulo. Há no gráfico a presença da tipologia “terceiro setor”, nomenclatura que encontramos para abranger as associações, fundações, secretarias de estado, conselhos de classe que possuem revistas ou periódicos. A categoria internacional abrange os periódicos ou congressos internacionais em que foram apresentados trabalhos sobre o tema da educação financeira. O gráfico a seguir demonstra a distribuição da tipologia institucional onde os arquivos foram publicados:

PUBLICAÇÕES POR INSTITUIÇÕES DE PESQUISA



A EDUCAÇÃO FINANCEIRA E AS MÍDIAS SOCIAIS

A tecnologia e o acesso a informações por ela proporcionado têm sido grandes aliados na disseminação e na desmitificação do tema educação financeira entre os mais diversificados públicos.

Seguindo o mesmo rigor de pesquisa e de credibilidade dos dados informados neste livro, procuramos na internet os diferentes canais disponíveis para acesso gratuito sobre o tema.

Para grata surpresa da comunidade envolvida na construção desta obra, descobriu-se um grande *boom* no surgimento de *sites*, canais de Instagram etc., o que comprova a efervescência das questões pertinentes à educação financeira e também o interesse de diferentes públicos para procurar soluções, conselhos ou inspirações em relação a seus problemas financeiros, pois na internet sabe-se que

algo só existe de modo eficiente quando há quem procure pelo que lá está contido. São 157 *sites*, 68 contas de Instagram, 31 canais de YouTube, 18 contas de Facebook e 23 canais em outras mídias (podcast, Twitter e jogos não comerciais).

Há muito conteúdo sendo disponibilizado de forma gratuita, de sorte que a educação financeira parece estar em total evidência, o que nunca havia acontecido antes.

Muitas organizações e iniciativas do terceiro setor, onde estão as associações sem fins lucrativos e fundações, também constam da lista.

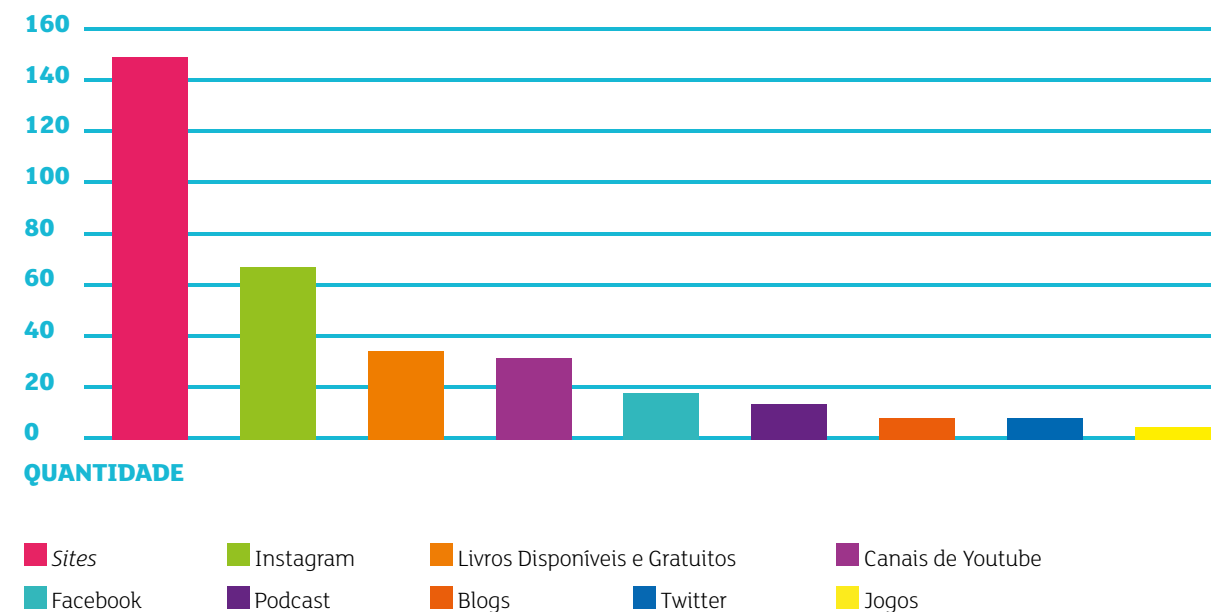
Foram listados 29 livros disponíveis *on-line*, em formato PDF. Sabemos que há uma vasta produção acadêmica de autores brasileiros, mas as obras estão amparadas em livrarias/plataformas de compra, e para este livro foi estabelecido o critério de que a produção esteja disponível de modo gratuito em alguma plataforma ou repositório institucional de acesso livre. É o que mostra a tabela a seguir.

Quantidade	Plataformas
157	<i>Sites</i> e Blogs
68	Instagram
29	Livros disponíveis e gratuitos
31	Canais de YouTube
18	Facebook
13	Podcast
7	Twitter
3	Jogos

OS PRÓXIMOS PASSOS

A recente homologação da BNCC e a inserção da educação financeira como tema transversal, além do número significativo de publicações acadêmicas e da grande quantidade de *sites* e de outros canais de mídia que disponibilizam de forma gratuita conhecimentos, ensinamentos e experiências, tem feito cada vez mais gente se interessar em adquirir autonomia e consciência no tocante à relação com o dinheiro e suas vertentes: endividamento, poupança, investimento.

MEIOS DE COMUNICAÇÃO/QUANTIDADE



Além disso, existe expectativa de que a comunidade escolar se aproprie do tema. Afinal de contas, a crise gerada pela Covid-19 impactou a todos e as mazelas da relação do brasileiro com itens como dinheiro, informalidade, poupança, entre outros, foram parar na vitrine, seja por meio do amparo dado pelo governo aos 30 milhões de invisíveis, seja pelo aumento de desempregados em todo o país. Embora não constitua o caminho mais didático e pedagógico para o aprendizado, em alguns casos parece que muitos conseguem extrair lições de grande significado quando atravessam períodos de dor, vendo-se obrigados a fazer as mudanças necessárias e a despertar do estado de letargia que envolve a muitos.

São mobilizações diversas, em uma conjuntura especial, que vêm reforçar a importância da pesquisa e da busca de conhecimento para a construção de uma sociedade justa e igualitária, criando caminhos e condições para uma vida de qualidade.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, C.A. Bibliometria: evolução história e questões atuais. Em *Questão*, Porto Alegre, 12(1): 11-32, jan-jun. 2006.
- CORDEIRO, A.M.; OLIVEIRA, G.M. de. Revisão sistemática: uma revisão narrativa. *Rev Col Bras Cir*, Rio de Janeiro, 34(6): 428-431, nov-dez. 2007.

Publicações acadêmicas em 2020



A alfabetização financeira no Distrito Federal: uma análise das variáveis socioeconômicas e demográficas



A Contabilidade como Ferramenta de Auxílio às Finanças Pessoais: Perspectiva dos Discentes de Ciências Contábeis



A difusão da educação financeira entre os servidores públicos do Município de Cajazeiras-PB



A educação financeira e a sustentabilidade financeira



A educação financeira nas escolas: um estudo de caso para alunos do 3ª série no Município de Sousa-PB



A Educação Matemática e o seu papel na construção da educação financeira



A importância da educação financeira na sustentabilidade do orçamento doméstico: um estudo de caso em Sousa-PB



A Matemática Financeira para além da escola



Adequabilidade de produtos financeiros aos consumidores de baixa renda: o desafio da inclusão financeira



Agenda em políticas públicas: a estratégia de educação financeira no Brasil à luz do modelo de múltiplos fluxos



As estratégias de um milhão



Como a matemática financeira pode mudar a vida da comunidade escolar?



Concepções de professores do ensino fundamental II sobre educação financeira



Educação financeira dos estudantes da Universidade Tecnológica Federal do Paraná



Educação Financeira e Ambiental na Escola Pública: Estudo de Caso a Partir da Implantação de uma Horta Sustentável no Município de Lagoa-PB



Educação financeira e o trabalho cooperativo em uma abordagem por meio de projetos



Educação Financeira em Livros Didáticos de Matemática dos Anos Finais do Ensino Fundamental: Análise de uma Coleção



Educação Financeira no ambiente escolar: Relato de um projeto pedagógico na cidade de Lucema-PB



Educação Financeira no ensino médio: desvelando as armadilhas do capital



Educação financeira no YouTube: uma análise de conteúdo baseada em aprendizagem de máquina com modelos de tópicos



Educação Financeira: A Importância da Estabilidade Financeira na Vida dos Universitários



Empréstimo consignado no âmbito da Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal: características e desafios da educação financeira



Ensino remoto na pandemia do Covid-19: Concepções sobre economia e finanças de professores de ensino médio da rede estadual da Paraíba



Influência da educação financeira no comportamento financeiro: um estudo com os discentes e egressos dos cursos de Ciências Contábeis, Economia e Administração



Iniciativas de Educação Financeira em uma Escola Pública Integral de Campina Grande-PB e seus Impactos sobre a Economia Familiar



Nível de alfabetização financeira dos estudantes universitários da UFF Niterói: Avaliação das dimensões atitude financeira, comportamento financeiro e conhecimento financeiro



O Mercado Financeiro Chega à Sala de Aula: Educação Financeira como Política Pública no Brasil



Os jovens militares são alfabetizados financeiramente? Estudo em uma organização da fronteira gaúcha



Percepção de Alunos do Ensino Médio sobre Consumo, Consumismo e seus Impactos no Meio Ambiente: Entre Conceitos e Práticas



Percepções dos alunos da inserção da educação financeira no ensino médio: um estudo de caso no município de Sapé-PB



Período Acadêmico, Nível de Consumo, Planejamento Financeiro: Como está a Educação Financeira dos Alunos de Graduação na Universidade de São João Del-Rei



Programas de educação financeira: efeitos transversais e longitudinais no comportamento de crianças e adultos



Promovendo a educação financeira de alunos surdos bilíngues fundamentada na perspectiva etnomatemática e na cultura surda



Time, the most finite resource of all



Uma discussão sobre a educação financeira na tomada de decisões da sociedade brasileira

Publicações acadêmicas em 2019



A educação financeira como ferramenta educativa frente ao consumo alimentado pelas agências financeiras



A educação financeira dos estudantes da Universidade Federal de Uberlândia segundo aspectos individuais, demográficos e de socialização



A Educação Financeira nas Escolas: O Impacto desta Educação na Inserção do Aluno na Universidade



A educação financeira no contexto do aprendizado escolar: um estudo com alunos do ensino fundamental ii em uma escola particular no interior de Pernambuco



A Educação Financeira no Contexto Escolar do Ensino Fundamental



A Educação Financeira nos cursos de formação inicial de professores de matemática das universidades públicas do Estado de São Paulo



A Matemática financeira e educação financeira: impactos na formação inicial do professor



A matemática na educação financeira: percepção quanto aos conteúdos da matemática financeira a serem utilizados nas situações do cotidiano



A reformulação e resolução de problemas com o uso de recursos tecnológicos digitais na Educação Matemática Financeira



A vertente comportamental da educação financeira



Alfabetização financeira sob a perspectiva da mulher tijuicana



Análise de questionários de validação do jogo “Grana”: uma ferramenta tecnológica de auxílio no ensino de gestão financeira com contexto rural



As Diferentes Perspectivas da Educação Financeira



Atividades de Educação Financeira a partir da perspectiva dos Ambientes de Aprendizagem de Skovsmose



Comparação das variáveis que influenciam o letramento financeiro de mestrandos em administração da UFRN e da (IEPASD) Instituto de Ensino e Pesquisas Alberto Santos Dumont



Contribuições da tecnocracia e da etnomatemática para a promoção da educação financeira de estudantes surdos



Decisões de Investimento. Uma análise descritiva em que alocar nossos recursos



Desenvolvimento de um MOOC para o ensino de Educação Financeira Escolar



Determinantes do letramento financeiro: a influência da formação financeira e de variáveis socioeconômicas e demográficas



Economia doméstica e educação financeira na escola: diferenças a partir do gênero



Educação financeira: construindo um futuro digno para as novas gerações



Educação financeira: um estudo com os servidores do Instituto Federal de Mato Grosso



Educação financeira como contexto para o ensino de números decimais no ensino fundamental



Educação financeira crítica: a gestão do orçamento familiar por meio de uma prática pedagógica na educação de jovens e adultos



Educação Financeira de Jovens e Adultos: Uma Proposta de Intervenção a partir da Base Nacional Comum Curricular



Educação Financeira e Comportamento de Compra de Estudantes Universitários



Educação Financeira e Matemática Financeira: compreendendo possibilidades a partir de um grupo de estudo com professores do Ensino Médio



Educação financeira e sustentabilidade ambiental: uma reflexão em aulas de matemática do ensino médio



Educação Financeira em Situações de Ensino e de Aprendizagem: Momentos de Reflexão



Educação financeira na escola básica: um experimento com modelagem matemática



Educação financeira no ensino médio



Educação financeira no ensino médio: possibilidades



Educação financeira no livro didático de Matemática (LDM): Concepção docente e prática pedagógica



Educação financeira no YouTube: uma análise de conteúdo baseada em aprendizagem de máquina com modelos de tópicos



Educação Financeira nos livros didáticos de matemática dos anos finais do Ensino Fundamental



Educação financeira, interação com os pais e outros fatores relacionados ao uso de cartões de crédito por estudantes de contabilidade



Educação Financeira: analisando, à luz da Educação Matemática Crítica, sugestões ao professor presentes em livros didáticos de Matemática dos anos iniciais do Ensino Fundamental



Educação Financeira: análise do material do MEC para os anos iniciais



Educação financeira: contribuições de uma proposta de prática pedagógica integradora para o fortalecimento do ensino médio integrado



Educação financeira: desafios de nosso tempo



Educação financeira: investigação com uma turma de 1º ano do Ensino Médio por meio de práticas colaborativas



Educação financeira: materialismo e o endividamento do servidor público de Caraguatatuba



Educação Financeira: Um Comparativo entre Estudantes de Escolas Públicas e Privadas



Educação Financeira: Um Estudo com os Discentes do Curso de Administração de uma Instituição de Ensino Superior



Educação Financeira: Um estudo envolvendo os alunos de uma instituição de ensino superior da cidade de Divinópolis em Minas Gerais



Educação financeira: uma experiência com o ensino médio



Educação Financeira: uma proposta de trabalho para os anos finais do Ensino Fundamental



Educação matemática crítica: uma sequência didática para o ensino de matemática e educação financeira a partir do tema Inflação



Educação Financeira para estudantes da Educação Superior



Educação Financeira: entendimentos de inflação em uma turma de 9º ano do Ensino Fundamental



Finanças comportamentais: efeito manada e o movimento dos mercados acionários globais entre 2008 e 2017



Finanças pessoais, endividamento familiar e qualidade de vida do servidor



Formação Financeira no Contexto Educacional: alguns apontamentos



GO PISA! Indicativos para elaboração de políticas públicas educacionais



Importância da educação financeira para a população brasileira e o nível de conhecimento sobre o tema entre acadêmicos de uma IES da capital do RS



Inclusão financeira: análise exploratória multidimensional dos determinantes, questões e desafios para expansão no Brasil



Indicador de Educação Financeira: Proposição de um Instrumento a partir da Teoria da Resposta ao Item



Investor Segmentation: How to Improve Current Techniques by incorporating Behavioral Finance Concepts?



Jogo de Tabuleiro para Educação Financeira de Futuros Empreendedores



Matemática financeira: uma proposta utilizando a BNCC



O ensino de Matemática Financeira em atividades de modelagem matemática



O impacto da educação financeira sobre a vulnerabilidade econômica em idosos de baixa renda. Uma avaliação do programa “Eu e minha aposentadoria – organizando a vida financeira”



O Juro Real no Contexto da Educação Financeira Crítica



O papel do comportamento financeiro e da educação financeira no endividamento



O Uso de Histórias em Quadrinhos para o Ensino de Educação Financeira no Ciclo de Alfabetização



Os benefícios da educação financeira aplicados aos investimentos financeiros dos alunos da Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo da Universidade Federal do Ceará



Potencialidades do blockchain na educação matemática financeira



Reflexão sobre prática de educação financeira: estudo de caso 5º ano do ensino fundamental



Relação entre educação financeira e intenção empreendedora: um estudo com estudantes universitários



Um ensaio sobre o entendimento de educação financeira



Um Estudo sobre a Formação e Atuação dos Professores de Matemática em Relação à Educação Financeira nos Municípios de Carangola



Uma avaliação feita por licenciados sobre atividades investigativa-exploratórias de matemática financeira



Uma proposta para o ensino de Educação Financeira embasada na Etnomatemática: Consumo Consciente a partir do contexto do Orçamento Financeiro



Uso da plataforma *Moodle*, ambiente virtual de aprendizagem, para fomentar a educação financeira no ensino fundamental da rede pública



Vulnerabilidade de consumo e os serviços financeiros: as condutas e percepções dos agentes bancários frente ao bem-estar financeiro dos indivíduos

Publicações acadêmicas em 2018



A educação financeira como política de desenvolvimento financeiro e econômico no Brasil



A educação financeira na educação básica pública de Goiás



A educação financeira nos anos iniciais: conteúdos, metodologias e contextualizações nas coleções didáticas de matemática do PNLD/2016 de escolas municipais



A influência da capacidade cognitiva no processo de aprendizagem de alfabetização financeira: uma evidência experimental



Análise do comportamento do consumidor: relato sobre ganhos e gastos no orçamento doméstico



Atividades de Educação Financeira em livro didático de Matemática: como professores colocam em prática?



Cenários sobre Educação Financeira Escolar: entrelaçamentos entre a pesquisa, o currículo e a sala de aula de Matemática



Deficit de alfabetização financeira induz ao uso de empréstimos em mercados informais



Desafios da educação financeira



Dossiê Temático, Pesquisas em Educação Financeira e Educação Matemática



Economia comportamental e alfabetização financeira no Brasil: impactos na previdência privada



Educação financeira de idosos apoiada por tecnologias digitais



Educação financeira e educação matemática crítica no ensino médio



Educação Financeira e Educação Matemática Crítica no Ensino Médio: reflexões a partir de pesquisas



Educação financeira e o comportamento do consumidor: um estudo com jovens de Ituiutaba/MG



Educação financeira e o contexto escolar do estudante no ensino fundamental II



Educação Financeira e Preparo para a Aposentadoria dos Jovens Universitários do Rio de Janeiro



Educação financeira: investimento jovens



Educação financeira na sala de aula: uma proposta metodológica para o ensino da matemática no ensino médio



Educação Financeira no Currículo Escolar de Matemática: um Olhar para o Novo Enem no Período de 2009 a 2017



Educação Financeira no ensino médio: relações com a Matemática Financeira na prática docente



Educação financeira para alunos surdos utilizando uma perspectiva etnomatemática



Educação financeira: um olhar para os livros didáticos e as falas dos professores



Educação financeira: uma abordagem realista na escola



Educação financeira: uma análise de grupos acadêmicos



Educação financeira: uma proposta de estudo de questões de ENEM e concursos públicos com abordagem transversal e contextualizada



Educação financeira contra programas universitários



Educação Financeira no 1.º CEB: importância da poupança e do planejamento



Educação Financeira: Crenças de Estudantes de um Curso de Licenciatura em Matemática



Efeitos de Longo Prazo da Educação Financeira em Escolas Brasileiras: evidências e sugestões de políticas



Efeitos dos vieses comportamentais sobre a pesquisa de marketing qualitativa: um estudo exploratório sobre a percepção das empresas usuárias de pesquisa



Envelhecimento, campesinato e o crédito consignado: o papel educativo de movimentos sociais em relação às estratégias de educação financeira com idosas camponesas e idosos camponeses



Essays on health at birth, financial literacy and educational outcomes



Estudo de pesquisas sobre educação financeira com a utilização de tecnologias



Extensão em educação financeira: resultados dos cinco anos de experiência em parceria com o equilíbrio



Fatores determinantes para os jovens começarem a investir



Finanças pessoais: análise do conhecimento financeiro dos alunos do curso de administração do Campus Chapecó



Finanças pessoais: análise do nível de educação financeira de jovens estudantes do IFPB



Financial Education for Adults – Women beneficiaries of the Bolsa Familia Program (PBF) and Retirees with income of up to two minimum salaries



Financial Education Panoram in Brazil Through the Lens of Professors and Students (Panorama da Educação Financeira no Brasil pelas Lentes dos Professores e Alunos)



Financial Literacy and Gender Issues in Students From the University: Comparative Results From Portugal and Brazil



Habilidades matemáticas e o conhecimento financeiro no ensino médio



Inflação sob a perspectiva da educação financeira escolar nos anos finais do ensino fundamental



Influência de fatores comportamentais na propensão ao endividamento



Investigação da Temática Educação Financeira no Ensino Médio Constante na Legislação Brasileira



Investigando uma sequência didática sobre juros compostos para a formação em educação financeira de alunos do ensino médio



Juventude e finanças: a participação dos jovens de grupos católicos da cidade de Cascavel – PR no planejamento financeiro familiar



Letramento financeiro: um estudo com graduandos da UFRN



Literacia Financeira no Programa Internacional para Avaliação de Estudantes



Nível de letramento financeiro dos estudantes do ensino médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco: Campus Caruaru



O comportamento do indivíduo afeta a sua sensibilidade a choques financeiros?



O comportamento e a atitude financeira em famílias de baixa renda



O Ensino da Matemática Financeira na Educação Básica somada a conhecimentos bancários e financeiros na vida pessoal e profissional



Panorama da Educação Financeira Escolar em documentos oficiais



Percepções adquiridas numa capacitação em educação financeira para adultos



Percepções adquiridas numa capacitação em educação financeira para adultos



Práticas sociais (matemáticas) de produção de um planejamento financeiro na formação de educadores indígenas



Quixotices Financeiras Conversando sobre dinheiro em grupo multifamiliar Projeto de Educação Financeira para famílias em situação de vulnerabilidade familiar



Relação entre Educação Financeira e Aversão ao Risco



Relações entre atividades de Educação Financeira em livros didáticos de Matemática dos anos iniciais do Ensino Fundamental e o manual do professor



Responsabilidade financeira: Como a Educação e a alfabetização financeira influenciam a inadimplência? Uma análise da classe C brasileira



Semelhanças e diferenças entre instituições que oferecem educação financeira no Brasil



The Application of Behavioural Insights to Financial Literacy and Investor Education Programmes and Initiatives



Tomada de decisões e o aprendizado de matemática financeira: uma experiência com aplicativos para smartphone



Traços de personalidade, atitude ao endividamento e conhecimento financeiro: um retrato dos servidores da Universidade Federal de Santa Catarina



Um Estudo sobre Etnomatemática e Educação Financeira no Sistema Prisional



Um estudo sobre o conhecimento em finanças de estudantes da Paraíba com base na I Olimpíada Paraibana de Educação Financeira



Uma proposta de orientação financeira para as escolas de Ensino Médio do Centro de Manaus inicializada pelo Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Estado do Amazonas

Publicações acadêmicas em 2017



A construção de cyberproblemas por estudantes do 6º ano no contexto da educação financeira



A educação a distância como ferramenta para abordar a gestão orçamentária e financeira da saúde



A Educação financeira e bibliometria: Uma análise em eventos da administração no Brasil realizados no triênio 2012-2014



A Influência do materialismo, educação financeira e valor atribuído ao dinheiro na propensão ao endividamento de jovens



A ressignificação da figura do especulador-investidor e as práticas de educação financeira



Analisando e contribuindo com o ensino de matemática financeira em nível básico



Análise do comportamento de estudantes e servidores UFBA em relação à educação financeira



Atitude ao Endividamento e Conhecimento Financeiro: Um Estudo com os Servidores da UFSC



Atividades Didáticas Utilizando o Software Jclíc na Educação Financeira no Ensino Fundamental



Comunicação organizacional de corretoras de valores: uso de redes sociais como ferramenta para educação financeira



Confluência de Fatores em Educação Financeira, Políticas Públicas e Mudança de Comportamento: O “Quinteto Fantástico”



Conhecimento e ação no desenvolvimento cognitivo do adulto: o caso da educação econômico-financeira



Desenvolvendo a educação financeira de alunos surdos que se comunicam em Libras em uma perspectiva etnomatemática



Determinantes sócio demográficas da educação financeira



Educação Financeira em livros didáticos de Matemática dos anos iniciais do Ensino Fundamental: quais as atividades sugeridas nos livros dos alunos e as orientações presentes nos manuais dos professores



Educação Financeira nos anos iniciais do Ensino Fundamental: como tem ocorrido na sala de aula?



Do exercício aos cenários para investigação: a aplicação de atividades de educação financeira por professoras dos anos iniciais do ensino fundamental em uma escola de Recife - PE



Educação corporativa e o processo da capacitação à distância em uma instituição financeira



Educação financeira como instrumento de integração em uma instituição de ensino profissionalizante



Educação financeira como um método de aprendizagem do uso do dinheiro para alunos do ensino médio de escolas públicas



Educação financeira de servidores públicos: Hábitos de consumo, investimento e percepção de risco



Educação financeira e finanças solidárias: impasses conceituais; limites e avanços na prática



Educação financeira em livros didáticos de matemática dos anos iniciais do ensino fundamental: quais as atividades sugeridas nos livros dos alunos e as orientações presentes nos manuais dos professores?



Educação financeira nas escolas municipais: Uma abordagem participativa



Educação financeira nos anos iniciais do ensino fundamental: como tem ocorrido na sala de aula?



Educação financeira para crianças: relato de experiência de um projeto de extensão



Educação Financeira: espaços, possibilidades e direcionamentos para a formação do professor de Matemática



Educação financeira: proposta curricular da ENEF no ensino médio



Educação financeira: um mapeamento dos estudos nas últimas cinco edições de eventos nacionais em educação matemática



Educação financeira: uma introdução através de um software



Elaboração de um instrumento facilitador para promoção do letramento tecnomatemático: simulações baseadas nas tabelas PRICE e SAC com amortização extra



Endividamento do público jovem e a educação financeira: um estudo do município de Salvador/BA



Excesso de confiança, ancoragem e conhecimento financeiro. O consumo das aplicações financeiras



Finanças Pessoais: uma análise acerca do conhecimento em finanças pessoais dos acadêmicos do curso de gestão comercial no Instituto Federal da Paraíba, Campus Guarabira



Financial Literacy Protocol



Gestão financeira: um estudo sobre a influência da educação financeira formal na gestão financeira pessoal no curso de administração da Universidade Estadual do Ceará



Inclusão financeira no Brasil: mensuração da importância das cooperativas de crédito



Investigando a temática educação financeira no ensino fundamental



Literacia financeira e endividamento pessoal: um estudo com alunos de cursos da área de negócios



Modelo estrutural de literacia financeira: um estudo sobre o comportamento financeiro de brasileiros considerando grupos com diferentes níveis de conhecimento financeiro e autoconfiança



Nico: aplicativo para auxiliar na educação financeira de crianças do ensino fundamental



Nível de educação financeira de estudantes do ensino médio e suas reflexões econômicas



Nível de educação financeira em cenários de ensino superior. Um estudo empírico em estudantes da área econômico-administrativa



O Efeito da Educação Financeira sobre a Relação entre Adimplência e Trabalhadores na Cidade de Manaus



O Ensino da Matemática Financeira no Nível Médio e sua Importância para a Educação Financeira do Aluno



O nível de educação financeira e finanças pessoais dos alunos da Universidade Federal de Uberlândia



O outro lado do rio: um estudo sobre a Agência Barco e seu papel na inclusão financeira mediada pela tecnologia nas comunidades ribeirinhas da Amazônia



O Papel do Banco Central do Brasil no Fortalecimento da Cidadania Financeira



Os debates sobre a educação financeira em um contexto de financeirização da vida doméstica, desigualdade e exclusão financeiro



Os sujeitos endividados e a Educação Financeira



Percepção dos conhecimentos de finanças pessoais dos alunos do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Ceará



Percepções de jovens estudantes sobre a educação financeira em um estudo em Barra do Garças-MT



Programa dinheiro direto na escola: reformulações e implicações na gestão escolar e financeira da educação básica



Promovendo o desenvolvimento da educação financeira em uma perspectiva etnomatemática



Proposta de Modelo Estrutural de Bem-estar Financeiro a Partir de Reflexão Cognitiva e Alfabetização Financeira



Representações semióticas mobilizadas por licenciados em Matemática ao tomar decisões diante de situações econômico financeiras



Resolução de Problemas na Matemática Financeira para Tratamento de Questões da Educação Financeira no Ensino Médio



Sequências Didáticas Para a Inserção do Ensino da Matemática Financeira no Ensino Básico - A Questão do Letramento Financeiro



Tarefas para uma educação financeira: um estudo

Publicações acadêmicas em 2016



A matemática financeira e a estatística como ferramentas para uma gestão financeira consciente



A Educação Financeira nos Anos Finais do Ensino Fundamental: Um Olhar para o Livro Didático



A inserção de educação financeira em um curso de serviço de matemática financeira para graduandos de um curso de administração



A Matemática Como um Meio de Organizar Fenômenos da Educação Financeira: Uma Experiência Didática



Alfabetização financeira no exército brasileiro: uma análise em uma organização militar da fronteira gaúcha



Alfabetização financeira: relações com fatores comportamentais e variáveis socioeconômicas e demográficas



Aplicando e avaliando uma unidade de aprendizagem sobre o consumo consciente em uma turma de ensino médio politécnico



Aprimorando a inclusão financeira: Rumo a um quadro teórico de educação financeira crítica



Beneficiários do programa bolsa família: uma análise sob a óptica comportamental e financeira em municípios gaúchos



Conhecimentos sobre Educação Financeira entre os estudantes de graduação do Centro Universitário Metodista – IPA



Desafios financeiros: o papel do design em um jogo de educação financeira



Educação Financeira e o livro didático de Matemática: uma análise das coleções aprovadas no PNLD 2015 para o Ensino Médio



Educação Financeira e as Mídias Sociais



Educação Financeira em livros didáticos de matemática dos anos iniciais do ensino fundamental: quais as atividades sugeridas nos livros dos alunos e as orientações presentes nos manuais dos professores?



Educação Financeira na escola: a Matemática e as relações pedagógicas na vida dos alunos dos anos iniciais



Educação Financeira na perspectiva da educação matemática crítica uma reflexão teórica à luz dos ambientes de aprendizagem de Ole Skovsmose



Educação Financeira nos livros didáticos de matemática do ensino médio



Educação Financeira para alunos de um curso de Engenharia de Produção



Educação Financeira: educação financeira, poupança e investimento



Educação Financeira: caminhos para a implementação em escolas privadas



Educação Financeira: como está sendo abordada nos 4º e 5º anos do Ensino Fundamental?



Educação Financeira: uma análise bibliométrica no período de 2011 a 2015



Educação Financeira: uma proposta desenvolvida no ensino fundamental



Educação Financeira: analisando atividades propostas em livros de matemática dos anos iniciais



Educação Matemática Financeira no Ensino Médio: construção de atividades envolvendo cálculo do custo de vida



Educação Orçamentária Familiar: uma ferramenta que promove o controle financeiro doméstico



Educação Orçamentária Familiar: uma ferramenta que promove qualidade de vida no Sertão Paraibano



Educação financeira como prática pedagógica na educação infantil



Educação Financeira Infantil: brincando com dinheiro



Ensino de matemática financeira: a importância do uso do aplicativo organiza finanças



Ensino de matemática financeira: um diagnóstico em escolas públicas do Núcleo Regional de Educação de Guarapuava – PR



Escolhas individuais e bem-estar financeiro: três ensaios utilizando microdados



Finanças pessoais e Educação Financeira: o perfil dos servidores públicos de um município do Centro-Oeste Brasileiro



Finanças pessoais: um estudo com os colaboradores de uma cooperativa médica



Finanças pessoais: um estudo envolvendo os alunos de ciências contábeis de uma Instituição de Ensino Superior



Henrique e o Robô Dim: Gamebook para apoiar o processo de ensino e aprendizagem de educação financeira infantil



Heurísticas e Vieses comportamentais em decisões financeiras pessoais: Um estudo com profissionais da Comunidade Médica



Interação social e aprendizagem de adultos: uma experiência de educação financeira em um contexto popular



Investigação sobre as contribuições de matemática para o desenvolvimento da educação financeira na escola



Jogo digital para Educação Financeira de adultos no Brasil: proposta pautada em Redes Bayesianas e Lógica Fuzzy



Literacia financeira de educadores: um estudo na rede pública do município de Sorocaba



Matemática financeira com abordagem em Educação Financeira para o Ensino Médio



Matemática Financeira: Educação Financeira por meio dos Jogos no 3º Ano do Ensino Médio



O conhecimento da educação financeira e o perfil dos alunos de administração de empresas da UFF/VR



O ensino da matemática financeira na escola numa perspectiva de educação para vida



O ensino de matemática financeira no ensino médio



O impacto das disciplinas de finanças na educação financeira e no nível de endividamento dos estudantes



O letramento financeiro e a matemática financeira no Ensino Fundamental



O processo da tomada de decisão de compra a prazo: o efeito das diferenças individuais, do tipo do produto e das condições de pagamento



O professor e o livro didático na abordagem da educação financeira



O Uso das Tecnologias Digitais para o Ensino de Matemática Financeira: Uma Revisão Sistemática de Literatura



Perfil de consumo e endividamento de universitários em Administração



Produção de Conhecimentos na Pós-Graduação em Educação no Nordeste do Brasil: realidade e possibilidades



Produções Didático-Pedagógicas



Um estudo sobre o nível de educação financeira e a experiência de uso de operações de crédito entre os jovens adultos e brasileiros



Uma experiência didática em Educação Financeira Crítica



Uma proposta de Educação Financeira com Jovens-Indivíduos-Consumidores (JIC'S)



Uma Proposta de tarefas para Educação Financeira à luz da Educação Matemática Realística para adolescentes em situação de desproteção social

Publicações acadêmicas em 2015



A matemática financeira e a planilha eletrônica aliadas na Educação Financeira emancipatória



Abordagem financeira no ensino básico e sua importância nas avaliações do ensino e na percepção de erros em publicações



Adoção do Mobile Banking no Brasil: uma Abordagem Conceitual Unindo os Modelos TRI e TAM ante as Gerações X e Y em um Contexto de Educação Financeira



Análise das influências da Educação Financeira sobre o desenvolvimento econômico brasileiro



Análise do comportamento financeiro pessoal de estudantes no Ensino Médio do Vale do Taquari/RS



Caderno de educação financeira: viver bem com o dinheiro que se tem



Determinantes da Alfabetização Financeira: Análise da Influência de Variáveis Socioeconômicas e Demográficas



Educação financeira dos gaúchos: Proposição de uma Medida e Relação com as Variáveis Socioeconômicas e Demográficas



Educação financeira e psicologia econômica: uma discussão e algumas recomendações



Educação Financeira no Brasil: um estudo de caso com o 1º ano do Ensino Médio do Colégio Farroupilha de Porto Alegre



Educação Financeira para alunos do Ensino Médio em Macapá-AP



Educação Financeira: estudo do impacto na vida dos servidores das secretarias do GDF



Educação Financeira: uma metodologia de pesquisa amostral para aferição de indicadores em fundos de pensão



Educação Financeira com Idosos em um Contexto Popular



Educação Financeira e Ambiental Aplicada no Ensino Fundamental da Escola João Goulart de Palmeira das Missões, Rio Grande do Sul, Brasil



Educação Financeira Escolar: o desenvolvimento de um produto educacional



Educação financeira: uma proposta pedagógica para alunos do ensino médio politécnico



Ensinando Economia para Crianças: Os Contos Infantis como Instrumento de Letramento Econômico



Finanças pessoais e qualidade de vida no trabalho dos servidores: um estudo aplicado a uma instituição federal de ensino



Gestão de finanças pessoais para controle de endividamento e diminuição de inadimplência



Guia de Economia Comportamental e Experimental



Letramento Financeiro: Um Diagnóstico de Saberes Docentes



Notas de um Plano Nacional de Capacitação Financeira



O ensino de matemática aliado à educação financeira



O Movimento das Pesquisas em Educação Matemática Financeira Escolar de 1999 a 2015



O papel da educação financeira na contratação de crédito em mercados informais



Perspectiva da Educação Financeira: uma análise didática



Programa Bolsa Família X Alfabetização Financeira: em busca de um modelo para mulheres de baixa renda



Proposta de indicador de educação financeira



Reflexões Sobre A Educação Financeira e suas Interfaces com a Educação Matemática e a Educação Crítica



Sobre a cartilha de educação financeira e o seu estudo junto aos catadores da cooperativa Acácia



Um comparativo entre crianças que recebem Educação Financeira na escola e as que não tem esta disciplina integrando suas grades curriculares

Publicações acadêmicas em 2014



A Importância da Educação Financeira na Tomada de Decisões: Um Estudo com os Servidores do Centro Administrativo e Financeiro (CAF) do Município de Quixadá-CE



A influência da educação financeira e os fatores emocionais: Um estudo com alunos de contabilidade e engenharia



Alfabetização financeira: integrando conhecimento, atitude e comportamento financeiros



Analisar a percepção da educação financeira para os alunos do 8º semestre no curso de Ciências Contábeis na UFC



As contribuições da Etnomatemática e da perspectiva sociocultural da história da matemática para a formação da cidadania dos alunos de uma turma do 8.º ano do ensino fundamental por meio do ensino e aprendizagem de conteúdos da educação financeira



Cadernos PDE



Conhecimento financeiro de estudantes universitários na vertente do crédito.



Educação Financeira de Estudantes Universitários: Uma Análise dos Fatores de Influência



Educação Financeira no Brasil: Um estudo de caso



Educação Financeira: um Estudo das Associações entre o Conhecimento sobre Finanças Pessoais e as Características dos Estudantes Universitários do Curso de Ciências Contábeis



Educação Financeira: um estudo de caso sobre servidores de alta renda



Educação Financeira: um instrumento de consciência econômica



Educação financeira: uma perspectiva da disciplina matemática no ensino médio pela resolução de problemas



Educação Matemática Financeira Por Meio de Sequências Didáticas: Duas Aplicações Cotidianas



Endividamento e Literacia Financeira na Perspectiva dos Consumidores Endividados no Cartão de Crédito



Equilíbrio Financeiro Pessoal: Um Estudo Sobre a Reeducação Financeira Por Meio da Orientação de Métodos de Controle e Mudanças de Hábitos



Evidenciação do comportamento financeiro dos estudantes da FEAAC em situações de consumo: um estudo aplicado aos discentes dos cursos de administração, contabilidade, economia e atuariais



Fatores determinantes do endividamento e da inadimplência associados à propensão de falência da pessoa física



Finanças pessoais: um estudo com alunos do curso de Ciências Contábeis do Instituto de Ensino Superior de Santa Maria



Fluxo de Caixa: Educação Financeira em Aulas de Matemática com Estudantes do Ensino Médio de uma Escola do Interior do Espírito Santo



Influência da educação financeira nas decisões de consumo, investimento e poupança: Um estudo com discentes dos cursos de Ciências Contábeis e Administração da FACIP/UFU



Matemática financeira e tecnologia: Espaços para o desenvolvimento da capacidade crítica dos educandos da educação de jovens e adultos



Matemática financeira no Ensino Médio: um jogo para simulação



Perfil dos servidores da Universidade Federal do Espírito Santo com empréstimo consignado



Psicologia econômica: trajetória histórica e rumos futuros



Relações entre Finanças Pessoais e as Características dos Estudantes Universitários do Curso de Ciências Contábeis



Valores do dinheiro e propensão ao endividamento: Uma análise em estudantes de uma instituição federal de ensino superior

Publicações acadêmicas em 2013



A Importância da educação financeira nas empresas sob o aspecto da produtividade e da redução dos acidentes de trabalho



A relevância da educação financeira na formação de jovens



Análise da influência da educação financeira nos vieses comportamentais framing, contabilidade mental e aversão à perda



As finanças pessoais dos professores da rede municipal de ensino de campo formoso-Bahia: um estudo na escola José de Anchieta



Bem-estar financeiro: uma análise multifatorial do comportamento maranhense



Competências financeiras: uma análise das decisões financeiras dos discentes no tocante as finanças pessoais



Educação Financeira



Educação financeira aos alunos de escolas públicas



Educação financeira e endividamento: um perfil dos cirurgiões dentistas



Educação financeira e taxa de poupança no Brasil



Educação financeira no currículo escolar: uma análise comparativa das iniciativas da Inglaterra e da França



Educação financeira para crianças (sujeitos hipervulneráveis): informação como solução para o consumo consciente



Educação financeira: um estudo de caso com servidores do Banco Central



Educação matemática e educação financeira: perspectivas para a ENEF



Educação Matemática Financeira: Construção do Conceito de Moeda no Último Ano do Ensino Fundamental



Extensão em Educação Financeira



Impacto dos diferentes níveis de materialismo na atitude ao endividamento e no nível de dívida para financiamento do consumo nas famílias de baixa renda do município de São Paulo



Nível de alfabetização financeira dos estudantes universitários: afinal, o que é relevante?



O elemento financeiro e a Educação para o Consumo Responsável



Para além do homo economicus as contribuições da economia comportamental e institucional para a compreensão do comportamento econômico humano



Planejamento financeiro pessoal uma reflexão sobre sua importância na rede particular de ensino do DF

Publicações acadêmicas em 2012



A Corrente do Bem da Educação Financeira: O Cidadão está Aprendendo o que o Banco Central Está Ensinando?



A influência de fatores psicológicos e comportamentais no risco de crédito: uma abordagem à luz da psicologia econômica



Can we be de-biased? How economic psychology can inform financial education programs



De onde vem o endividamento feminino?: construção e validação de um modelo PLS-PM



Diferenciais de gênero no letramento financeiro de candidatas ao Exame Nacional do Ensino Médio



Diferenças individuais em padrões de compra de produtos rotineiros: uma análise econômico-comportamental



Educação Financeira e Resolução de Problemas: Contribuições para o Ensino da Matemática na Educação de Jovens e Adultos



Educação financeira e resolução de problemas e educação financeira: que relações?



Educação Financeira na Educação Infantil: análise das atividades do caderno do educador



Educação Financeira na Matemática do Ensino Fundamental: Uma Análise da Produção de Significados



Educação financeira: uma possibilidade de ensino a partir dos cenários para investigação



Endividamento precoce: Uma análise da concessão de crédito e dos fatores que influenciam no endividamento de jovens universitários da faculdade UNIME no município de Lauro de Freitas/BA



Finanças pessoais no Brasil



Importância da educação financeira infantil



Modelagem de equações estruturais aplicada à propensão ao endividamento: uma análise de fatores comportamentais



Processos implícitos não conscientes na tomada de decisão: a hipótese dos marcadores somáticos



Resolução de problemas e simulações: investigando potencialidades e limites de uma proposta de educação financeira para alunos do ensino médio de uma escola da rede privada de Belo Horizonte (MG)



Tarefas matemáticas desencadeadas de objetos e competências da educação financeira



Utilizando tecnologias informacionais e comunicacionais na educação matemática financeira: um estudo com alunos de graduação



Um estudo sobre a relação entre o perfil individual e as finanças pessoais dos alunos de uma instituição de ensino superior de Santa Catarina

Publicações acadêmicas em 2011



A educação financeira e a sua influência na tomada de decisões



A importância da educação financeira na gestão das finanças pessoais: uma ênfase na popularização do mercado de capitais brasileiro



A relevância da educação financeira na formação de jovens



Análise do conhecimento financeiro dos alunos de ensino médio



Educação financeira e decisões de consumo, investimento e poupança: uma análise dos alunos de uma universidade pública do norte do Paraná



Educação financeira nas escolas de Porto Alegre



Educação financeira: o que pensam alunos e professores



Educação financeira: percepções do público-alvo e preferências em relação à educação financeira e à formação de um curso



Estudos das finanças pessoais: educação financeira de ingressantes na Universidade



Determinantes da propensão ao endividamento: Um estudo nas mulheres da Mesorregião Centro-Occidental Rio-Grandense



Finanças pessoais: uma pesquisa com os acadêmicos da Unioeste campus de Marechal Cândido Rondon



Geração Z: Compreendendo os hábitos de consumo da geração emergente



O comprar compulsivo e suas relações com transtorno obsessivo-compulsivo e transtorno afetivo bipolar



Psicologia do risco de crédito: análise da contribuição de variáveis psicológicas em modelos de creditscoring



Qual o comportamento e educação financeira do consumidor brasileiro diante da concessão de crédito?



Sobre a construção de conhecimentos: uma experiência de educação financeira com mulheres idosas em um contexto popular



The Role of Emotion in Risk Tolerance

Publicações acadêmicas de 2010 até 1999



A influência da educação financeira nas decisões de consumo e investimento dos indivíduos



Análise do comportamento do consumidor sob uma perspectiva comportamental: modelos de consumo em um ambiente relativamente fechado



Dinheiro no Brasil: um estudo comparativo do significado do dinheiro entre as regiões geográficas brasileiras



Educação financeira para alunos de base tecnológica via estudo e desenvolvimento de técnicas estatísticas e computacionais aplicadas a análise técnica em investimentos na bolsa de valores



Educação financeira para o Ensino Médio da rede pública: uma proposta inovadora



Educação financeira: uma perspectiva interdisciplinar na construção da autonomia do aluno



Entre mesadas, cofres e práticas matemáticas escolares: a constituição de pedagogias financeiras para a infância



Estudo sobre as razões para o endividamento da população de baixa renda



Finanças pessoais: análise dos gastos e da propensão ao endividamento em estudantes de administração



Finanças pessoais: um estudo de caso com servidores públicos



Finanças pessoais versus finanças empresariais



Informações econômicas e ilusão: uma contribuição psicanalítica ao estudo de fenômenos econômicos



Manual De Finanças Pessoais Contabilidade pessoal, planejamento financeiro e fontes de investimentos utilizados na gestão e controle das finanças pessoais



O componente emocional: funcionamento mental e ilusão à luz das transformações econômicas no Brasil desde 1985



O investidor brasileiro é conservador: uma pesquisa com os Docentes do Centro Ciências Administrativas da Universidade de Fortaleza



O uso da matemática para a educação financeira a partir do ensino fundamental



Oferta e demanda de informação financeira pessoal: O Programa de Educação Financeira do Banco Central do Brasil e os universitários do Distrito Federal



Paradigmas da educação financeira no Brasil



Planejamento e controle das finanças pessoais com enfoque na utilização das ferramentas e serviços contábeis: um estudo com profissionais autônomos



Planejamento Financeiro Pessoal para estudantes universitários que estão ingressando no mercado de trabalho



Procedimentos para elaboração do planejamento orçamentário doméstico e do controle de gastos e receitas para uma eficiente gestão financeira familiar



Psicologia econômica: origens, modelos, propostas



Uma Análise das Intersecções entre Finanças Pessoais, Finanças Organizacionais e Desempenho no Pequeno Varejo



Uma reflexão sobre a importância de inclusão de Educação Financeira na escola pública



Uma contribuição ao desenvolvimento da educação em finanças pessoais no Brasil

LIVROS PUBLICADOS EM FORMATO *ON-LINE*



A Flor que Dança: a história do planejamento financeiro de uma criança (2015)



A importância da Educação Financeira (2013)



A Importância do Desenvolvimento de Competência Financeira (2012)



Apostila – Básico em Finanças Pessoais (2015)



As Moedas do Mundo (2014)



Artigos sobre Educação Fiscal



Caderno Pedagógico de Educação Fiscal para Professores



CFP Magazine



Coleção Educação Financeira nas Escolas de Ensino Médio (livros do professor e aluno) (2013)



Competências em educação financeira: descrição dos resultados de pesquisa da Rede Internacional de Educação Financeira adaptada e aplicada no Brasil (2017)



Educação Fiscal para a Cidadania



Educação Fiscal e Cidadania (2014)



Educação Fiscal no Contexto Social (2014)



#eraumavez



Educação Financeira nas Escolas Municipais: Uma abordagem participativa (2017)



Educação financeira para o consumo caderno do estudante



Educação fiscal - caderno do estudante



Educação Fiscal - Referencial
Teórico-Prático para Educadores (2012)



Série Cuidando do seu Dinheiro: gestão
de finanças pessoais e cadernos
Série educativa para crianças



Finanças Pessoais: Fundamentos
e Dicas (2007)



Série Recursos Digitais de
Aprendizagem - Ensino Médio (2014)



Finanças Pessoais e no
Empreendimento (2015)



Uma Ideia Sustentável (2013)



Finanças pessoais para iniciantes



Finanças pessoais para todas as idades
um guia prático (2014)



Guia de economia comportamental e
experimental (2015)



Planejamento Financeiro Pessoal



Revistinhas 'Em Busca
do Tesouro'



Série Cidadania Financeira

SITES, BLOGS, INSTAGRAM, APPS E AFINS

Nesta seção, procuramos identificar páginas em diferentes plataformas que trabalham a temática da educação financeira. Há iniciativas pagas e gratuitas e a preocupação aqui não foi mensurar o número de iniciativas, mas sim mostrar como a internet e mídias sociais têm contribuído com conteúdos distintos para o tema.

SITES e BLOGS



www.abbc.org.br



www.anbc.org.br/o-que-defendemos/
educacao-financeira/#.X2lgu2hKg2w



www.abecs.org.br



www.anchor.fm



www.acrefi.org.br



www.andrebona.com.br



www.aefbrasil.org.br



www.assbandf.com.br



www.abracam.com/



www.avamec.mec.gov.br



www.alana.org.br/project/crianca-e-
consumo/



www.b3.com.br



www.aliancaempreendedora.org.br/



www.banco.bradesco



www.caixa.gov.br



www.barkus.com.br



www.canaldoensino.com.br



www.bcb.gov.br



www.capesesp.com.br



www.bemgasto.org



www.cbsprev.com.br



www.bemprobolso.com.br



www.clubedovalor.com.br



blubybs2.com



www.clubedospoupadores.com



www.brasildefato.com.br



www.contacomagente.com.br



www.brasilprev.com.br



www.comoinvestir.com.br



www.brasilolidario.org.br/blog/



comoinvestir.anbima.com.br



www.credicomin.coop.br



www.cresol.com.br



www.dinheirocomatitude.com.br



www.cresolsicoper.com.br



www.economistas-rs.com.br



www.conseg.com.br/



www.ecodesenvolvimento.org



www.consumoresponsavel.org.br



www.educacaofinanceiranainfancia.com



www.criancaeconsumo.org.br



www.educacaofinanceira-professorhelio.blogspot.com/2010/10/funcao-do-dinheiro.html



educacaoemseguro.cnseg.org.br



www.educadorfinanceirofranciscorodrigues.wordpress.com/



www.defesadoconsumidor.gov.br



www.educacao-fiscal.webnode.com/



www.dicascurtas.com.br



www.educafinanceira.com.br



www.dicionariofinanceiro.com



www.educandoseubolso.blog.br



www.dinheirama.com



www.educfinpap.com/blog



www.edumoreira.com.br



www.euqueroinvestir.com



edu.b3.com.br



www.ev.org.br



www.efetividade.blog.br



www.fia.com.br



www.elizabetecarvalho.com.br



www.financasfemininas.com.br



embuscadotesouro.tesouro.gov.br



www.financaspraticas.com.br



www.empreenderdinheiro.com.br



www.financials.com.br



www.equilibrioufrgs.com



www.foregon.com



www.escolavirtual.gov.br



www.geekonomics.com.br



www.educacaofiscal.sp.gov.br



www.gestaofinanceiracriativa.com.br



www.escolaclinica.com.br



www.gfai.com.br



www.givanildobispo.blogspot.com



www.institutof.org.br



www.gov.br



www.intusforma.com.br



www.helio.pro.br



www.investidor.gov.br



www.ibemf.org.br



www.itau.com.br



www.idinheiro.com.br



www.jabrazil.org.br



www.infi.com.br



www.joveminvestidor.com.br



www.infocos.org



www.jusprev.org.br



www.infoescola.com



www.legado.justica.gov.br



www.institutomillennium.org.br



www.leticiamargo.com.br



www.institutosicoob.org.br



www.libratta.com.br



www.mag.com.br



www.onze.com.br/blog/



[www.medium.com/
@diegodarochamachado](https://www.medium.com/@diegodarochamachado)



[www.pagoquandopuder.com.br/blogs-
de-financas/](http://www.pagoquandopuder.com.br/blogs-de-financas/)



mepoupenaweb.uol.com.br



pat.educacao.ba.gov.br



www.meubolsoemdia.com.br



www.phi618.com.br



www.meufuturoseguro.gov.br



portalmec.c3sl.ufpr.br



www.minhaseconomias.com.br



www.plan.org.br



www.minhaseconomias.com.br/blog



www.planejar.org.br



www.mulheresageis.com.br



paporetocomfebraban.com.br



www.multiplicandosonhos.org



www.porvir.org



www.oficinadasfinancas.com.br/



www.prefeitura.sp.gov.br



www.previc.gov.br



www.sefaz.pe.gov.br



www.procon.campinas.sp.gov.br



semanadoinvestidor.cvm.gov.br



www.programaprovidencia.org.br



www.serasa.com.br



www.quaestoreducacao.com.br



www.sicoobnossacoop.com.br



www.regius.org.br



www.sicredi.com.br



www.repensekids.com.br



www.sistemafibra.org.br



www.rioprevidencia.rj.gov.br



www.somatematica.com.br



www.salaacoes.blogspot.com



www.somoscooperativismo.coop.br/



www.santander.com.br



www.superrico.com.br



www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae



www.thecashmonster.com.br



www.tudosobreseguros.org.br



vocemaisrico.com



www.unibrad.com.br/cursos



www.xpeedschool.com.br



www.unifei.edu.br



Coluna de Educação Financeira do
Thiago Godoy na Infomoney



www.valia.com.br



Coluna 'Na conta do
Godoy' XP Investimentos



www.valorsimplificado.wordpress.com



blog.clear.com.br



www.valoresreais.com



www.bussoladoinvestidor.com.br



www.vamosjogareaprender.com.br



blog.cresol.com.br



www.verticepsi.com.br



blog.focalise.com.br



www.vidaedinheiro.gov.br



blog.genialinvestimentos.com.br



www.visa.com.br



focanodinheiro.neon.com.br



queroficarrico.com/blog



www.metlife.com.br/blog/

CANAIS DO YOUTUBE



AnbimaBR



Eduardo Moreira - discussões sobre
diversos assuntos, entre eles economia
e educação financeira



Pílulas de Psicologia Econômica
Dra Vera Rita



AEF-Brasil Educação Financeira



SPC Consumidor



Psicologia e Dinheiro



Bruno Gimenes



Canal MyNews



Canal Seguro



Clube do Valor



Me poupe!



CVM Educacional



Nath Finanças



Dinheirama



Rafael Seabra



EconoMirna



Serasa Ensina



Favelado Investidor



Sicredi



FEBRABAN oficial



Planejar Pra Vida



Guia Invest



Sicredi | Turma da Mônica



Gustavo Cerbasi



O Primo Rico



Infi - Instituto FEBRABAN de Educação



Vida e Dinheiro



Meu Bolso em Dia



Tadeu second



Sicredi

Bradesco Prime
vídeos de educação financeira para
crianças e outros assuntos da temáticawww.instagram.com/aef_brasilwww.instagram.com/aladiothalitawww.instagram.com/andy.de.santiswww.instagram.com/ateliefinanceirowww.instagram.com/academia.financeirawww.instagram.com/brunavarziniwww.instagram.com/ceefufpbwww.instagram.com/cetroassessoriawww.instagram.com/coach.marciaregina



[www.instagram.com/
dinheiro_com_atitude](https://www.instagram.com/dinheiro_com_atitude)



[www.instagram.com/
dominesuasfinancas](https://www.instagram.com/dominesuasfinancas)



[www.instagram.com/
economistacomportamental](https://www.instagram.com/economistacomportamental)



[www.instagram.com/
eudeniseestrella](https://www.instagram.com/eudeniseestrella)



[www.instagram.com/
educacaofinanceiranainfancia](https://www.instagram.com/educacaofinanceiranainfancia)



[www.instagram.com/
empodereagrana](https://www.instagram.com/empodereagrana)



[www.instagram.com/
eduardoamuri](https://www.instagram.com/eduardoamuri)



[www.instagram.com/
edufinvida](https://www.instagram.com/edufinvida)



[www.instagram.com/
faveladoinvestidor](https://www.instagram.com/faveladoinvestidor)



[www.instagram.com/
febraban_oficial/](https://www.instagram.com/febraban_oficial/)



[www.instagram.com/
financaseconomia](https://www.instagram.com/financaseconomia)



[www.instagram.com/
filocrecaasiadaquino](https://www.instagram.com/filocrecaasiadaquino)



[www.instagram.com/
financasfemininas](https://www.instagram.com/financasfemininas)



[www.instagram.com/
financas.turbinadas](https://www.instagram.com/financas.turbinadas)



[www.instagram.com/
financaativa](https://www.instagram.com/financaativa)



[www.instagram.com/
finanpratica](https://www.instagram.com/finanpratica)



[www.instagram.com/
gabrielamosmann](https://www.instagram.com/gabrielamosmann)



[www.instagram.com/
granajusta](https://www.instagram.com/granajusta)



[www.instagram.com/
grana.sem.crise](https://www.instagram.com/grana.sem.crise)



[www.instagram.com/
intusforma](https://www.instagram.com/intusforma)



[www.instagram.com/
insightfinancas](https://www.instagram.com/insightfinancas)



[www.instagram.com/
ih_gastei](https://www.instagram.com/ih_gastei)



[www.instagram.com/
leotavares_planfin](https://www.instagram.com/leotavares_planfin)



[www.instagram.com/
leticacamargo.com.br](https://www.instagram.com/leticacamargo.com.br)



[www.instagram.com/
luciastradiotti](https://www.instagram.com/luciastradiotti)



[www.instagram.com/
maricymeirelles](https://www.instagram.com/maricymeirelles)



[www.instagram.com/
marinovinius](https://www.instagram.com/marinovinius)



[www.instagram.com/
meuconsultorfinanceiro](https://www.instagram.com/meuconsultorfinanceiro)



[www.instagram.com/
mineya.helga](https://www.instagram.com/mineya.helga)



[www.instagram.com/
miralume](https://www.instagram.com/miralume)



[www.instagram.com/
mobillsedu](https://www.instagram.com/mobillsedu)



[www.instagram.com/
monetaconsultoria](https://www.instagram.com/monetaconsultoria)



[www.instagram.com/
nataliasantanna.com.br](https://www.instagram.com/nataliasantanna.com.br)



[www.instagram.com/
nathaliaarcuri](https://www.instagram.com/nathaliaarcuri)



[www.instagram.com/
partiupoupar](https://www.instagram.com/partiupoupar)



[www.instagram.com/
pauloarrudafinancas](https://www.instagram.com/pauloarrudafinancas)



[www.instagram.com/
pedromarquess](https://www.instagram.com/pedromarquess)



[www.instagram.com/
poupetrek](https://www.instagram.com/poupetrek)



[www.instagram.com/
psicologiaedinheiro](https://www.instagram.com/psicologiaedinheiro)



www.instagram.com/psicologiaeconomica



www.instagram.com/thecashmonster_



www.instagram.com/psifinanceiro



www.instagram.com/thabata_abreu



www.instagram.com/psi.naocomplica



www.instagram.com/tiagogreis



www.instagram.com/repense_educacao_financeira



www.instagram.com/vamosplanejarasfinancas



www.instagram.com/rita.hetem.aventurato



www.instagram.com/saldoinvest



www.instagram.com/to_no_azul



www.instagram.com/victormontilha



www.instagram.com/rapfinanceiro



www.instagram.com/wandervicente



www.instagram.com/reinaldodomingos



www.instagram.com/zeloфинancas



www.instagram.com/rodapirapire



<https://www.instagram.com/ceefufpb/>



www.instagram.com/sicredi/

f FACEBOOK



www.facebook.com/groups/economiadevalor



www.facebook.com/associacao.de.educacao.financeira



www.facebook.com/ihgastei



www.facebook.com/ana.pregardier



www.facebook.com/InfiFEBRABAN



www.facebook.com/arethuza.zero



www.facebook.com/laura.coutinho.980



www.facebook.com/cmufusp/



www.facebook.com/meubolsoemdia



www.facebook.com/cordodineiro/



www.facebook.com/MomentoFinancas/



www.facebook.com/credicard



www.facebook.com/saldoinvest/



www.facebook.com/Febraban



www.facebook.com/wesharebrasil/?ref=nf



www.facebook.com/FinancasPraticas



www.facebook.com/90SegundosdeFinancas/



www.facebook.com/gefamufpa/

LINKEDIN

Educação financeira é um caminho para ser feliz



Laura Coutinho



André Bona, Finanças & Investimentos



Laura Coutinho



Bora Dominar! - Domine suas Finanças



Entendendo o Índice de Confiança do Consumidor, Lucas Vargas



Educando seu Bolso



focanodinheiro.neon.com.br

PODCAST

Bolsa de Valores



www.g1.globo.com/podcast/educacao-financeira/



CBN Dinheiro



PoupeCast



O Assunto é Dinheiro
Luiz Gustavo Medina



parceiradenegocios.tim.com.br/artigo/5-podcasts-sobre-financas-pessoais-e-empresariais-para-se-inspirar/



Drops de Inteligência Financeira,
Gustavo Cerbasi



PrimoCast

TWITTER

Easy Educacao



AEF Brasil



FEBRABAN



Finança prática



Meu bolso em dia



Nathalia Arcuri

JOGOS

Jogo Tá O\$\$o



Jogo da Trilha de Educação Fiscal



Jogos e atividades

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEF-Brasil - Associação de Educação Financeira do Brasil
 ANBIMA - Associação Brasileira dos Mercados Financeiro e de Capitais
 ASCOM - Assessoria de Comunicação
 BACEN/BCB - Banco Central do Brasil
 BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
 BIS - Banco de Compensações Internacionais
 BNCC - Base Nacional Comum Curricular
 B3 - Bolsa de Valores (Brasil, Bolsa, Balcão)
 CAF - Comitê de Acompanhamento e Fiscalização
 CCF - Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos
 CCI - Centro de Convivência do Idoso
 CEEF - Curso de Especialização em Educação Financeira
 CNC - Confederação Nacional do Comércio
 CNDL - Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas
 CNE - Conselho Nacional de Educação
 CNSEG - Confederação Nacional das Seguradoras
 CONEF - Comitê Nacional de Educação Financeira
 CONSED - Conselho Nacional de Secretários de Educação
 COREMEC - Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização
 CP - Comissão Permanente
 CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
 CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social
 CVM - Comissão de Valores Mobiliários
 DREs - Diretorias Regionais de Ensino
 DENARIUS - Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento em Educação Financeira
 EJA - Educação de Jovens e Adultos
 ENEF - Estratégia Nacional de Educação Financeira
 FBEF - Fórum Brasileiro de Educação Financeira
 FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos
 FLIT - Feira Internacional Literária do Tocantins
 GAP - Grupo de Apoio Pedagógico
 IAREP - International Association for Research in Economic Psychology
 IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
 IOSCO - International Organization of Securities Commissions/Organização Internacional de Valores Mobiliários
 INFE - International Network for Financial Education/Rede Internacional de Educação Financeira

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
 MAS - Money Advice Service
 MAPS - Money and Pensions Service
 MDS - Ministério de Desenvolvimento Social
 MEC - Ministério da Educação
 OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
 OECD - Organisation for Economic Cooperation and Development
 OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
 ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
 ONU - Organização das Nações Unidas
 PBF - Programa Bolsa Família
 PCNs - Parâmetros curriculares nacionais
 PEIC - Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor
 PIB - Produto Interno Bruto
 PISA - Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
 PNE - Plano Nacional de Educação
 PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar
 PROCON - Programa de Proteção e Defesa do Consumidor
 PUC-SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
 REF - Radar de Educação Financeira
 RSC - Responsabilidade Social Corporativa
 SEDUC - Secretaria Estadual de Educação
 SEE - Secretaria do Estado de Educação
 SEECT/PB - Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
 SENACON - Secretaria Nacional do Consumidor
 SENEF - Semana Nacional de Educação Financeira
 SPC - Serviço de Proteção ao Crédito
 SPREV - Secretaria de Previdência
 SER - Superintendências Regionais de Ensino
 STN - Secretaria do Tesouro Nacional
 SUSEP - Superintendência de Seguros Privados
 TCT'S - Temas Contemporâneos Transversais
 TCC - Trabalho de Conclusão de Curso
 UNIFEI - Universidade Federal de Itajubá
 UFPB - Universidade Federal da Paraíba
 UFFS - Universidade Federal da Fronteira Sul
 UFRN - Universidade Federal de Rio Grande do Norte
 UFT - Universidade Federal do Tocantins
 UNDIME - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação



$$ac^2 + bc^2 = ?$$

$$\pi r^2$$

cidadania

planejamento

orçamento

